

JUL-DEZ/2022

Dossiê temático

# Serviço Social e questão social novas e velhas expressões

CAPA / PINTURA: Cérémonie du Bois Caïman: œuvre d'Ulrick Jean-Pierre, peintre américain d'origine haïtienne.

ON LINE  
**LIBERTAS**

## VOLUME 22

## NÚMERO 2

ISSN 1980-8518

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

REVISTA

---

LIBERTAS<sup>ONLINE</sup>

Revista de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

*DOSSIÊ:*

# Serviço Social e Questão Social novas e velhas expressões

**VOUME 22**

**NÚMERO 2**

**JULHO-DEZEMBRO**

**ANO 2022**

**Faculdade de Serviço Social – UFJF**  
**Programa de Pós-graduação em Serviço Social**

**Editores:**

Alexandre Aranha Arbia (editor-adjunto)  
Carina Berta Moljo (editora-adjunta)  
Isaura Gomes de Carvalho Aquino (editora-adjunta)  
Luciano Cardoso de Souza (editor-executivo)  
Ronaldo Vielmi Fortes (editor-chefe)

**Editores de Leiante:**

Luciano Cardoso de Souza  
Ronaldo Vielmi Fortes

**CAPA/PINTURA:** CAPA / PINTURA: Cérémonie du Bois Caïman: oeuvre d'Ulrick Jean-Pierre, peintre américain d'origine haitienne.

**ARTE CAPA:** Ronaldo Vielmi Fortes  
Juiz de Fora/MG, dezembro, 2022

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Revista Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) – .  
– Juiz de Fora, ano 2022 –  
v.22 nr. 2.  
Semestral  
Resumo em português e inglês  
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.  
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

**Publicação indexada em:**



## EXPEDIENTE

### FOCO E ESCOPO

A **Revista Libertas**, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantem interlocução.

### EDITORES

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Chefe

Dr. Alexandre Aranha Arbia, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Dr<sup>a</sup>. Carina Berta Moljo, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora Adjunta

Dr<sup>a</sup>. Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora Adjunta

Luciano Cardoso de Souza, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-executivo

### CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Universite de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madri, Espanha.



## AVALIADORES

Ana Livia Souza Coimbra [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Alcina Manuela de Oliveira Martins [Universidade Lusófona do Porto; Porto/Portugal]; Alejandra Pastorini Corleto [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Alessandra Ximenes da Silva [Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande,, PB/Brasil]; Ana Luiza Avelar [UFJF, Juiz de Fora - MG/Brasil]; Ana Paula Procópio [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Antoniana Dias Defilippo Bigogno [UFF; Rio das Ostras, RJ/Brasil]; César Henrique Miranda Coelho Maranhão [UFRJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Bruno José de Oliveira [UFF, Rio de Janeiro/Brasil]; Carola Cabajal Arrigui [PUC/SP, São Paulo/Brasil]; Cláudia Mônica dos Santos [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Cristina Simões Bezerra [Juiz de Fora, UFJF]; Cristiane Luiza Sabino de Souza [UFSC, Florianópolis, SC/Brasil]; Diogo Prado Evangelista [UFVJM - Montes Claros, MG/Brasil]; Eblin Farage [UFF - Niterói, Rio de Janeiro/Brasil]; Ednéia Alves de Oliveira [Juiz de Fora, UFJF]; Elaine Rosetti Behring [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Elcemir Paço Cunha (UFJF, Juiz de Fora/Brasil) Elizete Menegat [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Estela Saleh da Cunha [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Fábio do Nascimento Simas [ESS/UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Fernando Santana de Paiva [UFJF, Juiz de Fora/Brasil]; Gustavo Giovanni Dos Reis Apóstolos [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Graziela Scheffer [FSS/UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Inez Rocha Zacarias [UFRGS, Porto Alegre, RS/Brasil]; José Fernando Siqueira da Silva [UNESP/Franca, SP/Brasil]; Joseane Barbosa de Lima [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Letícia Batista Silva [UFF/Niterói, RJ/Brasil]; Luana de Souza Siqueira [UFRJ, RJ/Brasil]; Luciana Gonçalves Pereira de Paula [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Mabel Mascarenhas Torres [Universidade Estadual de Londrina/Brasil]; Márcia Pereira Cunha

[FLACSO, São Paulo, SP/Brasil]; Marco José de Oliveira Duarte [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Maria Helena Elpidio [UFES, Vitória, ES/Brasil]; Maria José Aguilar Idañez [Castilla - La Mancha University (UCLM). España]; Mariana Costa Carvalho [Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG/Brasil]; Maria Rosângela Batistoni [Professora aposentada da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo/Brasil]; Marina Monteiro de Castro e Castro [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Mônica Aparecida Grossi [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Paulo Lourenço Domingues Junior [UFRRJ, Três Rios, RJ/Brasil]; Rachel Gouveia Passos [UFRJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Rodrigo Silva Lima [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Rodrigo de Souza Filho [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Rosana de Matos Silveira Santos [Universidad de Granada, España, Espanha]; Rubens Luiz Rodrigues [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Sandra de Faria [PUC – Goiás/Brasil]; Sandra Gomes da Silva Jacob (UFRJ, Rio de Janeiro/Brasil); Sergio Quintero Lodoño [Pesquisador de Trabajo Social Crítico Colômbia, Argentina]; Sabrina Pereira Paiva [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Silvina Veronica Galizia [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Tales Willyan Fornazier Moreira [UFG, GO/Brasil]; Stella Garcia [Universidad del Paraguay, Paraguai]; Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz [Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, SP/Brasil]; Tatiana Brettas Waehneltd [UFRJ, RJ/Brasil]; Thaísa Teixeira Closs [PUC/RS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Thaíse Seixas Peixoto Carvalho [Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete, MG/Brasil]; Vanessa Maria Panozzo Brandão [UFRGS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Vera Aguiar Cotrim [CEFET-MG; Belo Horizonte, MG/Brasil]; Vera Núbia Santos [Universidade Federal de Sergipe, SE/Brasil]; Vitor Bartoletti Sartori [UFMG Belo Horizonte, MG/Brasil]; Viviane Sousa Pereira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil].

**Editorial:** IX  
**Novas refrações da questão social: um lugar para a razão**

**Dossiê:**  
**Serviço Social e Questão Social  
novas e velhas expressões**

- O Serviço Social na encruzilhada: 316**  
**a questão racial e o projeto de formação profissional**  
Maria Helena Elpidio  
João Paulo da Silva Valdo
- Questão social no Brasil contemporâneo: 334**  
**contribuições do feminismo marxista e antirracista ao serviço social**  
Mirla Cisne, Camila Mesquita Soares
- Questões Agrária, urbana e ambiental: 359**  
**Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de**  
**opressão presentes na cidade, no campo e na floresta**  
Joana Valente Santana, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz,  
Leonardo Costa Miranda
- Militarização e judicialização: 383**  
**resistências de mulheres em favelas do Rio de Janeiro**  
Tatiana Dahmer Pereira
- Diretrizes curriculares, serviço social e questão racial: 422**  
**nós a serem interpelados para a centralidade**  
**antirracista na formação profissional**  
André Henrique Mello Correa
- Formação acadêmico-profissional em Serviço Social 446**  
**e racismo no Brasil: uma análise crítica**  
Leonardo Dias Alves
- Marx sobre a "questão social": 469**  
**Itinerário de análise no New-York Daily Tribune**  
Pedro Henrique Antunes da Costa, Kíssila Teixeira Mendes

## Artigos Fluxo Contínuo

- Trabalho alienado na era das tecnologias digitais no contexto da covid-19** 494  
Angélica Bezerra  
Milena Gomes de Medeiros
- A superexploração da força de trabalho dos imigrantes têxteis de São Paulo** 512  
Rodrigo Fernandes Ribeiro,  
Valéria Regina da Fonseca
- Reflexões para o debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social** 530  
Eliane Martins de Souza Guimarães
- Voluntariado e Nova Direita: reflexões sobre as estratégias de proteção social em tempos de pandemia** 551  
Thaís Kristosch Imperatori  
Melina Sampaio de Ramos Barros  
Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia
- Conjunto Paraíso dos Pássaros: Avaliação da eficácia societal do Projeto Una (Belém – PA)** 569  
Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira Filho,  
Raquel Carvalho Paiva
- **TRADUÇÃO DOS CLÁSSICOS** ----- 594  
**Por que a burguesia precisa se desesperar?**  
György Lukács  
TRADUÇÃO: Alexandre Aranha Arbia
- **ENTREVISTA** ----- 598  
**Entrevista com Rita Andréa Meoño Molina**  
**Presidente de la ALAEITS Gestión 2020- 2023**  
ENTREVISTADORA: Carina Berta Moljo



Cérémonie du Bois Caïman: oeuvre d'Ulrick Jean-Pierre, peintre américain d'origine haïtienne.



## Editorial

# Novas refrações da questão social: um lugar para a *razão*

*Não há nenhuma tomada de posição filosófica “inocente”*  
(LUKÁCS, 2020, p. 34)

### I

Já contam mais de duas décadas, desde que o seminal N. 3 da Revista *Temporalis*<sup>1</sup> foi publicado. De lá para cá, muito se escreveu sobre o assunto, com significativos avanços, é verdade, mas sem alterações substantivas no que diz respeito às suas estruturas de fundo. Noutros termos, a compreensão dos fundamentos da “questão social”, no serviço social, parece relativamente bem consolidada.

O lugar heurístico que ocupa na construção dos saberes profissionais, sua posição basilar – praticamente transversal – na estruturação curricular, a exigência de seu prévio (re)conhecimento, inclusive, antes mesmo da reflexão sobre as formas de intervenção – arquitetura compreensiva que ao menos procura nos colocar em uma posição distinta da de meros “administradores” das mazelas sociais ou simples executores terminais de políticas sociais (como advertiu Netto, 2009)... São questões que atestam a dupla importância do tema para a profissão: a) sua admissão como parte da materialidade mesma das relações sociais burguesas e b) de sua compreensão na constituição da arquitetura de saberes da formação profissional.

É claro, como todo “objeto” de estudos, a questão social – e, por consequência, suas refrações – não passa sem controvérsias e contribuições distintas. Poderíamos citar uma miríade de pesquisadores nacionais e latino-americanos que se dedicam em aprofundar as aquisições

---

<sup>1</sup> Aqui estamos nos referindo ao N. 3, Ano II, jan. a jun. 2022, da Revista *Temporalis*, na qual foram publicados artigos de Marilda Yamamoto, Maria Carmelita Yazbek, José Paulo Netto e Potyara Pereira sobre o tema “questão social”.

inauguradas por Marilda Yamamoto, Maria Carmelita Yazbek, José Paulo Netto e Potyara Pereira. Poderíamos citar também posicionamentos discordantes, sejam em relação à própria abstração da definição, seja em relação ao seu lugar na estrutura curricular<sup>2</sup>. Por tratar-se de tema tão sensível e, ao mesmo tempo, abordado por inúmeros estudiosos sérios, preferimos não os nominar aqui, sob pena de cometermos injustiças. Tampouco poderíamos dar conta, em um editorial, até mesmo das intervenções mais significativas. Todavia, fique registrado nosso modesto reconhecimento àqueles que se dedicam a problematizar e aprofundar tema tão central para a profissão.

A definição de “questão social”, de Yamamoto, parece conter a síntese tornada praticamente “lugar comum” na profissão, merecendo, aqui, sua reprodução:

*A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela processa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2007, p. 156).*

Não é imprescindível retomarmos aqui as discussões francesas (das escolas de Rosanvallon, Castel, entre outras<sup>3</sup>). Mesmo os graduandos em serviço social, que já passaram pela discussão, estão bastante prevenidos em relação ao fato de que não tratamos de uma *nova* “questão social”, mas da “velha questão social”, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espreiadas em todas as dimensões da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 161). Mas é justamente aí – na compreensão das *inéditas expressões* assumidas pela “questão social” – que reside o problema.

Aí reside o problema hodierno pelo fato de que a “questão social”, em si mesma, não é palpável; não se presta a uma abordagem direta, a uma intervenção pontual e cirúrgica. Não é manipulável ou tangível. A “questão social” só é empiricamente perceptível por meio de suas

<sup>2</sup> Basta lembrar as polêmicas sobre as bases de fundamentação da profissão: políticas sociais ou questão social.

<sup>3</sup> Por certo, não é nosso objetivo aqui igualar autores como Castel e Rosanvallon. A referência é apenas alusiva, dado que já que foram (e ainda são) de grande influência nos debates do Serviço Social brasileiro.

*expressões*. E, não sem imbróglio, suas expressões se revelam nas mais variadas formas. Por um lado, o campo para a intervenção profissional alarga-se tanto mais as formas de interação da sociedade burguesa se complexificam; por outro, o desdobramento – muitas vezes *epifenomênico* – das formas obscurece ainda mais a substância comum que as anima.

Mas, da relação entre as formas e a substância, da aparência e a essência, Hegel tratou com zelo invulgar na *Ciência da Lógica* e na *Enciclopédia*. É claro, não se trata aqui de revisitarmos os imbróglios da querela epistemológica, mergulhando em discussões sobre o “método”, sob pena de retrocedermos “da lógica da coisa” para a “coisa da lógica”. Mas, em suas especulações a respeito do finito e do infinito, do puro ser e das determinações, Hegel oferece uma dissecação dos processos de pensamento que vão da indeterminação à especificação e desta ao conceito. Hegel ultrapassa a datidade estática da coisa para descobrir o ser enquanto processo: o ser, na elaboração hegeliana, é o vir-a-ser. A coisa imediatamente dada, em suas determinações mais elementares – finitas – é apenas a expressão momentânea do desenvolvimento. O ser é o hoje e seu desdobramento futuro. Hegel capturou esse movimento e conseguiu distinguir com acuidade a identidade tensionada entre a contingência e o processo (cf. HEGEL, 2017). Seu passo seguinte, na *Lógica – a Doutrina da Essência* – em um nível superior de abstração, é justamente uma tentativa de compreender a realidade da coisa para além de suas propriedades (finitas) que, embora expressem a coisa, não a esgotam. Do que nos interessa aqui, é que o processo de conhecimento, com a aquisição hegeliana, deixa de ser o reconhecimento meramente sensorial da coisa isolada, ou mera essencialidade que prescinde da propriedade, infinito que prescinde do finito, para tornar-se o conceito que expressa a coisa imersa na estrutura racional mais ampla que enforma todos os seres. Ora, repetimos: Hegel captura, assim, o movimento; a coisa não é objeto singular estanque, átomo inerte, a coisa é processo; o ser é vir-a-ser.

É provável que não precisássemos viajar tão longe, ao encontro do velho filósofo burguês, que com brilhantismo anteviu o movimento da realidade e procurou comprimi-lo no quadro de uma solução filosófica. Nem cometeríamos aqui a absurda impropriedade de realizar uma apresentação de Hegel em dois parágrafos. Essa alusão permite-nos destacar que, um pouco mais próximo de nós, seu mais inteligente crítico já havia observado, nos idos de 1843/44, que as grandes questões humanas não poderiam mais ser resolvidas no plano do pensamento, da filosofia, mas na prática (MARX, 2010a). Marx reposicionou em definitivo (sim, podemos afirmá-lo sem medo de exagero), numa relação cuja má compreensão é proporcional ao desprezo a ela dedicada, a relação sujeito-objeto, ser e conhecer, espelhar e exteriorizar, exteriorizar e alienar, alienar e estranhar...



El hombre no es solamente ser natural, sino ser natural humano; es decir, un ser que es para sí mismo, por ende un ser genérico, que como tal debe confirmar y actuar tanto em su ser como en su saber. En consecuencia, ni los objetos humanos son objetos de la naturaleza, tal como se ofrecen de forma inmediata, ni el sentido humano, como existe en forma inmediata, es objetivo, sensorialidad humana, objetividad humana. Ni la naturaleza – objetivamente – ni la naturaleza subjetivamente están inmediatamente disponibles en forma adecuada para el ser humano. Y como todo lo natural debe originarse, el hombre también tiene, por lo tanto, su acto de origen, la historia que para él, sin embargo, es un acto de origen consciente y por ser un acto de origen con consciencia se supera a sí mismo. La historia es la verdadera historia natural del hombre (MARX, 2010, p. 199-200)

Ora, se “um ser não objetivo é um não ser” (MARX, 2010, p. 199) e se não resta, para nós, qualquer dúvida de que a objetividade é, primordialmente, existência objetiva, mas que, mesmo a existência objetiva, para o homem, é dada por sua relação com o objeto, sua transformação de ser em-si a ser-para-nós, a relação do homem como mundo envolve o reconhecimento de sua objetividade primária (do mundo) e, ato contínuo, a dação de forma humana, como manifestação e expressão da transitividade do homem realmente existente. O mundo, tomado como dado, realidade objetiva, é agora admitido como dado construído, previamente posto. Essa espiral indivíduo-gênero confere não apenas ao mundo uma insuperável forma humana, como revela aos homens seu vínculo inquebrável entre indivíduo e gênero, natureza e sociedade, singularidade e história.

Bem lidas, as aquisições acima, que datam à primeira metade do século XIX, não permitem mais a admissão de qualquer redução do ser a uma propriedade única e a transcendência dessa propriedade como elemento sobredeterminante de todos os outros. De resto, esse expediente não é nenhuma novidade entre nós. O marxismo vulgar foi pródigo em estabelecer conexões *a fortiori* entre todos os aspectos da vida e a economia. Hoje, no lugar da economia, o corpo, que, ainda que em sua incontestada objetividade, é, *também*, não podemos esquecer, corpo social, corpo genérico. E como corpo social e genérico, é também consciência social e genérica. Perder essa dimensão essencial do corpo é incorrer no risco de um sensualismo canhestro, digno de fazer corar o mais vulgar materialismo do séc. XVIII.

Voltando ao velho filósofo burguês, na aventura da razão, da consciência ao espírito, Hegel superou o subjetivismo de Kant para reencontrar, ainda que em meio à mistificação, a relação entre indivíduo e gênero. Não há dúvidas que o fez de maneira “invertida”, especulativa; mas, mesmo com o exército napoleônico às portas de Iena, Hegel conseguiu demonstrar, na *Fenomenologia do espírito* (HEGEL, 2018), livro considerado por alguns como, “talvez, a obra mais genial de toda a história da filosofia” (Kroner *apud* VAZ, 2011, p. 9), que as formas de *consciência individual* não são formas puras, mas *resultados da experiência no mundo*. Do final

dos anos 1810 à *Filosofia do Direito*, o velho filósofo burguês jamais viria a abandonar essa ideia. A consciência-de-si, como consciência individual, é *sempre* formada no mundo. Nossa autoconsciência – ou, o senso de nós mesmos – ainda que se manifeste em nossa singularidade corporal, é sempre uma identidade formada intersubjetivamente, na relação entre o eu e o nós, entre a existência individual e as demais<sup>4</sup>. Noutros termos, a consciência que se manifesta individualmente é, para Hegel, produto e pressuposto da própria institucionalidade, da moralidade objetiva; a vida ética é, assim, a convergência entre ambas.

Descartado como “cachorro morto” por seus detratores “enfadonhos, presunçosos e medíocres” (MARX, 2018, p. 91), Hegel foi “o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas [da dialética]<sup>5</sup> formas gerais de movimento” (MARX, 2018, p. 91). Isso, prossegue Marx, produziu um efeito paradoxal:

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha, porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento (MARX, 2018, p. 91).

Enquanto a dialética das coisas, *cuja razão é capaz de penetrar e reproduzir intelectivamente*, presta e não se presta a esconder/ revelar a história da gênese e desenvolvimento dessas coisas mesmas para os homens, o oposto disso é o fosso cavado por um Schopenhauer ou um Kierkegaard, cujo corolário viria a ser os desdobramentos aforismáticos de Nietzsche. A partir daí, estaria aberta a barafunda da filosofia do século XX: de Freud a Lacan, alcançando Derrida, Foucault, Deleuze, Guattari... Essa aparente “hipercrítica” irracionalista põe em dúvida qualquer possibilidade de a razão alcançar a dialética mesma do mundo; no mesmo golpe, desconstrói o homem para que, ao tornar todo o realmente existente incognoscível, mera questão de interpretação e, no limite, desobjetivo, tudo possa permanecer exatamente como está: a derrota da práxis, sua declaração de impotência, é a exaltação da vitória da causalidade (desgovernada) das coisas. Não por acaso, o ódio a Hegel. Afinal,

O niilismo e a falta de perspectiva não querem e não podem dar à ação humana uma medida concreta, uma orientação resoluta. A visão de mundo que subtrai o comportamento individual das relações com a sociedade considera as resoluções individuais como perfeitamente injustificáveis e busca relações por caminhos errôneos, estradas falsas, onde não as encontra (LUKÁCS, 2022, p. 596).

<sup>4</sup> Cf. Hegel, item V (2018, p. 171 ss.).

<sup>5</sup> Acréscimo nossos.

As ideologias da derrelição não têm nada de positivo a oferecer na construção de um novo homem e de uma nova sociedade, tarefa primária que se impõe à própria sobrevivência genérica. Somente a reafirmação radical de uma profunda *medida humana (racional!)* – justamente a medida negada pelas ideologias da derrelição –, a defesa inflexível da primazia do valor de uso sobre o de troca, poderá pôr de volta as coisas sobre os próprios pés, produzindo a vitória do mundo dos homens sobre o mundo das coisas, do gênero sobre o capital. Do contrário, as ideologias da derrelição – a exemplo do papel a que já se prestaram, como “Nietzsche e Spengler, Heidegger, Jaspers e Klages prepararam, na *intelligentsia*, o terreno para essa credulidade, sobre a qual essa ideologia, não obstante sua mediocridade, poderia exercer irresistivelmente sua eficácia, onde a passividade desesperada poderia se transformar em uma atividade fundada na credulidade, em uma cega obediência a todas as ordens do Führer” – permanecerão por aí, a adubar consciências para as novas formas de dominação e violência de classe, que se expressam, também, nas novas expressões da questão social.

## II

Não é novidade que a aguda crise contemporânea do capital alargou o fosso intransponível entre os interesses das classes dominantes e do trabalho; que, em resposta à agudização de suas contradições, setores do capital tentam hoje, de modo brutal e sem qualquer continência, promover formas bárbaras de (des)socialidade, donde o recrudescimento dos estranhamentos e a recuperação de formas de domínio de classe que já considerávamos superadas pela história (mas que ora retornam potenciadas por novas roupagens que mal escondem os velhos conteúdos). Também não é novidade o acirramento das lutas de resistência, muitas vezes surdas e muitas, muitas vezes derrotadas, dos trabalhadores em busca do simples direito de existir: de *comer*, de *morar*, de *viver*, de *vivenciar* sua sexualidade, de poder transitar pela comunidade tal como são; a sociedade que infla o individualismo é, paradoxalmente, a mesma que nega a possibilidade de uma individuação plena. A “sociedade livre” é a mesma que aniquila a existência e violenta as manifestações de determinados grupos sociais, fazendo-os vítimas cotidianas da barbárie social do capital: pobres, negros, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, usuários de drogas ilícitas, pessoas em situação de rua, sujeitos com sofrimento mental... Este o panorama de novas expressões, que trazem em seu âmago a “velha” questão social, a nos desafiar, enquanto assistentes sociais, no nosso cotidiano profissional e, enquanto seres humanos, em nossa vida diária.

Assim, é procurando contribuir na visibilidade de tais expressões que a *Revista Libertas*

apresenta, nesta edição, o dossiê *Serviço Social e questão social: novas e velhas expressões*. Abrindo este número, Maria Helena Elpídio e João Paulo da Silva Valdo, em ***O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional***, problematiza os dilemas hodiernos vivenciados pela profissão, colocada entre sua histórica defesa de um “projeto de sociedade livre de todas as formas de exploração” e o avanço das perspectivas mais recrudescidas da direita, na fase de crise aguda do capital. Para os autores, nessa tensão entre seu saber consolidado nas últimas quatro décadas, que anima sua inserção profissional, e os projetos do grande capital, de cariz conservador, “o debate que articula raça, classe, gênero, sexualidades e territorialidades desponta como força motriz imprescindível para as reconstruções necessárias que se avizinham nos próximos episódios da história”.

Mirla Cisne e Camila Mesquita Soares, em ***Questão social no brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao serviço social***, procuram abordar “a questão social e algumas de suas expressões na contemporaneidade brasileira frente ao avanço do ultraconservadorismo de cariz neonazista”. As autoras fundamentam sua análise em uma perspectiva “feminista, marxista e antirracista”. Seu objetivo é claro: “contribuir com a renovação profissional e o avanço do Serviço Social crítico por meio do fortalecimento do nosso vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora”. E ainda mais: oferecer aportes à práxis profissional que se compromete a enfrentar as expressões da questão social, fazendo frente ao “crescimento do ultraconservadorismo neonazista no Brasil contemporâneo”.

Na terceira intervenção, Joana Valente Santana, Tânia Maria Ramos de Godoy Diniz e Leonardo Costa Miranda, no artigo ***Questões Agrária, urbana e ambiental: Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de opressão presentes na cidade, no campo e na floresta***, trazem a discussão para o âmbito das territorialidades. Conforme as autoras, o artigo “discute a apropriação do território pelo capital articulado à destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil”. Sua contribuição se põe na reflexão sobre “o posicionamento do Serviço Social para o enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta”, sem perder de vista a interseção das dimensões de classe, gênero e raça. Concluem as autoras que, erigidas sobre as diretrizes curriculares da ABEPSS e o Projeto Ético-Político Profissional, o “Serviço Social brasileiro tem buscado as mediações da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental para contribuir com o trabalho profissional de assistentes sociais e com todas as formas de luta social contra as relações de exploração e opressão existentes”.

Mantendo-se na questão do território convergindo para o debate feminista, Tatiana Dahmer Pereira, em *Militarização e judicialização: resistências de mulheres em favelas do Rio de Janeiro*, traz uma instigante demonstração da resistência dos movimentos de mulheres nas favelas do Rio de Janeiro (RJ). Abordando a militarização dos territórios de favelas, a autora evidencia o genocídio da população negra nessas comunidades, concluindo que, embora insuficiente, o recurso à judicialização “tem se apresentado como um instrumento, se não de enfrentamento, ao menos de visibilidade, desnaturalização e de contenção temporária em relação à violência estatal”. No artigo, além de reflexão teórica a autora oferece resultados preliminares de pesquisa ainda em andamento sobre o tema.

E fechando a discussão sobre questão urbana, Rafaela Barbosa de Oliveira e Valter Martins em *O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua, no Brasil*, analisam como as “imbricações entre o racismo estrutural e as desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista” impactam os processos de “produção e reprodução da população em situação de rua”. Fenômeno que tem ganhado densidade e evidência nos últimos anos, segundo os autores, graças ao recrudescimento das crises econômicas. Valendo-se de um cuidadosa revisão sistemática sobre estudos e documentos que informam sobre “o processo de constituição e de expressões do fenômeno na realidade brasileira”, concluem pela existência de uma tendência de “crescimento de pessoas vivendo em situação de rua, com um perfil marcado pelo recorte racial, e pouca efetividade no acesso às políticas públicas sociais”.

Ainda dentro do dossiê, apresentamos dois artigos que conjugam a análise da formação profissional à problematização do racismo. No primeiro, *Diretrizes curriculares, serviço social e questão racial: nós a serem interpelados para a centralidade antirracista na formação profissional*, de André Henrique Mello Correa, o autor parte de pesquisa bibliográfica para articular “os elementos acerca da centralidade da questão étnico-racial enquanto chave analítica, estrutural e estruturante do capitalismo e dinamizador da ‘questão social’ na particularidade da formação econômica-social do Brasil, situando o serviço social nesta trama” e “a centralidade da agenda antirracista na profissão”, tomando como parâmetro “os acúmulos da categoria profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS”. Suas conclusões apontam no sentido de que a categoria conseguiu produzir “avanços significativos para pensarmos a produção do conhecimento acerca da matéria e a centralidade da luta antirracista na afirmação do projeto ético-político, ainda que incorra atravessamentos e dilemas a serem postos na agenda do dia”.

Já no segundo artigo, *Formação acadêmico-profissional em Serviço Social e racismo no Brasil: uma análise crítica*, Leonardo Dias Alves procura “analisar como a formação

acadêmico-profissional em Serviço Social pode ser um espaço reflexivo-crítico de combate e enfrentamento ao racismo”. O autor defende que “a problemática dos desdobramentos dos antagonismos e conflitos das relações raciais, assim como a materialização do racismo estrutural na atualidade, são categorias indispensáveis no processo de formação acadêmico-profissional”. No âmbito da profissão, o autor destaca o Projeto Ético-Político Profissional como resposta da profissão no combate ao racismo em seu âmbito. Suas conclusões, apontam para o fato de que “no âmbito da categoria profissional do Serviço Social é necessário identificar como o racismo apresenta-se para a profissão” e como esta pode formular respostas em relação ao seu enfrentamento.

Encerrando o dossiê, Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes apresentam reflexões sobre os escritos marxianos. Em *Marx sobre a "questão social": Itinerário de análise no New-York Daily Tribune*, apresentam “a análise de Marx sobre a ‘questão social’ em seus artigos no *New-York Daily Tribune*” de 1952 a 1962. Os autores destacam as abordagens de Marx sobre “pobreza, fome, desemprego, formas precárias e degradantes de trabalho, produção de loucura e do suicídio, criminalidade e emigração forçada como expressões ou desdobramentos da ‘questão social’”. Defendendo o resgate das produções marxianas menos conhecidas, argumentam que dito expediente pode contribuir na qualificação do debate e enfrentamento da “questão social” no Brasil. Reafirmam, no mesmo diapasão, “a pertinência do método em Marx e de suas análises [para a] nossa realidade”.

Na seção de artigos recebidos em fluxo contínuo, trazemos cinco trabalhos que, mesmo não compondo o dossiê, são de interesse para o tema deste número.

Os dois primeiros, trazem abordagens sobre a precarização contemporânea do trabalho em duas vertentes: no contexto das tecnologias digitais no período pandêmico e no abuso da força de trabalho imigrante na indústria têxtil, em São Paulo.

Assim, Angélica Luiza Silva Bezerra e Milena Gomes de Medeiros, em *Trabalho alienado na era das tecnologias digitais no contexto da covid-19*, procuram demarcar “os aspectos contemporâneos do trabalho alienado na era das tecnologias digitais no contexto da Covid-19”. Valendo-se de revisão bibliográfica e dados empíricos, as autoras argumentam que “pandemia da Covid-19 tem demonstrado um processo prolongado das contrarreformas, que desnudou o drama da classe trabalhadora destituída de proteção”. Em suas avaliações, a precariedade do trabalho que “se estende e se universaliza”, de modo explícito no período pandêmico, pela via da incorporação de tecnologias digitais, encontra sua explicação mais profunda “no movimento dos processos de reestruturação do mundo do trabalho desde a década de 1970”. Concluem as autoras: “o contexto pandêmico apenas antecipa o que já era uma



tendência qual seja, a ampliação do trabalho alienado sob a gestão das tecnologias digitais”.

Já em *A superexploração da força de trabalho dos imigrantes têxteis de São Paulo*, Rodrigo Fernandes Ribeiro e Valéria Regina da Fonseca, com base na análise de “reportagens publicadas pelo sítio da Organização Não-Governamental (Ong) Repórter Brasil sobre os casos de denúncias de trabalho análogo à escravidão de imigrantes sul-americanos nas indústrias têxteis do estado de São Paulo, entre 2009 e 2020” assumem o conceito de capitalismo dependente para identificar a “funcionalidade da superexploração da força de trabalho e do exército industrial de reserva no processo de acumulação capitalista”. Apresentam, finalmente, as condições de trabalho a que são submetidos os imigrantes na indústria do vestuário, concluindo que “o pagamento de irrisórios salários e o oferecimento de condições de trabalho degradantes, são elementos que caracterizam o uso da força de trabalho imigrante neste setor de produção de vestuário”.

No terceiro artigo desta seção, *Conjunto Paraíso dos Pássaros: Avaliação da eficácia societal do Projeto Una (Belém – PA)*, Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira Filho e Raquel Carvalho Paiva, combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo, trazem para primeiro plano “a vida das famílias do Conjunto Paraíso dos Pássaros após 22 anos do processo de reassentamento realizado pelo Projeto Una (Belém – PA)”. Tendo por compreensão de fundo que os impactos produzidos pelos projetos urbanísticos podem ser “minimizados quando a intervenção urbanística possui uma orientação que preza pela participação efetiva dos beneficiados”, concluem que o reassentamento das famílias pelo Projeto produziu melhorias “na qualidade de vida, satisfação na maioria dos moradores investigados, impacto na renda, implementação de infraestrutura e serviços coletivos na área, acesso a boas condições de moradia, dentre outros.

Em *Reflexões para o debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social*, Eliane Martins de Souza Guimarães retoma a problematização da formação profissional para apresentar “reflexões para o debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social”. Apresentando “dados de pesquisa com o estado da arte do debate sobre o ensino teórico-prático no Serviço Social”, a autora explora a relação “de ensino e aprendizagem a partir da formação e suas expressões: na docência, ensino e método; instrumentalidade, instrumentos e a relação teoria e prática”. Conclui apresentando como “elementos do debate sobre as teorias pedagógicas contra hegemônicas e formação em saúde trazem contribuições para o Serviço Social”.

Encerrando a seção de artigos, Thaís Kristosch Imperatori, Melina Sampaio de Ramos



Barros e Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia desenvolvem o instigante *Voluntariado e a Nova Direita: reflexões sobre as estratégias de proteção social em tempos de pandemia*. As autoras retomam a análise do voluntariado “como estratégia de proteção social no contexto de pandemia de COVID-19 no Brasil à luz da ideologia da Nova Direita”. Compreendendo as diferentes formas de proteção social, as autoras investem em pesquisa documental ampla para defender a existência de uma “histórica institucionalização de programas de incentivo ao voluntariado no Brasil”, cuja tendência permanece sendo fortalecer, ainda que “de maneira distinta”, “a redução da responsabilidade do Estado”. Concluem as autoras que, “no atual contexto, ao ser apresentado como principal estratégia de proteção social do governo Bolsonaro, o voluntariado se orienta pela privatização da assistência e pela moralização do trabalho e da pobreza”.

Fecha o nosso número, a entrevista com Rita Meoño Molina, Presidente da ALAEITS, gestão 2020-23. A professora da Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Costa Rica, fala sobre a *Associação*, faz um balanço sobre o XXIII Semanario Latinoamericano de Trabajo Social, ocorrido no Uruguai em novembro deste ano e tece prospecções sobre os desafios futuros para o serviço social latino-americano. E a tradução do artigo *Por que a burguesia precisa se desesperar?*, de György Lukács, de 1848, publicado às portas de sua mais contundente crítica do irracionalismo, *A destruição da razão*, de 1954, e dez anos após a conclusão de *O jovem Hegel*. De um modo direto, claro e ao mesmo tempo erudito, Lukács não foge à uma de suas mais intransigentes características: o combate das ideologias burguesas.

Que permaneçamos instigados a continuar oferecendo respostas emancipadoras aos desafios postos pelas novas expressões da “questão social” aos e às assistentes sociais. Boa leitura!

Os editores.

### Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**. Rio de Janeiro, ano II, N. 3, jan-jun 2001.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses, Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. Petrópolis/ Bragança Paulista: Vozes/ Editora Universitária São Francisco, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Ciência da Lógica**. 2. A doutrina da Essência. Trad. Christian G. Iber e Frederico Orsini. Petrópolis/ Bragança Paulista: Vozes/ Editora Universitária São Francisco, 2018a.
- \_\_\_\_\_. **Ciência da Lógica**. 1. A doutrina do Ser. Trad. Christian G. Iber e Frederico Orsini. Petrópolis/ Bragança Paulista: Vozes/ Editora Universitária São Francisco, 2017.

- IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, György. **Por quê a burguesia precisa se desesperar**. Trad. Alexandre Aranha Arbia. *Revista Libertas*, Vol. 22, N. 2, jul-dez 2022.
- \_\_\_\_\_. **A destruição da razão**. Trad. Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- \_\_\_\_\_. **O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro I: O processo de produção do capital. 2ª Ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos económico-filosóficos de 1844**. Traducción y notas: Fernanda Aren, Silvina Rotemberg y Miguel Vedda. Buenos Aires: Colihue Clásica, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução**. 2ª Ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Introdução ao pensamento de Hegel**. Tomo I – A Fenomenologia do espírito e seus antecedentes. São Paulo: Loyola/ FAPEMIG, 2020.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In MENESES, Paulo. **Para ler a fenomenologia do espírito**. Roteiro. São Paulo: Loyola, 2011.

# O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional

## Social Work at the crosswords: the racial issue and the professional training project

Maria Helena Elpídio\*  
João Paulo da Silva Valdo\*\*

**Resumo:** O Serviço Social brasileiro acumulou nas últimas quatro décadas um legado crítico que posiciona a profissão alinhada a um projeto de sociedade livre de todas as formas de exploração, opressão e expropriação. Como parte do movimento radical da história, enfrenta um conjunto de desafios próprios do capital em crise, mergulhada na desfaçatez do neoliberalismo que trouxe à tona em seu projeto, as faces mais perversas da ultradireita fascista e conservadora. De um lado, uma trajetória alicerçada na organização política e social desta categoria nas frentes mais importantes de luta e resistência do país, com uma formação profissional crítica, consolidada na profícua produção acadêmico-científica graduada e pós-graduada. Além da ocupação profissional nos mais diversos espaços organizacionais. De outro, projetos que empurram a profissão um cariz conservador de suas origens de controle social da classe trabalhadora à serviço do grande capital. É nesta encruzilhada onde se encontram os projetos de profissão, que destacamos como o debate que articula raça, classe, gênero, sexualidades e territorialidades despontam como força motriz imprescindível para as reconstruções

**Abstract:** In the last four decades, Brazilian Social Work has accumulated a critical legacy that positions the profession in line with a project for a society free of all forms of exploitation, oppression and expropriation. As part of the radical movement in history, it faces a set of challenges typical of capital in crisis, steeped in the audacity of neoliberalism that brought to the fore in its project the most perverse faces of the fascist and conservative ultra-right. On the one hand, a trajectory based on the political and social organization of this category in the most important fronts of struggle and resistance in the country, with a critical professional training, consolidated in the fruitful undergraduate and postgraduate academic-scientific production. In addition to professional occupation in the most diverse organizational spaces. On the other, projects that push the profession towards a conservative nature of its origins of social control by the working class at the service of big capital. It is at this crossroads where professional projects meet, which we highlight as the debate that articulates race, class, gender, sexualities and territorialities emerge as an essential driving force for the necessary reconstructions that are

\* Assistente Social. Professora Associada do DSS/PPGPS/UFES. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Núcleo de Estudos Interfaces (UFES). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estado, Classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil - NECLATSS. Militante do Círculo Palmarino - ES e do Núcleo Estadual de Mulheres Negras do ES. NEAB/UFES. Presidente da ABEPSS (gestão 2017-2018). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8243-5427>

\*\* Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFRJ) e doutorando em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Racial e Serviço Social (GEPEQSS/UFRJ) e do grupo Interfaces (UFES) que formam o Grupo de Estudos do Pensamento de Clóvis Moura.

necessárias que se avizinham nos próximos episódios da história.

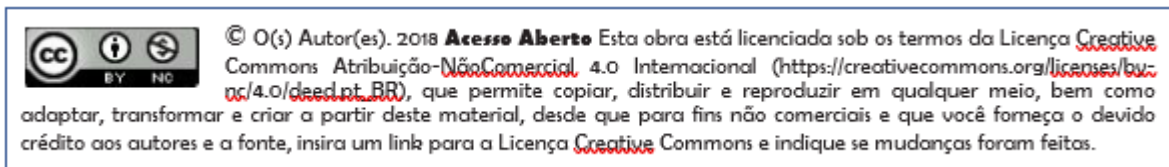
coming in the next episodes of history.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Projeto de formação profissional; questão racial.

**Keywords:** Social Work; Professional training project; racial issue.

Recebido em: 22/11/2022

Aprovado em: 01/12/2022



## Introdução

Em meio a uma sociabilidade que carece refazer-se frente à conjuntura avassaladora da escalada desumanizadora do capitalismo em crise neste século XXI, marcada por guerras, destruição ambiental, genocídio de povos/etnias que marcamos esta encruzilhada.

A metáfora da encruzilhada, bastante usada nas narrativas yorubanas, implica colocar-se no lugar do encontro, da decisão, da escolha, das disputas e também das possibilidades. É importante registrar que nesta narrativa, quem chega em uma encruzilhada, não chegou sozinho ou sem nada. Carrega histórias, movimentos de vida, encontros, desencontros e a necessidade de seguir. A encruzilhada não é o fim do caminho. Tudo que o caminhante trouxe, o conduz para novos e desafiadores futuros.

Nas encruzilhadas também o povo preto faz suas apostas e trocas, aqui pedimos licença poética aos que leitores e andantes destes caminhos profissionais, para usar de figuras mitológicas, como se faz secularmente em textos acadêmicos com os deuses gregos (Sísifo, Fênix, Aquiles, etc). Assim, como metáfora ou idílio, apresentamos o sentido da “encruzilhada”.

A encruzilhada é também o lugar de Exú, que nas religiões de matriz africana, simboliza o movimento e o mais humano dos deuses yorubanos, presente em quase todas as etnias da terra mãe. Porque Exú, é a livre tradução de caminho, de síntese de contraditórios que se materializa nas trocas, nas transformações, no mercado (dimensão da necessidade coletiva da complementariedade, pois todos tem alguma coisa a oferecer). E ele é também, a boca que tudo come, que dá a dimensão de que toda natureza e seus produtos transformados ou não pelas mãos humanas, são imprescindíveis pois tem a função de alimentar a vida. Para as comunidades tradicionais africanas e em diáspora, ele é o som no silêncio, a denúncia que explicita o que está escondido é a própria contradição que tira tudo do lugar. Não é à toa que ele é marcado pela

esquerda, o contrário. Nesta cosmovisão, Ele é a possibilidade de real e concreta do movimento, porque instiga e segue voraz em busca continuar vivendo e sendo amigo dos viventes, retomasse o sentido de plenitude.

Esta ousada explicação por meio desta imagem simbólica, é absolutamente necessária para seguirmos na defesa de uma posição que mostra como que os caminhos do legado construídos pelo serviço social crítico brasileiro, que nasce nos porões da ditadura, do movimento das lutas populares e classistas das veias pulsantes da América Latina, dentro e fora da universidade, ajudaram a construir nas últimas quatro décadas, um projeto profissional construído na radicalmente do sentido da História (IAMAMOTO; YAZBEK, 2019; IAMAMOTO; SANTOS, 2021). Esta é uma das vias que levam à encruzilhada.

A outra ponta do caminho, vem também do fluxo vivo desta história. Segue em marcha desde os tempos nos quais o colonialismo se consolida na expropriação, extermínio e dominação dos povos colonizados (MARX, 2013), e se engrandece com o escravismo colonial, a fim de alimentar as entranhas do capitalismo. Vem dos negreiros que cruzaram o Atlântico, carregados de milhares negros africanos raptados e escravizados as condições necessárias para o processo de acumulação capitalista e seu pleno desenvolvimento (WILLIAMS, 2012; NASCIMENTO, 2016; MOURA, 2020, 2021). No entanto, para estes autores, antes mesmo da instituição do trabalho livre, a população negra vem rompendo com silenciamentos e enfrentando as formas de genocídios sucessivos que lhes outorga lugar de sujeitos que negam a sua condição. Enfrentam neste movimento, um conjunto de determinações sociais e estigmas que os relega a um lugar desumanizado/precarizado na divisão social do trabalho e na formação do exército de reserva, como explica a lei geral que estabelece: “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p.690).

Assim, o debate em torno da profissão renovada e do antirracismo no campo do trabalho e da formação profissional emergem dos atos de insurgência, de resistências e lutas da classe trabalhadora em seu movimento histórico. Este é encontro nesta encruzilhada que vamos discorrer. A fim de convergir, somar e dar fôlego ao debate do serviço social crítico, pois retroceder nunca foi permitido na dinâmica da classe trabalhadora, que tem raça, sexualidades e territorialidades. É deste entrecruzamento, também, que esperamos trazer algumas reflexões sobre este potencial encontro: Do debate étnico-racial com os fundamentos e o projeto de formação profissional em serviço social.

As pesquisas recentes sobre processo de reconceituação, apontam que o redirecionamento da profissão que seguiram as tendências mais críticas na América Latina, tiveram suas bases alicerçadas na aproximação e apreensão no movimento da vida concreta e

da organização das classes trabalhadoras. A ruptura com o conservadorismo profissional, é tecida na marcha da história, com os elementos para a renovação do serviço social nas diferentes realidades profissionais nos países da América Latina. A apreensão crítica deste processo, no entanto, será feita no acurado processo de sistematização, aprofundamento e adensamento do pensamento marxista, nos permitindo inicialmente os construímos os passos na direção da Virada em 1979 no Brasil. Sabemos, que esta construção não começa e não se encerra neste marco. Mas, reconhecidamente é neste processo que envolveu um conjunto de sujeitos inseridos na dinâmica social, que o serviço social brasileiro traça seu novo caminho. (BRAVO et.al, 2019; ELPIDIO, 2021; BATISTONI, 2021).

Retomar os aspectos que contribuíram para a renovação crítica do Serviço Social e para a ruptura com o conservadorismo significa muito mais do que revisitar um conjunto de memórias. Representa, neste contexto de profundos impactos e retrocessos do conservadorismo na sociedade como um todo e, em especial, na profissão, uma estratégia para potencializar a crítica aos deletérios processos de recuo no campo político, acadêmico e no exercício profissional, precisamente no momento em que o apelo às práticas ultraliberais, antidemocráticas, proselitistas neopentecostais e de cunho fascista ocupam a cena pública, capitaneadas pelo governo federal de Jair Bolsonaro. (ELPIDIO, 2021, p. 272).

Para efeitos de registro, colocamos como parte desta encruzilhada, os caminhos trazem os ares conservadores do passado profissional com projetos bastante distintos de profissão, em defesa do do serviço social clínico, empreendedor e libertário que levam à profissão direto ao seu passado. Por questões óbvias, as reedições deste trajeto, nos levaria mais a um labirinto sem possibilidades de saídas efetivas que trilhem caminhos emancipatórios frente aos desafios do tempo presente.

Vale dizer ainda nesta introdução que este artigo foi organizado a partir do adensamento de estudos dos autores no pós-doutorado, doutorado, da construção coletiva do grupo de estudos Clóvis Moura<sup>1</sup> e participação na pesquisa “O serviço social na história: Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais - América Latina e Europa (1960-2020)”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Coletivo que surge da articulação dos grupos ILÈ SI IMÓ (, vinculado ao grupo de Estudos Interfaces (Universidade Federal do Espírito Santo) e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Racial e Serviço Social (Universidade Federal Fluminense. Motivados pelo acúmulo no debate dos fundamentos e diante do desafio e necessidade de debater a questão racial na particularidade da formação sócio-histórica brasileira e as articulações com o serviço social brasileiro, buscaram se reunir para a construção de uma proposta de estudos coletivos, que elencou o pensamento de Clóvis Moura como principal interlocutor<sup>1</sup>.

<sup>2</sup> Segunda etapa da pesquisa em rede internacional, originada no projeto, “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980).



## Ao chegar na encruzilhada a Sankofa<sup>3</sup> ajuda a apontar o caminho

Os estudos bibliográficos sobre a relação entre o serviço social e a questão racial, nos permite partir de três pressupostos importantes para esta análise: 1) embora esteja em ascensão no Serviço Social, a questão racial não é um debate novo, nem um fenômeno recente que atravessa o universo profissional. 2) a questão racial, vista como elemento estrutural, é parte do processo de da formação social e do desenvolvimento capitalismo dependente brasileiro, em sua particularidade, e compõem a dinâmica das relações sociais de produção e reprodução do capital, na qual o serviço social é parte. 3) A radicalidade do debate racial, vale esforços em apreendê-lo como parte da totalidade e historicidade - portanto, seus aspectos que o colocam como parte inerente ao constructo da sociedade moderna capitalista em seu movimento da luta de classes. Deste modo, a partir de uma apreensão marxista do fenômeno, partimos da tese que evidencia que raça e classe se entrecruzam. Deste modo, o cerne do debate nos direciona para recuperação dos elementos fundantes da sociabilidade capitalista e sua superação. Como síntese radical, é possível apreender que os fundamentos do racismo só serão superados, uma vez extintos os fundamentos do capitalismo. Essa é a dialética radical apresentada por Moura (2014 e 2020), que nos ajuda na tese aqui defendida da encruzilhada no serviço social, que trata da necessidade do aprofundamento do debate sobre a relação entre racismo e o serviço social.

Este é um caminho irreversível para a profissão, que vêm acumulando o adensamento da questão racial e das lutas antirracistas, como parte e expressão da maturidade intelectual desta profissão em seu viés crítico (não livre de silenciamentos, limites, autocriticas e tendências alheias aos fundamentos que orientam a profissão).

É digno de nota, que os impactos do crescimento da população negra na profissão e as conquistas advindas da árdua luta dos movimentos negros na história progressa e recente neste país, têm sido estratégicas para o protagonismo do debate. Haja visto, os impactos das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas, que desde o início dos anos 2000 e com a implementação da lei 12.711/12 evidencia um contingente expressivo, via de regra organizado de jovens negres, que chegam nas universidades alterando demandas, conteúdos e posições antirracistas na formação profissional (MOREIRA, 2020; LEMOS e AZEVEDO, 2021). Outro aspecto relevante, trata da presença hoje de 50.34% do contingente profissional declaradamente

<sup>3</sup> A adinkra um dos símbolos africanos, representa a Sankofa, grafada na figura de um pássaro que volta a cabeça à cauda. O símbolo é traduzido pela importância de se retornar ao passado, para ressignificar o presente e construir o futuro, sem perder de vista de onde se veio.

Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> acesso em 21/11/2022.



negra<sup>4</sup>.

Os dados quantitativos somados ao universo aguerrido de profissionais e pesquisadoras negras<sup>5</sup> faz a categoria provar de um crescimento qualitativo e quantitativo das produções em torno do debate nos últimos anos, como pode ser atestado em Silva (2022), que identificou a produção, nos últimos 10 anos, de 116 dissertações e 50 teses, sobre o debate da questão racial, totalizando 166 trabalhos produzidos em 27 programas de pós graduação da área, dos 35 existentes.

É nesta direção que aqui cabe recuperar a dimensão de um legado profissional que assegura nas bases do projeto de formação profissional, na organização da categoria (dentro e fora das suas Entidades) e na produção acadêmica-científica, que encontramos uma segunda metáfora para dialogar sobre os rumos do serviço social nesta quadra histórica. Trata do pássaro de África, que “caminha com o corpo projetado para a frente e volta sua cabeça para não esquecer do passado”.

Seguindo ainda lógica da Sankofa, entendemos que é o caminho acumulado pelo serviço social crítico marxista, seu legado que permitiu a construção da concepção de profissão sólida, a partir da apreensão de elementos do materialismo histórico inaugurado por Karl Marx, ao compreender os fundamentos da sociedade capitalista que temos os elementos cruciais elucidados nas obras de Iamamoto (1985 e 2007), além de outras grandes contribuições do serviço social nesta tradição (NETTO, 1996; dentre outras autoras).

As pistas para um debate capaz de articular a relevância do legado crítico da profissão no Brasil seriam, portanto, coerentes com o antirracismo, que certamente agrega elementos que não separam: História, teoria e método. Desta forma, a radicalização da apreensão do debate racial, só vêm a fortalecer a concepção do Serviço Social na história. Mas, isso não se faz de forma automática e imediata. Exige um trato rigoroso do processamento do racismo nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais superando o suposto romantismo culturalista do pensamento social brasileiro (FREYRE, 2006; HOLANDA, 2014; CUNHA, 2011), bem como as entranhas perversas de conformação do Estado violento, autoritário e militarizado pautado na racionalidade da supremacia branca que escamoteiam as lutas de classes por dentro da institucionalização do racismo como uma marca da formação social e da

<sup>4</sup> Conforme pesquisa realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS: “**Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**”. Ver mais em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1922>> Acesso em 21/11/2022.

<sup>5</sup> Usamos no feminino para expressar o quantitativo de mulheres na profissão

economia dependente do país. (MOURA, 2014, 2019, 2021; FERNADES, 1978, 2010; GOES, 2018, 2021).

O racismo ajuda a mascarar os efetivos mecanismos de barragem criados pelas elites dominantes atrasadas do país, que são os verdadeiros serviçais do capitalismo central. Além, de engendrar no ethos nacional, a despolitização da questão social e a marginalização dos movimentos de insurgência, resistência e questionamentos à ordem nestas bandas de cá, desde que instaurado o colonialismo. Em especial, ao relegar o negro como sujeito passivo na história, submetido às marcas da eugenia, da miscigenação, do mito da democracia racial e do genocídio do negro na sociedade brasileira. (MOURA, 2014, 2019, 2021; FERNADES, 1978, 2010; NASCIMENTO, 2016; GONZALES, 2020; SILVA, 2021; GOES, 2021; SOUZA, 2020).

A partir de perspectivas histórico-críticas sobre a questão étnico-racial, entende-se que esta deve ser apreendida como um eixo estruturante das relações sociais capitalistas em sua totalidade histórica, seja do ponto de vista da particularidade da formação social brasileira, seja pela perspectiva do objeto da profissão, ou pela discussão dos sujeitos sociais da classe trabalhadora (ELPIDIO, 2021a).

Considerando a literatura que trata das determinações e nuances da questão social no Brasil, o debate que articula classe e raça se constitui como elemento imprescindível (SILVA, 2021; SOUZA, 2020). Desta forma, a questão racial não pode ser tratada no conjunto da formação profissional como um componente curricular aleatório ou fragmentado (ROCHA, 2014; ELPIDIO, 2020), como tende a caminhar as análises que enfatizam o viés culturalista e identitaristas da questão, mantendo-o sob a roupagem de um pensamento social brasileiro que organizou um projeto de nação pautado nos referenciais da branquitude à serviço das elites atrasadas que dominam o país (MOURA, 2014; 2020; 2021).

As formas que desconsideram os aspectos fundamentais do materialismo histórico relegam à questão racial como elemento específico de um grupo ou segmento populacional sem fazer a articulação desta com a lei geral de acumulação e as determinações sociais que incidem no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como totalidade histórica, tendem a tornar o debate de forma rasa e imprecisa, sendo preza fácil, de ardis armas ideológicas do racismo, expressas também no racismo acadêmico. Em especial, frente ao viés que desarticula o debate em relação à classe social.

A tese, já apontada também por Rocha (2014) e aqui aprofundada, é de que ao examinar a lógica curricular e seus fundamentos, a questão racial perpassa a formação da vida social assentada no modo de produção capitalista, bem como a particularidade deste processo histórico da formação social brasileira desde seu processo de colonização e inserção tardia no capitalismo, aprofundando e sustentando a relação de dependência nos diferentes períodos históricos de

desenvolvimento; e aflora como força motriz repleta de contradições e do movimento real da classe que combina *castigo e rebeldia*, nos termos de Yamamoto (2001). (ELPIDIO, 2021a, p. 79).

Desse modo, esta apreensão é primordial para dar sustentação ao trabalho e exercício da profissão, trazendo o desafio de decifrar criticamente as demandas e prerrogativas profissionais para uma intervenção profissional que não é neutra (IAMAMOTO, 2007; YAZBEK, 2018). Além desse aspecto teórico, o debate da profissão evidencia a sua dimensão ético-política, que exige um perfil profissional para atuar de forma coerente com o seu tempo, no que se refere às demandas da classe trabalhadora (GUERRA et al., 2018).

### **Retomando ao ponto de partida para continuar o caminho...**

Já temos como advertência que a nova lógica curricular prescinde um acurado e rigoroso trato teórico coerente com o pensamento de cariz marxista (IAMAMOTO: 2007; NETTO, 2016; ABREU, 2016). No entanto, o exercício de abstração de algumas categorias, uma vez trabalhadas na forma de conteúdos e matérias distribuídas em uma grade curricular, e ainda, ofertada pelas mais diversas estruturas de ensino superior (presenciais precarizadas e à distância), fica patente o ecletismo, ora travestido de pluralismo, ora vítima da falta do rigoroso trato teórico nas abordagens sobre a profissão.

A consolidação de um projeto de formação, que tem nas Diretrizes Curriculares da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 a direção central de um dado perfil profissional, vem requisitando uma série de estratégias que possam atender às demandas postas no processo de formação profissional. A perspectiva crítica que sustenta e orienta esse projeto de formação, e que coloca novos e complexos desafios, que rebatem no perfil de profissão e ser construído e consolidado, nos desafia a compreender que é nas contradições da realidade que formamos assistentes sociais capazes responder os dilemas cotidianos da profissão (GUERRA, 2018).

A crescente demanda em torno do debate da questão racial no Serviço Social, sobretudo nesta última década com a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, a publicação dos Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social e do documento sobre cotas na pós graduação no âmbito ABEPSS, a publicação de alguns dossiês temáticos nos periódicos da área<sup>6</sup>, a última campanha do Conjunto

<sup>6</sup> Periódicos da área que publicaram dossiê sobre questão racial nos últimos 10 anos: Libertas (UFJF) em 2013, Temporalis (ABEPSS) em 2014, Argumentum (UFES) e Ser Social (Unb) em 2017, Serviço Social e Sociedade e Katalysis (UFSC) em 2018, Serviço Social em Perspectiva (UNIMONTES) em 2019 e Em Pauta (UERJ) em 2020.

CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/ Conselhos Regionais de Serviço Social) chamada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” e o seminário de direitos humanos com ênfase na questão racial, de 2019, também realizado pelo Conjunto; e a organização do Sankofa: setorial étnico-racial da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e do encontro realizado pela executiva intitulado: “A virada agora preta”, representam esse movimento de ascensão do debate no seio da profissão. E mais, expressam novas requisições profissionais e nossa capacidade coletiva de dar respostas a esse importante e legítimo movimento.

Coadunamos com Guerra (2018) que ao tratar sobre o processo de formação profissional é necessário apontar de qual serviço social estamos falando e demarcar qual concepção profissão, que tem nítido num projeto de formação sua orientação e princípios. Portanto, nossas reflexões se assentam numa direção teórico-crítica de um serviço social renovado, que fora impulsionado pelo processo (contínuo) de intenção de ruptura ao conservadorismo na gênese da profissão. Que entende a realidade como totalidade história em um movimento complexo e dinâmico de transformação.

O processo de emergência do Serviço Social no Brasil é parte do desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução do capitalismo em sua fase monopolista. Uma profissão que surge num movimento de ruptura-continuidade, determinada pelas requisições do mercado de trabalho que exigiram um profissional de Serviço Social para atuar nas expressões da questão social (MOLJO; SILVA, 2018).

O Serviço Social, como profissão, tem sua gênese vinculada às transformações emergentes da sociedade capitalista e no desenvolvimento de uma industrialização dependente na América Latina. Sob esta, a refuncionalização do Estado significou não, apenas, a criação de condições para a expansão do capital estrangeiro, para a substituição de importações. Mas, também, novas formas de intervenção na luta de classes, as quais são somadas ao tradicional processo de repressão e genocídio, instituído desde a invasão colonial.

Seja na sua protoforma cristã ou, posteriormente, no processo de profissionalização, que buscou racionalizar e tecnificar a atuação da (o) assistente social, está arraigada o processo de industrialização dependente, numa quadra histórica que teve como um dos principais paradigmas à solução do “problema da mancha negra” (SOUZA, 2020a, p. 382-383).

Souza (2020a) vai apontar que a resolução do problema da “mancha negra” dava-se em três frentes: a repressão e o controle; a marginalização e o rebaixamento da força de trabalho negra; e a moral racista que privilegiava o trabalhador imigrante europeu. E nesse contexto, segundo a autora, o Serviço Social surge, se profissionaliza e é convocado a atuar no controle

e ajustamento dos trabalhadores, principalmente a parcela mais marginalizada, a população negra e pobre.

É importante considerar que no período de emergência do Serviço Social, vigorou no Brasil, entre 1910 e 1930, o Movimento Eugenista que contribuiu teórica e politicamente para a segregação e eliminação dos negros e indígenas, considerados inferiores e responsáveis pelo subdesenvolvimento do país. Ideais que influenciaram ações higienistas e eugenistas no âmbito das instituições do Estado, com objetivo de criar mecanismos para controle e eliminação da população negra e pobre, considerada degenerada; e moldar os comportamentos desses sujeitos (SOUZA, 2020a).

Segundo Góes (2018), o movimento eugenista surge no Brasil como expressão do pensamento conservador e perspectivando um modelo branco, cristão e civilizado de nação. Várias profissões que concebiam a eugenia enquanto ciência tinha o objetivo de “[...] racionalizar a imigração, findar a delinquência, liquidar os degenerados, consolidar uma política de cariz sanitária, melhorar a raça, através do branqueamento, para a construção de uma nação que representasse o progresso (2018, p. 100).”

O pensamento conservador é restaurador, preservador e reforça a autoridade moral, como sinaliza Yazbek (2018). Segundo a autora, o conservadorismo não é apenas uma herança do século XIX, são ideias reformuladas que são base para manutenção do capitalismo. Que, portanto, resguarda relações com o eugenismo, por isso expressão do pensamento conservador, ao postular ajuste moral e social aos considerados degenerados e impasses para o desenvolvimento do Brasil, as pessoas pobres e negras.

Importante considerar que o suporte técnico científico do positivismo, que orienta a profissão nessa quadra histórica, que estava no caminho do pensamento conservador e do humanismo cristão, é resultado da ampliação das possibilidades de intervenção do Serviço Social em várias áreas de execução da política social, a partir das requisições do Estado. Nesses termos, uma reorientação profissional e a necessidade de referências teóricas e técnicas para atender às novas demandas postas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e o positivismo ganha terreno, sobretudo por que esse método trabalha com relações aparentes dos fatos (YAZBEK, 2018).

Os elementos apontados por Souza (2020a), Góes (2018) e Yazbek (2018) contribuem para apontarmos duas questões: i) a relação entre racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro, e o positivismo como perspectiva teórica que orienta tecnicamente as ações do Estado e; ii) considerando o processo de surgimento do Serviço Social no Brasil, a influência

dessas perspectivas teórico políticas na formação e no exercício profissional do assistente social.

Podemos observar, de acordo com as análises de Cardoso (2016), que os primeiros currículos da formação em Serviço Social, vinculado a igreja católica e seu pensamento conservador, possuíam disciplinas como higiene e medicina social, psicologia e higiene mental, serviço social de caso, grupo, comunidade, serviço social em suas especializações (família, menores, trabalho, médico), que contribuía para a consolidação de um ethos profissional conservador, que direcionava a formação e exercício profissional que buscava uma intervenção harmoniosa e de ajuste dos sujeitos e das famílias.

Desde a emergência do Serviço Social brasileiro na década de 1930, existia um claro entendimento sobre a importância da cultura na formação e no exercício profissional. Pode-se afirmar, sinteticamente, que a cultura profissional presente nesse período era fortemente balizada por uma visão de mundo que entendia a “questão social” como uma questão moral, na qual a(o) assistente social devia intervir procurando “adaptar e ajustar” os indivíduos que sofriam algum tipo de “problema”. A sua base era essencialmente doutrinária, o que significa a existência de determinada cultura profissional com fortes influências religiosas, conservadoras e até reacionárias, em que pese as diferentes formas com que isso objetivou nas diversas realidades latino-americanas (MOLJO; SILVA, 2018, p.119).

A construção da cultura profissional, sinalizada por (MOLJO; SILVA, 2018), que é reflexo das transformações societárias, continha um cariz conservador, ou seja, era formado um perfil profissional conservador, moralizador e racista para atuar nas expressões da questão social. O racismo aqui entendido como elemento estrutural que integra as relações sociais, culturais, políticas e econômicas da sociabilidade burguesa.

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grau racial ao qual pertencem (ALMEIDA, 2018, p.25).

Cabe, por fim, reconhecer que o conservadorismo e o eugenismo presentes na mesma quadra histórica da emergência do Serviço Social, possuem profundas relações com o racismo (é determinado por ele no Brasil) o que impactou tanto na formação como no exercício profissional. Essa afirmativa leva em consideração, além dos elementos mencionados, que o Serviço Social faz parte da história das relações sociais, e por ela é impactada. Fato é que essas questões, ainda que de maneira diferentes, são um desafio para profissão e pretendemos debater isso no próximo item.



## Questão racial e a formação em serviço social: as diretrizes curriculares da ABEPSS em debate

Conforme dissertamos no item anterior, a direção posta nos primeiros currículos dos cursos de graduação em Serviço Social direcionava uma perspectiva conservadora para formação profissional, que por sua vez, estava afinado com contexto histórico do país marcado pelo conservadorismo, eugenismo e racismo, como parte do seu projeto de desenvolvimento.

É inegável que a presença da perspectiva conservadora direcionando os primeiros 50 anos de profissão iria contribuir para consolidar uma formação e exercício profissional com práticas racistas, fiscalizatórias e moralistas no trato com as demandas postas pelas expressões da questão social e suas particularidades no Brasil.

É somente com o movimento de reconceituação latino americano e com o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 60, que as bases conservadoras da gênese da profissão passam a ser questionadas e tensionadas, sobretudo, com a perspectiva de intenção de ruptura, com base e influência do marxismo.

Compreender, assim, a presença e assunção da tradição marxista no Serviço Social brasileiro implica, igualmente, localizar, além do processo histórico, os agentes profissionais, as condições objetivas e subjetivas mobilizadoras de suas escolhas e ações, seus vínculos teóricos e práticos-políticos. A renovação dos fundamentos do Serviço Social está imbricada, portanto, à dinâmica mesma da realidade brasileira, estimulando segmentos do espaço acadêmico e profissional a buscar novos referenciais para iluminar a prática e a formação profissional (SIMIONATTO, 2018, p. 88- 89).

Portanto, a influência da tradição marxista, a partir das fontes originais de Marx, foi de suma importância no redirecionamento e qualificação dos debates dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, que também se materializou na revisão curricular de 1982 e no Código de Ética de 1986 (SIMIONATTO, 2018).

A revisão do currículo de 1982, além de ser parte do processo de intenção de ruptura ao conservadorismo, principalmente no âmbito da formação, expressou o avanço nas discussões em torno da história, teoria e método; e no debate sobre os movimentos sociais e das políticas sociais, nesse período histórico. Ou seja, todo o debate e acúmulo em torno do currículo de 82 foi um elemento fundamental para assentar as discussões posteriores para a construção e consolidação das DC da ABEPSS de 1996.

O processo de construção da DC da ABEPSS contou com a realização de diversos debates em eventos acadêmicos científicos da área e em várias localidades do país com o objetivo de avançar em relação ao currículo de 1982, considerando todo o acúmulo teórico político que categoria tinha alcançando nas últimas décadas, sobretudo após o congresso de virada. Muito embora a conjuntura que se abriu nos anos 1990, com novos dilemas postos a



profissão e a sociedade com a ascensão da ofensiva neoliberal, não foram impedimentos tanto para as discussões em torno do currículo mínimo do Serviço Social, quanto para consolidação e publicação do Código de Ética de 1993 e da lei de regulamentação da profissão nº 8662/1993.

Sem dúvida a inovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS está no trato do significado social da profissão como totalidade, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e que tem nas particularidades sócio-históricas da questão social seu objeto de estudo e intervenção. Nesse sentido, a necessidade de um rigor na perspectiva marxista, na apreensão das particularidades da sociedade brasileira e suas transformações na reestruturação produtiva é fundamental para a apreensão do significado social da profissão. Por esses motivos, a correta apreensão do método na teoria social marxista é exigência para a correta apreensão do projeto de formação e da construção da intervenção profissional (TEIXEIRA, 2019, p.74).

Nessa direção, não nos restam dúvidas que as DC da ABEPSS não apontam somente para qual serviço social estamos falando e defendendo e qual perfil de formação queremos formar, é a expressão concreta de um projeto de formação em Serviço Social. E coadunamos com Teixeira (2019) que as DC da ABEPSS são um ponto de chegada por que é resultado de síntese de um processo histórico de construção e amadurecimento, mas também é ponto de partida para os novos elementos teórico-políticos que atravessam a formação, conferindo um sentido mais amplo ao Projeto de Formação Profissional do Serviço Social.

Há entre as inovações propostas nas DC da ABEPSS um elemento fundamental, qual seja: a nova lógica curricular e sua organização em núcleos, a saber: Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Essa estruturação em núcleos permite superar uma lógica fragmentada no processo de formação e possibilita, de forma articulada, à análise da particularidade da questão social na formação social do Brasil, do significado sócio-histórico da profissão, que formam um conjunto de conhecimentos e habilidades para um exercício profissional com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (TEIXEIRA, 2019; e ASSIS; VALDO; VAZ; 2021).

No entanto, novas requisições vêm sendo postas ao processo de formação profissional e parte dela, como mencionamos no início deste ensaio, é a demanda pelo debate da questão racial na formação acadêmica-profissional, e juntamente com essa demanda, temos o desafio de articular esse debate aos núcleos de fundamentos das DC da ABEPSS.

Guerra (2018) traz uma importante reflexão, que ao nosso ver é mais ampla que a discussão sobre a questão racial, mas contribui com importantes pistas.

[...] a dificuldade de uma abordagem do Serviço Social que opere com a tridimensionalidade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação tem

deixado lacunas na formação profissional, fazendo com que o trato teórico-metodológico se mantenha em um nível de abstração tal que não permite que os sujeitos profissionais captem as mediações que conectam a sua leitura crítica da realidade a um trabalho profissional na direção da ruptura com o conservadorismo. Faz necessário que formação profissional crie condições para que os profissionais possam operar com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa (quando o fazem, obviamente!), que tem que ser interpretada em todas as suas determinações e contradições (GUERRA, 2018, p. 30).

Essa citação de Guerra (2018) nos aponta duas questões, no que diz respeito ao debate que estamos construindo nesse trabalho. Primeiro a lacuna da discussão racial na formação acadêmica profissional deixa problemas na compreensão do racismo como importante elemento na formação social e sua relação com os fundamentos do Serviço Social, o que rebate numa segunda questão, análise abstrata da classe trabalhadora no Brasil e dos usuários das políticas sociais nos espaços sócios ocupacionais que atuamos e que tem suas vidas atravessadas pelo racismo. Portanto, essa lacuna e suas consequências representam um desafio de concretizar a relação dialética entre os núcleos de fundamentos das DC da ABEPSS.

Em recente publicação Souza (2020a) e Assis, Valdo, Vaz (2021) trazem para o debate importantes reflexões sobre as DC da ABEPSS. Em termos de síntese apontam: Em nenhum momento as DC da ABEPSS fazem referência à escravidão e/ou racismo como elemento, que além de particularizar, fundamenta as relações sociais brasileira.

Apesar de ser apresentado, não há nenhum apontamento para o racismo como sendo estruturado por essas relações desiguais, mas, também, estruturante fundamental das mesmas. Isso só endossa que ele, ainda, é entendido como algo a ser explicado, um fenômeno constatado. Porém, não é compreendido como categoria explicativa das relações sociais. Esse é um aspecto importante para ser repensado, coletivamente, no âmbito da profissão (SOUZA, 2020, p. 386).

Esses elementos evidenciam a necessidade de entender a importância da particularidade da formação do capitalismo brasileiro, que tem no colonialismo e escravismo elementos fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, e o racismo como um determinante necessário (ASSIS; VALDO; VAZ, 2021).

Nesses termos, a forma como se compreende o racismo nas DC é marcado por uma visão eurocêntrica e colonialista, que embora contribua para a possibilidade de pensar o racismo, não aponta para o desenvolvimento desse debate na formação e entenda toda sua complexidade e dinâmica na sociabilidade burguesa (SOUZA, 2020a).

A questão racial apresenta elementos fundantes da estrutura social pela relação do trabalho, em especial a forma que o escravismo se constituiu como elemento chave para o processo de acumulação entre metrópole e colônia, permitindo a acumulação capitalista e seu desenvolvimento (ELPIDIO, 2020, p. 522).

Por fim, é importante ressaltar que os elementos que problematizamos neste trabalho têm como objetivo contribuir com o avanço do debate. Exemplo disso é trabalharmos coletivamente no aprofundamento dos Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social da ABEPSS.

Compreendendo os subsídios como parte do projeto de formação, é urgente traçarmos estratégias para consolidação desse importante documento, que além de ser uma ação política antirracista no âmbito da ABEPSS, tem como objetivo orientar e fortalecer o “[...] debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada). (ABEPSS, 2018, p. 12)”.

A consolidação desse documento também tem como potencial orientar a discussão da questão racial dentro da tradição marxista e combater, como sinalizou Elpidio (2020), as danças de conceitos introduzidos pelos organismos internacionais e reforçados pelo pensamento neoliberal e pós moderno, como: empreendedorismo, responsabilidade social, vulnerabilidade social, empoderamento, identitarismo etc.

Somente retomando o debate dos fundamentos do Serviço Social articulado a particularidade do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, que teremos condições desvendar a questão racial presente nesse processo e fortalecer uma direção antirracista ao projeto de formação profissional do Serviço Social.

### **Considerações finais**

O serviço social brasileiro resiste no movimento da história, repleto de contradições e atravessado por uma força propulsora dos novos e velhos modos de enfrentamento da questão social que se renovam e se agravam mantendo o que há de mais conservador, retrogrado e violento nas tentativas infortunas e drásticas de um Estado burguês ultraliberal manter as suas rédeas.

Vivemos uma fase de derrocada de princípios civilizatórios e o racismo como arma ideológica do capitalismo segue devastando vidas e processos organizativos da classe trabalhadora para o enfrentamento à barbárie dos tempos de crise do capitalismo financeiro. A autodefesa das classes dominantes lança mão do privilégio de uma supremacia branca para o uso pela violência sistemática, organizada, institucionalizada e legitimada através do poder concentrado do Estado, como atestado nos episódios pós eleitoral de 2022, com a derrota nas urnas de Jair Bolsonaro.

O desafio é continuarmos neste caminho que articula o serviço social e a questão racial, de modo a contribuir para superação de visões que particularizam o debate que ainda se coloca; ora espinhoso, pela necessária autocrítica que aponta para a urgência do avanço da incorporação destes conteúdos na formação até então negligenciados/silenciados/secundarizados na formação e que, de acordo com diversos estudos recentes promovidos no âmbito da profissão (em especial, GTP's da ABEPSS), Ora, redentor, com a promessa de ao trazer o tema em si, ainda que alicerçado em abordagens com viés culturalista e identitarista que separam estrutura e infraestrutura e levam o debate ao campo integracionista teríamos imediatamente uma alteração nos rumos da profissão. Vale lembrar que a dissociação do debate racial da luta de classes, o retira o que há de mais precioso: a sua radicalidade, que leva para um campo de análise para as relações raciais na dialética das determinações sociais e do movimento das classes. Estes caminhos se fazem necessários pela da própria urgência das vidas que precisam sair dos guetos e senzalas e hoje nos mobiliza e nos coloca em prontidão para a batalha das ideias e da ação.

Em meio aos rumores que teremos mais lutas gigantescas pela frente, “*Minha voz uso pra dizer o que se cala*”, como cantou Elza Soares, demonstra que a encruzilhada que nos trouxe até aqui, carregada de histórias, lutas e conquistas construídas coletivamente, faz eco. Mãos lançam novas sementes, em um solo fértil para o enraizamento de um projeto de formação em serviço social antirracista. Um caminho sem volta!

### Referências bibliográficas

- ABEPSS. Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional. Vitória. Dezembro de 2018. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_soci22a1-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_soci22a1-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 21/11/2022.
- ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em serviço social e a mediação da ABEPSS: diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ASSIS, E.; VALDO, J.P da S.; VAZ, S. Questão racial e Serviço Social: desafios e perspectiva de uma formação profissional antirracista. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J.P da S.; ROCHA, R. Desafios para o Serviço Social na Luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021, p. 99- 121.
- BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo, Cortez, 2021.
- BRAVO, Maria Inês; RAIZER, Eugenia Célia; LEMOS, Esther; ELPIDIO, Maria Helena. *O protagonismo da ABEPSS/ABEPSS na virada da formação profissional em serviço social*. In

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje. São Paulo: Cortez, 2019.

- CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura ao conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 430- 455, set./dez. 2016.
- COUTINHO, A. L.; AZEVEDO, S. A centralidade das cotas raciais para a luta antirracista frente ao contexto neoliberal de desmonte de direitos. In: ELPIDIO, M. H., VALDO, J. P., ROCHA, R. S. *DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA: questão étnico-racial em debate*. 1. ed. São Paulo : Annablume, 2021.
- CUNHA, E. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020
- ELPIDIO, M. H. Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do serviço social. In: IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) *A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.
- \_\_\_\_\_. Os fundamentos do serviço social e a questão racial étnico-racial. In: ELPIDIO, M. H., VALDO, J. P., ROCHA, R. S. *DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA: questão étnico-racial em debate*. 1. ed. São Paulo : Annablume, 2021a.
- \_\_\_\_\_. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020 ISSN 1982-0259. Acesso em 12/03/2021 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vol 1 e 2. 3ed. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Globo, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006.
- GOES, W. P. Capitalismo e racismo: uma discussão necessária. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J.P da S.; ROCHA, R. *Desafios para o Serviço Social na Luta antirracista: questão étnico-racial em debate*. São Paulo: Annablume, 2021, p. 55-74 - 121.
- GOES, W.P. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: Liber Ars, 2018.
- GONZALES, Lélia. *Racismo, sexismo e cultura brasileira*. In. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25- 46.
- IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) *A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda V.. CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARX, Karl. *O capital. Crítica da Economia Política*. Vol I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. da. *Cultura Profissional e Tendências Teóricas Atuais: o Serviço Social Brasileiro em Debate*. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 115- 148.



- MOREIRA, T. W.F. Serviço Social e a luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- MOURA, C. Dialética radical do Brasil Negro. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.
- \_\_\_\_\_. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 2019.
- \_\_\_\_\_. O racismo como arma ideologia de dominação. In: MOURA, C. Racismo e luta de classes no Brasil – textos escolhidos. Ed. Terra sem amos, Brasil, 2020.
- \_\_\_\_\_. O negro de bom escravo a mau cidadão? 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NETTO, J.P. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social pós-64. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- ROCHA. R. da F. A. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SILVA. A. P. C. . Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J.P da S.; ROCHA. R. Desafios para o Serviço Social na Luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021, p. 55-74 - 121.
- SILVA. A. P. C. da. A produção sobre a questão étnico-racial na pós-graduação da área de Serviço Social no Brasil entre 2010 e 2020. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- SIMONATTO, I. As abordagens marxistas nos estudos dos fundamentos no Serviço Social. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 85 -133.
- SOUZA, C. L. S. de. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v. 20, n.2, p. 373-391, jul. / dez. 2020a.
- SOUZA, C. L. S. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.
- TEIXEIRA, R. J. Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- WILLIAMS, Eric. Origem da escravidão negra. In: *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 47- 84.



# Questão social no Brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao serviço social

**Social issue in contemporary Brazil: contributions of Marxist and anti-racist feminism to social work**

Mirla Cisne\*

Camila Mesquita Soares\*\*

**Resumo:** Objetivamos analisar a questão social e algumas de suas expressões na contemporaneidade brasileira frente ao avanço do ultraconservadorismo de cariz neonazista, por meio da análise feminista, marxista e antirracista. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, conduzidas por meio do método materialista histórico dialético. O intuito deste artigo é contribuir com a renovação profissional e o avanço do Serviço Social crítico por meio do fortalecimento do nosso vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Por conseguinte, esperamos contribuir com a práxis profissional comprometida com o enfrentamento às expressões da questão social frente ao crescimento do ultraconservadorismo neonazista no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chaves:** Questão social; movimentos sociais; feminismo antirracista; Brasil.

**Abstract:** We aim to analyze the social issue and some of its expressions in Brazilian contemporaneity in the face of the advance of neo-Nazi ultraconservatism, through feminist, Marxist and anti-racist analysis. For that, we carried out a bibliographical and documentary research, conducted through the dialectical historical materialist method. The purpose of this article is to contribute to the professional renewal and advancement of critical Social Work by strengthening our link with social movements and working class organizations. Therefore, we hope to contribute to the professional praxis committed to facing the expressions of the social question in the face of the growth of neo-Nazi ultraconservatism in contemporary Brazil.

**Keywords:** Social issue; social movements; anti-racist feminism; Brazil.

Recebido em: 15/09/2022

Aprovado em: 18/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial, 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Professora Adjunta de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bolsista Produtividade em pesquisa/ Pq2 CNPq. Dra. em Serviço Social pela UERJ. Orcid: 0000-0002-4654-8464

\*\*Professora Adjunta de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN. Egressa do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade (RMABSFC) pela UERN, em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM). Orcid: 0000-0002-0437-6879.

## Introdução

Os últimos anos da realidade brasileira, sob o governo Bolsonaro, foram marcados pelo agravamento da questão social em todos os seus aspectos. Houve um aprofundamento da desigualdade de classe associado ao agravamento do racismo e do cisheteropatriarcado em suas expressões mais vis e desumanas. Retrocedemos décadas em 4 anos, do ponto de vista de avanços democráticos civilizatórios. Chegamos em 2022, a patamares de uma barbárie social e ambiental impensáveis após a conquista da Constituição Federal de 1988.

Pretendemos problematizar algumas expressões da questão social na atualidade, especialmente no tocante à questão étnico-racial, das mulheres e da população LGBTQIA+, alvos de ataques constantes, não só por meio dos discursos de ódio e preconceito, mas, pelos cortes de verbas e retrocesso de direitos.

O debate sobre questão social possui centralidade no Serviço Social por ser matéria indispensável na formação profissional, uma vez que é o nosso objeto de intervenção profissional, o que nos exige reflexão contínua sobre o movimento do real, para aprofundar o entendimento teórico sobre essa categoria em uma perspectiva crítica, considerando suas particularidades e a atualização das suas expressões.

Neste artigo, situaremos o nosso entendimento de questão social ancorado na perspectiva feminista marxista e antirracista, buscando apontar contribuições para a atuação profissional sintonizada com o processo ininterrupto, de renovação do Serviço Social, ou seja, comprometida com o enfrentamento ao conservadorismo e sua capacidade de revigoração. Nesse sentido, objetivamos analisar a questão social e algumas de suas expressões na contemporaneidade brasileira frente ao avanço do ultraconservadorismo de cariz neonazista, por meio da análise feminista, marxista e antirracista.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, conduzidas por meio do método materialista histórico dialético. Como método de exposição dos resultados que serão aqui discutidos, subdividimos artigo em 3 itens, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tratará do entendimento teórico-político da questão social e aspectos da sua particularidade no Brasil; o segundo aborda a questão social no Brasil contemporâneo e o terceiro refletirá como o feminismo antirracista associado aos movimentos e lutas sociais pode contribuir com a atuação profissional de assistentes sociais.

O intuito deste artigo é contribuir com a renovação profissional e o avanço do Serviço Social crítico por meio do fortalecimento do nosso vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Por conseguinte, esperamos contribuir com a práxis profissional comprometida com o enfrentamento às expressões da questão social frente ao

crescimento do ultraconservadorismo neonazista no Brasil contemporâneo.

## 1- Fundamentos teóricos sobre questão social

Categoria fundamental para o Serviço Social, a questão social é matéria indispensável na formação profissional por ser considerada o nosso objeto de intervenção profissional, ou seja, são sobre as suas expressões que a/o assistente social atua, como elucida Marilda Yamamoto (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

A compreensão crítica e a atualização constante do entendimento sobre a questão social são imprescindíveis para atuação profissional comprometida com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Afinal, como intervir na realidade sem conhecê-la para além da sua aparência? Assim, o primeiro passo para pesarmos nossa atuação profissional qualificada, como práxis, é apreender criticamente a realidade.

Segundo Netto (2001), o termo questão social passou a ser utilizado na terceira década do século XIX, para expressar o fenômeno que se ampliava na Europa em decorrência do processo de industrialização, iniciado no último quartel do século XVIII, denominado pauperismo (NETTO, 2001). Tratava-se de um “fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais [...] era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2001, p. 42).

Nesse cenário, o pauperismo passou a ser um termo insuficiente para explicar o fenômeno novo que passava a existir, não apenas pela generalização da pobreza, mas pelas condições em que essa pobreza se massificava, em razão direta ao crescimento das forças produtivas e da riqueza. Nas palavras de Netto (2001, p. 42): “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Há ainda outra determinação fundamental para a designação do termo questão social e não mais pauperismo, trata-se da sua dimensão política. Nesse sentido, elucida Netto (2001,

p.43): “A designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se com seus desdobramentos sócio-políticos. [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão social da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social”. É nesse sentido que Marilda Iamamoto (1997) afirma que questão social não é apenas desigualdade, mas também, rebeldia.

É nessa tensão entre desigualdade, rebeldia, lutas e resistências, que a questão social se designa como tal, ao passo que a caridade e a repressão policial passam a ser insuficientes para o controle da “ordem”, ou melhor, na medida em que a classe trabalhadora passa a ameaçar essa “ordem” [burguesa]. Assim, não se pode falar em questão social sem luta e antagonismo de classe. Em síntese:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

Para Netto (2001, p. 44), a Revolução de 1848 é o marco do antagonismo entre classes e, conseqüentemente, da caracterização da questão social em seus desdobramentos sócio-políticos, pois teve como resultado:

[...] a passagem do nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela.

Essa compreensão marxista da questão social é fundamental para nos distanciar de qualquer ilusão jurídica de que por meio da conquista de direitos, nos marcos do capital, podemos superar a questão social. Por mais que os direitos sejam fundamentais para a garantia das condições de existência da classe trabalhadora, eles não garantem a superação da exploração e, portanto, do antagonismo de classe, coração da questão social. Em outras palavras, enquanto houver classes antagônicas, haverá desigualdade, mas, também, resistências e rebeldias, portanto, questão social. Somente com a superação das classes, podemos superar a questão social.

### *1.1- Particularidades da questão social no Brasil e a imbricação entre classe, raça e sexo*

Como vimos anteriormente, o entendimento marxista tradicional sobre questão social no Serviço Social compreende a relação antagônica entre capital e trabalho como a sua determinação fundante, não só pela desigualdade entre as classes, mas pelos conflitos daí

também, decorrentes. Não temos discordância desse entendimento, todavia, é preciso enriquecê-lo de mediações. Para tanto, é fundamental considerar a concretude do nosso terreno histórico em que pousam as relações sociais e conformam as classes sociais, ou seja, a particularidade da questão social no Brasil.

A primeira reflexão que precisamos fazer é, apesar da relação antagonica e contraditória entre capital e trabalho ser a determinação central da questão social em qualquer país do mundo, ela não a mesma em países com formações históricas diferentes. Assim, embora haja características comuns da questão social em todo lugar – como a apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelo trabalho – a exploração, seu traço peculiar, não ocorre da mesma forma. A composição material da conformação das classes é significativamente diferente em um país periférico, de capitalismo tardio e dependente, com histórico de uma colonização patriarcal e escravista, em comparação, por exemplo, com países de capitalismo central e que foram (e em grande medida ainda o são) colonizadores.

Trata-se, portanto, de buscar entender o antagonismo entre as classes não apenas como uma abstração teórica dissociada da sua concretude, mas, apreender as classes em seu movimento real, ou seja, como um fenômeno sócio histórico, “[...] algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...] essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto” (THOMPSON, 1963, p. 9). Logo, “as classes acontecem ao viverem os homens e as mulheres as relações de produção e ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 1979, p. 38). Nesse sentido, não podemos negar a existência das relações sociais de sexos nas relações de classe, tampouco, o contrário.

No Brasil, a história das classes sociais é indissociável da colonização escravista e patriarcal. As relações sociais de sexo e raça se imbricam, dialeticamente, com a classe e conformam uma totalidade una e indivisível para compreensão da desigualdade social que estrutura a sociedade brasileira e os conflitos políticos que dela decorrem. Nesse sentido, conforme Cisne e Santos (2018, p. 97):

[...] somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos síntese de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes opressão e resistência integram profundos processos da realidade da luta de classes [no país].

A questão social no Brasil, portanto, não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista.

No tocante ao patriarcado, segundo Saffioti (2013, p. 251), a sociedade colonial brasileira

[...] aliou à divisão da população em castas a estratificação social na linha do sexo. Esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira.

Na colonização brasileira, as mulheres que foram escravizadas, tanto indígenas como africanas, sofreram além da escravização do trabalho, a apropriação dos seus corpos para fins reprodutivos – o que significava aumento de força de trabalho/mercadoria para acúmulo de riqueza – e de satisfação sexual dos seus “senhores”. Dito de maneira mais direta, “nossas mulheres negras e indígenas sofreram estupro. Assim, a visão idílica sobre a miscigenação do Brasil, sob o manto de uma *pseudo* democracia racial, cai por terra. A marca violenta do patriarcado no regime escravista imprimiu seu legado sexista de forma implacável” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 103).

O entendimento dos fundamentos materiais que deram origem ao regime escravista é fundamental para compreendermos como a divisão de classes no Brasil se estruturou a partir do escravismo, “como exigência econômica” (CHAUÍ, 2007, p. 62). Uma divisão que é naturalizada e, portanto, não questionada, sob ideologias como a do mito da democracia racial, como nos alerta Marilena Chauí (2007, p. 89):

[...] a divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

Essas divisões sociais compõem o “nó” estruturante da nossa sociedade: “classe”, “raça/etnia-gênero”, ou se preferir, estruturam o sistema “patriarcal-racista-capitalista” (SAFFIOTI, 2004), que estrutura a sociedade desigual e autoritária em que vivemos. Em síntese, de acordo com Chauí (2007, p. 90), nossa sociedade é:

— estruturada pela matriz senhorial da Colônia [...]. As divisões são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos). [...] Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais.

— estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra as formas de opressão social e econômica [...].

Tornar mulheres, indígenas e pessoas negras inferiores socialmente, possibilitou a formação de uma sociedade dividida em antagonismos que as tornam mais intensificadamente



exploradas e/ou mesmo apropriadas no sentido de fornecerem trabalhos gratuitos.

Embora a questão social só se configure no estado capitalista, portanto, após a abolição do trabalho escravizado e instituição do trabalho assalariado, comungamos com o pensamento de Ivone Silva (2014, p. 49) de que o patriarcado e a escravidão estão associados às raízes *latentes* da questão social no Brasil. Nas palavras da autora:

Escravidão e patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira [...]. Sendo assim, não estão descoladas das *raízes latentes* da nossa questão social representada no contexto da colonização, pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados (*IDEM*, destaques da autora).

Defendemos, portanto, que a imbricação entre classe, raça e sexo é indispensável para compreensão da questão social no Brasil, não só pela raiz histórica de uma colonização escravista-patriarcal, mas, pela reatualização constante do racismo e do patriarcado nas relações sociais que determinam a desigualdade social de forma estrutural no país. Podemos dizer, portanto, que a questão social tem sexo e raça ou, se preferir, que é determinada pelas relações sociais de sexo, raça e classe de maneira dialeticamente imbricada.

No próximo item, deteremo-nos na análise de algumas expressões dessa reatualização – ultraconservadora – para refletirmos sobre aspectos da questão social no Brasil contemporâneo.

340

## 2- Questão social no brasil contemporâneo: um problema moral?

A forte rejeição aos governos petistas foi alimentada por inquietações e incômodos elitistas, racistas e patriarcais frente a conquistas que colidiram com a cultura senhorial/colonial brasileira. Dentre essas conquistas, estão pautas feministas e as das populações negra, indígena e LGBTQIA+.

Para ilustrar, destacamos a lei nº 12.711/2012, que instituiu cotas de 50% para pessoas negras, das vagas de universidades e institutos federais para estudantes de baixa renda, advindos da escola pública. As cotas chocaram com os interesses da elite branca que, até então, ocupavam grande parte das universidades públicas. Essa lei não repercutiu apenas na ocupação das universidades e institutos federais, mas se desdobrou na profissionalização de pessoas negras em trabalhos tradicionalmente brancos. Com as cotas, mais pessoas negras conseguiram sair do lugar que lhe fora socialmente atribuído, da periferia, do desemprego, da precarização do trabalho. Furar o bloqueio da divisão racial da educação e do trabalho, desorganizou a acomodação da hegemonia do poder branco brasileiro que não suportou ver pessoas negras nos lugares tidos como “de brancos”.

Não queremos dizer com isso, que os governos petistas superam o racismo ou a divisão racial do trabalho, mas, o pouco que foi possibilitado ao pagamento da imensa dívida social às pessoas negras, não foi tolerado pelo poder branco. Por óbvio, esse racismo está associado ao elitismo, uma vez que a rejeição e inferiorização das pessoas negras vêm acompanhadas da sua condição de classe. A verdade é que nossa elite senhorial não suporta pobres e nem negros(as), a não ser como seus serviçais. Assim, a “casa grande” parece necessitar da “senzala” para se sentir no poder.

Outra conquista democrática que causou grande incômodo ao conservadorismo cisheteropatriarcal foi a regulamentação do casamento homoafetivo. Em um primeiro momento, em 2011, houve o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que LGBTs poderiam constituir família, mas foi em 2013, após grande mobilização do movimento LGBTQIA+, por meio da resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que o casamento homoafetivo passou a ser legal no Brasil.

Em 2011, o projeto “Escola Sem Homofobia”, parte integrante do Programa Brasil sem Homofobia, iniciado em 2004 pelo governo Dilma, também gerou forte reação conservadora. Uma reação não só conservadora como repleta de mentiras e distorções dos reais objetivos do projeto. Se difundiu, por exemplo, *fake news* de que o governo iria distribuir cartilhas nas escolas para ensinar e estimular, precocemente, as crianças ao sexo e a “se tornarem” gays. O discurso moralista de defesa da família “tradicional” (lê-se: heterossexual de tipo patriarcal) e a proibição do debate de gênero e educação sexual nas escolas ganham destaque na cena pública e muitos parlamentares passam a propor leis para tal. Em uma nítida confrontação ao feminismo, a perseguição a chamada – equivocadamente – “ideologia de gênero”<sup>1</sup> passa a ser uma arma ideológica para extrema direita conservadora.

Após o golpe em 2016, contra a então presidenta Dilma Rousseff, o advento do governo Temer (2016-2018) e posteriormente, com o governo Bolsonaro (2019-2022), o Brasil progressivamente recrudescer o conservadorismo, com nítidas características neonazistas, associado a uma política econômica ultraneoliberal de extrema direita. Três dimensões desse contexto passam a se espriar e ganhar legitimidade governamental, institucional e, portanto, social: o elitismo senhorial, o racismo contra pessoas negras e indígenas e o

---

<sup>1</sup> Afirmamos que a expressão “ideologia de gênero” é equivocada porque os que dizem ser contrários a ela, na verdade, o que mais fazem é defender uma ideologia de gênero. Ao estabelecerem um padrão tradicional de família e a naturalização dos sexos e da divisão sexual do trabalho, dos brinquedos e brincadeiras, nada mais fazem do que defenderem a reprodução de uma ideologia de gênero totalitária, a cisheteropatriarcal. O que os partidários contrários à “ideologia de gênero” querem é impedir o debate crítico e plural sobre diversidade sexual e a desnaturalização das desigualdades entre os sexos. Só aceitam a ideologia de gênero cisheteropatriarcal, qualquer outra ideologia, é proibida.

cisheteropatriarcado, que violenta mulheres e população LGBTQIA+.

Já no início do governo Temer, em maio 2016, o perfil da composição de seu governo demonstrara o que estaria por vir. Michel Temer empossou um “machistério monocromático”, todos os 24 ministros eram homens e brancos, fato inédito desde 1979 (GONÇALVES, 2018, s/p). Estamos falando de um governo que resultou de um golpe contra uma mulher. Entra em cena, portanto, a legitimação patriarcal da negação dos direitos das mulheres não só na política, mas em todos os campos. De acordo com Renata Gonçalves (2018), ao longo do governo Temer (2016 a 2018), as políticas para as mulheres sofreram duros cortes orçamentários. Houve uma redução de 61% na verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões; as verbas das políticas de incentivo à autonomia das mulheres diminuíram 54%. Esse cenário de cortes orçamentários vem sempre acompanhado de discursos ideológicos conservadores que só se aprofundaram nos anos posteriores ao governo Temer.

As pautas conservadoras que atingem diretamente direitos das mulheres e população LGBTQIA+, estiveram e estão diretamente associada ao crescimento de representantes evangélicos na política brasileira. Em 2003 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados, com cerca de 33 parlamentares. Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, alcançou o número de 89 parlamentares. Em 2022, chegou a 196 deputados, o que corresponde a mais de um terço dos 513 em exercício. Não por coincidência, foi no ano de criação dessa Frente, em 2003, que surgiu pela primeira vez o termo “ideologia de gênero” na Câmara (MACHADO, 2020).

Fortalecida, a ofensiva conservadora, explicitamente contrária ao feminismo e às populações racializadas e LGBTQIA+ é coroada com a chegada de Bolsonaro à presidência, em 2019. Com Bolsonaro, o sexismo, o racismo (incluindo a perseguição e destruição de direitos indígenas<sup>2</sup>) e a lgbtfobia se legitimam no poder executivo federal como nunca fora anteriormente vivenciado no país, desde o final da ditadura empresarial-militar.

Várias questões associadas a uma suposta pauta moral ganharam fôlego na sociedade. Muitas delas, como a criminalização do aborto e a proibição do debate de gênero, educação e diversidade sexual, têm como escudo ideológico uma suposta “defesa da família tradicional”.

Em 2019, com a nomeação de Damares Alves ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), uma das primeiras campanhas realizadas foi a defesa da

---

<sup>2</sup> O governo Bolsonaro não fez nenhuma demarcação de terra indígena e cortou orçamento da FUNAI (BRAGON *et al.*, 2021).

abstinência sexual para as adolescentes, como forma de evitar a gravidez precoce (BORGES, 2020). Ainda em 2019, o ministério da saúde fez um despacho para a retirada do termo violência obstétrica dos documentos de políticas públicas (DOMINGUES, 2019). Em uma convenção da ONU em 2020, o governo defendeu a extinção de qualquer referência ao termo educação sexual nos documentos produzidos pela convenção (CHADE, 2020). Em 2020, o governo Bolsonaro editou a Portaria 2.282, que passou a dificultar o acesso das mulheres ao aborto legal no SUS em caso de estupro (BRASIL, 2020).

Com Damares, houve uma mudança estrutural na política pública voltada para as mulheres, além da política de promoção da igualdade racial, que foi completamente desmontada. Damares instituiu o Programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para todos. Esse programa possui nítidas pautas ideológicas fundamentalistas, como a “defesa da vida desde a concepção”.

Os desmontes às políticas e direitos das mulheres também foram provocados por outros ministérios, como o Relações Exteriores, ocupado por Ernesto Araújo, que, logo após sua posse, adotou medidas para abolir o debate de gênero nas propostas e acordos internacionais. Da mesma forma, Abraham Weintraub, ministro da educação, aprofundou o patrulhamento ideológico em torno das chamadas pautas de gênero e diversidade sexual. Além disso, conjuntamente com Damares, lançou um canal para receber denúncias sobre conteúdos que atentassem “contra a moral, a religião e a ética da família” nas escolas.

Desde a primeira campanha de Bolsonaro à presidência, outros escudos ideológicos são acionados além da família tradicional, como a defesa da “pátria” (“Brasil acima de todos”) e o *slogan* “Deus acima de tudo”. Sob esses escudos, absolutamente tudo pode ser feito, mesmo a apologia às armas, à violência, bem como atrocidades racistas e misóginas. Um patriotismo arbitrário, com nítido cariz nazista, entra em cena com o uso político da religião. Fala-se em nome de “deus” e cobra-se obediência cega aos fieis de igrejas que cederam ao coronelismo da fé para promoção de interesses políticos particulares. Um “deus” que propaga e banaliza violência e violações de direitos humanos. Um representante que fala em nome de “deus” e defende não só a tortura, como torturadores, profere vários discursos machistas, lgbtfóbicos e de preconceito racial, vira *mito*.

Um Deus acima de tudo e a suposta defesa da família e da pátria, mediadas por *fake news*, permitiram uma blindagem de críticas e do senso racional e de humanidade por parte da população brasileira. Uma blindagem mesmo diante do criminoso negacionismo e negligência do presidente Bolsonaro durante a pandemia da covid-19, sem falar na sua desumanidade ao menosprezar as milhares de mortes e afirmar que não era “coveiro” e que as pessoas precisavam

parar de chorar e de “mimimi”. Assistimos a uma trágica banalização da morte e da empatia.

É importante lembrar que “Deus, pátria e família” foi lema do nazismo na Alemanha e do integralismo no Brasil. Os adeptos/as ao projeto que se convencionou chamar de bolsonarista, mas que preferimos denominar de neonazista, vivem em sua maioria imersos em um universo paralelo – deslocado da realidade, de informações verdadeiras. Acredita-se em tudo e nega-se tudo conforme os desejos e conveniências do seu “mito”, independentemente de todas as evidências de atrocidades cometidas por ele e explícitas por cientistas, jornalistas, professores(as).

Aliás, essas profissões passaram a ser não só desvalorizadas, como negadas. Até a terra voltou a ser plana para alguns... Nesse contexto de abdução da razão, como acreditar na ciência, em docentes e jornalistas? O que passou a valer como fonte de formação e informação para muitos dos chamados patriotas conservadores, defensores da família e dos “bons” costumes, são as mídias controladas pela família Bolsonaro, os grupos de *WhatsApp*, *twiter*, *instagram*, *youtube* e por óbvio, as lives do presidente. Uma espécie de universo paralelo foi criada, que parece ter o poder de deixar as pessoas nele imersas, alheias a realidade concreta, fechadas em uma bolha de idolatria cega e a-histórica ao seu “mito”.

O que vivenciamos não foi apenas uma renovação da tradição ultraconservadora no campo da moral, mas um nítido projeto societário de cariz nazista, que tem como base a alienação, o uso político de igrejas e da religião, com destaque para a neopentecostal, além da “máquina” de *fake news*. Todo esse projeto que tem como escudo uma pauta moralista, na verdade, representa uma política elitista de extrema-direita ultraneoliberal de destruição do Estado, do meio ambiente e dos direitos sociais e trabalhistas.

Por isso, é necessário entender o que está por trás do discurso ultraconservador, ou melhor, qual a base material e os interesses que o sustentam. Mészáros nos ajuda a entender:

[...] quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifestando-se de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores [...] os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e ‘disfunções’ cada vez mais freqüentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos ‘valores básicos’ (2002, p. 272).

O aprofundamento do projeto ultraneoliberal diante de uma crise estrutural e civilizatória sem precedentes históricos como a que estamos atravessando, alimentado por cortes orçamentários nas políticas públicas e direitos sociais, necessita de uma ideologia (conservadora) para se legitimar e se reproduzir. Diante das consequências desse projeto, a responsabilização das famílias [leia-se: mulheres] pelo agravamento das expressões da questão

social, é absolutamente funcional à desresponsabilização do Estado. Em poucas palavras, quanto menor a proteção e o investimento social do Estado, maior a responsabilização das mulheres e a necessidade de apropriação do seu tempo e trabalho gratuito. Isso demanda a naturalização da ideologia patriarcal, que tem como foco a família tradicional heterossexista, associada à divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com a reprodução social.

O discurso ideológico de defesa da família tradicional não é novo no nosso país, ele apenas se atualiza nos momentos de crise, como apontou Mészáros (2002), bem como nos momentos de incômodo senhorial frente a conquistas democráticas. Na contemporaneidade brasileira, como vimos, ele veio acompanhado dos traços históricos cisheteropatriarcalistas-senhoriais-elitistas que estruturam nossa formação sócio-histórica.

A crise econômica do país, já instalada anteriormente à pandemia de Covid-19, foi agudizada pela crise sanitária, o que fez aprofundar a desigualdade social. Paulo Guedes, ministro da economia, já em 2019 efetivou contrarreformas de políticas sociais, como a da Previdência Social; flexibilizou direitos trabalhistas, desvalorizou o Real em relação ao dólar e provocou aumento dos juros. Com isso, no início de 2020, houve um rápido empobrecimento da população, com o retorno do país ao Mapa da Fome e de milhões de brasileiros para baixo da linha da pobreza (BRAGON *et al.*, 2021). O desemprego também cresceu, atingiu a taxa de 14,6% entre os meses de março, abril e maio de 2021 (a maior taxa desde 2012) (BRAGON *et al.*, 2021).

No campo do trabalho, em 2019, 46,1% das mulheres se encontravam ocupadas. Dessas, 41,1% estavam na informalidade (IBGE, 2020). No trabalho doméstico remunerado, ocupação majoritariamente integrada por mulheres (92% da categoria) destacadamente negras, a taxa de informalidade alcançou 75% dessas trabalhadoras. Somente no emprego doméstico foram perdidos 1,6 milhões de postos de trabalho entre 2019 e 2020, dos quais 400 mil empregos com carteira assinada (IDEM). Em 2019, o número de mulheres ocupadas era de 41,5 milhões. No primeiro trimestre de 2020, esse número foi reduzido a 35,5 milhões (IDEM). Isso significa que entre 2019 e 2020, 8,6 milhões de mulheres perderam suas ocupações (IDEM).

De acordo com IBGE (2020), no que diz respeito às pessoas que se declararam pretas e pardas, em junho de 2020, correspondiam a 54,9% da força de trabalho, sendo 52,5% dos ocupados e 60,3% dos desocupados. Em relação à ocupação informal, que incide mais fortemente sobre essa população negra e parda, estima-se que 37,2% dos ocupados estavam nessa situação em maio de 2020 (IDEM).

Segundo o INESC (2021), o Brasil é o 5º no ranking mundial de feminicídios, e em 2020, registrou uma morte a cada 6 horas e meia. Ainda de acordo com o relatório do INESC



(2021), o Brasil continua a liderar em violência contra pessoas trans: aumentou 41% de mortes em 2020 em relação a 2019, com 175 travestis e mulheres trans assassinadas.

Na contramão desse cenário, o governo não executou 70% do recurso voltado para o enfrentamento da violência contra as mulheres em 2020, mesmo com a suspensão das regras fiscais e a flexibilização das normas para contratos e licitações decorrentes do decreto de calamidade pública. Esse percentual corresponde um montante de R\$ 93,6 milhões de reais, que não foi viabilizado aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres (INESC, 2021).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>3</sup> (ABSP), os feminicídios passaram de 1.326, em 2019, para 1.727, em 2020, um aumento de 30% e as mulheres negras representam 61,8% das vítimas. Também são as meninas negras as maiores vítimas do trabalho infantil doméstico no país. Segundo pesquisa do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), “em 2019 o trabalho infantil tem sexo e cor, atingindo, em sua maioria, meninas (85%), negras (70%) e adolescentes de 14 a 17 anos (94% do total)”<sup>4</sup>. Temos nessas situações exemplos de expressões da questão social na atualidade, que reatualizam relações racistas e patriarcais que estruturam nossa sociedade.

Se esse projeto societário de ultradireita conservadora é mediado pelo racismo e sexismo e agudizam a questão social também sob essas dimensões, entendemos que não há outro caminho para enfrentá-lo senão por meio do fortalecimento dos sujeitos coletivos que lutam pela construção de um projeto societário feminista, antirracista e anti-capitalista.

346

D  
O  
S  
S  
I  
Ê

### **3- Serviço social, movimentos sociais e outras organizações da classe trabalhadora: um caminho a fortalecer**

O acúmulo teórico-político do Serviço Social brasileiro em torno do que denominamos de Projeto Ético-Político evidencia que a nossa profissão tem lado: o da classe trabalhadora, em defesa da emancipação humana. Se consideramos que a questão social é nosso objeto de atuação profissional e nela a luta de classes lhe é intrínseca, não podemos ter dúvidas de qual lado devemos estar nessa luta. Nesse sentido, pensar a nossa atuação profissional não apenas ao lado, mas com os movimentos sociais e outras organizações da classe trabalhadora, parece-nos um caminho imprescindível.

Isso não significa negarmos as instituições e nossos limites de categoria assalariada ou

<sup>3</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 15/06/2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2022/10/12/mpt-fnpeti-e-oit-alertam-para-importancia-de-se-combater-o-trabalho-infantil/>. Acessado em out de 2022.

cairmos nas armadilhas do messianismo, mas estarmos atentas de que o nosso trabalho profissional voltado para a conquista, garantia e ampliação de direitos só tende ampliar suas possibilidades quando atuamos com os sujeitos responsáveis pela construção da luta por esses direitos. Sabemos que a profissão é apenas parte desta luta, seja como trabalhadores(as), seja como uma profissão comprometida com os interesses dessa classe.

Com o mesmo cuidado de não cairmos no messianismo, também devemos superar o fatalismo imobilizante, que tem como base “uma visão determinista da lógica do capital, esvaziada de sua dinâmica contraditória [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 145). Na lógica fatalista, a/o profissional acomoda-se e não consegue ir além das demandas institucionais e burocráticas. Com isso, “[...] o limite de seu horizonte profissional é, no máximo, ser um bom tecnocrata, aperfeiçoar formal e burocraticamente seu fazer cotidiano” (IAMAMOTO, 2013, p. 146).

Iamamoto (2008) reflete, ainda, sobre a situação de autonomia relativa do(a) profissional de Serviço Social, dada por sua condição de trabalhador(a) assalariado(a). De acordo com a autora, “a força de trabalho do assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p. 215). Dessa forma, a condição de assalariamento estabelece condicionantes à autonomia dos(as) profissionais. Vários elementos dos contratos de trabalho, da política, das instituições empregadoras “estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 128). Ao mesmo tempo, segundo Iamamoto (2014, p. 610), o(a) profissional: “[...] participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadores e da produção do antagonismo de interesses sociais”.

Com isso, consideramos imperativo o fortalecimento da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais da classe trabalhadora (e/ou outras organizações populares), tanto no âmbito da produção do conhecimento, quanto da intervenção profissional.

Infelizmente, contrário a essa perspectiva, segundo Duriguetto (2014, p. 185), no âmbito da pesquisa em Serviço Social há uma pequena produção teórica da profissão tanto sobre as “organizações, movimentos e lutas sociais quanto da relação da profissão com as mesmas. E uma quase oculta sistematização/relatos de experiência da intervenção profissional com as organizações, movimentos e lutas sociais”.

Também em pesquisa feita por Moro e Marques (2010) com os trabalhos publicados em anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), realizados de 1995 a 2008, constatou-se que do

total de 6204 trabalhos, apenas 207 discutem a temática “movimentos sociais”. Apenas 3,82% das produções eram sobre movimentos sociais (MARRO e MARQUES, 2010). Desse quantitativo já restrito (os 3,82%), apenas 6,10% tratam das experiências profissionais junto aos movimentos sociais. Esses dados fortalecem a necessidade de darmos ênfase a importância da produção de pesquisas e atuação profissional junto aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora.

Nesse sentido, assim como Duriguetto e Marro (2016), defendemos a necessidade de “reconstruir historicamente o vínculo político e profissional entre o Serviço Social e os movimentos sociais” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 98). Esse vínculo profissional “vem se materializando nas últimas décadas, ainda que com graus diferenciados de profundidade na formação acadêmica, na organização da categoria, na produção do conhecimento e na intervenção profissional” (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 98). Yamamoto (2013, p. 144) evidencia o caráter “essencialmente político” da prática profissional:

[...] surge das próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva e uma intenção do assistente social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como assistentes sociais [...].

348

A relação profissional com movimentos sociais, também nos é indicada pelo Código de Ética do Serviço Social em vigor e pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93). Pelo primeiro, quando o mesmo garante ser direito do(a) profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2011, p. 34). Pela segunda, quando estabelece como competência profissional a atividade de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (IDEM, p. 45).

Sobre isso, vale lembrar que os processos de trabalho de assistentes sociais podem acontecer em organizações da classe trabalhadora em duas referências institucionais distintas (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 13):

[...] na primeira, é realizado em espaços ocupacionais nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora como empregadora desses profissionais; e na segunda, o trabalho do assistente social se realiza *junto* a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional, com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado.

Nos processos de trabalho nos quais assistentes sociais atuam *junto* aos movimentos sociais e/ou organizações populares, por meio de outras instituições empregadoras, essa atuação pode acontecer na forma de assessoria e de consultoria. Por exemplo, quando assistentes sociais compõem as equipes técnicas de projetos de extensão universitária, como assalariados(as). Outro elemento sobre a atuação junto aos movimentos sociais, que consideramos importante destacar, é que esta também pode ocorrer e/ou ocorre nos pontos de atenção ou instituições das diversas políticas sociais. Ou seja, por intermédio das políticas sociais nas quais se inserem assistentes sociais, é exercido um projeto de trabalho que se articula a movimentos sociais e/ou às organizações populares.

Dessa forma, consideramos que esse exercício de articular as demandas que chegam aos espaços sócio ocupacionais, assim como atuar na dimensão socioeducativa com grupos de moradores, cooperativas, mulheres, dentre outros, numa perspectiva de efetivação dos direitos e de questionamentos às opressões/ explorações de classe, raça/etnia e sexo, é uma forma de atuar que extrapola as rotinas e demandas institucionais. Consideramos que nesse caso se expressa de forma particular o compromisso de assistentes sociais com o Projeto Ético Político da profissão, pois, na maior parte das vezes, não está presente na rotina ou nos objetivos institucionais a relação com os sujeitos políticos coletivos. O Controle Social e a Participação Popular sobre as políticas sociais, destacado nas legislações das políticas, acabam sendo, muitas vezes, resumido aos conselhos de direitos.

Nesse sentido, a atuação de assistentes sociais nos processos de mobilização e organização popular é uma “contribuição necessária para o fortalecimento do projeto profissional” porque é “uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais” (DURIGUETTO, 2014).

As contribuições de profissionais de Serviço Social para os movimentos e organizações populares estão diretamente ligadas às duas dimensões que, para Iamamoto (2006), são constitutivas da ação profissional de assistentes sociais. São elas: 1. Dimensão material-assistencial, por meio da qual o(a) profissional garante o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços; 2. Uma dimensão imaterial, a qual influencia ou pode influenciar nas formas de pensar e viver dos sujeitos com os quais trabalham. Yasbek (2009, p.155-156), por sua vez, enfatiza que esse exercício profissional se realiza,

1º - pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e

gestão de serviços e políticas sociais; 2º - por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência.

Acreditamos que o potencial da dimensão ideopolítica, concordando com Iamamoto (2006), está em possibilitar à(o) profissional de Serviço Social atuar no âmbito das consciências, dos costumes, valores. Acreditamos que essa dimensão, também considerada e referida por algumas autoras como “dimensão pedagógica” (ABREU, 2016), se expressa em eixos diversos que compõe o dia a dia de atendimentos e trabalho nas instituições, programas e projetos das políticas sociais, por parte de assistentes sociais.

Se trouxermos, por exemplo, os quatro eixos apontados pelos “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais nas políticas de saúde” (CFESS, 2010), como atribuições e competências de assistentes sociais na saúde, quais sejam “Atendimento direto aos usuários (ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e ações socioeducativas); Mobilização, Participação e Controle Social; Investigação, Planejamento e Gestão; E Assessoria, Qualificação e Formação Profissional” (CFESS, 2010, p. 37), podemos refletir que a dimensão ideopolítica se transversaliza em todos eles, não limitando-se apenas aos momentos de atividades grupais, coletivas, de educação em saúde e educação em direitos.

Além da dimensão ideopolítica, é interessante analisar que o exercício profissional do Serviço Social tem boas possibilidades para atuar com mobilização/ação política, seja fortalecendo os espaços, grupos, organizações ou movimentos já organizados, seja contribuindo para criar estes espaços quando eles não existem.

Baldi e Duriguetto (2014) argumentam que há elementos na atuação de assistentes sociais que atuam ou buscam atuar com organização popular que são essenciais para pensarmos formas de incentivo à mobilização. Primeiramente, como já evidenciado aqui, há a dimensão ideopolítica, que possibilita que o exercício desta profissão implique no âmbito das consciências, nas concepções, costumes e valores dos sujeitos. Além disso, o que estes autores nos fazem refletir é que há profissionais que fazem uso do paradigma teórico-metodológico da Educação Popular.

Baldi e Duriguetto (2014), assim como Peloso (2009) e Mesquita (2017) destacam que na Educação Popular há uma dimensão do “diálogo reflexivo” ou “diálogo provocativo” que, com instrumentais metodológicos mais didáticos e dialógicos que facilitam a realidade como ponto de partida, a participação, troca de saberes, a utilização respeitosa de questionamentos e reflexões a partir das situações vividas no cotidiano (ou seja, a problematização), busca-se uma apreensão mais crítica e coletiva de suas demandas e necessidades. Outro importante elemento

é, então, o grupo. Ressaltamos aqui o potencial que tem o grupo na perspectiva de possibilitar o reconhecimento, em outros usuários, da demanda que antes parecia tão individual. Dando, portanto, um salto na compreensão que as demandas são coletivas e têm uma raiz ou raízes em comum (IASI, 1999).

Assistentes sociais lidam com demandas imediatas: demandas de saúde, demandas de geração de renda e autonomia financeira de mulheres, etc. Muitas vezes, essas demandas além de imediatas, são “burocratizadas” nas rotinas do cotidiano institucional: realização de estudo socioeconômico, construção de relatório social, emissão de parecer, realização de seleção de perfil socioeconômico para programas e benefícios da assistência estudantil, por exemplo. Nisso, há angústia de muitos(as) profissionais em relação, no entanto, podemos refletir: “se certas demandas não podem ser eliminadas, o que se exige do profissional que se propõe crítico? (IAMAMOTO, 2013, p. 147)” Ir além das rotinas imediatas e de sua burocratização.

Quando não conseguimos ultrapassar as demandas imediatas, é fundamental articular a dimensão econômica (movida pelas necessidades mais imediatas de sobrevivência, nas quais a profissão intervém mais diretamente) com a dimensão política, que aponta a necessidade de mudança na ordem societária – que exige articulação com sujeitos políticos coletivos -, onde a função ideopolítica da profissão se desenvolve.

É evidente que, a depender do grupo, organização ou movimento social com o qual atuamos, as possibilidades de aprofundar articulação entre “luta econômica” e “luta política” é maior ou menor. Isso fica explícito se compararmos uma atuação junto à direção de um movimento nacional, como o MST, com um incipiente grupo de geração de renda sem histórico de organização política. São diferentes graus de organização, de debate, de abrangência das demandas mais imediatas e individuais para a coletivização destas. São tempos e processos, inclusive pedagógicos, diferentes.

A atuação de assistentes sociais com grupos de geração de renda, por exemplo, pode ser um ponto de partida, um ponto de agrupamento e, na intervenção com esse grupo, mobilizações e reivindicações podem ser fortalecidas. No caso de um grupo de geração de renda de mulheres, a autonomia financeira pode ser trabalhada associada a temáticas como divisão sexual do trabalho, saúde reprodutiva e diversas formas de violências contra a mulher. Trocas de experiências, inclusive de quem já saiu de relações de violência doméstica, podem acontecer. Assim como maior participação em espaços externos ao ambiente privado: feiras, encontros com outras mulheres, intercâmbios, formações, atos políticos. O que queremos dizer sobre este exemplo de atuação é que a geração de renda, como ato de vender o que foi produzido no grupo



de mulheres, seja por produção coletiva ou por produção individual para sustento, pode ser um ponto de partida e não um fim em si.

Juntas, essas mulheres podem identificar demandas em comum, sejam no nível familiar, sejam em prol de reivindicações coletivas, como acesso à educação, saúde, garantia de políticas públicas e serviços sociais como creches, mobilidade urbana, criação de conselhos locais, tensionamento à qualidade e ampliação dos serviços pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), etc.

Aqui, estamos apontando também para a necessidade da(o) profissional de Serviço Social para o território de abrangência do equipamento da política social na qual trabalha ser ampliado e integral. Na saúde, por exemplo, é fundamental considerar os determinantes sociais de saúde e do processo de saúde doença (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014). A atuação em assessoria de organizações populares é também um caminho por uma *práxis* do Serviço Social que pense e paute a instrumentalização dos movimentos sociais, com formação e informação sobre direitos que envolve o seu próprio cotidiano, à exemplo da experiência das Promotoras Legais Populares (DOURADO; SOARES, 199) – que não é uma atribuição privativa de assistentes sociais, mas na qual esta categoria profissional tem muito a contribuir.

Fizemos uso da Saúde e da Assessoria Popular como exemplos, mas em várias políticas sociais, no âmbito da assistência direta ou da gestão, é possível exercer nossa instrumentalidade com potencial político-criativo. Em outras palavras, um potencial **organizativo** dos territórios de abrangência das políticas sociais pode ser um, dentre tantos possíveis, caminho para um exercício profissional mais próximos às demandas da classe trabalhadora.

Os territórios são vivos. Se pretendemos fazer-pensar-fazer políticas de forma ampla, entendemos como essencial mapear, ouvir, apreender, aproximar-se das potencialidades e criações desses territórios. Aprender com essa potência criadora dos territórios pode contribuir para assistentes sociais e equipes pensarem ações, grupos e estratégias de educação popular, de educação permanente e continuada, de ações socioeducativas em uma perspectiva mais popular, mais ampla e politizada. Nessa perspectiva, podemos contribuir com a formulação de políticas mais próximas às reais demandas da classe trabalhadora, ao passo que fortalecemos seu potencial político.

O processo de mapear e aprender com as demandas, negações de direitos, violações, adoecimentos, mas também com a potência criadora dos territórios, faz sentido para a nossa atuação profissional que executa, planeja, gera e cria políticas sociais. Para isso, devemos partir de um pressuposto: fazer junto com nossos usuários/as, equipes multiprofissionais e outros sujeitos coletivos voltados aos interesses da classe trabalhadora, que é atravessada,

estruturalmente, pelas desigualdades de classe, raça e sexo. Daí a necessidade de trabalhar e construir resistências coletivas em nosso cotidiano profissional voltadas para a um projeto societário feminista, antirracista e anti-capitalista

### *3.1- Feminismo antirracista e classista: contribuições à renovação profissional e ao enfrentamento à questão social*

O reconhecimento da importância do vínculo do Serviço Social com os movimentos e organizações populares deve vir mediado pela necessidade de fortalecermos um novo projeto societário. Defendemos que o feminismo antirracista é fundamental para a renovação do Serviço Social, em contraposição ao conservadorismo.

O movimento de renovação profissional é contínuo, uma vez que o conservadorismo tem sido constantemente reatualizado na sociedade. Enquanto houver conservadorismo, haverá a necessidade de renovar a profissão, para tanto, a incorporação de uma perspectiva feminista, antirracista e classista por parte da categoria profissional não é só importante, como indispensável.

Como vimos anteriormente, as relações sociais de sexo, raça e classe que sustentam o sistema patriarcal-racista-capitalista, estruturam a desigualdade social e são atravessadas por conflitos, lutas e resistências. Logo podemos dizer que essas relações compõem a questão social, nosso objeto de intervenção profissional. Assim, para entender nosso objeto de atuação profissional é indispensável considerar essas relações sociais que determinam a questão social. Encontramos no feminismo antirracista e classista um arcabouço teórico e político para tal.

Como práxis, o feminismo não só contribui com suas epistemologias, produção de conhecimento crítico e engajado, mas é indissociável da ação e organização política. O feminismo põe a produção de conhecimento em movimento em defesa da igualdade e da liberdade substantivas. Logo, ao passo que elabora categorias teóricas fundamentais para análise crítica do sistema patriarcal-racista-capitalista, como divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, põe em movimento a contestação e desnaturalização da desigualdade social. Nesse sentido, o feminismo nos instrumentaliza para compreensão crítica da questão social, em uma perspectiva de totalidade, além de nos fortalecer politicamente junto às lutas e sujeitos coletivos voltados à defesa da igualdade social.

Ainda sobre a importância dessa perspectiva feminista para a renovação profissional, é preciso considerar a histórica composição de sexo da nossa categoria e público usuário do Serviço Social. Desde a nossa origem, somos uma profissão predominantemente composta por mulheres e voltada para mulheres. Esse fenômeno, que não é nada natural ou espontâneo, ocorre, fundamentalmente, por duas determinações, radicalmente articuladas entre si: **1) a**

**divisão sexual do trabalho; 2) o empobrecimento histórico das mulheres** frente às desigualdades de sexo que sofrem, como o não acesso ou acesso desigual a produção e usufruto da riqueza socialmente produzida. O Serviço Social está inserido na divisão sexual do trabalho como uma profissão considerada feminina, no campo da reprodução social, área destinada prioritariamente às mulheres pelo capitalismo patriarcal. Enquanto os homens, destacadamente brancos, são priorizados para a esfera da produção de valor.

Conforme estudos de Cisne (2012), a inserção do Serviço Social como profissão feminizada na divisão sexual do trabalho, acarreta baixo prestígio social e baixas remunerações. Além disso, ao termos em nossa composição profissional hegemonicamente mulheres, não estamos isentas de todas as violências e violações de direitos que sofremos numa sociedade patriarcal. Sim, não são apenas as nossas usuárias que sofrem violências, com a precarização do trabalho, com jornadas intensivas e extensivas de trabalho, com o desemprego, com racismo, com preconceitos, empobrecimento, opressões etc. A luta portanto, não é pelas usuárias dos nossos serviços, é por todas nós. Por isso, a construção de uma identidade feminista nos é fundamental, no sentido de entendermos que a luta não é das mulheres, como se não fizessemos parte desse grupo, mas uma luta com as mulheres. Nesse sentido, foi muito acertada a campanha do conjunto CFESS/CRESS de 2022: *Trabalhadoras do Brasil, somos e lutamos com elas*. Nessa mesma direção política, arremata Marilda Iamamoto (1999, p. 105):

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a imagem social da mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira.

É nessa direção que precisamos acumular para a renovação da profissão. Para tanto, a análise da questão social e suas expressões não pode cair nas armadilhas da moralização e culpabilização das famílias, mais precisamente, das mães, tão típicas do conservadorismo patriarcal. Infelizmente, ainda comum deslocar o entendimento teórico-crítico da questão social para esse terreno da culpabilização familiar. Por isso, esse discurso tão fortalecido de ‘defesa’ da família tradicional, não é uma pauta meramente moral, mas está associada a uma lógica positivista neoliberal e cisheteropatriarcal de ajustamento e responsabilização dos indivíduos pelas expressões da questão social.

Esse viés de culpabilização das mulheres pelas expressões da questão social, geralmente, vem acompanhado de uma postura policialesca, patriarcal e elitista sobre as usuárias dos nossos serviços. Quando, por exemplo, julgamos que mulher pobre não precisa ser usuária de algum serviço ou benefício social por estar bem vestida, bem calçada, maquiada e

com unhas feitas. Ou, por esse mesmo motivo, avaliamos que ela não está empregando financeiramente bem os recursos de um benefício.

Ao contrário dessa postura, para corresponder ao perfil profissional pautado no Projeto Ético-Político, devemos lutar é para que toda mulher possa ser livre de todas as violências patriarcais, sentir-se bem, ter autonomia, autoestima e não ser culpabilizada e responsabilizada pelas expressões da questão social, uma vez que esta resulta dos antagonismos de classe, raça e sexo do sistema patriarcal-racista-capitalista.

### **Considerações finais**

A finalização da escrita deste artigo ocorreu logo após o pleito eleitoral para presidência da República, em 2022. Um novo fôlego abre brecha para restauração de patamares democráticos, ainda que nos limites do capitalismo de um país periférico e como forte crescimento e uma perspectiva nazista. Não temos a ilusão de que o novo governo federal, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, com Luís Inácio Lula da Silva como presidente, irá resolver os problemas estruturais da desigualdade social no Brasil, mas, não podemos negar a importância de derrotar nas urnas o projeto da necropolítica neonazista bolsonarista. Sem dúvida, abrimos uma via democrática para percorrermos e fortalecermos as necessárias lutas por um outro projeto societário.

O que o governo Bolsonaro representou não foi apenas um reacionarismo em pautas moralistas conservadoras, mas um projeto de morte, de negacionismo científico, de desumanização e destruição do meio ambiente, das condições de vida dos povos originários e das florestas. A educação e a saúde foram golpeadas não apenas do ponto de vista orçamentário, de falta de investimento, mas, também, pela ausência de valorização e reconhecimento da importância de ambas. Negar a ciência, negar a importância e o papel das universidades e institutos de pesquisa em plena pandemia da covid-19 fez do governo não apenas omissivo ou negligente, tivemos um governo contrário aos profissionais da saúde, da pesquisa e da educação que foram e são fundamentais para a conquista da vacina e controle da pandemia.

A legitimidade ao racismo, a xenofobia, a lgbtfobia, ao machismo fez o Brasil retroceder décadas em relação ao respeito e direitos à diversidade humana, aos povos originários e à proteção ambiental. Não são apenas discursos moralistas, de ódio e preconceito. Trata-se de um *modus operandi* de uma necropolítica negacionista, anti-iluminista e absolutamente anti-democrática, que nega o direito de existir de todas as pessoas que não correspondem ao padrão e projeto societário branco-masculino-dominante (elitista). Assim, as problemáticas que envolvem a questão social na contemporaneidade não são meramente de ordem

moral/ideológica, mas estão associadas a um projeto societário, portanto, a uma estrutura concreta de sociedade.

Como podemos perceber, o legado colonial-patriarcal-racista que violentou tantas mulheres indígenas e negras, infelizmente, não deixou suas marcas apenas no passado, mas é constantemente reatualizado na história do Brasil. Não à toa, a exploração do trabalho, o assédio sexual e o estupro contra mulheres negras serem tão comuns na nossa sociedade. Uma história que se inicia na “casa grande” e se reproduz em tantas casas na sociedade atual brasileira, por meio, por exemplo, da exploração do trabalho doméstico não regulamentado de tantas mulheres negras que permanecem sob o mandonismo senhorial branco, sujeitas a múltiplas violências, inclusive, sexual.

Nesse contexto, entendemos que o Serviço Social precisa estar em sintonia e fortalecer seu vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora que representam as lutas em prol de um projeto societário anti-capitalista, anti-racista e anti-patriarcal. Esse vínculo perpassa a construção histórica do Projeto Profissional do Serviço Social, destacando-se como elemento substancial a busca contínua de ruptura com o conservadorismo na profissão. De tal forma, a vinculação do Serviço Social com movimentos sociais e organizações populares possui uma relação com o Projeto Ético-Político profissional e com o desenho de um perfil profissional que ultrapassa uma mera recomendação legal das demandas institucionais dos espaços sócio-ocupacionais.

356

## Referências

- ABREU, Mariana Maciel. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. de; SILVA, Marcelo J. S. e; Sobre a Saúde, os determinantes da Saúde e a determinação social da saúde. In: Saúde em Debate. V.38. n.103. Rio de Janeiro: CEBES, 2014.
- BALDI, Luiz Agostinho de Paula; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Educação Popular e Serviço Social: um diálogo possível? In: MOLJO, Carina Berta; SANTOS, Cláudia Mônica. (Org.). Serviço Social e Questão Social: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2014. p. 178- 197.
- BORGES, Nicole. Com alerta contra o sexo precoce governo lança campanha de prevenção à gravidez na adolescência. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/03/com-alerta-contra-o-sexo-precoce-governo-lanca-campanha-de-prevencao-a-gravidez-na-adolescencia.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.282 de 27 de agosto de 2020. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. 2020.
- CHADE, Jamil. O ventre como instrumento de poder. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html>. Acesso em: 7 out. 2021.

- CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9ed. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. Parâmetros para atuação profissional de assistentes sociais na política de saúde. Brasília/DF: CFESS, 2010.
- CISNE, Mirla. Serviço Social. gênero e divisão sexual do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CISNE e SANTOS. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. Biblioteca Básica do Serviço Social. v.8. São Paulo Cortez, 2018.
- DOMINGUES, Filipe. Ministério diz que termo ‘violência obstétrica’ é ‘inadequado’ e deixará de ser usado pelo governo. Globo, 07 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/07/ministerio-diz-que-termo-violencia-obstetrica-tem-conotacao-inadequada-e-deixara-de-ser-usado-pelo-governo.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- DOURADO, Denise. SOARES, Dora Márcia. A Experiência das Promotoras Legais Populares. [Apoio: Secretaria Nacional de Direitos Humanos Ministério da Justiça]. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a\\_pdf\\_dht/cartilha\\_themis\\_promotoras\\_legais\\_pop.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_themis_promotoras_legais_pop.pdf)>
- DURIGUETTO, M. Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz. DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177 - 194.
- \_\_\_\_\_. MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduínade Oliveira (org.). Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- GONÇALVES, Renata. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao “machistério” de temer. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, pp. 753-771, Universidade Federal do Maranhão, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.
- \_\_\_\_\_. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo. Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- \_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.
- IASI, Mauro Luís. Processo de consciência. São Paulo: CPV, 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19. Resultado mensal (junho 2020). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INESC. A conta do desmonte. Balanço geral do orçamento da união 2021. Disponível em: [BalançoOrçamento2021-Inesc-1.pdf](#). Acessado em set de 2022.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Boitempo, 2020.
- MESQUITA, Camila. “Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”: Serviço Social e Educação Popular. [Monografia]. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.



- MÉSZÁROS, Istiván. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Revista Temporalis*, 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p. 41-5.
- MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XII, Anais ENPESS...*, 2010. Rio de Janeiro: Abepss. CD-Rom, p. 13- 47.
- PELOSO, Ranulfo. Sobre a metodologia popular: princípios do trabalho popular. In: MST. *Caderno de formação 38: método de trabalho de base e organização popular*. 2009.
- \_\_\_\_\_. A retomada do trabalho de base. In: MST. *Caderno de formação 38: método de trabalho de base e organização popular*. 2009b.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SILVA, Ivone Maria. *Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos*. 2. ed. Campinas: EdUFMT e Papel Social, 2014.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin, 1963
- \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crises de La sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.
- YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009. p. 143-163.

# Questões agrária, urbana e ambiental: Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta<sup>1</sup>

**Agrarian, urban and environmental issues: Social Work and the ways of confronting the relations of exploration and oppression present in the city, countryside and forest**

Joana Valente Santana\*

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz\*\*

Leonardo Costa Miranda\*\*\*

**Resumo:** Este artigo discute a apropriação do território pelo capital articulado à destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil; e o posicionamento do Serviço Social para o enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta, densas das dimensões de classe, gênero e raça. As reflexões apontam que o Serviço Social brasileiro, tomando por base a fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do Projeto Ético-Político historicamente construído, tem buscado as mediações da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental para contribuir com o trabalho profissional de assistentes sociais e com todas as formas de luta social contra as relações de exploração e opressão existentes.

**Abstract:** This article discusses the appropriation of territory by capital articulated to environmental destructiveness, financialization of nature and inequality in access to land in Brazil; and the positioning of Social Work to confront the relations of exploitation and oppression present in the city, countryside and forest, dense in the dimensions of class, gender and race. The reflections point out that Brazilian Social Work, based on the foundation of the Curricular Guidelines of the ABEPSS and the historically constructed Ethical-Political Project, has sought the mediations of the interpretation of agrarian, urban and environmental issues in order to contribute to the professional work of social workers and all forms of social struggle against the existing relations of exploitation and oppression.

<sup>1</sup> Texto produzido originalmente para a palestra proferida na mesa "Serviço Social na luta pela terra, no direito à cidade e na questão ambiental no Brasil", Plenárias Simultâneas no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, em outubro de 2022 e editado para publicação.

\* Docente da Faculdade e do Programa e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Orcid <http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>.

\*\* Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP, campus Baixada Santista. Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. <https://orcid.org/0000-0003-3715-1438>.

\*\*\* Discente do Curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Pará/UFPA. Assistente Social. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>.

**Palavras-chaves:** relações de exploração e opressão; cidade; campo; floresta; terra; Serviço Social.

**Keywords:** relations of exploitation and oppression; city; countryside; forest; land; Social Work.

Recebido em: 30/08/2022

Aprovado em: 17/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

## Introdução

O Serviço Social brasileiro se ancora em uma perspectiva teórica crítica e dialética que busca apreender os processos da vida social como uma totalidade de complexos. Por esse motivo, a discussão sobre a luta pela terra, o direito à cidade e a questão ambiental no Brasil possuem mediações próprias à sociabilidade burguesa em sua relação contraditória entre o capital e o trabalho; isto é, possuem mediações referentes à lógica constituinte do modo de produção capitalista que, conforme assinala Harvey (2005, p. 129) “tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito”.

Nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) encontra-se o núcleo da fundamentação para o aprofundamento do estudo das contradições da ordem burguesa, particularmente a apreensão sobre a Questão Social, em termos teóricos e históricos. À medida que essas diretrizes se assentam na perspectiva do método do materialismo histórico e dialético, ela nos dá sustentação teórica para apreender o conjunto das contradições sociais inscritas na particularidade histórica da vida social. Essa base de sustentação permitiu que o Serviço Social avançasse nas discussões sobre a questão agrária, urbana e ambiental, apresentando uma crítica radical aos processos de apropriação do território, a destrutividade ambiental e a expropriação dos produtores diretos (trabalhadores assalariados em formas cada vez mais precarizadas), processo este que se amplia continuamente para os povos e comunidades tradicionais.

A fundamentação teórica sobre a questão agrária, urbana e ambiental é da maior importância para o trabalho profissional do Assistente Social em equipes de trabalho social inseridas em políticas fundiárias, urbano-habitacionais e ambientais. Assim, se reatualiza o desafio de apreendermos as modalidades de acumulação do capital em seu processo destrutivo da natureza e de alta exploração da força de trabalho; os rebatimentos na vida concreta de pessoas que, morando no campo ou na cidade, são atravessadas pelas contradições próprias da

ordem burguesa; o posicionamento do Serviço Social brasileiro no apoio às formas de luta pela terra, pelo direito à cidade e na defesa da vida.

O texto é dividido, além dessa introdução, em duas seções. A primeira trata da apropriação do território pelo capital articulado à destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil. A segunda trata do posicionamento do Serviço Social para o enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta, constitutivas das dimensões de classe, gênero e raça. Ao final são apresentadas as considerações finais.

### **Apropriação do território pelo capital: destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil**

A análise sobre a questão da terra não pode ser feita sem a apreensão dos fundamentos sócio-históricos. A disputa histórica pela terra sempre foi feita com expropriações violentas e sangrentas por parte da classe dominante e essa disputa desigual se renova no tempo e no espaço.

A teoria marxiana nos dá o caminho para a apreensão desse processo da desigualdade no uso e ocupação da terra. Marx contribui para a explicação desses fundamentos quando demonstra que existe uma unidade dialética da relação humanidade e natureza. Na obra “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels demonstram que toda produção material da vida humana é mediada pelo trabalho, que é a relação ineliminável entre homem e natureza para satisfação de necessidades, ou como afirmam os autores, “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente (...)” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Entretanto, a ordem burguesa instaura uma divisão do trabalho onde a “toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade”, como afirma Marx, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 (MARX, 2008, p. 79, grifo do autor) ou nos dizeres de Lefebvre (1999), a divisão social do trabalho passa a ser orientada para o atendimento das exigências do mercado. Nesta sociedade, ocorre a separação do produtor dos meios de produção, estes que passam a ser controlados pela burguesia<sup>2</sup>.

Desse ponto de vista dos fundamentos, a teoria marxiana vai tratar da necessidade imperiosa de resgate da relação humanidade e natureza na produção da vida humana na sua

---

<sup>2</sup> “Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2. [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe faz da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. (...)” (MARX, 2008, p. 84, grifo do autor).

forma complexa, tomando por base o conjunto das objetivações humanas e com base em um trabalho humanizado e coletivo que se volte para a satisfação das necessidades humanas, processo este que somente pode ser feito em oposição à ordem burguesa. Nesse sentido, essa teoria valoriza a igualdade dos sujeitos pertencentes ao gênero humano, mas respeitando as diferenças dos seres humanos, conforme assinala Marx (2012, p. 33): “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”. O Serviço Social brasileiro reafirma esse princípio de sociabilidade humana para o enfrentamento das demandas ao trabalho profissional em equipes de trabalho social que envolvam as políticas urbanas, agrárias e ambientais.

Sinteticamente a sociedade capitalista se assenta, segundo Isabel Cardoso (2018, p. 50):

na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo exponencial de valorização do valor, no desenvolvimento contínuo (e predatório) das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e outros meios de vida dos trabalhadores, através da propriedade privada da terra e da natureza, na expropriação de direitos garantidores da reprodução social e sustentados em políticas e recursos públicos, na dominação predatória da natureza, e em diferentes formas de opressão e dominação de gênero e de raça.

A relação humanidade/natureza é cada vez mais tensionada pelos crescentes conflitos de classe em várias escalas, pois o capital avança para a apropriação dos territórios com a necessária destruição da natureza e a desarticulação dos modos de vida seja em áreas urbanas ou rurais, a exemplo das comunidades tradicionais. Conforme assinalam Araújo e Silva (2021, p. 160),

ganha relevo o caráter qualitativamente superior da destrutividade ambiental, levada a termo pela atividade humana a partir da revolução industrial, notadamente com o uso de combustíveis fósseis. Os impactos desse processo teriam se acelerado e aprofundado consideravelmente desde meados do século XX, alterando as condições naturais de reprodução da vida na Terra.

Conforme assinala Harvey (2005), o capital avança mediante um processo de mobilidade geográfica para todas as regiões possíveis do mundo em busca de produção de mercadorias visando o lucro, não importando qual mercadoria será produzida, reproduzindo as contradições da lógica da desigualdade social entre o capital e o trabalho.

Uma das modalidades de busca de lucro pelo capital tem sido o processo de exploração dos recursos naturais pela lógica da financeirização da natureza, particularmente nos países da América Latina, reatualizando os processos de colonização e do racismo baseado na exploração da força de trabalho e destruição da natureza. De acordo com Araújo e Silva (2021, p. 163), os Estados nacionais de base ultraliberal têm contribuído com o “desenvolvimento, tanto da exploração do trabalho e espoliação dos bens naturais, quanto da intensa mercantilização

financeira da natureza”.

Segundo as autoras, nesse contexto, as corporações transnacionais de grande porte controlam os recursos naturais por processos especulativos, mediante certificações, créditos, ações e títulos. Os recursos naturais são transformados em *commodities*, onde produtos como o trigo, arroz, minérios de ferro e lítio têm seu valor de troca definidos em escala global, sendo os preços dessas mercadorias determinados pelo mercado financeiro a partir das bolsas de mercadorias e bolsas de valores etc. Além disso, são criados ativos financeiros referentes a bens e serviços ambientais com a separação de bens naturais, a exemplo da terra, ar, biodiversidade e dos serviços ambientais (emissão de carbono e disseminação de sementes, entre outros).

Monerat (2021) chama a atenção para o fato de que o mercado de carbono é uma das expressões da modalidade da financeirização da natureza. Por esse mecanismo as empresas de grande porte, mediante as certificações podem continuar poluindo. Por essas transações, afirmam Araújo e Silva (2021), as grandes empresas que desejam manter o nível de poluição acima do estabelecido, podem comprar uma cota de outra empresa que tenha um menor nível de poluição ambiental. Adquirem assim um crédito ou um “direito de poluir”. “Em síntese, empresas lucram com a especulação dos créditos adquiridos enquanto exercem o ‘direito’ de poluir, ao mesmo tempo em que países altamente poluidores também compram este direito” (ARAÚJO; SILVA, 2021, p. 166).

Bárbara Unmüßig (2014), destaca que por trás do discurso e prática da economia verde estão os interesses capitalistas pela demanda de “combustíveis fósseis, recursos minerais e biológicos” (p. 05) e para tal, o capital cria soluções práticas para ampliação dos lucros das empresas, e avança para a apropriação da terra em escala planetária, e essa apropriação coloca cada vez mais em risco a produção de alimentos para os seres humanos, ampliando a insegurança alimentar. Não é à toa que as empresas multinacionais, a exemplo da Monsanto, Procter & Gamble, Chevron, BASF, Big Energy, B. I. G. Pharma, Big Food and Big Chemical busquem controlar as cadeias de produção e a informação tecnológica e genética sobre métodos de produção (energia, biomassa, sementes, água e terra). Enquanto isso, os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que efetivamente protegem a floresta, têm menos poder de decisão nas instâncias globais para defender seus interesses.

Oliveira (2021) destaca o papel do Estado e dos organismos internacionais para a formulação dos acordos internacionais (como a COP 26/Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021) na defesa dos interesses das grandes empresas capitalistas. Um Exemplo concreto do papel do Estado na acomodação dos interesses capitalistas é o “Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal” (PRV), de responsabilidade dos governadores dos



estados da Amazônia brasileira. O Plano teria sido criado para impedir o desmatamento ilegal e diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Prevê a utilização de novas tecnologias para produzir soluções sustentáveis na floresta, mediante investimentos em infraestrutura verde e serviços básicos. O Plano resulta de um Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, formado pelos nove estados da região (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Por trás dos objetivos declarados do referido Plano de combater o desmatamento ilegal, dentre outros, esconde-se mais uma estratégia do Estado na modalidade de parceria público-privada que envolve o endividamento dos estados nacionais na lógica da financeirização da economia, visto que os recursos para financiar a carteira de projetos do PRV serão públicos e privados, externos e internos e captados por meio do Mecanismo Financeiro do Consórcio, sendo que o “Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio é o agente financeiro do Mecanismo”, fundo este pactuado em dezembro de 2019, por ocasião da COP-25. (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021, p. 76).

Enquanto isso, avança o agronegócio no país, que, no ano de 2022, corresponde a 25,5% do PIB brasileiro (CEPEA, 2022), com o total apoio do governo federal (Jair Bolsonaro), que flexibiliza as obrigações socioambientais das empresas. A bancada Ruralista defende a aprovação dos Projetos de Lei (PL), chamados de “Combo da Morte”, incluindo o PL do Veneno (2.299/02), que diminui o controle, no processo de avaliação de agrotóxicos, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, além dos PLs 490/07 e 191/2020, que estabelecem o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a legalização da exploração de minérios nestes territórios. (OBSERVATÓRIO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL, 2022).

Durante o período mais avançado da pandemia, o Governo Federal avaliou as atividades das mineradoras como essenciais, através da Portaria nº 135/GM do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Decreto nº 10.329/2020. Nesse contexto, no ano de 2020, o faturamento total do setor extrativo mineral brasileiro foi de R\$ 209 bilhões, o que corresponde ao aumento de 36% em comparação aos R\$ 153 bilhões faturados em 2019 (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2021, p. 3).

Os impactos socioambientais da mineração nos territórios em provocado uma série de problemas para etnias que vivem em regiões impactadas pela mineração, como a contaminação de rios, peixes e pessoas por mercúrio, além de ampliar os conflitos por terras. Parte considerável destas populações apresentavam níveis de mercúrio acima de limites seguros.

Entre as consequências da contaminação pelo metal estão a má formação em bebês, doenças neurológicas, problemas de visão e audição e problemas de neurodesenvolvimento. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2022)<sup>3</sup>.

Essas atividades demonstram a força do capital na disputa violenta e desigual pelo domínio e controle das terras (CPT, 2021), com a ampliação dos conflitos de terras que atingem trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais (com piora nas condições de vida dos negros), agricultores e agricultoras familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos do campo, das florestas e das águas.

Esta conjuntura se aprofunda com a pandemia do novo coronavírus. Em 2020, o país, que já contava com um número expressivo de bilionários (45), ganhou mais dez (10) (OXFAM, 2022), o que demonstra a desigualdade de renda no Brasil. Os dados presentes no Relatório “A Desigualdade Mata” (2022), indicam que o aumento da riqueza dos bilionários durante o período pandêmico corresponde a 30% (US\$ 39,6 bilhões), ao passo que 90% da população teve uma redução de 0,2% entre os anos de 2019 e 2021. Os 20 maiores bilionários do país concentram riqueza (US\$ 121 bilhões) equivalente a 60% da população 128 milhões de brasileiros. Enquanto isso, agrava-se a insegurança alimentar no Brasil. Em 2022, a fome está ainda mais presente na vida dos brasileiros, pois apenas 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação no país.

A mesma tendência de produção de lucro pelo capital, vista no processo de mercantilização da natureza, é verificada na atualização no processo de produção e reprodução social do espaço, ampliando a desigualdade no acesso à terra pela dinâmica da lógica das cidades mercadorias. Assim, a tendência do capital é a urbanização do território global para atender os fluxos da produção capitalista (produção, distribuição e consumo de mercadorias) (HARVEY, 2005). Por isso, a produção dos territórios urbanos e rurais expressa as necessidades da produção e reprodução do lucro. Quanto mais as cidades estiverem vinculadas aos fluxos produtivos, mais irão receber infraestrutura física e social para responder às necessidades do capital, com a manutenção da estrutura de classes e da desigualdade social.

Por sua vez, o Estado que tem papel chave na urbanização, privilegia o financiamento aos setores das frações dominantes do capital em detrimento ao trabalho, através da produção das infraestruturas físicas (sistemas aéreos, ferroviários, rodoviários e aquaviários), que “sustentam

<sup>3</sup> Além disso, cerca de 11,7 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica foi desmatada pela mineração entre 2005 e 2015. “Ao longo de 2019 e 2020, o desmatamento causado pela atividade mineradora registrou recordes e avançou sobre áreas de conservação. Em 2021 (...), a mineração devastou 125 km<sup>2</sup>, a maior marca desde o início da série histórica do sistema, uma alta de 62% em relação a 2018”, ano de eleição do atual Presidente da República (APIB; AMAZON WATCH, 2022, p. 6).

a circulação do capital.” (HARVEY, 2005, p. 130). Enquanto isso, as pequenas cidades brasileiras, particularmente as que são menos atrativas ao capital, recebem poucos serviços públicos, a exemplo das cidades no interior da Amazônia.

Questiona-se assim: por que nas áreas rurais, há menos investimento em políticas públicas? Sob a ótica do capital, qual a necessidade de escolas para trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos? Para que oferecer hospitais com alta infraestrutura em pequenas localidades? Porque precisam de atendimento de políticas habitacionais, saneamento ambiental e transporte adequado, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais se não vendem sua força de trabalho ao capital? À medida que seus territórios forem incorporados à dinâmica produtiva, gradativamente os territórios irão receber o mínimo de atendimento, como parte do processo de reprodução social empobrecida da força de trabalho.

Assim, a partir dos fundamentos de Marx (2008) sobre o processo de alienação vinculada à divisão do trabalho, concorda-se com a afirmação de Carlos (2015, p. 25/26) de que na “cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente”. A propriedade privada da terra condiciona o acesso à moradia e as condições de vida em geral como expressão da produção da riqueza e da pobreza (CARLOS, 2015). Nessa mesma direção, afirma Sposito (2014, p. 64): “(...) A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho.”

A lógica do modo produção capitalista se espalha como tendência universal e avança em diferentes territorialidades para a produção do lucro, havendo a necessidade de apreendermos a particularidade histórica brasileira e as diferenciações regionais na produção da desigualdade da vida social.

Enquanto o setor imobiliário totalizou, no ano de 2019, 288 bilhões de lucro (IBGE 2019), as cidades são capturadas como mercadorias, onde a maioria dos trabalhadores não possui acesso à terra para fins de moradia, ocupando as cidades e construindo suas moradias da maneira que podem e quando podem, reproduzindo-se, geralmente, nos piores lugares, com alta carência de infraestrutura urbana.

Para as famílias pobres o despejo é uma ameaça constante. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2022), mais de 180 mil pessoas vivem em situação de rua, 570 mil estão ameaçadas de despejo de suas moradias e mais de 90 mil famílias estão acampadas lutando pela terra. O IBGE apontou em 2019, que 21,6% da população brasileira residia em domicílios nos quais havia ao menos uma inadequação domiciliar “isso significa que ao menos 45,2 milhões de pessoas, residentes em 14,2 milhões de domicílios, enfrentavam algum tipo de restrição ao

direito à moradia adequada, em seus elementos de acessibilidade econômica, habitabilidade ou segurança da posse” (2020, p. 76).

O Brasil possui índices altíssimos de inadequação habitacional, com destaque para a inadequação por carência de infraestrutura (serviço de coleta de lixo, abastecimento de água por rede geral e ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial), nas residências com famílias de menor renda, sendo que segundo os dados da PNAD Contínua do IBGE, a precariedade no acesso ao esgotamento sanitário alcança 56,2% das famílias mais pobres, o que é um dado muito grave (IBGE, 2019).

Nos territórios populares, são produzidas as resistências de luta pela terra; as resistências no uso e ocupação dos espaços urbanos e rurais marcado pela moradia em lugares, na maioria das vezes carentes de infraestrutura e serviços urbanos. No referente ao acesso à moradia, assinala Maricato (2015, p. 20):

(...) a habitação dos trabalhadores não é problema para o capital e, na maior parte das vezes, nem para o Estado. Por isso, os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso. E também por isso, as favelas fazem parte da reprodução da força de trabalho formal. Foi assim durante o processo de industrialização por substituição de importações e é assim atualmente, nas cidades conhecidas como globais. As favelas integram as cidades de países como o Brasil (...)

O Brasil é enorme e as desigualdades sociais estão espalhadas em diferentes territorialidades. Temos que atentar para a vida concreta no dia a dia nas grandes, médias e pequenas cidades. Atentar para os espaços que tem interação com a floresta e o rio, conforme nos aponta Trindade Jr. (2021), a exemplo das “cidades da floresta”.

Conforme Isabel Cardoso (2012, p. 46-47):

(...) as formas de uso da cidade revelam modos de reprodução da vida, através dos modos de apropriação do espaço. É através da análise da dinâmica territorial das formas do morar, dos tipos de fruição do tempo livre como o lazer, das formas do trabalho e das formas de apropriação da renda e da riqueza socialmente gerada, dos padrões de acesso às inovações tecnológicas dos mais diferentes tipos que se incorporam à vida cotidiana (internet, novos medicamentos e tratamentos, etc.) do tipo de acesso aos serviços de saneamento básico; dos tipos de deslocamentos habituais e dos transportes necessários; das formas de acesso aos equipamentos públicos que garantem a proteção social e a segurança pública, ou seja é através do conjunto destas formas e modos de organização da vida que podemos avaliar a real dinâmica de produção e reprodução de nossas cidades e das formas de uso e ocupação do seu espaço.

Se registramos o avanço do capital sobre os territórios, também registramos as inúmeras formas de resistência vistas em diferentes escalas pelos sindicatos, movimentos sociais (movimento negro, mulheres, pessoas LGBTQIA+), indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses/as, agricultores/as familiares, dos moradores na luta contra a segregação espacial,

pelo direito à terra. Toda a movimentação de resistência interessa ao Serviço Social, repudiando com todas as forças no atual momento político, as práticas fascistas que impulsionam a morte, a violência e o obscurantismo ligado ao conhecimento.

Importante estarmos atentos/as às resistências dos modos de viver e produzir espaço. Estarmos atentas/os às necessidades humanas que devem ser objeto de luta dos movimentos sociais, dos pesquisadores/as e dos diferentes profissionais que atendem às pessoas. Conforme Trindade Jr (2004), é importante estarmos atentos às mediações históricas e as diferentes temporalidades existentes nas diferentes formas urbanas no país.

Parece fundamental que o trabalho profissional incorpore a apreensão da unidade dialética da questão agrária, urbana e ambiental, articulando as situações singulares (postas em diferentes particularidades históricas) às determinações universais da ordem burguesa. Por isso, a interpretação teórica sobre as mediações que envolvem o trabalho profissional deve atentar para a questão da divisão do trabalho, da alienação, da apropriação privada dos meios de produção, tendo em vista que essas determinações atravessam a vida cotidiana e rebatem de forma diferenciada (e desigual) na vida dos negros, mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+. Mas também nos interessa as formas de luta presentes na sociedade, como um componente do trabalho profissional.

### **O Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta, constitutivas das dimensões de classe, gênero e raça**

Quando iniciamos esse texto, apontamos elementos da realidade sócio-histórica, econômica e política sob a ordem do capital os quais, inseridos em um contexto materialista histórico-dialético, possibilitam a apreensão das contradições e a “compreensão da atividade social e das relações sociais por meio das quais os seres humanos interagem com a natureza ao produzir as condições de vida” ou, em outras palavras, isso quer dizer que o mundo material não é um dado natural, é um modo de atividade produtiva, um sistema de relações sociais, um produto histórico (WOOD, 2010, p. 32). No mundo globalizado no qual todas as esferas da vida estão submetidas ao capital, evidenciar no debate aqui proposto a relação humanidade/natureza, implica dar visibilidade à lógica de expansão de um capitalismo que produz desigualdades crescentes no mundo, e que sobrevive sob um paradoxo fundamental: “o capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além de qualquer nação-Estado, mas o capitalismo está longe de prescindir da nação-Estado” (WOOD, 2010, p. 8).

É este o pano de fundo dos estudos coletivos realizados no âmbito do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social, nos quais temos como premissa que as relações sociais estruturadoras e reprodutoras dos espaços urbano, agrário e do ambiente na particularidade brasileira têm suas raízes nas relações sociais capitalistas. Tomando Iamamoto (2007) como referência, sob esse registro revela-se um processo social global da sociedade com suas tendências e normatividades com vistas à manutenção do sistema do capital.

E mais, as relações sociais e suas temporalidades históricas devem ser analisadas sob uma perspectiva de totalidade e indissociáveis do desenvolvimento do Brasil nos marcos de sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista, “sob as representações ideais da burguesia” (IAMAMOTO, 2001, p. 109), desde o período colonial e escravista, sem prescindir dos estereótipos difundidos a respeito do povo negro – a vadiagem citada por Kowarick (1994), o que contribui nas não respostas às suas necessidades sociais, em termos de habitação, saúde, educação etc.

Evocamos aqui as particularidades históricas que revelam como o desenvolvimento do país, em que o “moderno” se constrói por meio do “arcaico” (IAMAMOTO, 2001, p. 101), forjam relações patrimonialistas e racistas, assentadas na escravidão e alimentadas por privilégios de classe e heranças colonialistas e escravistas, que revelam no cenário brasileiro um “quadro de extrema desigualdade sociorracial” (DURANS, 2021, p. 23), seja na superexploração do trabalho, seja na regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

São constrangimentos que fazem crescer a pobreza e a miséria, aprofundando desigualdades entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, alijando parte significativa da população brasileira de conquistas civilizatórias oriundas da riqueza socialmente produzida.

O que nos leva a um segundo registro, ou seja, à base histórica e econômica que dá sustentação à permanência de lugares determinados para brancos e para negros na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2021) e contribui para dificultar ou impedir a mobilidade social de segmentos da população negra, sob um racismo urbano antinegro (PASSOS, 2021). Dessa forma, legitima-se a desconfiança na presença de pessoas negras em territórios brancos, o que justifica deter e abordar com violência, aquele que Wacquant denomina como o deslocado, reproduzindo cotidianamente a hostilidade generalizada e materializada no genocídio de jovens negros, pobres e periféricos, numa “revivescência intemporal da associação de homens e mulheres negros e negras com a criminalização” (WACQUANT, 2005, p. 11-14).



A materialidade da produção e reprodução social nos marcos das relações sociais e formas de propriedades e estrutura fundiária estabelecidas no Brasil (IASI, 2019), legitimam essas desigualdades que são sociais e raciais. São desigualdades que se aprofundam nas hierarquizações construídas na escravização de corpos negros trazidos cativos da África para o uso da força de trabalho, de 1550 até a Lei Eusébio de Queiróz e a proibição do tráfico negro, e na espoliação da terra, bem natural de uso coletivo dos povos indígenas tornada mercadoria pela Lei de Terras, ambas as leis de 1850. São eventos significativos, que datam do período colonial e que contribuem para a apreensão de aspectos da formação histórica brasileira e, referindo-nos em Gonzalez (2018, p. 127), de ideias e valores brasileiros que se sustentam em um racismo por denegação, isto é, “um processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando-lhe que lhe pertença”.

A sociedade brasileira e suas dinâmicas urbana, agrária e ambiental que articulam o progresso sob a ordem capitalista, ainda que sob heranças escravistas e racializadas, expressam a forma do desenvolvimento assumido pelo Estado no Brasil, cuja lógica interna tem raízes no período colonial agroexportador, na dependência da economia brasileira com o capital internacional, nos processos tardios de industrialização e na superexploração da força de trabalho, na raiz autoritária de privilégios de classe e concentração de riqueza e nas várias formas de discriminação e violência.

As relações de opressão são construídas na cidade, no campo ou nas florestas, nas formas diversas de uso e ocupação da terra, são constitutivas das dimensões de classe, gênero e raça e reatualizam a manutenção da ordem do capital “que encontra legitimidade nos estreitos limites daqueles que dela se beneficiam, restando aos demais a imposição violenta dos meios coercitivos e a intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente” (IASI, 2019, p. 425).

Nesses tempos de mundialização do capital, o que se observa é a incapacidade de o capital enfrentar as situações de crise atuais. São crises que resultam dos meios que o capital tem recorrido para ultrapassar os limites que lhe são imanentes, explorando as duas forças de onde jorra toda a riqueza, a terra e o trabalhador. Vivemos tempos de acumulação e lucros sem fim e sem limites do capital portador de juros que se valoriza sem sair da esfera dos mercados de títulos e ativos fictícios. Para conter as crises e para a continuidade do processo de acumulação e estabilidade econômica, o Estado brasileiro oferece ao capital possibilidades de lucro pela via das privatizações e abre a ele setores protegidos socialmente, atento à pressão dos mercados que impõem políticas de austeridade, pelo medo do não pagamento da dívida.

Com esses mecanismos, o Estado brasileiro, ao contribuir com o processo de valorização ou reprodução do capital nas suas diferentes formas (capital industrial, capital bancário, capital financeiro), gera um grau de exploração com consequências incontornáveis para a maioria da população (IASI, 2019), seja pela coerção, nas relações de opressão e exploração sexuais e raciais, seja por meio do consenso, nos discursos ideológicos na defesa da legitimidade do sistema (SILVA, 2016).

Ou seja, nas questões de cunho econômico, político e social, as relações sociais capitalistas refletem a permanência da lógica da colonização, da escravidão, da propriedade privada, do capitalismo dependente e periférico, na personificação dos coronéis nos empresários, banqueiros e nos caciques políticos, que forjam esse Estado o qual, segundo Marx, é a “forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (MARX, 2007, p. 76).

Nesse processo, nenhuma saída da crise se desenha para o capital no plano mundial. As condições de reprodução social das classes populares estão ameaçadas. Assistimos hoje a um largo processo de desmonte das políticas sociais destinadas à reprodução social dos trabalhadores e das trabalhadoras. As exigências normativas neoliberais defendem o mercado, a privatização e o empreendedorismo competitivo, abandonam a concepção de democracia e de um tecido social participativo, diminuem a proteção social e reduzem os serviços públicos.

As particularidades desse processo evidenciam consequências diferentes para homens e mulheres, brancos e brancas e negros e negras, constituindo uma indissociabilidade das relações sociais de classe, raça e gênero no Brasil.

Quando se colocam todos esses elementos apontados anteriormente dentro de uma totalidade histórico-social concreta, quando se estabelece um projeto político profissional com nítida direção social orientando o exercício profissional e quando o conhecimento necessário para capturar o cotidiano na história e nas suas contradições é apropriado para construir críticas radicais aos fundamentos da estrutura da sociedade capitalista brasileira, emergem possibilidades pelas quais se constroem as articulações políticas.

Nesse sentido, é importante pontuar algumas ideias que podem ser associadas ao que denominamos de “compromisso político do trabalho de assistentes sociais”.

É fundamental identificar as mediações que sejam capazes de reverter tendências e contratendências nas respostas políticas e sociais e que garantam, recomponham e ampliem direitos com o subsídio de elaborações e análises críticas das expressões da questão social e das respostas institucionais.

É fundamental entendermos o quadro social no qual nos movemos, pois só com conhecimento conseguiremos identificar os limites que nos são impostos pelo sistema capitalista atual, que produz processos de desigualdade social e econômica intensos, e acreditar nas possibilidades que temos de transformar a realidade. Isto requer um treino permanente porque outros mecanismos trabalham no sentido de impedir que tenhamos uma compreensão real dos fatos e acontecimentos. A mídia atua a partir de interesses nítidos de manutenção do instituído, e a imagem manipulada, as notícias recortadas são maneiras de impedir e deturpar essa compreensão.

Fanon é uma referência para as análises sobre a oposição entre as cidades para os ricos e as favelas e áreas periféricas, e Lippold, (2016, p. 208), baseado no autor, desenvolve suas reflexões, “para mergulhar nas raízes da violência brasileira, encontrar o seu fundamento... Como se articulam as relações entre sociedade de consumo e crime, riqueza e pobreza, a repartição geográfica das cidades em áreas de brancos ricos e favelas onde a maioria é negra?” Quem são esses sujeitos? Como construímos com eles a formulação coletiva da vida sob uma perspectiva anticapitalista?

A desigualdade social no Brasil se apresenta na média de rendimento dos 10% mais ricos que é de aproximadamente 25 vezes maior que a dos 40% mais pobres, cujo salário não chega a 1 salário-mínimo; está na ocupação informal que hierarquiza os trabalhadores e os dados registram que 34,6% de pessoas declaradas brancas estavam em ocupações informais enquanto entre as pessoas declaradas pretas ou pardas este índice alcança 47,3%. A desocupação, o desemprego, a subutilização da força de trabalho, o trabalho sem vínculos formais, atingem mais fortemente a população negra no Brasil. E os piores resultados estão nas regiões Norte e Nordeste, cujo índice de pessoas pretas e pardas no mercado informal atinge 60% (IBGE, 2019). O que coaduna com os dados sobre o rendimento familiar, importante determinante para identificar a capacidade do acesso a alimentação das famílias: 25% dos domicílios das regiões Norte e Nordeste vivem com rendimentos abaixo de um quarto do salário-mínimo, comparados com 10% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda (REDE PENSSAN, 2022).

Além desses dados, registra-se o lugar que a violência ocupa nas manifestações das desigualdades no Brasil, onde a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas e pardas a cada 100 mil habitantes, em 2017. Isto é, uma pessoa negra tem muito mais possibilidades de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. Além

disso, em um país que detém o 3º lugar em número de pessoas aprisionadas, a política penal e a política social não são mais do que as duas vertentes de uma mesma política da pobreza na cidade (WACQUANT, 2014).

Em outras palavras, a riqueza socialmente produzida por todos é privadamente apropriada por poucos, e esta desigualdade da distribuição faz persistir situações de pobreza e de desigualdades econômicas e sociais, que refletem no agravamento das condições de acesso às políticas públicas, atravessadas pelas dimensões de raça/cor e sexo.

São expressões e representações que reforçam a ideologia da escravidão, “através da qual se manifesta o racismo nas suas diversas gradações” (MOURA, 2021, p. 63). O autor reflete sobre o longo processo vivido pelas pessoas negras no Brasil, nas situações de subemprego, desemprego e marginalização crescente, de peneiramento e compressão que as expulsam para a periferia da produção capitalista do espaço, seja no campo, na cidade ou na floresta.

Na formação das cidades – e não podemos nos esquecer que o Brasil é eminentemente urbano, com suas metrópoles, cidades de médio porte e cidades pequenas, periurbanas e rurais – a integração das pessoas negras na urbanização e industrialização se fez sob o que o autor denominou ideologia de barragem das possibilidades, impondo um lugar para segmentos da população negra à margem do desenvolvimento do país. Plasmada pelas classes dominantes, essa barragem das possibilidades que ocorre nas relações inter e intrafamiliares, nas escolhas de empregos, nas instituições públicas e privadas, na competição entre as classes sociais, está presente na forma marginal de assimilação do povo negro, como ocorreu em São Paulo, ou na sua integração sob uma economia da miséria, à exemplo de estados da região Nordeste, como Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Afirma o autor (MOURA, 2021, p. 57), “por tudo isso compreendemos por que até hoje, especialmente nas grandes cidades, as favelas, os cortiços, mocambos e alagadiços são ocupados pelas populações negras ou mestiças de um cruzamento direto com o negro”. As desigualdades econômicas e sociais que tem lugar nessa organização espacial se fazem presentes nas formas de segregação e tensões territoriais, como respostas racistas a conflitos étnicos, religiosos e migratórios (HARVEY, 2013).

São áreas das cidades que demarcam uma desigualdade social que é a negação da cidade, nas condições de vida, na distribuição espacial e nas características individuais dos domicílios, no acesso a serviços. Para uma força de trabalho cuja reprodução não inclui a moradia, essas são as condições de sobrevivência: sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca),

e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca). (IBGE, 2019).

Diante da crise global da sociedade contemporânea, alimentada no ideário do capitalismo neoliberal empreendedorista e rentista, que tem no Estado as garantias da taxa média de lucro e as possibilidades da acumulação do capital, vemos novas formas de dominação e de práticas conservadoras que retornam com outro perfil, pela via de construções ideológicas que interdita a política, que deslocam reflexões conceituais, que questionam a ordem capitalista para uma pauta de comportamentos e costumes que invisibilizam a segregação.

A apreensão das determinações sociais, econômicas e políticas que compõem a história da formação social e econômica brasileira vai nos apontar as contradições que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social no Brasil (IANNI, 1992).

A história nos revela os inúmeros eventos de expropriações da terra que se impõem às ocupações e à ausência da reforma agrária, às migrações internas campo-cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, à expulsão dos indígenas de suas terras, ao apagamento e ao embranquecimento da população negra. São temas da realidade social que alimentam os movimentos sociais nas suas lutas e formas de resistências, manifestações sociais que emergem do campo, da cidade e das florestas, que se veem frente a frente também com os movimentos repressivos, com a organização dos aparelhos do Estado para criminalizar e oprimir, orientados por valores heterônimos, patriarcais, racistas e patrimonialistas.

A coexistência planetária entre a riqueza e o pauperismo mostra-nos uma realidade que deve ser pensada a partir de suas contradições no âmbito do capitalismo. A pobreza social é relativa, cultural, histórica e gradual. Isto significa que pode variar entre os países, em diferentes momentos de um mesmo país, como também variar na sua graduação em um mesmo momento.

Na segunda década do século XXI, essas contradições aprofundam a pauperização dos trabalhadores e, portanto, a reprodução das desigualdades sociais. Em consequência, o que observamos hoje são as manifestações da pobreza terminar por serem apartadas de suas determinações. Trata-se de uma armadilha teórica e ideológica, porque desistoriciza e descontextualiza a problemática que funda a existência da questão social, deslocando seu enfrentamento para o nível dos fenômenos a ela conectados, alimentando a desqualificação do trabalho e a criminalização dos movimentos sociais.

O consentimento e a adesão dos trabalhadores tornam-se objetivo das empresas, para viabilizar um projeto que é desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital (ANTUNES, 1995).

São formas de opressão e de dominação que se manifestam por meio de diferentes estratégias, que além de criminalizarem, estigmatizam, restringem e reprimem as ações dos movimentos sociais. Isso acontece com os movimentos de mulheres, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e negros. Ocorre com os/as trabalhadores e trabalhadoras urbanos de inúmeras categorias que, ao realizarem manifestações públicas, têm se deparado com dois tipos de argumentos reiteradamente utilizados. Primeiro, contrapondo a população em geral ao exercício da manifestação, apontando-a como constrangedora do direito de ir e vir, causadora de empecilhos à vida social e ameaçadora à vida e à saúde. Em segundo lugar, acusa-se os manifestantes de causarem prejuízos financeiros à população, em função das dificuldades que produzem ao tráfego, contabilizado o número de veículos parados num determinado período.

Portanto, devemos entender dialeticamente os fenômenos que emergem das relações sociais capitalistas, desde sua singularidade no contexto da acumulação capitalista no Brasil, até suas expressões nas lutas de classes no sentido mais geral, numa perspectiva de totalidade (OLIVEIRA, 2021).

E, nessa direção, a atuação profissional na direção do fortalecimento da liberdade democrática, tendo em vista as possibilidades da eliminação da alienação econômica e política e a efetivação dos mecanismos para o acesso às políticas sociais, aos direitos e justiça social, pode contribuir para romper com uma visão particular da lei no Brasil: a lei obedece a uma lógica de classe.

O desafio é desenhar uma agenda política e articular alianças estratégicas que venham ao encontro do que defendemos.

Trata-se de idealizar um projeto de sociedade e buscar no cotidiano de nossas ações as condições de concretizá-lo. Isto significa compreender que as mudanças têm que ser contínuas e permanentes e que os limites que existem são mutáveis. Isto significa entender que nem o Estado, nem o governo que está no poder hoje, nem a sociedade e as instituições que fazem parte dela são homogêneas, ao contrário são espaços de confronto e de conflitos, que têm que ser enfrentados.

Vivemos na atualidade, mudanças importantes no mundo do trabalho, no esgotamento de um arranjo sociopolítico no âmbito da ordem do capital e o desenho de formas atualizadas da acumulação capitalista e produtividade, o que vem revertendo, a passos largos, na precarização intensa das condições de trabalho.

As políticas sociais, como uma das mediações para os direitos, não têm no horizonte a igualdade de condições, mas a igualdade de oportunidade, não se preocupam em combater a pobreza e não atuam na redução das desigualdades sociais. Com o esvaziamento do caráter



universalizante das políticas sociais, tornam-se focalizadas, numa defesa da racionalização dos gastos sociais e pretensa justiça no atendimento aos mais necessitados, sem deixar de exigir a contrapartida dos mesmos.

Desse modo, o trabalho exercido no campo do Serviço Social deve ser pautado pela garantia dos direitos a todos os cidadãos, pela transformação das necessidades sociais em demandas a serem atendidas pelo Estado, pelo acesso às condições de vida necessárias não só para sobreviver, mas para viver, tendo assegurado as condições políticas, materiais e mentais.

E será realizado sob uma perspectiva de classe, por meio de ações de caráter socioeducativo, de caráter organizativo e de mobilização popular, de assessoria, supervisão e formação, de planejamento, gestão e coordenação.

O exercício cotidiano da participação coletiva tem apresentado dificuldades, que vão “do esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado, de desqualificação das instâncias de representação coletivas, de fragmentação do espaço público e de despolitização da política” (RAICHELIS, 2009, p. 110), todavia não tiram a importância dos fóruns, plenárias, audiências públicas, mesas de concertação, redes e outras formas de articulação para democratização dos espaços públicos.

Essas reflexões sobre o tema da participação nos impõem considerá-la nas suas contradições, ou seja, não se trata de discutir as perdas que se opõem às conquistas de espaços participativos, mas sim, de adensar um debate que conduz as reflexões a partir das lutas sociais que envolvem a sociedade como um todo, e que depende, para a sua compreensão e explicação, da pauta de reivindicações que direciona as ações desta mesma sociedade e das mediações que são feitas para apreender a sua direção.

Nesse sentido, cabe-nos enfrentar a participação assistencialista, baseada no ideal de ajuda, movida pela compaixão, pelo altruísmo e pela caridade, que não tem como fundamento a luta por direitos de cidadania; a participação corporativa, dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais, subordinando os interesses mais gerais da coletividade; a participação eleitoral que, ainda que permita ao cidadão (eleitor) fazer escolhas, não faculta a participação do eleitor nas escolhas políticas dos eleitos; a participação política, que se realiza como uma prática ético política, tendo em vista a comunidade como um todo e a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado (NOGUEIRA, 2004).

Ainda segundo o mesmo autor, em uma crítica elaborada com relação aos processos participativos esvaziados e construídos sob uma perspectiva disciplinadora, “às pressões do mercado tem-se respondido com a privatização e às pressões da sociedade civil, com a

participação” (NOGUEIRA, 2004, p. 128). Neste contexto, a participação assume um perfil formal, de predomínio dos privilégios que naturalizam as desigualdades econômicas e sociais.

A atuação junto com os movimentos sociais e organizações populares no fortalecimento das lutas sociais, sob a lógica da superação dos processos de dominação, possibilita emergirem as contradições que advém das construções ideológicas e programáticas do projeto do capital, dos ambientes e espaços segregados.

Trata-se de um exercício político que deve acontecer, a par das atividades cotidianas de mobilização, reivindicações e pressões sociais por conquistas dos direitos. São estratégias que convergem para descaracterizar a construção de consensos promovida pela hegemonia neoliberal e requer a intervenção concertada dos diferentes sujeitos coletivos nas iniciativas de resistência, numa perspectiva de totalidade.

A ameaça à democracia e à liberdade não vem da falta de institucionalização das formas de organização, nem tampouco da ausência de mecanismos de disputas e de conquistas dos direitos. São outros os obstáculos à democracia social. Decorrem da despolitização provocada pela fragmentação das lutas e do encolhimento do espaço público, cedendo lugar, pragmaticamente, às respostas voltadas aos interesses particulares em torno de pactos sociais.

Contra o pragmatismo e o conservadorismo, contra o esvaziamento e a transformação da política em espetáculo, colocam-se a resistência e o compromisso profissional por trabalho, direitos e liberdade (SANTOS; BOSCHETTI, 2011) e, na particularidade do nosso debate, da atuação do Serviço Social pela defesa do acesso aos direitos sociais que contemplem a diversidade social e econômica da população brasileira, no apoio aos movimentos sociais na luta contra a mercantilização da terra, na defesa da terra para morar e da terra para plantar.

Produzir conhecimento e debates sobre experiências contra hegemônicas desenvolvidas pelos movimentos sociais e profissionais comprometidos com mudanças sociais, como a autogestão, o cooperativismo, entre outros, é fundamental para ampliar alternativas, mesmo no contexto capitalista.

As políticas sociais implementadas no Brasil resultaram no contexto urbano desigual e precário, no contexto agrário que responde, prioritariamente, aos interesses da industrialização e da circulação do capital, desprezando as necessidades sociais dos trabalhadores, no contexto das florestas devastadas com a população indígena expropriada de suas terras.

É evidente que esses processos decorrem das crises sistêmicas do capital e de seus arranjos econômicos e políticos necessários para a manutenção da ordem burguesa que impulsiona mudanças profundas com vistas ao desenvolvimento tecnológico-científico que, todavia, se faz sob valores conservadores que sustentam relações de opressão e exploração.

Expressa em alterações diversas nas legislações, as desfigurações políticas e redução do espaço público, com o reforço da ideologia do favor e do clientelismo, são estimuladores de competições e do enaltecimento da filantropia e do voluntariado.

Portanto, é preciso, pois, atuar nas contradições, dar visibilidade a outras formas de uso e ocupação da terra, acolher as demandas sociais dos segmentos oprimidos, formular estratégias de enfrentamento a essa estrutura da sociedade capitalista junto com sujeitos coletivos como movimentos sociais, sindicais, ONGs, fóruns e redes, que se insurgem, contrapõem e formulam uma concepção de bem comum, constitutiva de uma outra sociabilidade coletiva e solidária, anticapitalista.

### **Considerações finais**

O Serviço Social brasileiro, tomando por base a fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tem se dedicado a buscar as mediações da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental e o faz no sentido de contribuir com o trabalho profissional do assistente social e com todas as formas de luta social que se posicionem contra as relações de exploração e opressão existentes na cidade, no campo e na floresta.

Os renovados processos de apropriação do território pelo capital – expropriação da terra; exploração da força de trabalho; destrutividade ambiental; desarticulação dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais; processo de financeirização da natureza; altos níveis de desmatamento; produção de alimentos com agrotóxicos que trazem à mesa o veneno em lugar da alimentação saudável; o apoio irrestrito do Estado brasileiro às empresas mineradoras e à produção do agronegócio, para citar alguns – rebatem na vida concreta dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as e rurais, agricultores e agricultoras familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos do campo, das florestas e das águas.

Nas cidades, lugar de maior concentração de trabalhadores e trabalhadoras pobres e pretos/as, a desigualdade social é expressiva, com destaque para as condições de moradia com alta carência de infraestrutura, altos valores de aluguéis e práticas de despejos de famílias.

Ao mesmo tempo em que se coloca a necessidade de apreensão das determinações universais da produção da desigualdade na ordem burguesa, coloca-se a necessidade de aproximação aos diferentes territórios no Brasil para apreender as particularidades regionais – como por exemplo, os povos e comunidades tradicionais e a vida em pequenas cidades –, a desigualdade étnico-racial e de gênero.

Assim, é importante recuperarmos os processos de lutas sociais, da luta de classes em presença, da produção do espaço urbano pelos sujeitos que vivem a cidade. Para o Serviço Social, os estudos e o trabalho profissional precisam atentar para a relação da questão social entrelaçada à questão urbana, agrária/disputa pela terra, ambiental, de gênero, racial e étnica como uma totalidade em movimento. Pensar como a urbanização modela a vida das pessoas da classe trabalhadora, e todos os que sofrem qualquer tipo de dominação nos espaços urbanos, mas também como são produzidas as resistências nos diferentes territórios no Brasil. São importantes as resistências dos movimentos que fazem a crítica à propriedade privada e ao uso e ocupação do solo, como o movimento sem-terra no campo e dos trabalhadores sem teto na cidade. Desta forma, o Serviço Social se vincula à luta ampliada pelo direito à cidade que se articula ao atendimento das necessidades humanas.

Diante disso, a interpretação das diversas formas de relações de opressão no campo, na cidade e na floresta são da maior importância para o Serviço Social, que tem historicamente buscado alcançar as mediações e as determinações das contradições inerentes à sociabilidade burguesa. Como afirmam Bezerra *et al.* (2018), apenas a busca aos fundamentos das ênfases particulares (urbano, agrário e ambiental) a partir de uma perspectiva que considere a totalidade, “poderá contribuir para a articulação entre elas, rompendo a fragmentação entre as demandas sociais, demandas institucionais, requisições institucionais e respostas profissionais” (p. 79).

Este cenário de profundas regressões apontam a importância da organização política das massas trabalhadoras, dos movimentos sociais, da luta dos povos originários, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, dos trabalhadores sem-terra e sem teto, LBTQIA+, dentre outros. Entende-se que o trabalho do/a assistente social é polarizado por interesses de classes antagônicas, conforme Marilda Yamamoto (2019) e, por isso, participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto de respostas às demandas da classe trabalhadora, o que possibilita um terreno aberto à construção de respostas profissionais articuladas aos interesses da classe trabalhadora e contra todas as formas de relações de opressão.

Nessa quadra histórica em que vivenciamos um alto processo de destrutividade ambiental e índices alarmantes de exploração da força de trabalho, sendo esta exploração intensificada em mulheres e pessoas negras, mais do que nunca, reafirmam-se os projetos profissionais e os projetos societários anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais, com a defesa da humanidade e da natureza.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- ARAÚJO, Nailsa Maria Souza Araújo; SILVA, Maria das Graças e. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: aspectos históricos e sua configuração na etapa de financeirização da natureza. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.2, p. 151- 173, ago. 2021.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB); AMAZON WATCH. *Cumplicidade na destruição IV: Como mineradoras e investidores internacionais contribuem para a violação dos direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia*. APIB/AW, 2022.
- BEZERRA, Cristina Simões; SANTANA, Joana Valente; CRUZ, Suenya Santos da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; PEREIRA, Tatiana Dahmer. O Serviço Social e as dimensões agrária, urbana e ambiental articuladas na particularidade histórica. In: SANTANA, Joana Valente (Org.) *Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas*. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Cidade capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana?. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de. (Org.). *A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia*. 1ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará - Edufpa, 2012.
- \_\_\_\_\_. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana Valente (Org.) *Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas*. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2015 (Coleção repensando a Geografia).
- CEPEA. *PIB do Agronegócio brasileiro*. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=Considerando%2Dse%20os%20desempenhos%20parciais,%2C5%25%20registrados%20em%202021>> Acesso em: 30 set. 2022.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo 2021*. Goiânia: CTP Nacional, 2021. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/downlods>>. Acesso em: 29 set. 2022.
- CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL. *Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal*. 2021. Disponível em: <<https://consorcioamazonialegal.portal.ap.gov.br/>>. Acesso em 30 set. 2022.
- DURANS, Claudicéa Alves. *Políticas de raça e classe no Brasil: uma crítica marxista*. São Paulo: Sundermann, 2021.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). *Retrocessos e falácias propagadas pelo projeto de lei (PL) 6.299*. 2022. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos\\_2/falacias\\_pl\\_veneno.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/falacias_pl_veneno.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editora; Carta Maior, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.



- \_\_\_\_\_. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1992.
- IASI, Mauro Luís. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 136. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
- IBGE. *Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)*. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30973-paic-2019-industria-da-construcao-mostra-avanco-de-servicos-especializados-e-queda-em-obras-de-infraestrutura>>. Acesso em: 27 out. 2022.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD Continua*, 2019.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *Setor Mineral 2020*. 2021. Disponível em [https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao\\_Resultados\\_Setor\\_Mineral\\_2020-1.pdf](https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao_Resultados_Setor_Mineral_2020-1.pdf). Acesso em: 27 out. 2022.
- KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LIPPOLD, Walter G. Rodrigues. A África de Fanon: atualidade de um pensamento libertário. In: MACEDO, José Rivair (Org.) *O pensamento africano no século XX*. 1ª. Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. Boitempo: São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo: 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONERAT, Júlio Cesar Pereira. Bioeconomia e financeirização dos riscos ambientais: formas capitalistas de enfrentamento da crise ambiental: a crítica. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n.2, p.174-204, ago. 2021.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- NOGUEIRA, Marco Aurelio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Denis de. *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- OXFAM Brasil. *A desigualdade mata*. 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>>. Acesso em: 29 set. 2022.
- PASSOS, Rachel Gouveia. Narciso acha feito o que não é espelho. *Boletim Eletrônico CRESS SC*. Edição no. 79. Florianópolis, 2021.
- RAICHELIS, Raquel, O trabalho do assistente social na esfera estatal in CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília-DF, 2009.
- REDE PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional. 2022. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 14 nov. 2022.
- SANTOS, Silvana; BOSCHETTI, Ivanete. *Cfess Manifesta*, 2011.



- SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sudermann, 2016.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2014 (Repensando a Geografia).
- TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. *Ciência Geográfica - Bauru - XXV - Vol. XXV- (1): Janeiro/Dezembro - 2021*. p. 312-324.
- \_\_\_\_\_. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. *CIDADES*. v. 1, n. 2, 2004, p. 241-258.
- UNMÜBIG, Bárbara. *Reflexões sobre a Financeirização da Natureza*. Fundação Heinrich-Böll, 2014. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2014/12/05/reflexoes-sobre-financeirizacao-da-natureza-0>>. Acesso em: 03 out. 2022.
- WACQUANT, Loic. A raça como crime cívico. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal*, vol. XXV, 2005, pp. 9-41.
- \_\_\_\_\_. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n.2, 2014.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

# Militarização e judicialização: resistências de mulheres em favelas do Rio de Janeiro

## Militarization and judicialization: women resistances in Rio de Janeiro's slums

Tatiana Dahmer Pereira\*

**Resumo:** No acirramento da crise estrutural do Capital (MÈSZÁROS, 2009), refletimos sobre formas de resistência construídas por parte de movimentos de mulheres em favelas na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Nosso estudo trata da militarização em territórios de favelas na cidade e suas conexões com a judicialização da política como limites do acesso aos direitos no Brasil. Com base na conexão entre acirramento da militarização e incremento do genocídio da população negra em comunidades faveladas na cidade do Rio de Janeiro (RJ), o recurso à judicialização tem-se apresentado como um instrumento, se não de enfrentamento, ao menos de visibilidade, de desnaturalização e de contenção temporária em relação à violência estatal. No entanto, ele se mostra insuficiente para conter a violação dos direitos dessa população – e refletiremos sobre esse porquê. O artigo consiste em reflexão teórica e apresentação parcial de insumos de pesquisa em curso, com dados encadeados com a fundamentação teórico-conceitual.

**Abstract:** Due to the intensification of the structural crisis of Capital (MÈSZÁROS, 2009), we reflected on forms of resistance constructed by different paths by women's movements from slums in Rio de Janeiro (RJ). Our study deals with the militarization of slums in this city and their connections with the judicialization of politics as limits of access to rights in the peripheral modernity of Western capitalism, in this case, Brazil. Based on the connection between the intensification of militarization and the black population's genocide increasing in slum communities in the city of Rio de Janeiro (RJ), the use of judicialization has been presented as an instrument, if not of coping, at least of visibility, denaturalization and temporary containment in relation to state violence. However, it proves being insufficient in containing the violation of the rights of this population – and we will reflect on this why. The article consists of a partial presentation of ongoing research and presents some data chained with the theoretical-conceptual foundation.

**Palavras-chaves:** Militarização; Judicialização; Favela; Questão Urbana.

**Keywords:** Militarization; Judicialization; Slums; Urban Question.

Recebido em: 12/04/2022

Aprovado em: 01/08/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Não~~Comercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\*Assistente social (ESS-UFRJ), doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), professora associada da ESS-UFF e do quadro permanente do PPGSSDR-UFF. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social - TEIA, apoiada pelo CNPq com bolsa de produtividade Nível 2.

## Apresentação

O trabalho em questão, com foco nas formas de resistência de mulheres em favelas, tem por tema a militarização desses territórios na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e suas conexões com a judicialização da política, que se colocam como limites do acesso aos direitos na modernidade periférica do capitalismo ocidental.

Em contexto de acirramento da crise estrutural do Capital (MÈSZÁROS, 2009), refletimos sobre formas de resistência construídas por distintos caminhos por parte de movimentos de mulheres de favelas. O ensaio consiste em uma apresentação parcial de pesquisa em curso, com base em dados encadeados com a fundamentação teórico-conceitual, recurso a fontes hemerográficas e documentais.

Em um primeiro momento, situamos a questão central com base nos conteúdos da pesquisa. Problematizamos essas questões não a partir do que nos aparece atualmente, mas de origens e marcas específicas da forma social do Capital na formação social brasileira. A seguir, com base na conexão entre acirramento da militarização, incremento do genocídio da população negra em comunidades faveladas na cidade do Rio de Janeiro (RJ), o recurso à judicialização tem-se apresentado como um instrumento, se não de enfrentamento, ao menos de visibilidade, de desnaturalização e de contenção temporária em relação à violência estatal. Entretanto, ele se mostra insuficiente para conter a violação dos direitos dessa população – e refletimos sobre este limite.

No entanto, cabe ressaltar que parte dos desdobramentos desses estudos refere-se ao período atual, em 2020 e 2021, momento em que nos encontramos imersos em pandemia mundial causada pelo vírus SARS-Cov-2, que traz adoecimento e morte por Covid-19.

Entre tais caminhos, a judicialização, como instrumento histórico utilizado nos embates entre esferas de gestão federal, estadual e municipal das políticas públicas, tem-se constituído como instrumento tático para movimentos de mulheres no enfrentamento de violações do Estado em relação às populações faveladas na cidade. Discorremos aqui que esse rumo não se descola de uma tendência na dinâmica de acumulação capitalista: com o aprofundamento da crise do valor, mediações da política subjugam-se crescentemente às ações institucionais submetidas ao Poder Judiciário.

A reflexão trata da constituição histórica da formação social racialmente sexista e generificada<sup>1</sup>, como determinação fundante da ocupação e do uso do espaço urbano e seus

<sup>1</sup> Importante ressaltar que nossa perspectiva de leitura parte da crítica à formação da modernidade, especialmente a partir de suas relações colonialistas e escravistas ocidentais. Essa compreensão considera como “era moderna” extensão para o passado de determinações que instituem a universalidade do ideal de ser humano, marcado pelos

reflexos na contemporaneidade brasileira em contexto de crise estrutural do Capital — tendo por caso emblemático a cidade do Rio de Janeiro (RJ), a partir de pesquisa acadêmica em curso<sup>2</sup>.

Considerando o limite de espaço, expomos premissas e fundamentos conceituais iniciais sobre o impacto da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro sobre a vida das mulheres negras<sup>3</sup> em favelas na cidade na contemporaneidade. Fazemos isso examinando uma característica peculiar das últimas décadas: a intensificação do que é denominado de “militarização” do espaço na cidade — a despeito do término formal da ditadura civil-militar brasileira e da redemocratização em curso no País, a partir dos anos 1980. É importante ressaltar o quanto a visibilidade dessa questão emerge a partir das formas de resistência e denúncias realizadas por aquelas diretamente impactadas por essa constituição.

Este é um tema relevante para refletirmos sobre a natureza da formação do espaço urbano em país capitalista periférico, no início do século passado, associada ao controle e à ideia de ordem para integração subalterna à dinâmica monopolista da acumulação. Em nosso caso, expressões fenomênicas, consequências de “marcadores” que distinguem seres humanos nessa sociabilidade, sempre se fazem presentes, ainda que de formas distintas: a permanente criminalização racializada<sup>4</sup>, que se materializa sobre pessoas negras e indígenas — ressaltando seu incremento por meio de extermínios em tempos recentes por parte da ação estatal, com impactos classistas e generificados distintos<sup>5</sup>.

---

valores europeus do humanismo cristão. Essa instituição abstrata do “indivíduo universal” e de valores ideais de humanidade escamoteia violações e alimenta tanto racismos quanto elitismos e sexismos nas suas mais diversas expressões, à medida que a construção social de uma ideia de diferença, da noção de *negro em relação ao branco*, por exemplo, é feita a partir de uma normatividade branca – construída com base na força bélica e na dominação europeia. Essa *diferença* apresenta-se como hierarquizadora (KILOMBA, 2019) e eivada de discriminações, de interdições e de violações de toda ordem no cotidiano. Utilizamos aqui a adjetivação “generificado”, relativa ao conceito de gênero.

<sup>2</sup> O presente trabalho conta com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

<sup>3</sup> Apresentamos parcial debate teórico fundado em pesquisas bibliográficas, análise de dados oficiais e observação participante em reuniões e oficinas relacionadas à questão. Não tem por intenção “falar por” ou objetificar quem mencionamos como foco de nossa reflexão: as mulheres negras atingidas pela militarização – mas, sim, em contribuir com a visibilidade para processos de lutas por existências e de resistências em curso, especialmente para a formação acadêmica.

<sup>4</sup> Marquese (2006) quanto aos fundamentos históricos, afirma que a escravidão não é algo uniforme em todos os espaços da formação moderna em que ela ocorre. Tanto a sua instituição, quanto naturezas de relações e regimes são constituídos a partir de particularidades regionais, dos enfrentamentos e das formas de resistência das pessoas escravizadas e das que conseguiam aquilombar-se. Nessa linha, Almeida (2019) considera que o racismo, de forma análoga, não é um fenômeno uniforme nem deve ser entendido de maneira puramente conceitual. Para ele “[...] torna imperativo um olhar atento sobre as circunstâncias específicas da formação social de cada Estado” (pp.176-177).

<sup>5</sup> Em construções no campo dos feminismos sobre uma divisão sexual dos impactos da violência, associa-se a violência urbana e seus impactos a partir de ações do Estado aos jovens negros. É importante reconhecer estudos que demonstram a ampliação do conceito de violência urbana a partir de seus impactos distintos e desdobramentos da violência na vida cotidiana, considerando a leitura sobre formação social do espaço.

Tratamos, aqui, da noção de militarização das cidades não como um fenômeno atual nem como processo evolutivo – todavia, não é possível dissociá-lo da forma originária do instituto moderno disciplinador de ordem e de progresso. Seus acirramentos e expressões particulares advêm tanto do aprofundamento da crise do Capital, quanto das especificidades da formação social de cada lugar. Com o endurecimento de limites para a extração de valor e o incremento da violência espoliativa da forma neoliberal de valorização financeira e de mercantilização de todas as dimensões da vida – essa crise tem-se tornado central e impactado particularmente a vida das mulheres negras.

O tema em foco traz desafios, por ser vital entender como a dinâmica societária atual atinge distintamente diferentes seres humanos que integram segmentos de uma classe trabalhadora que se forma com características específicas no País, complexificada pelo movimento devastador do Capital.

Parte-se do reconhecimento que essa sociedade nunca se conformou com uma identidade homogênea — possui sexos, identidades de gênero, vivências de sexualidades e de afetos, raças, é geracional e expressa valores regionais e culturais distintos. Além disso, referimo-nos, na atualidade, a um contingente de pessoas que, a partir do acirramento da crise do Capital e da lógica de desenvolvimento (como desdobramentos violentos da obsessiva busca pela ideia de progresso), passa a ser acentuadamente tratada como contingente sobrando, descartável, intensificando a já histórica prática genocida do Estado capitalista contra essas populações. Essa construção problematiza algumas questões.

A primeira, ainda que apareça como contraditória no plano das palavras, é a premissa de que a estrutura militarizada e violenta é a forma civilizatória, portanto, é algo inerente à dimensão coercitiva do Estado liberal capitalista. Contudo, ela extrapola em seu papel central de reprodução espacial de relações desiguais, em seu elitismo, em suas características racistas e sexistas, quando se manifesta em países periféricos.

A segunda é que, com a dinâmica de acirramento da crise do capitalismo, desde os anos 1990, a ofensiva neoliberal — que tem na financeirização sua tentativa de extração de valor — impõe manifestações estatais opressivas e, em alguma medida, reguladas (ainda que não legítimas), cada vez mais marcantes e crescentes na operacionalização no cotidiano contra sujeitos específicos – pretos(as), pobres, periféricos(as) e favelados(as), em especial nos centros urbanos, recolocando-nos o desafio de reconhecer, no campo de produções acadêmicas e das políticas públicas, a ampliação da ideia de violência (urbana) e seus impactos distintos (e distintos) sobre determinados sujeitos.

Situamos, primeiro, o que entendemos por militarização do espaço urbano nas favelas e nas periferias brasileiras na contemporaneidade — relacionando essa forma atual às raízes de nossa formação social, mas refletindo sobre o que há de específico no agora. Em segundo, apresentamos como essa violência do Estado, institucionalizada, enfrenta resistências e formas de organização na cidade do Rio de Janeiro (RJ), tendo à frente essas mulheres — que chamam a atenção para a especial tônica racista dessa prática e a visibilidade que imprimem aos seus devastadores impactos.

Por fim, sinalizamos como os caminhos institucionais construídos não expõem, necessariamente uma finalidade, um planejamento no investimento dos recursos – vinculando essa prática genocida ao sentido do extermínio como parte do movimento predatório da crise capitalista. Portanto, a construção de formas de resistência por parte dessas mulheres, em articulação com entidades de defesa de direitos humanos, tem-se constituído como um caminho bastante significativo para o enfrentamento dessas questões estruturais.

### **1. A permanente militarização da vida na cidade do Rio de Janeiro**

A palavra “militarização” é amplamente utilizada e tem sido cada vez mais banalizada no trato de questões relacionadas à dinâmica social cotidiana. Tem-se mostrado como um termo bastante recorrente, que expressa uma realidade concreta de crescente ocupação dos espaços por forças coercitivas, sob a justificativa de garantia da ordem e de provisão de segurança pública.

A militarização não se associa meramente à explícita instituição formal de dinâmicas belicistas na modernidade. Ela se consolida, no mundo ocidental moderno, como um recurso primeiro de ordenamento e de imposição de valores anunciados como civilizatórios, acompanhando o que reconhecemos como o movimento sociometabólico predatório do Capital (MÉSZAROS, 2009) nessa forma social.

No campo das Ciências Políticas, em estudos relacionados à institucionalidade na História brasileira, o termo se associa à preocupação com a extensão do poder e com o grau de autonomia das forças armadas em relação à burocracia estatal e aos governos no Brasil (ZAUERUCHA, 1999)<sup>6</sup>.

Entretanto, desde o primeiro quartel do século XX, observa-se a denúncia consistente

---

<sup>6</sup> ZAUERUCHA (1998) remete à definição que militarização pode ser compreendida como “[...] um processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza policial, dando assim uma feição militar as questões de segurança pública”, com base em Cerqueira, “Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre a segurança pública”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 6, no. 22, abril junho, 1998:139-182.



do caráter histórico de associação entre a produção social da forma e o controle do espaço urbano — que tem como cerne marcações importantes raciais, classistas e generificadas.

Em narrativas dissonantes<sup>7</sup> de uma ideia de história única e hegemônica, encontramos elementos sobre a formação social brasileira real, que ocorre “para dentro”, como ajuste violento e impositivo ao que se espera de um projeto colonialista de criação de uma nação, da formação da ideia de Brasil moderno (IANNI, 1990). Essa dimensão coercitiva e violadora estrutura permanentemente a formação social brasileira, à medida que nossa colonização e conformação como país escravista têm por base as marcas racistas, a separação classista e os sexismos como seus elementos identitários de nossa sociabilidade.

Batista (2003) expõe como a dimensão racializada de apartação e de violência contra as pessoas negras escravizadas nutre a construção do medo e da naturalização dessa crescente militarização das políticas de segurança pública como estratégia de resposta ao que ela nomeia como a “construção social do medo na cidade”.

Nossa ocupação territorial foi marcada pelo belicismo comum ao período colonialista, como expressão moderna de invasão de terras do então nomeado “Novo Mundo”<sup>8</sup>. Desde a expansão marítima e da instituição do comércio triangular (WILLIAMS, 2012)<sup>9</sup>, a noção de território se difunde e se associa a uma perspectiva de conquista e de domínio de terras, necessária à expansão mercantil e base dessa globalização primeira que se iniciou em 1492 (HARVEY, 2004). A imposição colonialista, feita pelo poder bélico, desenha-se ao longo de todo o litoral brasileiro na construção de fortes — e de espaços portuários sob domínio do que se conformaria como Marinha — de proteção territorial contra invasões dos franceses (entre os séculos XVI e XIX). Esse desenho demonstra, ao mesmo tempo, uma lógica arquitetônica europeia de proteção territorial em relação ao externo, mas centralmente visa a assegurar

<sup>7</sup> MOURA (2014), GONZALES (1982), NASCIMENTO (2016), GORENDER (2016), IANNI (1998) entre outros.

<sup>8</sup> A ressignificação do uso da violência e do poder belicista a partir da ascendência de uma ideia civilizatória de razão é algo relevante para pensarmos a Modernidade. Eilenberger (2019) expõe como, a partir do Renascimento, ocorre, desde a Europa, uma mudança no modo de pensar, quanto não se atribui mais às forças cósmicas da natureza a matriz explicativa do mundo e esta se volta ao indivíduo. Uma das conseqüências é a centralidade da busca do controle e de domínio daquilo que apresenta “externalidade” ao sujeito: a redefinição da noção de natureza, o que se nomeia como humano e como o “outro”. Tem por base a violência da colonialidade como o que alimenta “[...] diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem” (FANON, 2008, p.33). Esse controle é construído por meio de uma determinada forma colonialista de conhecimento — e do incremento do fetichismo sobre os instrumentos e a tecnologia.

<sup>9</sup> Nesse sentido, discordamos de Williams (2012), que considera o impulso colonizador como um movimento de busca de valorização mercantil para, como conseqüência, impor a dominação racial. A noção de valor não pode ser dissociada de uma questão originária de afirmação da centralidade de formas específicas “civilizatórias”, daquilo que se afirma como cerne do que é reconhecido como humano, originário da própria formação renascentista e, posteriormente, iluminista europeia que se impõe ao mundo ocidental.

condições de integração mercantil desse lugar importador de mão de obra escravizada<sup>10</sup> e de exploração extrativista — em dimensões de controle interno e para fora. Sob o pretexto da construção de um projeto moderno de nação, após a Abolição da escravatura no Brasil (1888)<sup>11</sup>, é recorrente a ação de cunho belicista por parte do Estado em relação aos que ocupam os espaços públicos pautados no pressuposto eurocêntrico do trabalho como disciplinador e civilizador, como forma de “integração”. Sem construir uma noção trans-histórica de militarização, cabe-nos reconhecer os elementos de controle sobre vidas tratadas de forma desumanizada, que findavam por se constituir como ameaças às dinâmicas que aqui se instalavam.

Nesse sentido, chamamos a atenção para a distinção da noção de violência da de militarização. Ainda que a militarização naturalize e estabeleça códigos de disciplina e de guerra, impondo um cotidiano de ordem, ela pode ser entendida como uma expressão de violência — mas a leitura sobre essa categoria compreende contribuições mais amplas e profundas<sup>12</sup>.

A militarização, como forma de expressão de domínio territorial, não ocorre por si e com essa finalidade — mas como elemento intrínseco dinamizador da produção de valor, que possui materialidades particulares em cada lugar, mas em interconexão com blocos de poder geopolíticos e com relações imperialistas. Envolve e dinamiza recursos e interesses não convergentes que se atrelam à indústria da produção de armas, de munições, de estratégias de controle e de dominação, a pretexto de uma noção idealizada e universalizada de segurança. Para tanto, produz alvos, enuncia inimigos constituídos como motes que justifiquem essa dinamização destrutiva do valor. Por uma forma própria eurocêntrica e marcada pela imposição de uma supremacia da branquitude, sua marca central da dinamização econômica tem sido a

<sup>10</sup> Apoiamo-nos na reflexão de Kilomba (2019, p. 20) sobre o uso do termo escravizado (a), em vez de escravo (a), à medida que este primeiro “[...] descreve um processo político de desumanização, enquanto escravo (a) descreve o estado de desumanização como identidade natural das pessoas que foram escravizadas”.

<sup>11</sup> Progressivamente ao advento da abolição, vale ressaltar que diversos regimes de escravidão já coexistiam, marcados pelas diferenças econômicas e culturais regionais (Cardoso, 2008). Isso trazia formas e dinâmicas distintas de relações sociais e de trânsito e ocupação dos espaços. Cardoso expõe essas diferenças e demonstra como “[...] na cidade do Rio de Janeiro, os escravos tinham muita liberdade de movimento, já que boa parte de seus senhores vivia justamente de seu trabalho como vendedores ambulantes, condutores de palanquins, carregadores de água ou de dejetos para as famílias e toda sorte de serviço compatível com sua condição de “escravos de ganho” ou “de aluguel”, muitos dos quais conseguiram comprar sua alforria com o pecúlio acumulado”. Essas distinções expressam, inclusive, formas bastante dissidentes da narrativa oficial em torno da Abolição da Escravidão no Brasil e a elas opostas.

<sup>12</sup> Sobre essa especificidade e sua relevância na teoria social crítica, Marx, nas suas leituras sobre a formação da sociedade burguesa, expõe formas naturalizadas de violência sob o conceito de exploração a partir de relações desiguais que se instituem socialmente tendo por base a centralidade da mercadoria como mediação social. Walter Benjamin é incisivo quanto à denúncia, em sua construção sobre o conceito de História, de como a ideia de cultura, necessariamente é uma ideia de barbárie, de aniquilação. Em Fanon (1968) a violência é elemento essencial imposto pelo colonialismo, penetrando na vida e mente dos colonizados, mas deve ser apreendida como o que enfrenta a ordem e traz a desordem como elemento libertador e de resistência por parte dos colonizados.

questão racial<sup>13</sup> em uma forma específica de constituição patriarcal.

Quanto à ordem como base para o progresso e a necessária disciplinarização de pessoas ex-escravizadas ou descendentes para integração forçada ao “trabalho livre”, impuseram-se tanto claras ações de coerção pela via da militarização, a exemplo da condicionalidade da alforria aos negros que se voluntariassem a lutar na Guerra do Paraguai (1864-1860), quanto da criminalização por meio do aparato legal<sup>14</sup>.

Essa dimensão coercitiva, que em lapsos de períodos democráticos republicanos autoriza o uso discricionário da repressão contra determinados grupos, sempre esteve presente em nossa trajetória, associada a recurso importante da modernização. Em tempos recentes, Zaverucha (1998) expõe, em seu estudo, uma análise detalhada dos artigos constitucionais (1988) que permitem a militarização do espaço público, mesmo após o fim da ditadura civil-militar.

A “guerra aos vagabundos” (BOTELHO, 2018) — reforçamos, como algo permanente em nossa trajetória — assume formas distintas, mas possui em comum sempre o mesmo foco de quem aqui é assim socialmente nomeado — a população preta e indígena, tipicamente de povos originários latino-americanos e (ex-escravizados) africanos, empobrecida, aqueles(as) que não são tratados como humanos, reforçando seu lugar de inferioridade e de integração subalterna, “à margem” do acesso e do usufruto do que se produz socialmente como riqueza.

Tanto no campo jurídico como na materialidade das ações institucionais, o controle coercitivo da vida social se faz cada vez mais presente, e noções de “democracia” e de “Estado de Direito” são algo bastante esvaziado de sentido para aqueles (as) que vivem nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

As raízes do neoliberalismo — a partir de incrementos tecnológicos impulsionados pelas guerras mundiais, que obtiveram êxito em investir no crescente aniquilamento de postos de trabalho (vivo), expandindo a subjugação ao trabalho morto — combinam o descolamento do valor da dimensão produtiva e a necessária flexibilização de leis trabalhistas (à medida que se esgarça a possibilidade de existência de trabalho) e abertura para o fluxo de capitais combinada à forte repressão de movimentos de trabalhadores (as). Exemplos pioneiros nos são dados tanto

<sup>13</sup> É importante aqui demonstrar que há uma identidade no sentido que a centralidade do foco destrutivo da indústria bélica tanto em grandes guerras quanto na sua conformação nos primórdios do colonialismo escravista, como tempos inaugurais da era moderna, convergem para uma perspectiva racializada e de registros étnicos de distinção do “outro” – o “negro” (cuja nomeação é uma construção europeia, segundo Mbembe, 2018), os judeus, ciganos, os muçulmanos (na contemporânea “guerra” contra o terror), são exemplos claros disso.

<sup>14</sup> Do século XIX para o XX o governo de Floriano Peixoto criou, por decreto legislativo, mecanismo para a repressão de capoeiras, “vagabundos” e ébrios, com a instalação da Colônia Correcional em Ilha Grande, no atual município de Angra dos Reis. Sucadem-se ao longo dos anos, diversas leis de controle e de punição da vagabundagem, com alvo claro sobre pessoas ex-escravizadas (SANTOS, 2004).

no Chile do ditador Augusto Pinochet (1973-1990) sob os ensinamentos da Escola de Chicago (EUA), mais especificamente nos Estados Unidos de Richard Nixon (1969-1974) e de Ronald Reagan (1981-1989), quanto na Inglaterra de Margaret Thatcher (1979-1990).

Essa mesma tecnologia, que permite “saltos” produtivos de intensificação na produção de mercadorias sem a correspondente absorção de mão de obra, passa a ser utilizada crescentemente, sob o pretexto positivo da integração, como mecanismos de controles sobre as vidas, que derrubam barreiras entre o público e o privado, naquilo que Zuboff (2015) nomeia como o “grande outro” (*the big other*). Os processos de monitoramento territorial, dos padrões de consumo, das relações políticas de repressão e de coerção construídos em esforços de gestão da crise mundial na qual mergulhamos nos anos de 1970, fazem-se mais presentes e fortes desde os anos 1990, como algo endógeno e relacionado à necessidade de assegurar “paz” e ordem para a produção de espaços atrativos para investimentos e para especulação (ARANTES, 2002) como forma de extração de valor.

Tal binômio de combinação entre guerra e ocupação territorial, no que dinamiza o econômico — o bélico e a terra — reatualiza-se com vistas à extração do valor, à medida que o Capital se defronta com seu limite lógico de crescimento (KURZ, 2004). Batista (2003) nos mostra como a construção da justificativa de “guerra às drogas” traz tais emblemas de extermínio e de construção de “inimigos” da sociedade como seu *modus operandi*.

O que problematizamos aqui é o quanto esse processo de militarização da vida se intensifica não como uma estratégia clara com determinados fins, mas como expressão de um processo caótica e irracionalmente destrutivo como expressão do aprofundamento da crise do Capital, potencializando algo que sempre lhe foi inerente: sua dimensão predatória seletiva em cima do que é passível de desumanização.

## **2. Alvos no urbano: sínteses parciais relacionadas à generificação e à racialização no espaço**

Como sinalizamos, essa reflexão apoia-se em resultados parciais de pesquisa sobre o tema do impacto de políticas de militarização do espaço urbano sobre a vida das mulheres negras moradoras de favelas e periferias<sup>15</sup>. Nesse segundo momento, sinalizamos para uma questão relevante, que emana desses movimentos denunciando invisibilidades históricas

<sup>15</sup> No caso específico, o recorte considera originalmente “[...] as formas de resistência de mulheres, em sua maioria negras, vitimadas pela militarização promovida pelo Estado em territórios de favelas e periferias na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e de São Gonçalo (RJ) em 2018-2019. Consideramos aquelas ocupadas por forças policiais e militares, tais como as de Manguinhos (nestes, de forma institucionalizada pelo Programa das UPPs, desde 2012) e na atuação existente na periferia da cidade de São Gonçalo (RJ)” (Projeto Pesquisa, 2018).

relacionadas a essa forma constitutiva da sociedade brasileira. Nas chaves de pensamento e de qualificação em estudos de gênero e mesmo de relações sociais de sexo no Brasil, prevalecem como referências para as políticas públicas abordagens que nomeiam a violência de gênero como algo bastante específico, e a distinguem conceitualmente da violência urbana.

A construção histórica de estudos que assimilam o impacto da violência urbana a um determinado perfil de ser humano — jovens, negros, moradores de favelas e de periferias, é um elemento importante para se visibilizar que não é algo casual a morte violenta de jovens negros como algo estruturante dessa sociabilidade. Indicadores em séries históricas<sup>16</sup> demonstram essa permanência, em crescente política de extermínio, de morte — nas palavras de Mbembe (2018), uma necropolítica. Essas mulheres, em significativa maioria mulheres negras, articulam-se há tempos em movimentos de redes, com assessoria de entidades de defesas de direitos humanos e de organizações ligadas aos movimentos de mulheres negras, bem como em instituições acadêmicas<sup>17</sup>.

O propósito de integração e de fortalecimento dos movimentos já existentes é impulsionado pela constatação de invisibilidade (ou da baixa visibilidade) na produção e na formação acadêmica, de uma forma geral, quanto à questão e mesmo à frágil compreensão da centralidade da questão racial e de gênero na nossa constituição de classes sociais na formação social brasileira.

Surge desse processo a compreensão de como as violências, ainda que possuam acentos específicos na sua leitura em torno de quem são os sujeitos que as sofrem, não podem ser consideradas de forma simplista apenas por causa de dados quantitativos. Referimo-nos, especificamente, ao quanto se adquire visibilidade, a partir de pressões e lutas por parte de movimentos negros e de mulheres negras, sobre o quanto a violência possui especificidades em sua forma de materialização — ela não é universal nem tampouco indistinta. Se na assegurou o registro e o reconhecimento de que a violência urbana atinge mais homens jovens negros e a violência doméstica e sexual cresce significativamente entre mulheres negras nos últimos anos. No entanto, gostaríamos de reforçar algo importante para que essas conquistas não estacionem nessas formulações.

Importante estudo de Flauzina (2017) demonstra como os movimentos negros e de

<sup>16</sup> Atlas da violência (edições 2017, 2018, 2019)

<sup>17</sup> Acompanhamos, de forma participativa, desde 2016, por meio de oficinas, de encontros e de reuniões, as atividades desenvolvidas a partir da organização não governamental, construindo a adesão para, a partir da universidade, contribuir com formação discente e com o levantamento de dados e produção de artigos e de reflexões, voltadas para a visibilidade, qualificação e problematização da violência de Estado e suas características em relação à população que vive em áreas criminalizadas, como favelas e periferias.



mulheres negras, “[...] em caminho semelhante ao que trilha o movimento de mulheres na contemporaneidade” [vêm] denunciando a existência de racismo na sociedade brasileira, ‘conquista’ o que Vera Andrade (2010, p. 91) nomeia como publicização-penalização do privado”.

Portanto, essa inflexão volta a problematizar, a partir dos feminismos hegemônicos, a construção histórica realizada entre distinções das esferas pública e privada a partir de sua configuração baseadas nas determinações raciais, sociais e de gênero. O que gostaríamos de problematizar é que, a partir do acompanhamento desta pesquisa, a forma militarizada de ocupação do espaço urbano impõe à população negra, especialmente (mas não apenas) mais empobrecida, violações que se relacionam justamente com a demonstração da frágil (ou inexistente) fronteira entre o público e o privado, explicitando os impactos históricos e permanentes do extermínio, do encarceramento e da criminalização gerados pelo racismo.

Concretamente, referimo-nos a como a ocupação militarizada de favelas, bem como das periferias tem, histórica e cotidianamente, imposto controle sobre corpos de homens e de mulheres, em sua maioria negros(as), impondo extermínio e violações com requintes de crueldade e de tortura<sup>18</sup>. Ainda que as mulheres negras se encontrem expostas tanto à violência doméstica quanto à sexual, também se veem diretamente subjugadas à urbana — ao terem suas casas invadidas e seus filhos e entes queridos assassinados e encarcerados e suas filhas violadas ou mortas.

A naturalização de uma ideia do Estado como um mediador da ordem, ente implementador de políticas públicas (outrora tratadas como seletivas, compensatórias, necessariamente capitalistas e as anunciamos marcadas por contradições), pouco tem contribuído para uma percepção clara de como, historicamente, esse Estado capitalista periférico sempre exerceu funções que materializam cotidiana e reiteradamente o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e o ordenamento patriarcal específico dessa sociedade classista, marcada pelo ódio ao “diferente”, ao branco considerado como padrão hegemônico. Como vimos, não à toa – e muito menos por atrasos civilizatórios, que essa “natureza” de ação torna-se mais explícita em sociedades periféricas, historicamente marcadas pelo colonialismo escravocrata.

Essas marcas não pertencem a um passado — se desenvolvem no movimento de

<sup>18</sup> Dados de 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstram que “[...] 75% das vítimas da violência letal no Brasil são negras. Jovens negros morrem mais do que jovens brancos; policiais negros, embora constituam 37% do efetivo das polícias são 51,7% dos policiais assassinados; mulheres negras morrem mais assassinadas e sofrem mais assédio do que as brancas” (FBSP, novembro de 2019 – acessível em <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/a-violencia-contra-negros-e-negras-no-brasil/>).



sociabilidade do Capital como a sua marca civilizatória, a sua cicatriz e ferida permanente aberta. Como enuncia Kilomba (2019), o “[...] colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta e outras vezes, sangra”. Em um contexto de acirramento da crise estrutural (MÉSZAROS, 2009), expressam-se no incremento da criminalização sobre as pessoas negras e indígenas (majoritariamente as mais empobrecidas, dado esse legado da escravidão, de genocídios e da despossessão) e naquilo que Souza (2012) problematiza como a crescente naturalização da “militarização do espaço urbano” (2012).

Nessa dinamização de transformação histórica das formas de ocupação do território, é importante ressaltar a consolidação do descrédito, por parte das populações mais empobrecidas, especialmente por parte das mulheres em favelas e periferias, quanto à dimensão protetiva do Estado sobre suas vidas, por meio da ação cotidiana da polícia, cujas violações proferidas fomentam permanente sentimento de não pertencimento ao lugar em que vivem. Com essa argumentação, Souza (2012) expõe, em tempos não muito distantes do presente, que

[...] Em face das ‘milícias’, é de se perguntar: no caso de espaços controlados não por criminosos em sentido mais corriqueiro, mas sim por (ex-) policiais corruptos e criminosos, o que resta, aos olhos da população pobre, de credibilidade do Estado, a não ser sua face repressora? O que esperar, no longo prazo, caso a “instabilidade” do varejão – venda a retalho – do tráfico semiorganizado (constantes e sangrentas disputas territoriais, na verdade disputas por mercado e pontos logisticamente estratégicos) seja substituída por uma razoável “estabilidade” de uma “paz miliciana” flanqueada por diversos arranjos e acumpliciamentos com a face formal do Estado capitalista? (SOUZA, 2012, p.120)

Essa tem sido uma questão relevante e reconhecida no trabalho de pesquisa, como o sentimento de pertença e de formulação particular de identidade de grupo, de fortalecimento que parte da dor, mas não se limita a ela, demanda diálogos e construções sobre cuidado mútuo. São elementos enriquecedores e fortes, que se transformam no cerne de uma construção cotidiana de sobrevivência à dor por parte de mulheres que têm seus filhos assassinados pelo Estado. Andrade (2010) nos traz elementos que qualificam essa questão. Para a autora

[...] Aqui, radica a construção, pelo sistema penal, dos velhos e novos inimigos internos e externos da sociedade e que se dá em torno da (velha) pobreza e da (nova) exclusão, da droga, do terror e das nacionalidades (ladrões, seqüestradores, estupradores, sem terra, sem teto, desocupados, vadios, mendigos, flanelinhas, limpadores de para-brisas, criminosos ‘organizados’, traficantes, terroristas, imigrantes, etc). Estruturalmente, a construção social da criminalidade permanece centrada nas ilegalidades dos bens e dos corpos (ANDRADE, 2010, p. 257).

Assim, a reflexão coletiva e a construção da noção de cuidado decorrem dessa condição objetiva, nesse caso, de ser negra neste mundo. Chamamos a atenção para isso, considerando a vivência e a percepção nas narrativas quanto às dificuldades objetivas impressas pelo racismo

por intermédio de violências institucionais – claramente perceptíveis nos limites aos recursos institucionais de justiça, de proteção e mesmo de serviços de saúde e de possibilidades de acolhimento social, ampliando e especificando o que podemos nomear como violência urbana e sua clara distinção nos impactos raciais e de gênero.

Com base na especificidade histórica de nossa formação social e na formação estruturalmente racista dessa sociabilidade, que se materializa nas formas de ação do Estado, expusemos como, mediante a conformação de formas de resistência, mulheres negras não apenas denunciam, mas investem na construção qualitativa de ações para o enfrentamento dessa permanente violação e, especialmente, de permanência e de direito à existência nesse mundo.

A construção de articulações e de redes de suporte, a partir de movimentos existentes em favelas, tem sido a forma de continuar a existir, a resistir e a denunciar o cotidiano de ameaças, de opressões e de violações; expõe a particularidade (e a invisibilidade) do cotidiano impingido às populações faveladas e periféricas na cidade do Rio de Janeiro. Esse aspecto é abordado ao final do artigo ao apresentarmos alguns caminhos a partir do enfrentamento dessas formas nas instituições sociais. Essa questão não é menos importante, à medida que

[...] A ordem produzida pelo racismo não afeta apenas a sociedade em suas relações exteriores – como no caso da colonização – mas atinge, sobretudo, a sua configuração interna, estipulando padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados, como se pode observar no cotidiano das populações negras e indígenas [...] (ALMEIDA, 2019, p. 177).

A partir da leitura sobre essa origem, estudos (BATISTA, 2003; MENEGAT, 2019; ZACCONE, 2016) demonstram como é clara a intensificação da ação criminalizadora do Estado nos últimos anos, em relação aos(as) moradores(as) de favelas e de periferias e essa situação descola-se da histórica prática mediadora de controle e disciplinamento sobre as nomeadas ‘classes perigosas’ (CHALHOUB, 1996), passando a abertamente assumir práticas punitivas de controle ou simplesmente exterminadoras com corte classista, mas particularmente racial, com impactos específicos de gênero como elemento desta ‘nova cultura de gestão urbana’ (ARANTES, 2000).

Como vimos, essas ações afirmam facetas históricas estruturais do Estado moderno, em especial deste na sua conformação periférica do capitalismo. Menegat (2019, p.162) demonstra o quanto “[...] a História desse processo constitutivo da situação originária de um Estado de exceção à brasileira tem sua força definidora no início da década de 1990”. Pondera que esse processo de afirmação daquilo que Loïc Wacquant nomeia como “Estado Penal”,

[...] não é, portanto, o resultado dos azares eleitorais em que uma ‘direita reacionária’ pôde mobilizar conjuntamente seu rancor contra o arranjo

social dos *trinta anos gloriosos* (...) No Brasil a escalada prisional começa nos anos FHC e prosseguiu sem tréguas nos governos petistas (MENEGAT, 2019, p.69).

Essa reflexão quanto ao acirramento dessas formas de coerção como algo que se torna a tônica da materialização da ação do Estado na gestão das contradições, não se refere apenas ao incremento da população prisional, mas, ao longo dos últimos anos, nos investimentos em estruturas de controle sobre o território, de repressão quanto ao direito de ir e vir e, especialmente, nos altos números de assassinatos de jovens negros em ações policiais, em claro “genocídio do povo negro” (CARVALHO, 2016), substanciado na “forma jurídica da política de extermínio de inimigos” (ZACCONE, 2015) na cidade do Rio de Janeiro (RJ), demonstrando a anuência social e a aparência de legalidade jurídica quanto a essas ações.

A forma atual dessas ações visa tanto à eliminação de uma população tratada como sobrança, mas, como vimos, sua raiz está na origem de um não reconhecimento como merecedora de vida. Em contexto de esforços do Capital pela valorização especulativa do espaço, na clara significação dos territórios segundo a perspectiva belicista de ocupação como esforço de dinamização do valor, os impactos não poderiam ser mais destrutivos.

Algumas sínteses parciais no acompanhamento desses processos podem ser enunciadas aqui para continuidade dos estudos e reflexões.

A primeira refere-se à impulsão para a articulação a partir do desamparo que vivenciam e da construção advinda do racismo estrutural de responsabilização social no contexto de perda de seus filhos. Discursos presentes demonstram como, para essas mulheres, a quem lhes é interrompida abrupta e violentamente a vivência da maternidade a partir do extermínio os seus filhos, também lhes é imputada contraditoriamente, nos moldes tradicionais da responsabilização idealizada de maternidade sobre as mulheres, culpabilizações pelo que nomeiam como “ausência” no cuidado, a “negligência” como mães e no acompanhamento desses meninos – ocasionando que “[...] se perdessem”, que se envolvessem em “paradas erradas” (sic).

Essas práticas ferem como açoite misógino, elitista e racista permanentes sobre feridas abertas dessas populações específicas. Elas apresentam demanda socialmente construída e, muitas vezes, desqualificada, a partir de posturas e de cobranças institucionais. Como exemplo, mencionamos a idealização da maternidade, pautada em premissas de uma dada divisão sexual do trabalho oriunda de formatos cristãos originários de família, sem a clara consideração de como essa formação ataca e destrói na raiz (DAVIS, 2016) o direito ao pleno exercício da maternidade e, tampouco, consideram condições estruturais e obstáculos impostos a essas

mulheres no cotidiano de relações familiares. Exige-lhes formalmente, apenas, a adequação às normas, a compatibilização do que lhes é demandado socialmente na construção do cotidiano.

Outro elemento relevante é o quanto de formas distintas (por serem profundamente diferentes entre si como seres humanos), as mulheres passam a integrar-se às articulações. Ainda que em comum invistam na visibilidade da dor e na reconstrução afetiva da memória de seus filhos, enfrentando os mecanismos sociais, judiciais e midiáticos de criminalização deles, dentro da lógica de desumanização do racismo, vivem de formas distintas as potencialidades e os limites dessas organizações e os dilemas que daí emergem. O que nos parece claro é a integração pela dor, realizada por vínculos de vizinhança, a partir de outras mulheres em situações semelhantes. Se elas partem do sentimento comum de dor, de desamparo e da revolta com a criminalização e a violência sofridas, têm sido fundamentais essas articulações em rede, no sentido de construir e de ressignificar suas vidas e enfrentar a culpabilização socialmente construída.

São comuns as falas enérgicas e firmes quanto às ameaças e tentativas cotidianas de silenciamento, à medida que muitas dessas mulheres continuam a viver no mesmo espaço em que tiveram seus filhos assassinados – convivendo com aqueles que são seus algozes. Além da ameaça e da imposição do medo e desse silenciamento, em função da estrutura de relações sociais e, especialmente, que se materializa na mídia – dinamiza-se no cotidiano a criminalização social, generificada e racializada, que impõe permanentes tentativas de desqualificação de suas narrativas.

Todavia, cabe sinalizar que, como construção própria de resistência em rede, a partir de relações de fortalecimento mútuo, de cuidado e de articulação política para reivindicar justiça e reparação, tem sido um horizonte importante no cotidiano das mulheres atingidas pela violência do Estado.

No acompanhamento que realizamos de parte de grupo de mulheres<sup>19</sup>, para além das reuniões permanentes como espaços de troca e oficinas de reflexão e de formação coletivas, chegou-se a um ponto estratégico sobre o quanto, a partir das violências iniciais sofridas, essas mulheres vivenciam o cotidiano de violações a partir das instituições que as deveriam apoiar e orientar.

Nesse sentido, a construção coletiva a partir dessa articulação de um mapeamento

<sup>19</sup> Aqui referenciamos, sem identificar pessoas nominalmente, grupos de mulheres que se organizam a partir da perda de seus filhos e demais entes em situações claras de extermínio por parte da polícia militar e do exército nos espaços de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Por questões éticas e de proteção das pessoas, consideramos importante não identificar tais redes e pessoas integrantes.

institucional e de pessoas nas instituições capazes de se abrirem ao diálogo e ao acolhimento das demandas, lidando internamente com as fortes dinâmicas de racismo institucional e das estruturas patriarcais, apresentou-se como um importante passo coletivo. O primeiro movimento foi o de identificar violências sofridas no cotidiano e, entre lista numerosa, cinco centrais foram consideradas estratégicas por engendram dimensões do público e do privado e demonstrarem a sorte de opressões impingidas a partir do controle social por parte do Estado e das instituições sobre essas mulheres. As cinco violências sinalizadas, intimamente determinadas pelas estruturas racistas, classistas e patriarcais dessa sociedade, servem como mote para se pensar as orientações sobre como buscar apoio.

Junto a isso, mapeou-se o fluxo de atendimento na cidade do Rio de Janeiro e em cidades da Região Metropolitana, como São Gonçalo e alguns municípios da Baixada Fluminense. Articulou-se, em encontros, seminários e reuniões, pessoas nas instituições para a construção de compromissos éticos de acolhimento, de fortalecimento, de conduta e de enfrentamento de seus problemas.

Esse movimento se realizou a partir da definição coletiva prévia das cinco violências presentes no mapeamento: (i) Mulher que sofre violência doméstica e sexual; (ii) Pessoa que precisa de serviços para alteração e fortalecimento da identidade de gênero; (iii) Mulher com familiar no sistema prisional; (iv) Mulher com familiar assassinado em decorrência da intervenção policial; (iv) Mulher vítima de violência obstétrica.

Ressaltamos o quanto cada conjunto de violações presentes na nomeação dessas violências assenta-se sobre o que refletimos na primeira parte do artigo quanto à formação racista, sexista e classista dessa sociedade periférica e da tônica da necropolítica por parte do Estado e de suas instituições.

Sinalizamos aqui que, para além da construção coletiva do registro final dessa articulação realizada por relações pessoais, institucionais por meio de oficinas, de reuniões, de sensibilizações, o "Mapeamento de fluxos de atendimento para Mulheres: estratégias e ações contra a violência institucional no rio de Janeiro" (FASE, 2019), torna-se relevante não apenas pelo seu produto final, mas pelo processo que engendra em sua construção.

Ressaltamos que a relevância dessa construção, coordenada e sistematizada na escrita final por educadoras populares da FASE<sup>20</sup>, ONG compromissada com a defesa de direitos humanos, expressa um posicionamento-chave em tempos de destituição das responsabilidades

<sup>20</sup> Rachel Barros e Suellen Guariento foram as coordenadoras e responsáveis pela escrita e elaboração final do Relatório. A FASE é um organização de defesa de direitos humanos que existe desde de 1961. Para conhecer melhor, acesse seu sítio eletrônico [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br).

e funções estatais quanto à proteção social e aos direitos: seu pressuposto não consiste na simples conformação de uma rede que pretenda substituir as atribuições estatais, mas, sim, que pressione as instituições a cumprirem o seu papel.

Para além, esse processo consiste em uma delicada e permanente avaliação e no reconhecimento sobre limites e particularidades das instituições nessa sociabilidade no enfrentamento das suas próprias contradições constitutivas e sobre como investir coletivamente para um processo de transformação interna e articulada.

### 3. Indicações de continuidade

Ao utilizar essa abordagem e enfrentar o desafio do tema, obrigatoriamente o fizemos a partir de um perfil de cidade específica em uma forma social particular: a cidade urbano-industrial de país periférico, acelerada e tardiamente industrializado, capitalista dependente em sua formação, mas que adquire contornos na sua formação social a partir da violência.

As cidades hoje, no Brasil, devem ser lidas a partir dessa premissa histórica, de recuperação do sentido da urbanização imposta pela dinâmica violenta do tal desenvolvimento na sua faceta periférica, de subordinação do campo à cidade imposta por nossa eterna lógica de integração subalterna às dinâmicas mundiais da acumulação capitalista – mas enxergando as particularidades de sua dinamização interna e personalizando objetivamente os seus impactos.

A primeira, é o acento na destruição imposta pela globalização neoliberal no mundo, quando, de fato, em contexto contemporâneo, intensifica-se a hegemonia do Capital financeiro e a necessidade de assegurar o caráter especulativo de todas as dimensões da vida social.

Mesmo sendo essa afirmação genérica, não há como negar o quanto as cidades, a vida urbana, são bastante impactadas por essa dimensão, assegurando a prevalência da racionalidade que defende a “cidade-emprego” (ARANTES, 2000), combinando as transformações recentes ocorridas no seio do neoliberalismo com as marcas permanentes de nossa formação social e a pactuação da pequena política que marca a nossa cultura. Aqui sobra espaço para o controle penal e a violação e extermínio de vidas que importam menos ou não importam na construção das condições de valorização do Capital, como vimos.

A segunda questão vincula-se à compreensão de como se constrói na nossa sociabilidade, marcada pela convivência dialética entre arcaico e moderno, a naturalização de barbáries cotidianas, em especial se envolvem aqueles que são, como canta Caetano Veloso em Haiti, “pretos e quase pretos, tratados como pretos” e perversamente naturalizadas. Essa sociabilidade, marcada pelo racismo e pelo sexismo nesse modo de produção, encontra na sociedade brasileira caldo bastante fértil para sua disseminação. Nesse aspecto, refiro-me



explicitamente às relações racistas, sexistas, homofóbicas e patriarcais que estruturam nossa sociedade, reproduzem e amplificam desigualdades estruturais.

Por fim, sinalizamos, a partir da compreensão que as políticas públicas de uma forma geral, crescentemente orientam-se para reforçar a perspectiva de criminalização e de estigmatização racializada e generificada da pobreza, que a noção de militarização deve ser apreendida não apenas nas manifestações das ações no “setor” da segurança pública, mas na convergência de ações estatais em diferentes campos. É com base nessas premissas, fundamentadas com limites espaciais de um artigo, que pensamos tais dinâmicas sobre as mulheres em questão.

Explicitamos o quanto tempos presentes explicitam, sem maquiagem, a faceta de morte dessa sociabilidade. E, ainda, o quanto a construção dos racismos, dos sexismos e do elitismo classista na modernidade se constituem como projetos estruturadores daquilo que define quem tem direito ao quê, se, aonde, quando e como – infringindo basicamente, no direito à vida, à existência no mundo moderno.

## Referências

- ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- ANDRADE, V. R. Pereira de. Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo neoliberal. Depois do grande encarceramento, seminário/organização Pedro V. Abramovay, Vera Malaguti Batista – Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.
- ARANTES, O. B. F. *Uma estratégia fatal*. A cultura nas novas gestões urbanas. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos / Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- BATISTA, V. M. *Difíceis ganhos fáceis: droga e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BOTELHO, M. L. Guerra aos “vagabundos”: sobre os fundamentos sociais da militarização em curso. OLIVEIRA, P. R. de; e BRITO, F. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.
- CARDOSO, A. *Escravidão e sociabilidade capitalista - um ensaio sobre inércia social*. Novos Estudos n. 80, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a06n80.pdf> Acesso em 10 de jul. 2019.
- CARVALHO, S. S. *Quando o corpo cala e a alma chora: a formação social brasileira e a sua contribuição no genocídio da juventude “negra” em São Gonçalo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EILEMBERGER, W. *Tempo de Mágicos – a grande década da filosofia: 1919-1929*. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. Acessível em [https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os\\_condenados\\_da\\_Terra-Frantz-Fanon.pdf](https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf) Acesso 10 de jul. 2019.
- FASE. *Mapeamento de fluxos de atendimento para mulheres - estratégias e ações contra a violência institucional no Rio de Janeiro*. Apoio Heinrich Bohl Stiftung (HBS). Relatório Final, 2019.
- FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão – o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Brasília: Editora Brado Negro, 2017.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982. (Coleção 2 pontos, volume 3). Acessível em <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf> Acesso em 20 de jun. de 2019.
- GOENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2016.
- HARVEY002C D. *Espaços de Esperança*. Spaces of Hope. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. *Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura*, 1(1), 19-38. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. Acessível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452/12759>. Acesso em 20 de jun. de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora de livros Cobogó, 2019.
- KURZ, R. *O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.
- MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil - Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos* n. 74, março de 2006. Acessível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acesso em 01 de jul. 2019
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Editora N-1, 2018.
- MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe – o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Editora Consequência. 2019.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016
- SANTOS, M. S. dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Revista TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169. Acessível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00138.pdf> Acesso em 20 de jun. 2019.
- SOUZA, M. L. *Militarização da questão urbana*. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.117-129, jul./dez. 2012. Acessível em <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/marcelo-lopez-de-souza.pdf> Acesso em 20 de jun. 2019
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- ZACCONE, O. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ZAVERUCHA, J. “The 1988 Brazilian Constitution and its Authoritarian Legacy: Formalizing Democracy while Gutting its Essence”, *Journal of Third World Studies*, vol. XV, no. 1, Spring 1998:105-124.

\_\_\_\_\_. Frágil Democracia e Militarização do Espaço Público no Brasil. Artigo apresentado na “The Rule of Law and Governance in Latin America”. *Program in Latin American Studies at the Fletcher School of Law and Diplomacy*, Tufts University, April 15-16, 1999. Acessível em [https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5847/1/JZaverucha\\_Fragil.pdf](https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5847/1/JZaverucha_Fragil.pdf) Acesso em 20 de jun. 2019

ZUBOFF, S. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology* (2015) 30, 75–89, 2015 JIT Palgrave Macmillan. Acessível em <https://cryptome.org/2015/07/big-other.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2019.

# O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil

## Racial cutting is a permanent trait of population in street situations in Brazil

Rafaela Barbosa de Oliveira\*  
Valter Martins\*\*

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar as imbricações entre o racismo estrutural e as desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, na qual a população em situação de rua é uma das consequências do modo de produção, compondo, assim, um grupo essencial à reprodução social. O fenômeno tem ganhando destaque nos últimos anos, em consequência das crises econômicas que vêm multiplicando a situação de pessoas em situação de rua. Metodologicamente recorreremos à revisão sistemática, com a seleção de estudos e de documentos sobre o processo de constituição e de expressões do evento na realidade brasileira. Os dados apontam para o crescimento de pessoas vivendo em situação de rua, com um perfil marcado pelo recorte racial, e pouca efetividade no acesso às políticas públicas sociais.

**Palavras-chaves:** população em situação de rua; raça\etnia; racismo estrutural; capitalismo; interseccional.

**Abstract:** This article aims to analyze the overlaps between structural racism and social inequalities inherent to capitalist society, in which the homeless population is one of the consequences of the mode of production, thus composing an essential group for social reproduction. The phenomenon has gained prominence in recent years, as a result of the economic crises that have been multiplying the situation of homeless people. Methodologically, we resorted to a systematic review, with the selection of studies and documents on the process of constitution and expressions of the event in the Brazilian reality. The data point to the growth of people living on the streets, with a profile marked by racial background, and little effectiveness in accessing social public policies.

**Keywords:** homeless population; race\ethnicity; structural racism; capitalism; intersectional.

Recebido em: 16/06/2022

Aprovado em: 25/10/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença **Creative Commons** e indique se mudanças foram feitas.

\* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e Mestranda em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPS/UFF), bolsista da CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7751-1541>

\*\* Graduado e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutorado pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social PUCSP. Professor adjunto do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7953-0789>

## Introdução

O recorte racial, no Brasil, é um tema aberto e uma ferida na constituição do País. A crueldade praticada contra os povos negros transladados do continente africano, por meio de sequestros e de violências marca a constituição da nação, do modelo de cidadania, dos padrões de riqueza e pobreza, da assimilação da força de trabalho urbano-indústria e do racismo estrutural.

O empreendimento escravocrata, que demarca o século XVI ao XIX, impõe o fardo para a população negra, que, mesmo depois do processo que culminou no “fim” da escravidão, impôs um lugar marginal a esse grupo étnico na sociedade. Desde então, constata-se que as marcas da pobreza, da fome, da falta ou da precariedade da moradia, da falta de segurança alimentar, da incidência de doenças etc., assolam a população negra em maior grau. População que foi empurrada a viver nos bolsões dos assentamentos subumanos e precários, nas favelas, nas encostas, nas áreas alagadiças, nas periferias e nas ruas, constituindo múltiplas expressões da questão social contemporânea, demarcada pelo racismo estrutural que assola as vidas de pessoas negras.

O racismo estrutural que edifica a nação brasileira se constitui por um conjunto de intersecções pautadas nas práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais. No processo histórico, a opressão e a exploração das classes dominantes determinam uma política de quem vive e de quem morre. Assim sendo, o racismo estrutural está enraizado na estrutura social brasileira.

As consequências estruturais do racismo inserem-se na dinâmica das interações, das formas pelas quais o racismo, ao lado do patriarcado, das opressões de classe e de outros sistemas discriminatórios produzem desigualdades básicas que estruturam as posições relativas à mulher, à raça/etnias, classes, assim como as ações e as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo do tempo, na subalternização dos povos negros (CRENSHAW, 2002).

Mesmo a modernização constitucional, com o desenvolvimento de um padrão de proteção social e de cidadania, pouco alterou a situação do negro na sociedade brasileira. Com o desenvolvimento do neoliberalismo, o que se constata são novas manifestações da questão social associadas às marcas da profunda desigualdade social que cerceia e impõe um lugar para a população negra. As marcas dessa desigualdade se manifestam, entre outros fenômenos, à situação de pessoas sobrevivendo nas ruas.

A condição de pessoas em situação de rua é mais uma expressão do modo de produção capitalista. Essas pessoas integram um grupo essencial à reprodução do capital e constituem fração da classe trabalhadora que não obteve êxito na troca da sua força de trabalho por salário

e compõem a superpopulação relativa, excedente à assimilação pelo capitalismo e atravessada pela falta de oportunidades, imposta à condição subalterna, de subjugação, de falta ou precário acessos aos serviços públicos (TIENGO, 2016). José Paulo Netto (2013) sinaliza que na sociedade do capital, a riqueza social é produzida em escala exponencial ao mesmo tempo que se produz pauperismo. O desenvolvimento econômico, no capitalismo sempre implica na produção de miséria e de sobrantes para o capital (ANTUNES, 2018).

Como expressão da falência dessa sociedade, temos milhares de pessoas em situação de rua, majoritariamente negros, como sinalizado por Rolnik e Marino (2022), apenas na cidade de São Paulo, maior metrópole latino-americana, entre 2019 e 2021, registrou-se um aumento de 31% de pessoas vivendo nas ruas.

Nesse contexto, com o objetivo de analisar as imbricações entre o racismo estrutural e as desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, na qual a população em situação de rua é uma das consequências do modo de produção, apresentamos o presente artigo, resultado de uma revisão sistemática que consiste na seleção de estudos e de documentos sobre o processo de constituição e de expressões do fenômeno na realidade brasileira. Os dados apontam para o crescimento de pessoas vivendo em situação de rua, com um perfil marcado pelo recorte racial, e pouca efetividade no acesso às políticas públicas sociais.

### **O racismo estrutural no Brasil e a questão da população negra**

Os longos anos de escravidão da população negra no Brasil moldaram a estrutura social e econômica excludente e persistente até os dias atuais. Foram 350 anos de opressões baseadas no sequestro e no tráfico de pessoas negras, e 388 anos de um regime de trabalho escravocrata, violento e desumano que gradativamente estruturou o cenário social e econômico brasileiro, com marcas profundas para a população negra.

O racismo será concebido aqui, tomando como base a concepção apresentada por Almeida (2018, p. 141), como “[...] um fator estrutural que organiza as relações políticas e econômicas”, que se reproduz nas múltiplas expressões da questão social. De acordo com o autor, não há racismo que não seja estrutural, visto que essa estruturação ocorre por meio da legitimação de uma série de padrões institucionais, históricos, culturais, econômicos, sociais, no contexto de uma sociedade, que produz e reproduz a subalternidade dos povos negros.

Magali Almeida (2017), em suas análises sobre o racismo no Brasil, afirma que o trabalho escravizado das pessoas negras foi a base da economia colonial entre os séculos XVI e XIX. Ao abordar a situação dos povos negros trasladados, Wanderley (2013) aponta que cerca de 11 milhões de escravos foram trazidos à América, onde se estima que 40% foram



trazidos para o Brasil, e os demais, distribuídos pelos demais países da América Latina e do Caribe. O regime de trabalho escravo foi a fonte de grandes lucros para o mercado internacional e interno de tráfico negreiro, e também para as elites nacionais, afinal tudo o que foi construído no Brasil, desde as igrejas, as senzalas, as casas dos senhores de escravos, até as obras públicas, foi fruto da exploração dos corpos negros.

Por esse viés, Schwarcz (2021) comenta que a escravidão mercantil foi criada pelo projeto colonial e teve, como sustentáculo, a naturalização da violência contra os povos negros e indígenas.

Vale ressaltar que, para que essa prática se institucionalizasse, ela precisava de justificativas que respaldassem a subordinação de uma raça\etnia pela outra, é daí que surge o racismo, “[...] como uma justificativa ideológica para a escravidão, o sequestro, o tráfico.” (ALMEIDA, 2017, p. 39).

Desse modo, é importante sinalizar que, apesar de, em alguns momentos da história e até nos dias atuais, a desigualdade que gira em torno do conceito de raça ser compreendida como uma condição biológica, ela é uma construção social, “[...] forjada na história a partir de relações de poder com vistas, ao exercício da dominação/exploração” (IANNI, 2004 *apud* ALMEIDA, 2017, p. 38), na qual a diferença de cor de pele se transforma em desigualdade e em exclusão social, “[...] originando discriminações de identidades que tiveram (e ainda têm) efeitos nos processos políticos, econômicos, culturais e sociais.” (MOTTA, 2018, p. 75).

Além de serem destituídos da posse de seus próprios corpos, mulheres e homens negros escravizados, quando entravam no país, tinham os seus nomes apagados e trocados por outros, escolhidos pelos “proprietários” de escravos. Ou seja, já não era suficiente tomar posse de suas vidas, eles também apagavam e tentavam tirar dos negros a sua identificação com o seu lugar de origem, de suas culturas e de suas religiões, além de seus nomes e afetos (SCHWARCZ, 2021).

Para complementar a violência simbólica vivenciada pelos negros, o documentário *Atlântico negro – na rota dos orixás* (1998) traz um relato de um nativo africano, de que em Ouidah, Benim, onde ficava um dos grandes portos de embarque de escravos, havia uma árvore que foi chamada de “Árvore do esquecimento”.

Os negros, antes de embarcarem, eram obrigados a dar voltas em torno dela. As escravas mulheres tinham que dar sete voltas, e os homens, nove. Depois desse “ritual”, presumia-se que as mulheres e os homens escravizados perdiam a memória e esqueciam sua história, suas origens e sua identidade cultural, a fim de que se tornassem pessoas sem disposição para reagir ou se rebelar. Como se o fato de eles rodarem em torno de uma árvore apagasse de suas mentes

aquilo que estava gravado em cada parte do seu ser? Que ironia! Isso, na verdade, mostra mais uma tentativa de dominar não apenas os corpos, mas também a subjetividade dos negros, de torná-los subalternos ao sistema escravista e de apagar a identidade cultural e histórica de um povo (ATLÂNTICO NEGRO, 1998).

Além disso, a dominação e a exploração dos negros, por meio do trabalho escravo, foram permeadas por outros vários processos de violência, que apontam para a coisificação de seus corpos.

Almeida (2017, p. 40) sinaliza alguns deles:

[...] a escravidão acompanhada do desterro; a imposição do uso da língua do colonizador; a demonização e destruição material e simbólica dos complexos e diversificados sistemas de crença, seguido à cristianização; a separação familiar; o estupro e outras formas de violência sexual perpetrada contra as mulheres negras são algumas expressões do processo de objetificação do corpo negro.

Tais processos de violência eram legitimados pela naturalização das representações negativas criadas para caracterizar a população negra. A autora comenta que “[...] animalização, bestialização e irracionalidade” (ALMEIDA, 2017, p. 38) são alguns dos estereótipos que foram utilizados para justificar a subordinação e a desumanização de seus corpos.

Schwarcz (2021) comenta que essas representações negativas criadas em torno dos corpos negros e sustentadas por um esquema repressivo muito bem estruturado fizeram com que o Estado brasileiro e os grupos dirigentes silenciassem e tornassem invisíveis os processos de subordinação vivenciados diariamente pelos negros. Os jornais do século XIX publicavam, todos os dias, anúncios de fugas, vendas, leilões e seguros de escravizados, sem que ninguém se incomodasse com essa desumanização dos corpos negros.

No entanto, apesar dos esforços da sociedade escravocrata para disciplinar os corpos negros e torná-los dóceis e subordinados aos seus senhores, a história mostra que os negros reagiram e resistiram às atrocidades das quais eram alvo, lutando pela sua liberdade e pelo seu reconhecimento como sujeitos de direitos. Uma luta árdua e em condições desiguais.

Diante disso, é importante destacar algumas personalidades negras reconhecidas pela participação na luta em prol da liberdade de seu povo. A princesa africana filha do rei do Congo, escravizada no final do século XVI, Aqualtune, avó de Zumbi dos Palmares, líder quilombola, símbolo de liderança e luta, e que comandou uma fuga de escravos para um quilombo recém descoberto; Luísa Mahin, mãe do abolicionista Luiz Gama, participante ativa na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos, na luta contra a escravidão na Bahia do século XIX, além de ter sido uma inspiração para o filho na luta pela abolição e pela libertação dos escravos; Luiz Gama, escravo alforriado aos 17 anos, estudou Direito como autodidata e usou sua

formação para defender a liberdade dos escravos. Figura central no movimento abolicionista, em uma única ação judicial no século XIX, conseguiu a libertação de 217 negros escravizados. Por último, mas não menos importante, a escrava Dandara, que, ao lado do marido Zumbi, articulava as estratégias de combate e de defesa no quilombo de Palmares, é um dos símbolos da luta feminina contra a escravidão (SANTOS, 2019; GARCIA, 2019; BRASIL, 2019; MACHADO, 2021).

Mesmo com o registro desses e de tantas outras formas de resistência e de enfrentamento, o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão e só o fez depois dos Estados Unidos, de Cuba e de Porto Rico, com uma lei que não indicava, em seu escopo, nenhuma política de inclusão social, de reparação e de indenização às vítimas desse sistema de trabalho cruel e violento (SCHWARCZ, 2021).

Nesse sentido, é perceptível que os longos anos de escravidão produziram efeitos nefastos para a população negra, que nem a abolição pode combater, visto que não foi acompanhada pela organização de políticas sociais, que pudessem garantir o acesso ao emprego, à educação, à moradia e às condições dignas de sobrevivência.

A ausência de políticas de inclusão para os negros depois da abolição da escravatura em 1888, como, por exemplo, educação e emprego, reflete a ausência de leis voltadas para a garantia do acesso aos direitos sociais pelos negros durante a escravidão e a presença de legislações que legitimavam a sua exclusão.

A Constituição de 1824, no Artigo 179, Parágrafo 32, garantia o acesso “[...] à instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.” (BRASIL, 1824), contudo a mesma Constituição, no artigo sexto, não reconhecia os negros como cidadãos. Ou seja, todos tinham direito à educação, menos os povos negros escravizados.

A primeira lei de educação promulgada em 1837 deixa isso bem nítido e expresso em seu Artigo Terceiro, ao estabelecer que os escravos e os negros africanos, mesmo que fossem livres ou libertos, eram proibidos de frequentar as escolas públicas, demonstrando que o Brasil era para todos, menos os negros (RIO DE JANEIRO, 1837).

A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850a), mais conhecida como Lei de Terras, foi a primeira iniciativa estatal para organizar a propriedade privada no Brasil. Ela permitiu ao Estado a venda de lotes de terras, por preços altos. A partir da promulgação da referida lei, só seria permitida a aquisição de terras por meio da compra ou por doação do Estado (BRASIL, 1850a).

Vale ressaltar que a Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano que a Lei Eusébio de Queiroz, que estabeleceu medidas para proibir o tráfico negreiro e a entrada de negros

escravizados no Brasil. Sendo assim, os latifundiários e grandes fazendeiros, percebendo que era questão de tempo para que a escravidão fosse abolida, pressionaram o estado para regulamentar a posse das terras no país, para que, no futuro, os negros não pudessem ser donos de terras. Ou seja, o real objetivo era impedir que os negros tivessem acesso às terras, como proprietários (BRASIL, 1850b).

Esse conjunto de legislações promulgadas antes da abolição da escravatura, aliadas à aprovação da Lei Áurea em 1888 – resultado de uma ação de governo, mas também fruto de uma pressão popular e civil – e, que vale ressaltar, ocorreu de uma forma pouco ambiciosa “[...] em sua capacidade de prever a inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam.” (SCHWARCZ; STARLING, 2017, p. 9), contribuíram para a manutenção das desigualdades sociais sofridas pela população negra.

Nesse contexto, segundo Wanderley (2013) a situação do negro manifesta-se como expressão da questão social que, depois da abolição, expressa-se no racismo, ora velado, ora explícito, na afirmação de uma superioridade branca sobre os povos negros e pela discriminação no mercado de trabalho, no qual o negro sempre é afastado dos melhores empregos, com ganhos percentuais menores, sendo forçados a ocuparem os lugares mais baixos da estratificação social, com uma integração parcial, controlada e subalterna.

### **A população em situação de rua no Brasil e a intersecção entre raça e classe**

Cerqueira (2011), ao analisar a origem do fenômeno *população em situação de rua*, no Brasil, vincula o seu surgimento com o fim do regime de trabalho escravo e a transição para o regime de trabalho livre e assalariado. Na agenda política do processo de abolição, a integração do negro ao mercado de trabalho e na vida societária foi negada.

Com a abolição da escravatura, há um número expressivo de “livres e libertos”, que, sem emprego, moradia e condições de subsistência, devido à ausência de políticas de integração, vagavam pelas cidades como mendigos, praticando pequenos furtos e se submetendo a condições subumanas de trabalho, oferecendo sua força de trabalho livre, porém concorrendo de forma desigual com os brancos e imigrantes. Sendo assim, o fim da escravidão relegou escravos libertos a viverem nas ruas, sem condições dignas de sobrevivência, e “[...] refletiu de forma significativa nos primeiros movimentos das pessoas em direção às ruas no Brasil.” (CERQUEIRA, 2011, p. 70).

A apropriação das desigualdades raciais pelo capitalismo, tornando-as funcionais ao seu processo de reprodução e de acumulação de riquezas, articulada à dominação e à exploração de

classe, contribuiu para que o recorte racial seja um traço permanente da população em situação de rua no Brasil (MOTTA, 2018).

Almeida (2017, p. 32) sinaliza que o estabelecimento do regime escravocrata respaldado pela desigualdade racial “[...] foi estruturante da acumulação primitiva do capital respondendo ao quadro econômico e político da época”. A autora ainda comenta que, sem a escravidão, não haveria indústria moderna, visto que é tão central à industrialização, quanto as máquinas e o crédito (SILVA, 2016, *apud* ALMEIDA, 2017).

Por esse viés, Almeida (2018, p. 141) afirma que o Brasil não é o que é apesar do racismo, mas graças ao racismo, tendo em vista que “[...] o racismo é o elemento constituinte da política e da economia, sem o qual não é possível compreender as suas estruturas”. Isto é, a desigualdade racial é um elemento característico das relações mercantis e de classe.

Com base nisso, as análises sobre fenômeno população em situação de rua não devem considerar somente as relações de dominação e de exploração de classe, mais sua estratificação, expressa nas opressões e nas discriminações raciais e sexuais, como fatores que estão imbricados e que combinados contribuem para a reprodução da população em situação de rua e dos seus processos de exclusão do acesso às políticas públicas (CRESHAW, 2002).

As imbricações entre as opressões podem ser percebidas no perfil da população em situação de rua, ao longo do desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil, como reflexo da inserção dependente da economia brasileira no cenário mundial.

Granemann (2009, p. 14) em suas análises sobre o processo de produção e reprodução social aponta que a “produção e reprodução da vida social são momentos diferenciados de uma mesma forma social”, sendo a produção compreendida a partir da teoria social crítica como as relações sociais instituídas para a produção dos meios e condições que atendam às necessidades humanas, e a reprodução como a renovação constante da sociedade capitalista “em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social” (IAMAMOTO, 2009, p. 10).

Iamamoto (2009, p. 10) complementa afirmando que a reprodução social não se restringe apenas à reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, também está relacionada “à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes”. Ela também abrange a reprodução da vida material e espiritual, pela qual “os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade”.

A reprodução social não é uma mera repetição do que já foi instituído, “é, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p.11).

A reprodução do fenômeno população em situação de rua, portanto, será compreendida aqui, não como uma reposição do que já foi estabelecido, mas como o seu desenvolvimento e complexificação, à medida que a sociedade capitalista e os sujeitos que dela fazem parte evoluem e se desenvolvem, aprofundando desigualdades que contribuem para uma renovação constante desse fenômeno (IAMAMOTO, 2009).

Silva (2009), em análises sobre o fenômeno *população em situação de rua*, afirma que o seu processo de reprodução está intrinsecamente relacionado ao processo de desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se uma expressão das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas.

De acordo com Iamamoto (2004 *apud* SILVA, 2009), as desigualdades sociais são expressões da questão social<sup>1</sup> engendradas na sociedade capitalista madura, ou seja, a questão social é inerente ao capitalismo, na medida em que o capital, no seu processo de expansão e de acumulação de riquezas, expande e acumula também o pauperismo e a miséria.

Complementando, Marx (1980 *apud* MONTAÑO, 2012) afirma que “[...] quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação e quanto maior essa massa, tanto maior o pauperismo.” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Portanto a população em situação de rua, como expressão da questão social, constitui-se em decorrência do processo de pauperização da classe trabalhadora, que, ao se encontrar fora do mercado de trabalho e/ou em condições precárias de trabalho, não tem como garantir condições de moradia digna e acaba utilizando as ruas como espaço de moradia e de sobrevivência. No Brasil, essa tendência é potencializada para a população negra, dada a trajetória dos povos negros no País.

Por esse viés, Cerqueira (2011) sinaliza que, ao longo do período de industrialização, no País, houve uma resistência por parte dos empregadores em incorporar os negros como força

<sup>1</sup> De acordo com Iamamoto (2001), a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais, que são inerentes à sociedade capitalista. Ela tem o seu início numa produção cada vez mais social, enquanto a apropriação dos meios de produção e dos frutos do trabalho é cada vez mais privada.



de trabalho assalariada, sob a justificativa de que, como os negros pós-abolição da escravatura estavam inseridos no setor de subsistência, eles não se adaptariam ao trabalho assalariado regular. Ou seja, era, na verdade, mais uma manifestação do racismo estrutural, visando à não inclusão dos negros no mercado de trabalho.

A autora ainda afirma que, por um longo período, depois da “libertação”, boa parte dos ex-escravos, “[...] permaneceu nas propriedades rurais sob baixíssima remuneração.” (CERQUEIRA, 2011, p. 69). Sendo assim, mesmo com a estruturação do sistema de produção sob o capitalismo, não há o rompimento com as formas pretéritas de exploração, o que aponta para uma convivência pacífica entre o atraso e o “moderno”.

Sem acesso à educação e à incorporação para o trabalho nas indústrias, a inserção dos negros, para atender à demanda das fábricas e do processo de industrialização do País, ocorreu de forma precária e principalmente nos serviços braçais, reforçada pelo estereótipo racista de que os negros “[...] têm pouca propensão para trabalhos intelectuais.” (ALMEIDA, 2018, p. 123).

Nesse sentido, Silva (2019) aponta que, no estado do Rio de Janeiro, que recebeu um dos maiores números de pessoas escravizadas no mundo, o percentual de pessoas negras incorporadas na indústria manufatureira foi relativamente pouco expressivo comparado aos trabalhadores brancos europeus. Assim, constata-se a maior fração de pessoas negras não incorporadas e integradas ao mercado de trabalho, compondo, dessa forma, uma massa de sobrantes. A constituição do capitalismo, no Brasil, não reconhece o trabalhador negro como força de trabalho, ao não absorver essa população no sistema de produção e compelindo os negros à “[...] situação de absoluta pobreza e degradação humana.” (SILVA, 2009, p. 97).

A não inserção dos negros no mercado de trabalho ou a inserção precária, aliada à falta de acesso aos serviços essenciais e ao reconhecimento da cidadania, contribui para a manutenção e para a ampliação das desigualdades raciais, que, aliadas às opressões de classe, pela destituição dos meios de produção, intensificam a reprodução da população em situação de rua, como um reflexo da intersecção entre as subordinações de raça e de classe.

A manutenção dos processos de exclusão social dos trabalhadores negros encontra legitimidade no darwinismo social introduzido no País pela elite brasileira, no período pós-abolição com “[...] a intenção de tornar o país moderno, à luz do referencial europeu.” (ALMEIDA, 2017, p. 34).

Almeida (2017, p. 34) destaca que:

Esse projeto vencedor provocou sucessivos deslocamentos de mulheres e homens negros dos poucos espaços de prestígio conquistados para outros

muito desqualificados que somente ganham visibilidade quando se pretende reforçar a segregação ou a imagem negativa desses sujeitos sociais.

Complementando, Silva (2019, p. 2) ressalta que, enquanto os imigrantes brancos e europeus eram vistos como trabalhadores qualificados, “[...] que propiciariam a nação caminhar para o progresso e assim recuperar o ‘atraso social’ que o negro proporcionou ao país”, os negros eram vistos como uma mazela a ser exterminada. Além disso, eram-lhes atribuídos os estereótipos de ociosos, sob a justificativa de que esses não queriam vender sua força de trabalho por jornadas longas, em face do tempo mínimo necessário para garantir sua sobrevivência; de serem subdesenvolvidos, portadores de uma inferioridade congênita, não qualificados, mal trabalhadores, etc. (SILVA, 2019).

Depois da disseminação da ideologia do branqueamento da população brasileira, a mestiçagem passou a ser utilizada como uma justificativa para o mito da democracia racial, que afirma que o Brasil é um país com oportunidades iguais para todos (SCHWARCZ, 2021). Essa ideologia alega que os negros e os brancos possuem as mesmas oportunidades de ascensão social e de riquezas, impondo uma pseudo satisfação aos povos negros pela sua condição social. De acordo com Silva (2019, p. 4), é “[...] como se as diferenças tivessem sido rompidas por meio da cidadania após o regime escravocrata”.

No entanto Schwarcz (2021) aponta que a realidade mostrada pelos dados das pesquisas oficiais é outra. Os negros são os que morrem mais e mais cedo; mesmo quando exercem as mesmas funções que os brancos, ganham menos; têm menor acesso à educação, à saúde, à moradia e aos transportes. Ou seja, o racismo não é somente uma herança da escravidão; ele é reforçado cotidianamente pela estrutura desigual e perversa da sociedade capitalista brasileira.

### **População negra em situação de rua e a desigualdade de acesso às políticas sociais**

A promulgação da Constituição Federal de 1988 reconhece os negros legalmente, como sujeitos de direitos, somente depois de cem anos da abolição da escravidão. Além disso, tipifica o racismo como crime inafiançável (BRASIL, 1988).

Contudo apesar de terem os seus direitos inscritos na letra da lei, a população negra ainda vivencia processos de exclusão social, que se “[...] expressam nos acessos ainda diferentes a ganhos estruturais no lazer, no emprego, na renda, na saúde e nas taxas de nascimento, ou mesmo nas intimidações e batidas cotidianas da polícia, mestra nesse tipo de linguagem de cor.” (SCHWARCZ; STARLING, 2017, p. 10).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2019 *apud* SANTOS *et al.*, 2020, p. 227) sinalizam essa realidade. Segundo os dados, 47,3% dos trabalhadores negros estão inseridos em ocupações informais, enquanto os brancos correspondem a 34,6%. Esses dados são um reflexo das “[...] desigualdades historicamente constituídas, como a maior proporção dos trabalhadores pretos e pardos entre o segmento de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada”.

Comparando os rendimentos financeiros das famílias brancas e negras, os dados da Pnad (IBGE, 2019 *apud* SANTOS *et al.*, 2020, p. 227) apontam diferenças significativas; “[...] os brancos ganhavam 73,9% mais do que pretos e pardos, e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres”. Além disso, a proporção de moradias com infraestrutura inadequada, como ausência de saneamento básico, é maior entre negros do que entre brancos.

Em suma, os dados do IBGE (2019 *apud* SANTOS *et al.*, 2020, p. 227) apontam que:

[...] a população negra representa parcela significativa de comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, dos que vivem em situação de rua, das pessoas privadas de liberdade, das que vivem na extrema pobreza e em domicílios que não respondem aos padrões de habitabilidade, que não contam com abastecimento de água e/ ou esgotamento sanitário como nas favelas, daqueles que apresentam menores rendimentos ou sobrevivem da informalidade; dos que dependem do lixo de natureza reciclável ou não; das empregadas domésticas; cuidadoras de idosos, dos idosos negros, dos que estão em situação de insegurança alimentar; que têm dificuldades de acesso à serviços e equipamentos de saúde, assistência social e educação.

Diante disso, não é de se espantar que a população negra represente uma porcentagem significativa da população em situação de rua<sup>2</sup>. Com acesso precário aos serviços de saúde, educação, moradia e emprego, essa população é empurrada pelo sistema capitalista a viver em lugares caracterizados pela precariedade nas condições de vida e de sobrevivência e pelo abandono. Quando nem isso lhes é possível manter, em muitas situações, a única opção que resta é a rua.

Gonzales (1984) afirma que essa sina de definir um lugar como sendo o “lugar natural”

<sup>2</sup> Dados da última Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre agosto de 2007 e março de 2008, apontam que 67% das pessoas que vivem em situação de rua são negras.

São dados antigos, mas que expressam os processos de exclusão e de violação de direitos, vivenciados pela população negra. Dados recentes coletados em algumas capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, também sinalizam essa realidade. No Rio de Janeiro, o Diagnóstico Sintético do Censo de População em Situação de Rua, realizado em 2020, aponta que, dos 7.272 entrevistados, 76,2% são negros. Em Belo Horizonte, dados da Secretaria Municipal de Políticas Sociais de 2017 demonstram que 82% do total da população em situação de rua é negro, ou seja, a cada dez moradores de rua, oito são negros. Em São Paulo, o Censo da População em Situação de rua, realizado em 2020, aponta que, das 24.344 pessoas em situação de rua, 70% são negros (RIO DE JANEIRO, 2021; MARIANO, 2017; SOBRINHO, 2020).

do negro é um traço histórico da sociedade brasileira, desde o período colonial, reproduzido e reinterpretado pela sociedade capitalista.

[...] da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (GONZALEZ, 1984, p. 232).

As desigualdades raciais e de classe são reforçadas, expostas e potencializadas no contexto da pandemia da Covid-19, que tem, como pano de fundo, o aprofundamento das políticas econômicas de recorte neoliberal, produzindo uma crise econômica, social, política, moral, sanitária etc., que afeta e penaliza principalmente os negros em situação de pobreza e em situação de rua.

Dados do Ipea (2020) apontam essa realidade. De acordo com o estudo: *Estimativa da população em situação de rua no Brasil* (setembro de 2012 a março de 2020), realizado pelo Ipea, com base nos dados de 2019 do Censo anual do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas), a população em situação de rua cresceu 140% desde 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, e, com a crise econômica exacerbada pela pandemia do coronavírus, a tendência é aumentar. Além disso, os dados apontam para a precarização do acesso ao mercado de trabalho dessa população. Segundo Ipea (2020), entre as pessoas que estão em situação de rua, estão desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carro e vendedores ambulantes.

Nesse sentido, Silva (2009) comenta que a intensificação da reestruturação produtiva e a implementação de medidas econômicas e sociais de corte neoliberal, a partir da década de 1990, no Brasil, e acentuada no cenário atual, implicou inúmeras transformações no mundo do trabalho, como a intensificação do uso da força de trabalho, a diminuição dos postos de trabalho e, em decorrência disto, o aumento do desemprego, o aviltamento do valor dos salários e o aumento da informalidade do trabalho, gerando um quadro de precarização das condições e das relações de trabalho de parte expressiva da classe trabalhadora.

A autora supracitada ainda afirma que o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e conseqüentemente da expansão do fenômeno população em situação de rua,

como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo.

Além disso, o desmonte e a precarização das políticas sociais, materializadas pela Constituição Federal de 1988, como dever do Estado e direito do cidadão, também são um dos fatores que contribuem para o agravamento das expressões da questão social e consequentemente para a intensificação do fenômeno população em situação de rua. Nesse sentido, as políticas sociais passam a estar voltadas apenas para compensar os efeitos mais nefastos das crises econômicas e das desigualdades sociais no Brasil, o que afeta o atendimento à população em situação de rua, tornando-o precário e paliativo, contribuindo somente para a administração do fenômeno e não para a sua erradicação.

Vale ressaltar que, nesse contexto, os mais penalizados dentro da população em situação de rua são as mulheres e homens negros, visto que as subordinações de raça e gênero que vivenciam, aliadas às discriminações de classe, aumentam a probabilidade de que a população negra, e não os brancos, sejam mais vulneráveis aos processos de exclusão social e ao não acesso aos Direitos Humanos e sociais (CRESHAW, 2002).

Além de vivenciar processos de violação dos seus direitos, a população em situação de rua também tem sido vítima do preconceito e da barbárie. Isto é, a sociedade capitalista, estruturada pelo racismo e pelas desigualdades de classe, gênero etc., além de reproduzir o fenômeno da população em situação de rua, também provoca atos de crueldade por parte de outros segmentos sociais, indignados e que se sentem ameaçados por essa população que “enfeia a paisagem”.

O preconceito e a estigmatização são algo que marcam o atendimento à população em situação de rua, tendo em vista que, segundo Arglies e Silva (2011), historicamente, as ações implementadas a título de políticas públicas específicas para essa população se detinham a políticas de repressão<sup>3</sup> (criminalização da população de rua) e políticas higienistas, muitas vezes violentas, as quais retiravam a pessoa da rua, enviando-a para a sua cidade de origem à revelia do seu consentimento, ou enviavam para albergues, abrigos, ou para vários tipos de serviços como: os de saúde, de higiene, de alimentação, iniciativas de geração de trabalho e renda, etc.

Silva (2009) sinaliza que as práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas, continuam

---

<sup>3</sup> Vide o Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, também chamado de Lei da “Vadiagem”, que punia, em seu Artigo 399, com prisão os que não possuindo meios de subsistência e moradia fixa, proviam a sua “[...] subsistência por meio de ocupação proibida por lei ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes” (BRASIL, 1890, Art. 399).

presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do país, inclusive conduzidas por órgãos do poder público. Tais práticas reforçam o preconceito e a estigmatização da população em situação de rua.

Complementando, Santos (*et al.* 2020, p. 234) comenta que “[...] a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, atravessada pelos preconceitos e racismo institucional, é um fator crucial para aumentar o risco de complicações e óbitos pela Covid-19”. Os autores ainda apontam que “[...] a privação material das pessoas em situação de rua é uma das manifestações do racismo.” (PINHO; GRANDO; PINHO, 2014 *apud* SANTOS *et al.* 2020, p. 234).

Diante disso, podemos afirmar que a discriminação de raça e de gênero é potencializada pela combinação com a situação de rua e com os preconceitos e estigmas que sofre. Essa subordinação interseccional dificulta o acesso da população negra em situação de rua aos serviços socioassistenciais, que poderiam contribuir para a construção do processo de saída das ruas (CRESHAW, 2002).

Coelho (2020 *apud* CUNHA, 2020) comenta que as pessoas negras em situação de rua são afastadas do acesso aos seus direitos, devido à impossibilidade de mobilidade social, causada pelo racismo. Ela ainda aponta que, em seu trabalho como assistente social da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), presencia muitas situações de violência, nas quais o racismo estrutural dificulta o acesso da população negra em situação de rua aos seus direitos de cidadania, por meio dos equipamentos de saúde e de assistência.

Sendo assim, parafraseando Creshaw (2002, p. 174), é imperiosa a necessidade de que as instituições responsáveis pelo atendimento à população em situação de rua tenham uma “[...] maior conscientização quanto às implicações de raça, etnia, cor e outros fatores que contribuem para uma combinação de abusos dos direitos humanos” que mulheres e homens em situação de rua enfrentam, para que suas intervenções sejam mais efetivas, no sentido de contribuir para o acesso amplo dessa população às políticas sociais.

### **Considerações finais**

O período escravocrata deixou marcas profundas na população negra que, vista como “não humana”, foi destituída da condição de humanidade, alijada do acesso a serviços básicos como educação, saúde, moradia, emprego e renda.

A organização da sociedade brasileira, nos moldes do regime capitalista, não superou e nem rompeu com a segregação e com a exclusão social da população negra; pelo contrário, incorporou-as, tornando-as funcionais ao seu processo de reprodução e de acumulação de



riquezas. Nela as desigualdades raciais assumem formas tipicamente capitalistas (ALMEIDA, 2020).

Diante disso, com base nas análises aqui realizadas, é possível compreender que a intersecção entre raça e classe contribui para a reprodução do fenômeno *população em situação de rua*, visto que a permanência dos processos de exclusão ou inclusão precária da população negra do acesso aos serviços de educação, de moradia adequada, de saneamento básico, à renda, etc., articulados à precarização do trabalho, ao aumento do desemprego, no contexto atual de intensificação das políticas econômicas neoliberais e de desmonte das políticas sociais, relega as mulheres e os homens negros a esse lugar historicamente arquitetado pela estrutura social, um lugar marcado pelo abandono e pela opressão.

Além disso, o racismo estrutural potencializa os estigmas e os preconceitos vivenciados pela população negra em situação de rua, dificultando o seu acesso amplo às políticas sociais. Sendo assim, é fundamental que as instituições incorporem, em seu trabalho, análises que levem em consideração a raça, a fim de romper com esse ciclo de negação e de violação dos direitos humanos e sociais.

Que esse cenário tão controverso, onde a intolerância, o preconceito e o desrespeito à democracia e à cidadania parecem prevalecer, não nos impeça de reagir, de resistir e de lutar pela liberdade e por uma sociedade mais justa e igualitária. As mulheres e os homens e negros nunca fugiram da luta, pelo contrário, fizeram e fazem da resistência um combustível para construir a sua história.

Parafraseando Almeida (2017, p. 43), em uma sociedade marcada e estruturada pelo racismo, “[...] com uma classe dominante das mais reacionárias do hemisfério só temos como alternativa a luta. Façamos a história!”.

## Referências

- ALMEIDA, Magali da S. *Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social*. Revista Argumentum, [s. l.], v. 9, n.1, p. 32-45; jan. 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, p.121-162, 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4610724/mod\\_resource/content/1/ALMEIDA%20-%202018%20-%20O%20que%20%C3%A9%20racismo%20estrutural.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4610724/mod_resource/content/1/ALMEIDA%20-%202018%20-%20O%20que%20%C3%A9%20racismo%20estrutural.pdf) Acesso em: 13 set. 2021.
- ALMEIDA, Silvio. Estado racista e crise do capitalismo. *Blog da Boitempo*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/>. Acesso em: 11 set. 2021.
- ANTUNES. Ricardo. A Explosão do novo proletariado de serviços. In. ANTUNES. Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 25-64.

- ARGLIES, Mariglei dos Santos; SILVA, Vini Rabassa da. Assistência social e população em situação de rua. In: *JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5., 2011, São Luís, MA. Anais [...]. São Luís, MA: UFMA, 2011. Disponível em: [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/ASSISTENCIA\\_SOCIAL\\_E\\_POPULACAO\\_EM\\_SITUACAO\\_DE\\_RUA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf). Acesso em: 21 fev. 2016.
- ATLÂNTICO NEGRO – na rota dos orixás. Direção: Renato Barbieri. Produção: Milton Guran, Abrahaan Gbussa, Gabin Djimasse, Martine de Souza, Tião Carvalho e Paula Maria dos Santos. Narrador: João Acaiabe. Roteiro: Victor Leonardi e Renato Barbieri. Realização: Instituto Itau Cultural e Videografia, 1998. Online (53 min). Disponível em: <https://youtu.be/2IOgjOhcZ-o>. Acesso em: 15 set. 2021
- BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil (1824). Rio de Janeiro: Conselho de Estado, [1824]. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 20 set. 2021.
- BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Brasília, DF: Presidência da República, [1850b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm) Acesso em: 20 set. 2021.
- BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, [1850a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm). Acesso em: 20 set. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1890]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 set. 2021.
- BRASIL. Emenda constitucional n. 90, de 15 de setembro de 2015. Brasília, DF: Senado Federal, [2015]. Disponível em: [www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas](http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas). Acesso em: 31 jan. 2016.
- BRASIL. Luiz Gama, o ex escravo que ajudou a libertar outras centenas. Brasília, DF: Deutsche Welle, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/luiz-gama-o-ex-escravo-que-ajudou-a-libertar-outras-centenas/a-51291687>. Acesso em: 20 set. 2021
- CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. *Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Serviço Social, UnB, Brasília, 2011. Disponível em: [www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011\\_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf](http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf). Acesso em: 24 fev. 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, v. 1, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- CUNHA, Lucas. *Racismo é base de diversas opressões na sociedade, aponta debate do Grupo de Estudo Pop Rua da Defensoria*. Bahia: Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública da Bahia, 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/racismo-e-base-de-diversas-opressoes-na-sociedade-aponta-debate-do-grupo-de-estudo-pop-rua-da-defensoria/> Acesso em: 23 set. 2021.
- GARCIA, Maria Fernanda. A princesa escravizada no Brasil que lutou pela liberdade de seu povo. Observatório do Terceiro Setor, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-princesa-escravizada-no-brasil-que-lutou-pela-liberdade-de-seu-povo/>. Acesso em: 20 set. 2021.

- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, [s. l.], Anpocs, p. 223-244, jan./dez.1984.
- GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 9-31, jan./jul. 2001.
- \_\_\_\_\_. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811). Acesso em: 11 fev. 2020.
- MACHADO, Leandro. *Luiz Gama: a desconhecida ação judicial com que o advogado negro libertou 217 escravizados no Século 19*. BBC news Brasil, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57014874#:~:text=V%C3%ADdeos-,Luiz%20Gama%3A%20a%20desconhecida%20a%C3%A7%C3%A3o%20judicial%20com%20que%20advogado%20negro,217%20escravizados%20no%20s%C3%A9culo%2019&text=Em%20um%20dia%20do%20m%C3%AAs,ativismo%20aboliconista%20no%20s%C3%A9culo%2019>. Acesso em: 20 set. 2021.
- MARIANO, Raul. *Maioria excluída: a cada 10 moradores em situação de rua em Belo Horizonte, oito são negros*. Hoje em dia, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/maioria-exclu%C3%ADda-a-cada-10-moradores-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-em-belo-horizonte-oito-s%C3%A3o-negros-1.534993#:~:text=Acesse-,Maioria%20exclu%C3%ADda%3A%20a%20cada%2010%20moradores%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua,Belo%20Horizonte%2C%20oito%20s%C3%A3o%20negros&text=Se%20as%20pol%C3%ADticas%20sociais%20das,de%20pelo%20menos%20dez%20anos>. Acesso em: 22 set. 2021.
- MONTAÑO, C. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, [s. l.], v. 110, p. 270-287, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- MOTTA, Daniele. *Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe*. Cadernos CEMARX, Campinas, n. 11, p. 71-88, jan./dez. 2018.
- NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia (Org.). *A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano*. Vitória: Edufes, 2013. Cap. 3. p. 83-111.
- RIO DE JANEIRO. Lei n. 1, de 1837. Dispõe sobre a instrução primária no Rio de Janeiro. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 199-205, set. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.
- RIO DE JANEIRO. Diagnóstico sintético do Censo de População em Situação de Rua de 2020. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2021.
- ROLNIK, Raquel; MARINHO, Aluizio. Explosão da população em situação de rua e os desafios da emergência habitacional. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 de junho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/explosao-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-os-desafios-da-emergencia-habitacional.shtml?origin=folha>. Acesso em: 6 jun. 2022.

- SANTOS, Ale. O racismo da academia apagou a história de Dandara e Luisa Mahin. *The Intercept*, [s. l.], 3 set. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/03/dandara-luisa-mahin-historia/>. Acesso em: 20 set. 2021
- SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. *População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde*. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa, M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Kathlen Romeu: racismo tem cor e endereço no Brasil*. *Universa*, [s. l.], 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/2021/06/09/kathlen-romeu-racismo-tem-cor-e-endereco-no-brasil.htm> Acesso em: 10 set. 2021.
- SILVA, M. L. L. da. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA, Lidiane Bravo da. População negra em situação de rua: um estudo das manifestações da herança escravocrata que perpassam a população usuária da política de assistência social. In: *JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., 2019, São Luís, MA. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1074\\_10745cbe1ceabb8f2.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1074_10745cbe1ceabb8f2.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.
- SOBRINHO, Wanderley Preite. *Homens são 85% dos moradores de rua em SP; 70% são negros e há 386 trans*. Uol, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/31/homens-sao-85-dos-moradores-de-rua-em-sp-70-e-negra-e-ha-386-trans.htm#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20na,Rua%20divulgado%20hoje%20pela%20prefeitura>. Acesso em: 22 set. 2021.
- TIENGO, Verônica Martins. *População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal*. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8768>. Acesso em: 20 out. 2022.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino americano e caribenho. In: CASTEL, Robert; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; PAUGAM, Serge (org.). *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. São Paulo: Educ, 2013. (cap. 2, p. 61-172).



# Diretrizes curriculares: “questão social”, questão étnico-racial e realidade brasileira

## Curriculum guidelines: "social issue", ethno-racial issue and Brazilian reality

André Henrique Mello Correa\*

**Resumo:** Este artigo é constitutivo de aportes teórico-metodológicos, apresentados no projeto de mestrado de ingresso na UFRJ. Partindo de pesquisa bibliográfica, se articula em dois momentos: (i) buscamos trazer elementos acerca da centralidade da questão étnico-racial enquanto chave analítica, estrutural e estruturante do capitalismo e dinamizador da “questão social” na particularidade da formação econômica-social do Brasil, situando o serviço social nesta trama; (ii) tomando como mediação os acúmulos da categoria profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), evidenciar a centralidade da agenda antirracista na profissão. As conclusões, longe de se esgotarem, nos mostram que a atual quadra histórica carrega avanços significativos para pensarmos a produção do conhecimento acerca da matéria e a centralidade da luta antirracista na afirmação do projeto ético-político, ainda que incorra atravessamentos e dilemas a serem postos na agenda do dia.

**Palavras-chaves:** Fundamentos do Serviço Social; Questão Étnico-Racial; Questão Social; Formação e Trabalho Profissional.

**Abstract:** This article is constitutive of theoretical and methodological contributions presented in the project for a Master's degree at UFRJ. Based on bibliographical research, it is articulated in two moments: (i) we seek to bring elements about the centrality of the ethno-racial issue as an analytical, structural and structuring key of capitalism and dynamizer of the "social issue" in the particularity of the social-economic formation of Brazil, situating social service in this web; (ii) taking as mediation the accumulations of the professional category and the Curricular Guidelines of ABEPSS (1996), to highlight the centrality of the anti-racist agenda in the profession. The conclusions, far from being exhaustive, show us that the current historical period brings significant advances to think about the production of knowledge on the subject and the centrality of the anti-racist struggle in the affirmation of the ethical-political project, even if it involves crossings and dilemmas to be put on the agenda of the day.

**Keywords:** Foundations of Social Service; Ethnic and Racial Issues; Social Question; Formation and Professional Work.

Recebido em: 05/09/2022

Aprovado em: 13/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença **Creative Commons** e indique se mudanças foram feitas.

\*Assistente Social, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ); Integrante do Laboratório de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil (LECAD/UFRJ) e da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo.

## Introdução

“Eles tentaram nos matar, mas a gente combinamos de não morrer”  
Conceição Evaristo - Olhos D’água (2014)

As Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é um marco na trajetória sócio-histórica da profissão no Brasil. Seu resultado é fruto de inúmeros debates coletivos e acúmulos da categoria profissional, no esteio das reelaborações e concepções em torno da natureza do Serviço Social, ou seja, o significado social da profissão na trama das relações sociais em idos dos anos 1970, 1980 e 1990.

Consideramos como seu maior legado, a concepção de formação profissional, que de tal maneira, se articula e orienta um determinado projeto profissional teórico-crítico e sua relação com projetos societários mais amplos, assim, trazendo direcionamentos às Escolas de Serviço Social e suas bases formativas no âmbito da graduação e também, na pós-graduação.

Esse importante documento, conforme seus pressupostos norteadores, tem na “Questão Social” — o “fundamento básico da existência” do serviço social, de tal maneira que a profissão numa perspectiva de totalidade, se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, como uma profissão interventiva no âmbito da “questão social”, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista, que inclusive, sofre configurações históricas que a particularizam e incidem no âmbito do processo de trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Mas afinal, o que é “Questão Social”? O que a particulariza? Quais suas determinações na realidade brasileira? Seus elementos na cena contemporânea e rebatimentos nas bases formativas?

Tais perguntas nos levam a finalidade deste trabalho: a) compreender os elementos constitutivos da nossa formação econômico-social, trazendo como centralidade a questão étnico-racial, enquanto chave analítica estrutural e estruturante das relações sociais que conformam o conjunto da classe trabalhadora no Brasil; b) as determinações para se pensar a categoria questão-social na história *fincada* da nossa realidade social, perpassada pelo racismo/patriarcado/sexismo/LGBTfobia, o que nos coloca desafios fundamentais na cena contemporânea enquanto profissão nas nossas bases formativas e no trabalho profissional. Parte-se das mediações postas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), compreendendo o conjunto de direcionamentos em torno de um determinado *perfil profissional*. Pontuamos que tais movimentos não são *endógenos* e ausentes de disputas, contradições e possibilidades, devendo assim, serem analisados na órbita do conjunto das relações sociais mais amplas que as



determinam.

Ademais, encontra-se articulado em dois momentos, frente a finalidade anteriormente expressa: (i) Inicialmente, com o aporte da pesquisa bibliográfica e documental, buscamos trabalhar a categoria “questão social” – orgânica e substancialmente vinculada a Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 1867 [2014]) e suas *particularidades* na formação econômico-social brasileira, situada e determinada historicamente, na qual a questão étnico-racial se apresenta como chave analítica imprescindível na análise da condição concreta da classe trabalhadora nestes *trópicos*, o que de pronto, nos possibilita a vinculação com o *método materialista histórico-dialético* para a apreensão da questão nacional – que presume a mediação do universal, singular e particular, buscando capturar suas múltiplas determinações (BEZERRA, et al, 2019)

Em um segundo momento, (ii) buscamos elucidar alguns aspectos mais gerais da agenda do Serviço Social brasileiro acerca da questão étnico-racial e luta antirracista, e as determinações para a formação e trabalho profissional na cena contemporânea, partindo do debate em torno das construções coletivas no âmbito das entidades da categoria e da análise dos núcleos de fundamentação da ABEPSS, em específico, a fim de compreender a estrutura e lógica curricular e os desafios frente a “renovação do conservadorismo” na atual quadra histórica, açambarcada pela crescente crise do padrão de acumulação capitalista e o tensionamento dos antagonismos das classes sociais fundamentais, que não isenta a profissão (FONSECA, 2016; SOARES, 2019).

Derradeiramente, à guisa de notas conclusivas, aqui o debate não se esgota, contudo, se insere na empreitada coletiva, repleta de possibilidades, contradições e desafios; mas certa de que sua urgência é central e inadiável.

### **Notas acerca da “questão social” na particularidade da formação econômico-social brasileira: a centralidade da questão étnico-racial**

Neste terreno de análise, não buscaremos esgotar os elementos que conformam e atravessam esse debate em sua complexidade histórica e social. Traremos algumas notas gerais para pensar a “questão social” e sua dinâmica na formação econômica-social brasileira, onde a questão étnico-racial lhe aporta mediações fundamentais, no conjunto das relações sociais mais amplas.

Pois bem, cabe destacar que a “questão social”, poderíamos dizer a grosso modo, se vincula diretamente à Lei Geral de Acumulação Capitalista, conforme esboçado por Marx, analisando a dinâmica expansiva do sistema capitalista (1867 [2014] – cap. 23). A seu turno,

Netto (2001), em célebre artigo denominado *cinco notas a propósito da “questão social”*, destaca o aspecto não unívoco desta categoria, o que denota compreensões e leituras com sentidos bastante diversos<sup>1</sup>.

Partindo da *tradição marxista*, assim como também, registra-se a elaboração proposta por Iamamoto (1982; 2001), compreende a “questão social” situada nas malhas históricas da sociedade capitalista industrial-concorrencial emergente na Inglaterra, no séc. XVIII, como expressão para nomear um fenômeno *novo*: o pauperismo.

Denota-se que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (NETTO, 2001, p. 153). Por derradeiro se a pobreza, a desigualdade, a fome, são fenômenos antecedentes do modo de produção capitalista, em outras formações sociais, com a dinâmica mesma apresentada nesta nova quadra histórica – “a diferente apropriação e fruição de bens sociais, era radicalmente *nova* a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2001).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 157).

Por derradeiro, este contexto mais amplo vai condensar os elementos dos conflitos sociais de interesses antagônicos das classes sociais fundamentais: burguesia x proletariado e seus distintos projetos no desenrolar da história, principalmente em idos do séc. XIX. O Estado, como veremos, no processo de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista (*eminente um sistema de crises orgânicas*), terá papel central na reprodução das relações sociais e manutenção de *equilíbrios instáveis* do modo de produção.

Na sua lógica perversa de expansão e agenciador da *violência como potência econômica*, em diferentes contextos, ao que pese resguardada as devidas mediações, nos oferece elementos para se pensar o processo violento de exploração que foi a colonização no continente africano, americano e mais posteriormente o continente asiático, durante a assim chamada *acumulação primitiva*<sup>2</sup>, tendo como um dos seus elementos sociais definidores – a *escravidão*

<sup>1</sup> Para um maior debate acerca da “questão social”, consultar: Revista Temporalis, nº 3/2001 e nº 21/2021; Revista Ser Social nº 24/2022; GUERRA e BATISTA (2021) - *A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao serviço social*.

<sup>2</sup> “Acumulação primitiva (“*previus accumulation*”, em Adam Smith), previa acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. *Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários*

e o saque de ouro (em um primeiro momento), que embora seja um fenômeno antigo, ganha outros contornos e lógicas com o advento do capitalismo na modernidade, posteriormente vinculada a ideologia racial, enquanto elemento dinamizador das relações sociais, através de inúmeras teorias, propiciando a apreensão dos fios condutores do *passado-presente*, que irão inclusive, particularizar o Brasil nesta trama, se atendo às determinações gerais e específicas deste processo (GOÉS, 2021).

É importante destacar o *desenvolvimento desigual e combinado*<sup>3</sup> na formação do mercado mundial capitalista e a forma específica que se deu o processo de acumulação de capital no Brasil em sua origem pretéritas, no período do *escravismo pleno (1500-1850) e escravismo tardio (1850-1888)*, nos termos de Clóvis Moura (2020)<sup>4</sup>, ainda que aqui, no fundamental das relações sociais, não se tivesse um modo de produção capitalista que ainda se formava e se expandia a nível mundial, contudo, o Brasil, cumpria dentro da divisão internacional do trabalho que se consolidava e a formação deste mercado mundial em expansão, papel central na acumulação de riqueza *além-mar*, em todos os períodos e ciclos produtivos na análise histórica, que ensejará como veremos, posteriormente, na sua dinâmica de dependência e subordinação aos centros capitalistas hegemônicos, quando da fase superior do capitalismo – Imperialismo, nos dizeres de Lênin (1917 [2021]), que dará inclusive, as bases de emergência e institucionalização do Serviço Social, no âmbito do Estado.

Analisando, o processo de acumulação primitiva do desenvolvimento e expansão do capitalismo comercial e suas determinações, relacionadas a exportação de produtos produzidos nas colônias do *novo mundo* para metrópole, Ianni (1978, p. 3-4), irá pontuar nesta conjectura que:

Tratava-se de dois processos contemporâneos, desenvolvendo-se no âmbito do processo mais amplo e principal de reprodução do capital comercial. O motor desse processo mais amplo era o capital comercial, que subordinava a produção de mercadorias na Europa e nas colônias do Novo Mundo e em outros continentes. Em decorrência da maneira pela qual expandia-se o capital comercial, criavam-se as condições estruturais no seio das quais iria

*absolutamente livres*. A expropriação da terra que antes pertencia aos produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversas e em diferentes épocas históricas. Os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, [1867] 2013, p. 785 e 787 - *grifos nossos*).

<sup>3</sup> Para aprofundamento da noção de *desenvolvimento desigual e combinado*, consultar sobretudo: TROTSKY, León. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. NOVACK, G. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann 2008.

<sup>4</sup> N.E: Trata-se de uma análise em torno das fases distintas da escravidão elaboradas teórica-metodologicamente pelo autor. Na primeira fase do *escravismo pleno* (1500 até 1850, aproximadamente) há um processo de ascensão até a extinção do tráfico internacional de escravos; na segunda fase, denominada *escravismo tardio*, decorre um processo descendente de desagregação do escravismo, a partir da Lei Euzébio de Queiroz (1850), Lei de Terras (1850) e outras medidas de dinamização por parte do Estado, no âmbito da legislação e confrontado pelas resistências negras, que desembocará na dinâmica de *dependência* com a entrada na sociedade do trabalho livre.

desenvolver-se o capitalismo. [...] Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo.

Conforme ilustra, Castelo (2021, p. 99) — “Os momentos históricos da acumulação primitiva, típicos das transições entre modos de produção, se transmutam em métodos próprios do Estado burguês na solidificação das fases posteriores do capitalismo”. Tais métodos de solidificação do Estado burguês, mediante a racionalidade capitalista e a expansão de mercados, conforme aponta o próprio Marx (1867), consagra a *violência* como elemento dinamizador do capitalismo em sua gênese (Séc. XV) e séculos seguintes que decorrem as fases cíclicas do sistema capitalista, encontrando no *colonialismo* eixo elementar de expansão mercantil, conforme se observa:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. *A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica* (MARX [1867] 2013, p. 821 - grifos nossos).

Por derradeiro, analisando a realidade brasileira (Bezerra, et al, 2019), um fato pouco abordado, diga-se de passagem, ganha com Moura (1959; 2020), um olhar de denúncia de determinadas perspectivas de análise histórica e sociológica que negavam em suas elaborações os antagonismos fundamentais do sistema escravista, onde criava-se uma suposta “cultura de escravidão”, endógena aos conflitos e contradições sociais fundamentais entre senhores e escravos.

Os antagonismos sociais, econômicos e étnicos verificados nessa época, as convergências e divergências ideológicas e de comportamento que surgiram nesta sociedade são, fundamentalmente decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social (MOURA, 2020, p. 32)

Em países como o Brasil, com histórico de processo de exploração colonial e escravização dos povos originários e veementemente da população negra racializada, sequestrada de países da costa do continente africano; por quase 400 anos culminará em uma passagem de ordem do sistema escravista para os marcos dos ditames do capitalismo e o status de “cidadania regulada”<sup>5</sup>, com inserção na dinâmica de *dependência econômica*<sup>6</sup>, tensionada por elementos dinamizadores *internos* e *externos* do antigo regime. Tal dinâmica histórica,

<sup>5</sup> Para o aprofundamento do debate em torno da noção de “cidadania regulada”, indicamos a obra de SANTOS (1979).

<sup>6</sup> A categoria *dependência* é trabalhada de forma sistemática pela assim, conhecida – Escola da Teoria Marxista da Dependência (TMD), tendo seus principais nomes: Theotônio dos Santos (1936-2018), Vânia Bambirra (1940-2015) e Ruy Mauro Marini (1932-1997).

econômico, político, cultural e social, tendo no Estado um dos elementos dinamizadores centrais, ensejara um quadro avassalador de desigualdades que substanciam a realidade nacional na sociedade do trabalho livre e superexploração do proletariado negro, com contornos próprios inclusive no tempo presente<sup>7</sup> (MOURA, 2019, 2020; SOUZA, 2020; FAGUNDES, 2021).

Com o fim da escravidão formal, em 13 de maio de 1888, através da assinatura da Lei Áurea (Lei Nº 3.353), fundamentalmente no processo de *transição* as estruturas sociais foram mantidas (concentração de terra, o grande latifúndio, etc), conformando o padrão de reprodução do capital, condizente com o estágio de desenvolvimento do mercado mundial e o caráter dependente do Brasil, nesta dinâmica.

Nos caminhos de Willians (2012), concordamos que — se o racismo não cria a escravidão, é produto direto desta. Em seus termos: “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão” (2012, p. 34).

Esta constatação, exposta, ao nosso ver, — se expressa de modo *fundamental*, à medida que nos oferece mediações centrais para compreensão da dinâmica do racismo na sua acepção materialista, vinculado a reprodução das relações sociais no advento da modernidade, por conseguinte a produção e reprodução ampliada do sistema capitalista, em determinadas condições sócio-históricas específicas.

Almeida (2019), ao se debruçar sobre o debate da noção de “raça”<sup>8</sup>, observa se tratar de um conceito — *histórico e relacional*, relacionado a economia e política de diferentes sociedades contemporâneas.

<sup>7</sup> Inúmeros indicadores podem ser consultados que confirmam esse quadro aterrador que atravessam a população negra no Brasil, consultar: *trabalho* (DIESE, 2020), *saúde* (BUSS, 2016; FIOCRUZ, 2020) *assistência social* (BRASIL, 2018), *segurança pública* (PACHECO, 2021; Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021), dentre outros, se fazem emergentes.

<sup>8</sup> O Espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas [...]. A biologia e a física serviriam como modelos explicativos da diversidade humana: a ideia de características biológicas — *determinismo biológico* ou condições climáticas e/ou ambientais — *determinismo geográfico*; seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. (ALMEIDA, 2019; MACIEL, 1999).

Ainda, é importante situar conforme a acepção ontológica, expressa na análise de Lukács (1954 [2020], p. 577), que — “O biologismo, quer na filosofia, quer na sociologia, sempre foi a base de tendências ideológicas reacionárias. Mas isso nada tem a ver com a biologia enquanto ciência; é antes o resultado das condições da luta de classes, que deram às tendências reacionárias conceitos e métodos pseudobiológicos como instrumento adequado de combate à concepção de progresso. Esse emprego de conceitos biológicos desfigurados e deformados ocorre na filosofia e na sociologia no decorrer da história, seja sob uma forma ingênua, seja refinada, a depender das circunstâncias. No entanto, podemos afirmar que a aplicação de analogias entre o mundo orgânico, de um lado, e o Estado e a sociedade, de outro, sempre encerrou a tendência — e não por acaso — a apresentar a estrutura da respectiva sociedade “conforme a natureza” [...]”.



Sua emergência na era moderna, está organicamente vinculada ao movimento da história e as alterações profundas que vinham ocorrendo, no modo de produção e no campo do conhecimento — “falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna” (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Ainda, observa, conforme categoria aludida, que a especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às particularidades de cada formação social, manifestando-se: a) de forma circunstancial específica; b) em conexão com as transformações sociais.

o racismo, de acordo com essa posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a *desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe*, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista (ALMEIDA, 2019, p. 184 - *grifos nossos*).

Por certo, a questão étnico-racial constitui eixo central e dinamizador das relações sociais no sistema capitalista, com desenho próprio e específico na formação social e histórica de cada país, haja vista, as determinações concretas da exploração/dominação de classe diferenciadas pela inserção na divisão internacional do trabalho no desenvolvimento das forças produtivas.

O Estado brasileiro, teve papel central na mediação dos conflitos sociais postos na ordem do dia. Tal conjuntura, era permeada pela emergência do modelo econômico desenvolvimentista e a construção de uma noção de Estado-Nação, vinculada a projetos de construção de uma *identidade nacional*, onde o sujeito negro racializado era exortado, enquanto elemento de atraso, impedimento ao progresso. Nesta seara irão despontar tendências ideológicas vinculadas ao branqueamento da população via miscigenação, “mito da democracia racial” – assimilacionismo, aculturação, dada diferentes tendências neste campo, vinculadas a projetos de nação. Cita-se ainda, a presença de teses eugênicas<sup>9</sup> sobre as raças humanas, com forte cariz positivista nos campos do direito, medicina, antropologia (GOES, 2018).

Por certo, em concordância com Souza (2016, p. 90):

Não se define a ideologia mediante a identificação da veracidade ou falsidade de um conjunto de ideias. O que caracteriza a categoria da ideologia é uma determinada função social e, por isso, só pode ser corretamente definida à luz de critérios ontológicos.

<sup>9</sup> No Brasil destacam-se como os principais disseminadores desta vertente, Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Renato Kehl e Miguel Couto (GOES, 2018).



Neste processo, constata-se que a ideologia de reprodução do racismo no Brasil, manifesta no “mito da democracia racial”, como destacado, congrega elementos de ocultação das determinações sociais; naturalização de fenômenos sócio-históricos; ancorada numa legitimação e justificativa; na *noção* de nação condiciona interesses particulares como interesse geral.

Por certo, nesta linha argumentativa, ao que pese, as respostas do Estado à “questão social” se dão no campo das políticas sociais<sup>10</sup>, que exercem funções básicas (*Econômica, Social e Política*) e no flerte entre o consenso e a repressão, determinada pela organização e incidência da classe trabalhadora, contudo, é atravessada por limites, possibilidades e contradições na seara do sistema capitalista. É o que demonstra Ferreira (2020), com arguta análise em sua Tese de Doutorado – *Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistências dos trabalhadores negros*, evidenciando o surgimento da política social, seus atravessamentos e incidência das/os trabalhadores/as negros/as do ponto de vista de redes de solidariedade e proteção social, grande contingente a margem do sistema produtivo e/ou inserido em determinados postos de trabalho mais precarizados no advendo do séc. XIX e XX no Brasil.

Essa condição concreta da classe trabalhadora, como ilustra Ferreira (2020), nos permite fazer a crítica e ir na contramão da perspectiva que concebem falsas polêmicas e dicotomias do famoso: *o que vem primeiro: Raça ou Classe?* – o que inclusive abre espaço para perspectivas teóricas que focalizam o debate, com traços identitários e conservadores em suas distintas tendências. Do ponto de vista da dimensão histórica-concreta há no Brasil, uma quase total identidade histórica entre o ser trabalhador e ser negro. Embora sendo categorias sociais distintas, encontram-se organicamente fundidas na sua diversidade.

[...] a não apropriação teórica e política da dinâmica concreta da classe trabalhadora brasileira, na sua existência própria, diversa e multifacetada, oculta, não apenas, as lutas e as condições das/os trabalhadores/as negros/as e dos povos originários, como inviabiliza uma análise concreta sobre as particularidades da luta de classes como um todo e da própria história do trabalho no país (SOUZA, 2021, p. 33).

Da mesma forma, Martins (2017, p. 275), afirma que “a luta antirracista no Brasil foi/é a expressão de um lugar do/a negro/a determinado pelo racismo: à margem da cidadania regulada e dos processos organizativos a que são vinculadas as respostas do Estado à “questão

<sup>10</sup> “As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital por um lado e, por outro, as necessidades da reprodução da força de trabalho, para o que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão” (IAMAMOTO, 2019, p. 449).

social”.

Por certo a posição aqui tomada, não entende a questão étnico-racial enquanto um *reflexo* ou uma expressão da “questão social”. O método materialista histórico e dialético nos convida a pensar as categorias de análise imbricadas no movimento da realidade, a relação universal-singular-particular na sua totalidade e as contradições orgânicas e relacionais dos fenômenos, o que determina as especificidades e contornos objetivos da “questão social” nestes trópicos. Lembremos que a classe trabalhadora na sua dimensão concreta é diversa — devamos não ter medo de entender a diversidade, as identidades não como elementos de *divisão de classe*, do contrário, estabelecendo as mediações, horizontes e conteúdo do debate, ou seja, seus fundamentos. Essa posição é emergente e inadiável, inclusive sendo feita por inúmeras/os teóricos da tradição marxista<sup>11</sup>, considerando que, no conjunto mais amplo das relações sociais, a luta antirracista, a luta antipatriarcal, a luta antilgbtfóbica, imersas na dinâmica da exploração/opressão de classe e de suas resistências e revoltas, também, é capturada por tendências conservadoras e pós-modernas, que no limite repõem o problema dentro da ordem que o estrutura – o sistema capitalista.

Seguindo, veremos na sequência de forma mais detida, alguns elementos gerais para pensar a centralidade da agenda antirracista no âmbito da categoria profissional e os acúmulos históricos constitutivos, seus atravessamentos e mais especificamente nos deteremos algumas reflexões acerca do papel da ABEPSS – no *escopo formativo* e na análise das Diretrizes Curriculares (1996), postulando um determinado perfil profissional almejado, naquilo que tem de mais rico — a perspectiva da totalidade expressa na indissociabilidade dos núcleos de fundamentação, estrutura e lógica curricular; o que nos permitira estabelecer as mediação em relação a questão étnico-racial.

### **Diretrizes curriculares na enseada de um projeto de formação profissional antirracista: horizontes coletivos possíveis**

A pauta acerca das relações étnico-raciais, não é um debate recente no âmbito do Serviço Social brasileiro, que se consolida enquanto profissão e área do conhecimento (NETTO, 2009; MOTA, 2013), estando presente em toda *biografia da profissão* de forma direta e indireta (Silva Filho, 2006; Pinto, 2003; Ferreira, 2010; Leon-Días 2016), haja vista, a profissão não ser *endógena*<sup>12</sup> aos processos sociais mais amplos na trama das relações sociais que a inscrevem

<sup>11</sup> Ver: HAIDER (2018); MANOEL; LANDI (2019); E-book de marxismo21: *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*; MOURA, 1994.

<sup>12</sup> N.E: No âmbito do Serviço Social brasileiro existe intenso debate acerca da *natureza da profissão*, acerca do seu *significado social*. Destaca-se a *perspectiva endogenista*: que situa a profissão “fora da história”, como sendo

na dinâmica capitalista na particularidade da formação econômico-social brasileira, como demonstrado anteriormente.

Na literatura (Ferreira, 2010; Leon-Días, 2016) — registra-se um possível pioneirismo na pessoa de Sebastião Rodrigues Alves: Assistente Social, militante do movimento negro que em 1966 como fruto de seu trabalho de conclusão de curso tem publicado o livro *“Ecologia do grupo afro-brasileiro”*<sup>13</sup> (IPEAFRO, s/d); se apresenta como um importante marco na trama sócio-histórica, ainda, considerando o contexto da obra e do Serviço Social, naquela conjuntura, caracterizada por fortes influências culturalista e de integração do negro na sociedade emergente. Destacamos também, o nome imprescindível de Maria de Lourdes Vale Nascimento (1924-1995): Assistente Social, Professora, Jornalista e Ativista do Movimento Negro (XAVIER, 2020).

Aliado ao exposto, contudo, é na década de 1980 e 1990 que este debate começa a ser pautado de forma mais direta e central por profissionais e estudantes, inseridas/os ao movimento negro e de mulheres negras; seja nas produções e sistematizações teóricas e/ou nos espaços de debate da categoria profissional e movimento estudantil, preocupados com ações de combate às opressões de raça e etnia e na luta antirracista, tendo como importante marco histórico o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989, realizado em Natal-RN – cujo tema central – *“Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais”*. Neste período, ainda eram apresentadas “teses” – uma forma de comunicação, aprovada e deliberada em assembleia.

Magali da Silva Almeida, Assistente Social, professora aposentada da UERJ, uma das pioneiras e grande referência no debate acerca das relações étnico-raciais no Serviço Social brasileiro, em entrevista concedida a Janoário, Rocha e Dias (2013), pontua que no pré-CBAS, realizado na UERJ, no mesmo ano, juntamente com Fátima Cristina Rangel Sant’Anna, defenderam a tese, intitulada — *“Serviço Social e os Bastidores do Racismo”*; – abordando “[...] as expressões da questão social e as determinações do racismo no marco do capitalismo. A relação raça e classe” (Almeida, 2013), contudo, não havia no CBAS um Grupo de Trabalho

uma evolução das diferentes formas de ajuda até sua institucionalização, remetendo a períodos remotos, na Antiguidade e Idade Média, ainda que nesta perspectiva hajam diferenças teórico-metodológicas de análise. **perspectiva exógena / histórico-crítica:** situa a profissão na trama das relações sociais da sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa das relações sociais de classe, afirmando-se como um tipo de trabalho coletivo, ancorada numa relação de assalariamento e relativa autonomia no âmbito das instituições contratantes, dentre outros elementos (MONTÃO, 2007; IAMAMOTO, 2014; NETTO, 2011; GOIN, 2019).

<sup>13</sup> O trabalho pioneiro de Rodrigues Alves, cujo propósito como escreve é se dedicar aos estudos e pesquisa acerca das condições sociais do Negro no Brasil, é caracterizado em três partes: I - Das Teorias Raciais e Seus Efeitos Através dos Séculos; II - O elemento afro-brasileiro, A proclamação e o Reconhecimento dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana em face do Serviço Social; III - Ao Serviço Social compete solicitar o “caso” afro-brasileiro. (RODRIGUES-ALVES, 1966, p. 5).

(GT), específico, sendo incorporado no eixo geral – “*Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional*”; que trouxe várias frentes relacionadas à discussão da temática étnico-racial no Serviço Social – “elementos como diversidade, racismo, desigualdade, machismo foram abordados e ressaltados como imprescindíveis à formação e trabalho profissional” (ALMEIDA, ROCHA, BRANCO, 2019, p. 177). Aí já destacando-se o protagonismo de mulheres negras<sup>14</sup> no serviço social, na defesa da pauta, acerca da centralidade de uma agenda antirracista na profissão (LIRA, 2020).

Era um contexto marcado pelo influxos do movimento de reconceituação do Serviço em idos dos anos 1970 e 1980, e de aproximação com a perspectiva teórico-crítica e *intenção de ruptura com o tradicionalismo* e suas manifestações conservadoras até então hegemônico nas bases históricas da profissão, que irá culminar nos anos 90, na elaboração de um conjunto de instrumentos legais que conforma o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (*Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética Profissional - 1993, Diretrizes Curriculares - 1996*), não suprimida disputas e divergências, em relação aos projetos de formação profissional; matriz teórica, metodologia, dentre outros debates.

Ribeiro (2004, p. 151), analisando este contexto pontua que – “mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo da análise de classe”. Ao que pese esta premissa, postulamos, que este aprofundamento, só foi possível, diga-se de passagem no avanço na interlocução e espraiamento com o referencial da teoria social de Marx, compreendendo às determinações postas na realidade brasileira e do serviço social na história.

Concordamos com Netto (1999, p. 5) que — “todo corpo profissional é um campo de tensões e lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições”. De tal maneira, o tensionamento educativo-político se faz fundamental, como afirma Moreira (2019, p. 95)

[...] essa necessidade se expressa na medida em que não é hegemônico o entendimento da profissão acerca do reconhecimento da questão étnico-racial enquanto elemento que deve ser fundamental e estruturante da formação profissional.

Nestas linhas, importa destacar que a ausência de centralidade do debate acerca da questão étnico-racial na formação e no cotidiano do exercício profissional, tende em alguma

<sup>14</sup> Recomendamos os episódios da série – Femenagens "Nossos passos vêm de longe! Saudamos as mulheres negras que enegrecem o Serviço Social", realizado pelo CRESS/SP, os episódios podem ser acessados no canal do YouTube do conselho. Ainda, indicamos os episódios do Podcast Práxis Preta, disponível na plataforma de streaming do Spotify e com divulgação das entrevistas no perfil do Instagram – @praxispreta.

medida a reduzir as *demandas mais imediatas* a fenômenos ausentes de fundamentos organicamente constitutivos da totalidade social; na sua dimensão histórica, política e econômica, a medida que oculta a compreensão de um elemento *sine qua non* que conforma a realidade brasileira<sup>15</sup> (COSTA; RAFAEL, 2021).

evidencia-se a questão racial como um dos elementos estruturantes para a apreensão da dinâmica da sociedade capitalista, considerando como o racismo se organiza e estrutura as relações de produção e reprodução social, se amplia na particularidade da formação social brasileira e se manifesta na profissão por meio da sua reprodução ampliada nas diferentes expressões da questão social, objeto do Serviço Social (ELPÍDIO, 2021, p. 75).

Ainda, a não adoção de uma perspectiva teórico-crítica de análise dos fundamentos centrais da questão étnico-racial enquanto determinante e dinamizadora da “questão social” na particularidade brasileira, o que conforma o conjunto da classe trabalhadora, abre brecha para disputas teórico-metodológicas no âmbito do próprio Serviço Social, inclusive, o que condiciona em termos a uma — “invasão conservadora” (*nas suas diversas expressões e tendências*) nas interpretações e disputas em relação a questão étnico-racial e luta antirracista, acabando reduzida a individualidades, identitarismo, culturalismo, etc (SANTOS, 2019; SOUZA, 2020).

é necessário apreender as múltiplas determinações societárias que incidem indiscutivelmente sobre o trabalho e a formação profissional, pois a face desse contexto traz em si o horror da barbárie, da mercantilização de todas as coisas, encobertas pelo fetiche do pensamento ultraconservador e pós-moderno que se faz presente na reificação do racismo como marca estrutural dessa sociabilidade (ELPÍDIO, 2021, p. 80).

Nesta premissa, e de maneira geral, destacamos os inúmeros acúmulos que podem ser observados no interior da agenda da categoria profissional ao longo da história, que vem adensando este debate — Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, posterior aos anos 1980 - 1990, com um certo *avanço* nos anos 2000 principalmente depois da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul no ano de 2001 (Marques-Junior, 2013) e acompanhando outros marcos legais no âmbito das políticas de promoção da igualdade racial e indigenista nos anos 2000, ao que pese os desafios do tempo presente.

Tais acúmulos são expressos nas deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS; nas Bandeiras de Luta da Profissão; nos documentos do CFESS Manifesta, na

<sup>15</sup> Ver pesquisa preliminar - Gestão Ampliações: Trilhando a luta com Consciência de Classe 2017-2020. *Comitê da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo do CRESS/SP*. Análise Preliminar dos dados da Enquete. Tal pesquisa, ainda que preliminar, traz pistas importantes para pensar as demandas e condições concretas da classe trabalhadora (usuários das políticas públicas), nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam as/os Assistentes Sociais.



primeira campanha de combate ao racismo - “Assistentes Sociais mudando o Rumo da História” (2002-2005); nos Cadernos Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito, Grupos Temáticos de Pesquisa no âmbito da ABEPSS; eixos de pesquisa em eventos da categoria como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS); encontros organizativos da ENESSO, dentre outros.

São determinações que se rebatem no âmbito da formação profissional das/os estudantes no conjunto mais amplo das escolas de Serviço Social no país, tendo nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS direcionamento central.

As Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é um marco na trajetória sócio-histórica da profissão no Brasil. Seu resultado é fruto de inúmeros debates coletivos e acúmulos da categoria profissional, no esteio das reelaborações e concepções em torno da natureza do Serviço Social, ou seja, o significado social da profissão na trama das relações sociais em idos dos anos 1980 e 1990<sup>16</sup>.

Consideramos como seu maior legado — a *concepção de formação profissional*, que de tal maneira se articula e orienta um determinado projeto profissional teórico-crítico e sua relação com projetos societários mais amplos, assim, trazendo direcionamentos às Escolas de Serviço Social e suas bases formativas no âmbito da graduação no país.

Esse importante documento, conforme seus pressupostos norteadores, tem na “Questão Social”, — o “fundamento básico da existência” do serviço social, de tal maneira que a profissão numa perspectiva de totalidade, se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da “questão social”, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista, que inclusive sofre configurações históricas que a particularizam e incidem no âmbito do processo de trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Na atual quadra histórica, é certo que — “os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação [...]” (ABEPSS, 1996). Como observa Iamamoto (2014, p. 619):

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a “questão social” hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla

---

<sup>16</sup> A “Proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social” foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em assembleia geral da ABEPSS, entre os dias 7 e 8 de novembro de 1996 - mesmo ano de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A proposta de currículo mínimo foi encaminhada para o Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2002. O Conselho Nacional de Educação promulga as diretrizes do curso de Serviço Social, “mutilando” os principais elementos que expressavam a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional (ROCHA, 2014, p. 93).



perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais — sua produção e reprodução ampliada — e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade.

O deciframento destas determinações, é imprescindível e central na atual quadra histórica brasileira, onde — “Amplia-se a criminalização das classes subalternas, especialmente de jovens, trabalhadores, negros e dos seus movimentos e expressões coletivas” (IAMAMOTO, 2019, p. 456)

Imperando-se neste entendimento, uma formação profissional que implique necessária articulação das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para fins, de “apreensão crítica do processo histórico como totalidade, tal qual, do significado da profissão desvelando as possibilidades contidas na realidade” (ABEPSS, 1996, p. 07).

O projeto de formação profissional apresentado nas Diretrizes, articula 03 (três) Núcleos de Fundamentação, que buscam dar sustentação e indissociabilidade aos componentes curriculares e direcionamento formativo: a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; c) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

[...] estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. [...] Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional (ABEPSS, 1996, p. 8 - 9).

a) O *Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social*, indica pressupostos de compreensão da totalidade histórica-social, no processo formativo de maneira crítica e orientada ética e politicamente que subsidia aos futuros/as assistentes sociais em seu exercício profissional a apreender a analisar as realidades dos sujeitos sociais. “Assim, a formação deve oferecer um caminho metodológico articulado ao projeto ético-político que assegure tal conhecimento crítico” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 92).

b) O *Núcleo de Fundamentos da Particularidade da formação sócio-histórica da Sociedade Brasileira*, este remete ao conhecimento da formação econômica, social, política e cultural deste contexto, considerando as particularidades do Brasil (ABEPSS, 1996), o que aponta para centralidade dos determinantes étnicos e raciais enquanto chave analítica central e dinamizadora da nossa formação econômico-social, presente no conjunto das relações sociais.

c) O *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*, por sua vez, evidencia a especificidade de inserção profissional na especialização do trabalho coletivo, articulando os elementos dos

fenômenos sociais na dinâmica dos espaços institucionais e os instrumentos, técnicas e recursos interventivos, bem como, o direcionamento do exercício profissional ancorado em um arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e de natureza ético-política (ABEPSS, 1996).

As escolas de Serviço Social, tem nas Diretrizes Curriculares de 1996 documento central na elaboração de suas propostas curriculares, e outros documentos que vieram ao longo da história, enquanto construções coletivas no âmbito da categoria profissional, mas precisamente a partir dos anos 2000 no âmbito da ABEPSS, mediante produções dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)<sup>17</sup>; e mais recente a elaboração dos documentos - Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018) e As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate (2018).

Se atendo ao direcionamento do documento – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018), pontua-se seu direcionamento, tal qual:

Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação; Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018, p. 12).

Os objetivos diretos deste documento, são de fundamental avanço ao menos do ponto de vista de articulações que substanciam a presença das discussões relativas à temática étnico-racial no processo de formação e trabalho profissional, a nível de graduação, pós-graduação e formação permanente numa perspectiva de totalidade.

Compreende que a temática étnico-racial:

[...] se apresenta como mediação fundamental do objeto da profissão, qual seja, as diferentes expressões da questão social e a efetiva promoção de ações concretas para a sua superação, enfrentamento com base em uma educação e formação profissional antirracista. [...] a inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos temas sobre Educação das Relações Étnico-

<sup>17</sup> Na edição da Revista *Temporalis - Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS* v. 21 n. 42 (2021), tem uma seção específica que traz os acúmulos do debate da questão social nos GTPs da ABEPSS. Sendo respectivamente os seguintes GTPs: i) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; ii) Política Social e Serviço Social; iii) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; iv) Movimentos Sociais e Serviço Social; v) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; vi) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; vii) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; viii) Serviço Social, Geração e Classes Sociais; o que demonstra sua centralidade e transversalidade, no conjunto das relações sociais que conforma a profissão nas suas bases formativas e do trabalho profissional.

Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra é premente no processo de formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018, p. 16, 17 e 20 - grifos nossos).

Estes direcionamentos políticos em relação a luta antirracista e formação profissional permanecem na agenda coletiva da ABEPSS, conforme o Plano de Lutas 2021-2022 da Gestão — “*Aqui se Respira Luta*”, dando prosseguimentos nos acúmulos coletivos construídos e anteriormente evidenciados<sup>18</sup>.

O tempo mais recente nos brinda com outros marcos centrais que têm adensado este debate no interior da profissão, com especial destaque a centralidade da Campanha do conjunto CFESS-CRESS no triênio 2017-2020 – *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, a recém lançada – Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e o quesito raça/cor/etnia (2022); no lançamento em dezembro de 2020 da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo na ocasião do *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais: construindo uma plataforma antirracista*, organizado pela UNIFESP/SP, um importante marco no interior do Serviço Social brasileiro, cujo surgimento como bem menciona, o manifesto construído e lido durante o evento, se deu, afim de —“incidir sobre os espaços da categoria, buscando fortalecer e avançar coletivamente em ações antirracistas na formação e exercício profissional do Serviço Social” (Manifesto Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, 2020, p. 3).

Observa-se ainda, outros acúmulos e movimentações, com destaque para o legado histórico do GERESS – Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais, fundado em 2009, na cidade de São Paulo/SP; o papel da ENESSO, destarte a campanha – “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” (2019), a realização do Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social – A virada agora é Preta! 40 anos do Congresso da Virada: por uma uma práxis antirracista (2020), dentre outras movimentações históricas; ainda, citamos o papel dos coletivos de estudantes negras/os do Serviço Social nas universidades, como o coletivo da UFSC – Professora Magali Almeida e o Coletivo Negro do Serviço Social Ivone Lara – UFRJ, que sem dúvida tem tensionado historicamente as bases da academia, ao que alude um currículo que pautou o debate acerca desta

<sup>18</sup> A exemplo, destacamos: *b) Ações políticas acadêmicas e fortalecimento da graduação*: Item 12 - Divulgar e acompanhar o debate sobre o documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, nas UFA’s. *c) Ações político acadêmicas para pós-graduação*: Item 14 - Acompanhar e estimular a implementação da Política de Cotas para populações camponesas, negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans (transsexuais, transgêneros e travestis) nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social; Item 15 - Incidir para uma ampla revisão programática na estrutura curricular dos programas de pós-graduação em Serviço Social, com a inclusão de autores negros/ as/es nas disciplinas e demais atividades programáticas contribuindo, assim, para a ruptura do apagamento da produção intelectual negra.

matéria de forma central e transversal, bem como, incidindo na agenda das lutas pela implementação e ampliação das políticas de ação afirmativa (graduação, pós-graduação, ingresso de corpo docente); a articulação dos Centros e Diretórios Acadêmicos; imersão de grupos de pesquisa e extensão, como o PROAFRO (UERJ), Grupo Aya (UFRGS), Aquilombando a Universidade – fluxos educativos entre Brasil, Angola e Moçambique (UEL) dentre outros; a imersão dos Comitês de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo durante e pós-campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2017-2020), cita-se os Comitês, vinculados aos CRESS: São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e a necessidade de ampliações em outros Estados<sup>19</sup>.

Feito este resgate, ainda que de forma bastante geral e objetiva, a maneira que aqui não se esgota; é premente a construção coletiva de debates e proposições vindouras a serem articuladas no âmbito da formação e trabalho profissional, nas trincheiras do serviço social brasileiro, ao que pese, a atual quadra histórica de aprofundamento da crise capitalista na sua perversidade própria — “*enquanto máquina de moer gente*”, atravessada pelo conservadorismo, enquanto ideologia das crises (Souza, 2016) e suas tendências e manifestações concretas: *positivismo, pós-modernidade, utilitarismo, pragmatismo, etc* (GUERRA, 2020), o que opera disputas no âmbito da categoria e perspectivas teórico-metodológicas na apreensão da realidade, inclusive na leitura dos fenômenos sociais, encerrando a apreensão dos *fundamentos* a factualidades, aparência, imediatismos, especificismo e isolacionismo temático ao que alude compreensões distintas acerca da “questão social”, da questão étnico-racial, os elementos que conformam a profissão e a dinâmica dos processos formativos e do trabalho profissional, na sua condição de agente assalariado, relação com as/os usuários e outras profissões.

### Considerações finais

No artigo em tela, buscamos apresentar algumas determinações que conformam o debate em torno da “questão social”, bem como, apreender os *nexos* da dinâmica do sistema capitalista e a particularidade do processo de produção e reprodução social na realidade brasileira, o que nos convida a olhar nossa história *fincada* estruturalmente nos processos de colonização e escravismo, que mesmo após a desagregação do sistema escravista, conflui objetivamente para a inserção subordinada e dependente do Brasil na divisão internacional do

<sup>19</sup> Consultar: Carta das/os Assistentes Sociais e dos Comitês de Luta Antirracista ao Conjunto CFESS/CRESS, publicada no relatório final do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado entre os dias 08 e 11 de Setembro de 2022, em Macéio-AL.

trabalho na sua fase imperialista a nível mundial; que tem na ideologia do racismo, um dos seus elementos de dinamização das relações sociais, como demonstramos ao discutir as respostas do Estado a “questão social”.

Desta feita, é possível ilustrar um quadro, ainda que bastante geral e introdutório em torno do Serviço Social, enquanto profissão historicamente determinada, atravessada pela dinâmica mesma em que se situa na trama da produção e reprodução das relações sociais, que não escapam dos ditames da realidade concreta, permeada pela especificidade da dinâmica das classes sociais fundamentais.

A apreensão em torno do racismo na sua dinâmica histórica, enquanto elemento estrutural e estruturante da sociabilidade capitalista e os desdobramentos que particularizam a realidade brasileira, é *chave analítica* que perpassa a profissão direta e indiretamente, nas suas origens até a atual quadra histórica, com determinações distintas, mas prementes de disputas em torno da formação (graduada e pós-graduada), nas instituições de ensino (presenciais, Ead, públicas e privadas); no trabalho profissional, no conjunto de espaços sócio-ocupacionais, nas relações diretas com outras profissões e parcela da classe trabalhadora (usuários/as) demandante das políticas públicas; na própria agenda coletiva das entidades (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO).

Nestas linhas conclusivas, é premente que este debate e sua centralidade, não seja tarefa individual apenas das/os estudantes e profissionais negras/os inseridos com a discussão de forma *tematizada*, em espaços, eventos, organizações do movimento negro; todavia, como defende Ribeiro (2004, p. 159), que seja tratado por toda categoria – [...] como uma área investigativa e de conhecimento”, sem perder de vista a realidade social concreta e suas contradições, assim contribuindo de forma séria e comprometida na agenda antirracista do serviço social brasileiro, com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político, nas bases formativas e do trabalho profissional, ao que pese esta premissa; exigindo um olhar atento, ousado e necessário diante das determinações históricas e ao movimento do real que nos particulariza, enquanto país de *passado escravista* e de capitalismo dependente, que subjaz determinações no tempo presente.

Por certo, considerar uma perspectiva hegemônica no interior da profissão e sua necessária defesa enquanto construção coletiva, na atual quadra histórica de recrudescimento do conservadorismo no seu caráter mais reacionário (Mota; Rodrigues, 2020); também, em outra via de análise, pressupõe olharmos no seu cerne e entender o conjunto de contradições próprias que determinam *disputas* de hegemonia no seu interior, ou seja, não é possível falar em um Serviço Social monolítico, ausente de disputas internas, onde todo mundo pensa igual,



o que seria cair numa *auto imagem* desistoricizada, romântica e pseudo-política da profissão e do seu corpo profissional; não vinculada às relações sociais mais amplas que conformam a dinâmica de sociabilidade capitalista, atravessada por tendências do conservadorismo, expressões do machismo, do racismo, da lgbtfobia, do capacitismo, dentre outras; bem como, as diferentes estratégias e táticas de resistências; relações estas que as/os profissionais não se isentam direta ou indiretamente nos mais variados espaços sócio-ocupacionais e nas dinâmicas formativas. De tal, sorte — “[...] é, somente, por meio da construção coletiva, na afirmação da radicalidade da luta anticapitalista e antirracista, que é possível a disputa do direcionamento real da formação profissional” (SOUZA, 2020, p. 388).

Por derradeiro, é “colocando nosso bloco na rua...” na construção conjunta, com quem segue firme, de mão dada, no mesmo rumo, afinal — “eu não ando só...”, que se torna possível dialogar e refletir os desafios do presente com direção a mudanças vindouras — o que perpassa uma perspectiva de formação e trabalho profissional fundamentalmente antirracista, ao que pese um olhar atento a realidade concreta da formação social brasileira e as tramas do tempo presente, fortalecendo a direção política e social da profissão, na afirmação do projeto ético-político profissional e sua necessária vinculação a projetos societários emancipatórios, mais amplos. Sigamos!

## Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social*. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>> . Acesso em: 10 de junho de 2020.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional*. Vitória/ES, 2018. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>> . Acesso em: 29 de Fevereiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Aqui se respira luta! ABEPSS 2021-2022. Plataforma da Chapa*. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/documento\\_202102111352490520770.pdf](https://www.abepss.org.br/documento_202102111352490520770.pdf)> (abepss.org.br). Acesso em: 15 de Junho de 2022.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.
- ALMEIDA, Magali Silva. Entrevista com Magali da Silva Almeida. Por Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias Almeida. v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013): *Revista Libertas*. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- \_\_\_\_\_; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. *Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro*. Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. Maria Liduina de Oliveira e Silva (org.). — São Paulo: Cortez, 2019.
- ALVES, Sebastião Rodrigues. *A ecologia do grupo afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional. Ministério da Educação e Cultura, 1966.



- BEZERRA, Lucas; et al. A realidade brasileira na formação profissional de assistentes sociais. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 130-146, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1058>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- CONCEIÇÃO, Renata Maria da. A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário para o serviço social. 2013. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/7205>>. Acesso em: 04 de Julho de 2022.
- COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e a particularidade no Brasil: imbricações entre patriarcado-racismo-capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- CFESS. *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*. Disponível em: & It; <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> >. Acesso em: 28 de Janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_; Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia Márcia Campos Eurico. 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.
- CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica da questão social no Brasil. *Temporalis*. v. 21 n. 42 (2021): Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/index>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.
- ELPIDIO, Maria Helena. *Os fundamentos do serviço social e a questão étnico-racial*. Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate / Organizadores: Maria Helena Elpidio, João Paulo da Silva Valdo, Roseli Rocha. - São Paulo: Annablume, 2021.
- FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947). *Dissertação de mestrado*. Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros. 2020. 293 f. *Tese (Doutorado em Serviço Social)* - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021.
- Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. *Manifesto da FNASCR*, Agosto de 2020. (arquivo pessoal).
- FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e a superexploração do proletariado negro. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 55 - 68. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- FONSECA, Cleomar Campos da. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. *Temporalis* - v. 16 n. 31 (2016): Formação Profissional em Serviço Social. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12254>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- GUERRA, Yolanda. *Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos*. In: GUERRA, Y e FORTI, V. Fundamentos filosóficos para o Serviço Social. Fortaleza-CE, Socialis Editora, 2020.
- GOÉS, Weber. *Capitalismo e racismo: uma discussão necessária*. Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate / Organizadores: Maria Helena Elpidio, João Paulo da Silva Valdo, Roseli Rocha. - São Paulo: Annablume, 2021
- \_\_\_\_\_; Racismo e Eugenia no pensamento conservado brasileiro: a proposta de povo em

- Renato Kehl. – São Paulo: LiberArs, 2018.
- GOIN, Mariléia. *Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais*. Campinas-SP: Papel Social, 2019.
- GONÇALVES, Renata; ALMEIDA, Magali da Silva. Homenagem de Vida - Mabel Assis, uma rosa negra semeando a primavera. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro – 1ª Semestre de 2020 — n. 45, v. 18, p. 261 - 270. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- HAIDER, Assad. *Armadilha da identidade - raça e classe nos dias de hoje*. – São Paulo: Veneta, 2019 (Coleção Baderna).
- IPEAFRO. Personalidades. *Sebastião Rodrigues Alves*. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/personalidade/sebastiao-rodrigues-alves/>> . Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo/SP: Hucitec Editora, 1978.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/grid>> . Acesso em: 10 de Maio de 2019
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. – 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil: esboço para uma interpretação histórico-metodológica*. - 41º ed. - São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- LIRA, Priscila Lemos. Movimento de mulheres negras e o Serviço Social. *Dissertação* (Mestrado – Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 15 de Março de 2022
- León Díaz, Ruby Esther. Os reveses da ausência: às "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013). 2016. 368 f. *Tese (Doutorado em Serviço Social)* - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>> . Acesso em: 02 de Maio de 2021.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. ensaio de divulgação ao público /Vladímir Ilitch Lênin. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.(Arsenal Lênin; 5).
- LUKÁCS, Georg, 1885-1971. *A Destruição da Razão* / Georg Lukács; tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo : Instituto Lukács, 2020. 794 p.
- MARX, Karl. *O' Capital - Crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARQUES-JÚNIOR, Joilson Santana. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013): *Revista Libertas*. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6545>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

- MARTINS, Tereza Cristina Santos. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? *SER Social*. v. 19 n. 41 (2017): Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social)>. Acesso em: 01 de Maio de 2021
- MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/22945>>. Acesso em: 30 de Março de 2020.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. . - 2, ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. --- (palavras negras).
- \_\_\_\_\_. Dialética Radical do Brasil Negro. - 3. ed. - São Paulo, SP. Anita Garibaldi, 2020.
- MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landí. *Revolução Africana*. Uma antologia do pensamento marxista. Bela Vista-SP :Editora Autonomia Literária. Coleção Quebrando Correntes, 2019.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>. Acesso: 25 de Janeiro de 2020.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2022.
- MONTÃO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético político do serviço social*. in. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. Mota, Elizabete.. [et al], (orgs). - 4. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social e Capitalismo Monopolista*. – 8º ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.
- PINTO, Elisabete Aparecida. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com os usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista [livro eletrônico] / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva. -- Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. -- (Coleção marxismo21) PDF. Disponível em: <<https://marxismo21.org/racismo-etnia-e-luta-de-classes-no-debate-marxista/>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.
- ROCHA, Roseli Fonseca da. A questão étnico-racial no processo de formação em serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 99, p.p. 540-562, jul./set. 2009
- \_\_\_\_\_. *A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios* / Roseli da Fonseca Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 211f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014.
- RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 79, p.p. 148-161, jul./set. 2004.
- SILVA FILHO, José B. *O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.
- SOUZA, Jamerson Murillo. *Anúnciação de Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind>>. Acesso em: 20 de maio de 2021

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro. Editora Campos, 1979.
- SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. *Revista Fim do Mundo*, nº 4, jan/abr 2021.
- \_\_\_\_\_. Racismo, conservadorismo e serviço social. v. 20 n. 2 (2020): *Revista Libertas* - ISSN: 1980-8518 (jul / dez 2020). Disponível em: <<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.
- SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/s5hCHJNz73c6cvJLZ7yNFDH/?lang=pt>>. Acesso em: 01 de Agosto de 2022.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. tradução Denise Bottmann. - 1. e.d. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- XAVIER, Giovana. *Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição* [livro eletrônico] – Niterói: Eduff, 2020 – 5,8Mb; PDF. – (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 5). Disponível em: <[www.eduff.br/index.php/catalogo/livros/965-maria-de-lourdes-vale-nascimento](http://www.eduff.br/index.php/catalogo/livros/965-maria-de-lourdes-vale-nascimento)>. Acesso em: 25 de Setembro de 2021.



# Formação acadêmico-profissional em Serviço Social e racismo no Brasil: uma análise crítica

## Academic-professional training in Social Work and racism in Brazil: a critical analysis

Leonardo Dias Alves\*

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar como a formação acadêmico-profissional em Serviço Social pode ser um espaço reflexivo-crítico de combate e enfrentamento ao racismo. Busca-se evidenciar como a problemática dos desdobramentos dos antagonismos e conflitos das relações raciais, assim como a materialização do racismo estrutural na atualidade, são categorias indispensáveis no processo de formação acadêmico-profissional. Privilegia o Projeto Ético-Político como uma resposta para o combate e enfrentamento ao racismo no âmbito do Serviço Social. Utiliza-se o método materialista histórico e dialético, por compreender que o racismo é uma relação social, e o marxismo permite que se tenha uma compreensão científica das relações raciais. Conclui-se que no âmbito da categoria profissional do Serviço Social é necessário identificar como o racismo apresenta-se para a profissão e como a profissão pode formular suas respostas em relação ao combate e enfrentamento ao racismo.

**Palavras-chaves:** racismo estrutural; relações raciais; Serviço Social; formação acadêmico-profissional; projeto ético-político.

**Abstract:** The objective of this article is to analyze how the academic-professional training in Social Work can be a reflexive-critical space to combat and confront racism. It seeks to show how the problematic unfoldings of antagonisms and conflicts of racial relations, as well as the materialization of structural racism today are indispensable categories in the process of academic-professional training. It privileges the Ethical-Political Project as a response to combat and confront racism in the scope of Social Service. The historical and dialectical materialist method is used, for understanding that racism is a social relation, and Marxism allows for a scientific understanding of racial relations. The conclusion is that within the professional category of Social Work it is necessary to identify how racism presents itself to the profession and how the profession can formulate its responses in relation to combating and confronting racism.

**Keywords:** structural racism; racial relations; Social Work; academic-professional training; ethical-political project.

Recebido em: 20/02/2022

Aprovado em: 22/06/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\*Assistente Social formado pela Universidade de Brasília; Mestre em Política Social – PPGPS/SER/UnB; e Doutorando em Serviço Social – PPGSS/ESS/UFRJ. Vinculado ao Grupo de Estudos “Estudando Clóvis Moura”.

## Introdução

Esse artigo<sup>1</sup> tem o objetivo de analisar como a formação acadêmico-profissional em Serviço Social pode ser um espaço reflexivo-crítico de combate e enfrentamento ao racismo. Parte-se da concepção crítica de que o racismo existe e faz parte da estrutura social da sociedade capitalista brasileira.

As relações raciais não são uma novidade para a categoria, fundamentalmente, por essas estarem entranhadas na realidade brasileira. Porém, os processos de consciência racial acríticos, ou melhor, uma falsa consciência oriunda do mito da democracia racial<sup>2</sup>, provocaram a invisibilidade desse debate no século passado, confronta-se com grandes desafios na contemporaneidade para ser absorvida e apropriada como conteúdo programático para a formação acadêmico-profissional e como elemento reflexivo-crítico indispensável para o cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais diante das expressões da “questão social”.

É na seara da produção do conhecimento sobre o Serviço Social e as relações raciais que esse trabalho se encontra, contribuindo, minimamente, para o processo reflexivo-crítico da categoria profissional sobre os determinantes do racismo no Brasil. Esse artigo utilizou-se do método materialista histórico e dialético. Almeida (2016: 24) sinaliza que o marxismo permite que se tenha uma compreensão científica das relações raciais e “[...] abre as portas para que o marxismo cumpra sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas”.

A proposta desse artigo não é esgotar esse debate, pode, inclusive, ser interpretado como notas breves, como apontamentos iniciais, como contribuição para desenvolvimentos mais elaborados. O artigo encontra-se organizado em três tópicos, divergentes e convergentes, mas que possuem o mesmo fio condutor: a formação acadêmico-profissional como um dos espaços de enfrentamento e combate ao racismo.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado e parte da pesquisa que cominou na minha dissertação de mestrado – “Serviço Social e Questão Racial: tensionamentos e disputadas no processo de formação acadêmico-profissional” – concluído junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UnB) no ano de 2020, sob a orientação do professor Dr. Reginaldo Ghiraldelli. O presente artigo passou por revisão, modificação e atualização do conteúdo apresentado.

<sup>2</sup> Fernandes (2017) afirma que o mito da democracia racial é um vasto pano de fundo que se expressa como “[...] um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis” (FERNANDES, 2017: 30). Trata-se de uma falsa consciência que tem por objetivo ocultar a realidade concreta que permeia as relações raciais. Resulta em uma simplificação dos antagonismos e conflitos que são produzidos no e pelo racismo. Bernardino-Costa (2016) destaca que esse mito serviu de modelo para todos os países e continentes, que possui como características tornar a raça como irrelevante para analisar como são constituídas as chances e oportunidades para a vida dos cidadãos na sociedade capitalista.



## Os desdobramentos sócio-históricos das relações raciais no Brasil: breves apontamentos para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social

No Brasil, o Serviço Social nasceu em uma sociedade<sup>3</sup> cujo racismo é estrutural<sup>4</sup> e estruturante da divisão das classes sociais. As particularidades da sociedade brasileira são fundamentais para entender o racismo como uma estrutural social. Dessa forma, o racismo não pode ser interpretado como um problema de formação e/ou de comportamento da população, essa é a aparência do fenômeno do racismo, ele deve ser situado e localizado no processo histórico brasileiro.

Oliveira (2016: 34) também reforça a importância das singularidades históricas para traçar a configuração da sociedade “liberal” brasileira e de sua “esfera pública”. O autor compreende que a sociedade capitalista brasileira a) tem *o racismo como elemento estruturante das divisões de classes*, pois “[...] o processo transitório do modo de produção do escravismo colonial para o capitalismo aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior”; b) tem como característica *a concentração de renda como elemento central*, compreendendo que ela se constitui como capitalismo dependente “[...] voltado ao atendimento prioritário das demandas externas, à manutenção da concentração da posse da terra oriunda do período colonial e à superexploração do trabalho como instrumento central da reprodução do capital”; c) a *violência constitui-se como uma prática permanente e não episódica*.

O processo de abolição do trabalho escravista, com as particularidades do país, de acordo com Alves (2022), não se tratou de um projeto emancipatório para a classe trabalhadora negra, longe disso, culminou em um projeto liberal, que por mediação do racismo, marginalizou a classe trabalhadora negra nas franjas maltrapilhas da sociedade capitalista.

Esses apontamentos servem de fundamentação histórica e teórica para compreender o racismo no processo de transição e consolidação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, da racialização do trabalhador livre no mercado de trabalho assalariado. Martins (2013:11-12, grifos nosso) salienta que:

<sup>3</sup> Para Barroco (2005: 25) a sociedade é compreendida como uma totalidade que é “[...] organizada por esferas (totalidades) cuja (re)produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias. Conforme a sociedade se complexifica, as esferas sociais podem ganhar uma certa autonomia, o que pode levar a uma falsa compreensão da realidade social: a idéia de que suas esferas podem ser isoladas – umas das outras e em relação à totalidade – para ser analisadas. Outro erro metodológico consiste em supor que uma dada categoria social tem um mesmo desenvolvimento, em qualquer esfera da vida social”.

<sup>4</sup> Silva (2017: 28) considera “[...] o racismo como elemento estrutural e estruturante de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e a manutenção das relações sociais. Ou seja, seu alcance abrange a economia, a política e a cultura como fundantes nas sociedades capitalistas e mantêm-se na contemporaneidade como elemento dinâmico que favorece, condiciona e preserva relações de exploração e condições de desigualdade em todas as dimensões da vida social”.

Nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como na sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da ‘democracia racial’, construiu desigualdades, violação de direitos e violência. Na verdade, *o racismo brasileiro foi uma estratégia capaz de garantir a omissão do Estado frente à desigualdade racial forjada no âmbito de uma igualdade formal.*

Moura (2021) observa que, na conjuntura após emancipação do regime de trabalho escravista, a classe trabalhadora negra foi alvejada por uma *dupla opressão social*, ou seja, pelo racismo e pela opressão de classe. O autor compreende que a classe trabalhadora negra, no processo de transição de trabalhador escravizado para trabalhador livre, foi atingida por uma série de estereótipos racistas, que configurou a/o trabalhador/a negra/o como mau cidadão na sociedade que se criava pós-abolição do regime de trabalho escravista.

Destaca-se, de acordo com Moura (2021:45), que após a abolição, a classe trabalhadora negra “[...] ficou sem condições de engajar-se no processo de trabalho livre na proporção que devia para não se marginalizar”. O autor salienta que a impossibilidade da classe trabalhadora negra de integrar-se ao mercado de trabalho assalariado decorreu, fundamentalmente, do modo de produção escravista, que criava limitações estruturais que impediam a/o negra/o de ter interesse relevante pela mercadoria que a/o mesma/o produzia. Dessa forma, a/o negra/o era separada/o radical e completamente dos bens que criava, pois “[...] não participava, nem mesmo através da venda da sua força de trabalho, na troca de mercadorias, pois ele próprio era mercadoria que circulava no sistema escravista”.

De acordo com Moura (2021: 52), após a abolição “[...] o negro foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi marginalizado, quer onde foi integrado em uma economia de miséria”. A estruturação e ossificação da economia de miséria determinou uma situação de fome crônica ou aguda, contribuindo para que as camadas negras da classe trabalhadora fossem subjugadas por um processo secular de sujeição e exploração, nas situações mais desfavoráveis, prestando serviços que se assemelhavam com as relações de trabalho pré-capitalistas (MOURA, 2021).

Gonçalves (2018: 515) compreende que “[...] o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da insipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo”. A autora observa, corroborando com a análise de Moura (2021), que esse processo está atrelado ao fato de o Estado brasileiro não ter planejado e, conseqüentemente, implementado políticas que pudessem impulsionar a inclusão da classe trabalhadora negra no universo da cidadania, destacando que, caso isso ocorresse, implicaria profundas mudanças nas relações sociais. Observa-se, a partir da autora, uma particularidade

que permeia a situação da classe trabalhadora negra após abolição do regime de trabalho escravista, que

Ao contrário das regiões que foram berço do capitalismo, não houve para os(as) trabalhadores(as) negros(as) daqui a etapa em que se tornariam classes laboriosas para depois, em razão da pouca disposição do capital em atender às demandas geradas por sua própria dinâmica predadora (falta de moradia, saneamento básico, melhores salários etc.), se tornarem as classes perigosas (CHEVALIER, 2002). Foram imediatamente tratados(as) como um perigo à ordem burguesa (GONÇALVES, 2018: 515)

Gonçalves (2018) compreende, fundamentada em Almeida (2016), que a “questão social” brasileira é fruto desse processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Mas como já salientado aqui, esse processo foi agravado pelo racismo estrutural que se desenvolveu e se consolidou no Brasil a partir da formação social do país. Dessa forma, a autora salienta que “[...] a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (GONÇALVES, 2018: 515)

Martins (2013: 11) considera que, “se o racismo encerra desigualdades, violação de direitos e violência; indiscutivelmente, ele não deixa de mediar a ‘questão social’”. Por esse motivo, não é possível compreender o racismo no Brasil, sem buscar minimamente os seus nexos com a ‘questão social’ e as suas múltiplas expressões. Por outro lado, Martins (2021) também salienta que não é possível tratar a “questão social” no Brasil distante das determinações do racismo. A autora destaca que

[...] as análises sobre a questão social e as mais diversificadas elaborações teóricas que, de alguma forma, se propõem a pensar as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora no Brasil insistem em uma interpretação que, embora dê conta de pensar a realidade dos/as trabalhadores/as das formações capitalistas em geral, fica devendo muito no que diz respeito à conformação assumida pela “questão social” no Brasil, principalmente por não conseguir contemplar as condições de trabalho e de vida e as lutas de gerações de trabalhadores/as marcadas pelos quase quatro séculos de trabalho escravo (MARTINS, 2021: 32)

Para Martins (2021: 32) essas interpretações da “questão social”, muitas delas marxistas ou marxianas, ao desconsiderar que o racismo no Brasil estrutura as relações de produção capitalista, acabam ocultando “[...] a realidade que gerações e gerações da parcela majoritária da classe trabalhadora brasileira viveram na transição do trabalho escravo ao trabalho livre”. Dessa forma, é fundamental, ao abordar a “questão social” brasileira, considerar que a classe trabalhadora negra ao sair “[...] das relações de produção escravista e adentrarem as relações de trabalho capitalista já na condição de reserva de força de trabalho”. A autora ainda pontua que:

Ao serem direcionados/as às necessidades médias do capital agrário, permaneceram em todas as fases do desenvolvimento econômico aguardando a sua vez no conta-gotas das requisições capitalistas, para ocupar as atividades mais degradantes, precárias e temporárias nas atividades sazonais e nas zonas de expansão predatórias do capital, na expansão urbana e na indústria de transformação. Por essa razão, essas análises, no geral, limitam-se a dar conta das condições de vida e de trabalho daquela parcela da classe trabalhadora formada por descendentes de imigrantes europeus que, ao longo da história do capitalismo brasileiro, foi inserida no trabalho formal/regulado (MARTINS, 2021:30-33).

Como resultado desse processo, a classe trabalhadora negra foi exposta a diversas expressões da “questão social” e enquadrada em uma cidadania restrita, que de acordo com Oliveira (2017a), consiste na criação de uma tipificação de “cidadão” que não abrange toda a população, principalmente o segmento racialmente descriminalizado e marginalizado. Destaca-se que uma das características das ordens societárias capitalistas liberais é a transfiguração da desigualdade de classe da dimensão econômica para a igualdade jurídica, ou seja, “somos todos iguais perante a lei”, mas na prática, nas ações, nas repressões, nas opressões e nas formas de explorações, demonstram que a relação de cidadania é totalmente diferente entre as/os trabalhadoras/es negras/os e as/os trabalhadoras/es brancas/os. Menezes (2022: 7-8) pontua que se trata da

[...] cidadania regulada, na qual “a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei”. [...] Contra essa concepção estreita de cidadania, na qual o(a) trabalhador(a) só tem acesso aos direitos se estiver inserido no processo produtivo, as mobilizações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais nas décadas de 1950 e 1960 desafiaram o status quo, reivindicando uma cidadania plena e igualitária e o direito a ter direitos.

O processo de cidadania restrita forjada em uma perspectiva de igualdade forma, alinhada ao lugar ocupado no processo produtivo, ou seja, eram cidadãos aqueles que estivessem inseridos em postos e/ou ocupações de trabalho formal, é atravessada pela estruturação do racismo no mercado de trabalho. Pois,

Numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente deformada e excludente, de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país. Daí porque a constituição do capitalismo no país, ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre. (MARTINS, 2012: 456)

As relações raciais e a estrutura que lhe fornece sustentação e continuidade, ou seja, o racismo estrutural, não podem ficar marginalizadas do processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, principalmente, ao considerar o processo histórico do racismo,

e, fundamentalmente, que ele se expressa como uma mediação da “questão social”. O racismo deve ser situado no processo histórico que atravessa a própria profissão e a sociabilidade humana no Brasil, e de forma transversal se apresentar nas matérias e disciplinas que configuram a formação acadêmico-profissional. É importante destacar que:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (GONÇALVES, 2018:515)

O racismo estrutural na sociedade capitalista – sem desconsiderar o sexismo e o patriarcado – determina como a divisão das classes sociais e dos demais grupos sociais vão se relacionar no modo de produção e de vida que é imposto pelo sistema capitalista. Dessa forma, a luta de classes é um dos palcos dos antagonismos e conflitos que circunscrevem as relações raciais – *é o resultado possível de uma sociedade que a sua antecessora foi uma sociedade escravista.*

É importante salientar que o enfrentamento e o combate ao racismo, em uma sociedade que ele emerge como uma estrutura social, não pode ser configurado como um divisor da luta geral da classe trabalhadora. Muito pelo contrário. O racismo estrutural dividi a classe trabalhadora em grupos raciais. Logo, deve-se ter em mente que a luta contra o racismo é pela unidade da classe trabalhadora, e, fundamentalmente, apresenta-se para o Serviço Social brasileiro como um princípio ético-político. Como bem explicou Marx (2017:372): “o trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro”.

A relação entre a classe trabalhadora e a população negra é remontada pela ausência de debates, ocasionada pela historiografia do trabalho social brasileiro, que não estabeleceu um diálogo entre o trabalho escravista e o trabalho assalariado. Em outras palavras, *a história social do trabalho excluiu a população negra enquanto sujeitos da classe trabalhadora brasileira e que compõem a luta geral dessa mesma classe.*

Oliveira (2017b:21) afirma que “[...] entender o racismo no Brasil implica,

necessariamente, compreender como se estabelecem os mecanismos de produção material interna no país [...]”. Logo, a análise contemporânea do racismo não pode ser deslocada do modo de produção capitalista, pois a sua produção e reprodução se dá no âmbito da sociedade capitalista, no cerne das lutas de classe, inclusive na mercantilização das pautas e símbolos da luta antirracista. Almeida (2018:145) reforça que

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, tem o racismo como veículo importantíssimo. E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade.

Oliveira (2021) pontua que na ausência de uma visão crítica estrutural do racismo, ocorrem deslocamentos conceituais preocupantes. Na perspectiva do autor, um desses deslocamentos é a essencialização racial que subverte a ideia de racismo estrutural para concepção estruturalista – que tem como uma de suas características a mitificação de categorias-base. Oliveira (2021:16) indica que esse processo ocorre porque o chamado campo da esquerda ainda encontra-se permeado pelo eurocentrismo e tem uma “[...] visão idealizada de classe trabalhadora”. O autor aponta que

A construção da classe trabalhadora no Brasil se deu pela racialização, isto é, foi com base na constituição de um padrão classificatório racial feito durante a colonização que se estabeleceu quem trabalhava (negro) e quem não trabalhava (branco). E a divisão internacional do trabalho no qual se baseia o mercado mundial e constitui a totalidade do capitalismo global também é racializado – as nações do capitalismo dependente são de populações não branca e o capitalismo central, brancos (OLIVEIRA, 2021:16).

Por esse motivo, é importante compreender que o racismo e os seus mecanismos de produção e reprodução, fazem parte da totalidade do processo de formação das profissões na sociedade capitalista. As profissões são compreendidas como uma forma de organização e controle do trabalho, ou seja, as profissões também vão determinar como a divisão social e técnica do trabalho vai se estruturar. Cardoso (2016:71) ressalva que

A maneira como cada profissão estará inserida nessa divisão, terá a ver, portanto, com as demandas históricas e políticas que lhe são postas diante dos interesses do capital, tendo também, em nosso entender, a ver com a maneira como cada profissão se organizará para responder a tais demandas diante dos distintos níveis de consciência que seus agentes terão sobre a funcionalidade que a profissão tem para o modo de produção dominante.

O Serviço Social, no caso, é regulamentado enquanto uma profissão liberal<sup>5</sup>, que para a

<sup>5</sup> “O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público ou



realização das suas atividades, é requerido um nível de formação acadêmico-profissional e de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social de cada estado. A/o assistente social, enquanto quadro técnico da profissão, é dotado de uma relativa autonomia na condução da sua intervenção profissional. Para tal, tornou-se necessário a criação e regulamentação de estatutos legais e éticos para o desenvolvimento do trabalho da/o assistente social (IAMAMOTO, 2012).

A/o assistente social é inserida/o na lógica capitalista de compra e venda da força de trabalho, tendo a possibilidade de ser empregada/o por diferentes empregadores ou de não ser absorvida/o no mercado de trabalho. Quando um/a assistente social é empregada/o, a/o mesma/o pode ser cooptada/o pela organização política e ideológica do espaço sócio-ocupacional e entrar em contradição em relação aos princípios e valores que constituem o projeto profissional. Podendo, inclusive, sofrer pressão no cotidiano de trabalho para se adequar às normas da instituição para manter o emprego, ou seja, o seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, e garantir sua fonte de subsistência na sociedade capitalista, ou seja, um salário.

Ao vender a sua força de trabalho, a/o assistente social vincula-se à uma instituição, que como parte da sociedade, pode carregar no seu bojo a institucionalização do racismo, principalmente na falsa consciência oriunda do mito da democracia racial, que oculta, naturaliza, inverte e legitima o racismo estrutural no cotidiano de trabalho, determinando as demandas que são apresentadas para a/o profissional e, inclusive, como ela/e vai respondê-las.

O Serviço Social brasileiro precisa captar o movimento da realidade, que reverbera na situação social da população negra. É importante retirar as vendas do mito da democracia racial, abrir os olhos para uma demanda antiga e ainda em aberto no âmbito da formação e da intervenção profissional das/os assistentes sociais brasileiras/os. Nesse sentido cabe até uma indagação: como é possível jogar mais de quatro séculos de violência, opressão, exploração e dominação, assim como os desdobramentos contemporâneos das relações raciais, para “debaixo do tapete”? Esse processo requer uma autocrítica da profissão, mas que essa só poderá ocorrer com o processo de formação da consciência racial crítica no âmbito da formação acadêmico-profissional.

### **A consciência racial crítica na formação acadêmico-profissional: a formação da consciência profissional da/o assistente social**

O Serviço Social é uma profissão que é compreendida enquanto uma ramificação da especialização do trabalho coletivo, e a/o assistente social é a/o seu profissional, inserida/o na

---

clientela a ser atingida”” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985:80).

divisão social e técnica do trabalho<sup>6</sup> (GUERRA, 2003; IAMAMOTO, 2012). Iamamoto e Carvalho (1985:71) apontam que o Serviço Social é “[...] um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”. As classes sociais e as reproduções sociais são categorias indispensáveis para compreender as demandas que são colocadas para o Serviço Social brasileiro.

Iamamoto e Carvalho (1985) reiteram que as reproduções sociais não estão limitadas apenas à reprodução da força viva de trabalho e dos meios que objetivam a produção – ou seja, os instrumentos de produção e as matérias-primas. Pelo contrário, os autores reforçam que a noção de reproduções sociais abrangem-nos como elementos substâncias do processo de trabalho. As reproduções sociais ultrapassam esse limite e, de certa forma, englobam a produção, o consumo, a distribuição e as trocas de mercadorias. Nesse sentido, os autores apontam que a noção de reproduções sociais

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídica, religiosa, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985:72).

O envolvimento das formas de consciência social que integra a noção de reproduções sociais, apresentada por Iamamoto e Carvalho (1985), provocam as seguintes indagações sobre as relações raciais no Brasil: como a raça e o racismo perpassam as formas de consciência social na sociedade capitalista? É possível afirmar que os antagonismos e conflitos que estruturam as relações raciais brasileiras formam uma consciência racial?

Marx (2008b:259) sobre a consciência, considera que

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque [...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que

<sup>6</sup> O trabalho é social – aqui não se trata exclusivamente do Serviço Social – porque relaciona o lugar em que cada trabalhador está localizado no processo de produção e reprodução, ou seja, na divisão das classes sociais: burguesia e proletariado. O trabalho, na sociedade capitalista, será compreendido como técnico por se referenciar ao tipo de trabalho que é realizado, ou seja, material ou intelectual. Significa, essencialmente, o lugar que determinada profissão ocupa na especialização do trabalho coletivo, e isso determina o seu lugar nas classes sociais. Indica o tipo de preparação que é necessária para a realização da atividade, o que é determinado pelo nível de formação, de conhecimento e de habilidades, que são requisitos para a realização da atividade (CARDOSO, 2016; IAMAMOTO; CARVALHO, 1985; IAMAMOTO, 2012).

concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceito.

Marx (2008b) ressalta que o todo, como aparece no cérebro, é um produto do pensamento, que só pode se apropriar do mundo da única maneira que pode fazer, ou seja, o cérebro só pode se comportar de forma teórica. É importante pontuar, de acordo com Barroco (2013), que ao visar uma transformação pela práxis, é necessário supor uma orientação de valores que possa intervir objetivamente na totalidade social em uma direção que é compreendida como “a melhor”. A autora salienta, que “[...] o papel decisivo da consciência na materialização dos valores, aliado ao caráter reificado das representações sociais na sociedade burguesa, contribui para o ocultamento do seu caráter ontológico objetivo” (BARROCO, 2013: 65). A autora destaca que as

[...] condições históricas permitem que os valores sejam apreendidos como produtos de subjetividades abstraídas de suas determinações sociais. Legitimados em si mesmo, os valores adquirem vida própria, fornecendo reconhecimento a práticas sociais contrárias ao seu significado histórico (BARROCO, 2013: 65).

Iasi (2011) compreende o processo de consciência, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético. O movimento que resulta no processo de consciência, necessariamente, transporta no seu bojo, em todos os momentos, os elementos que proporcionam a sua superação, ou seja, as formas que incluem as contradições dos processos de consciência dos seres humanos. Nesse caso, quando esse processo amadurece, gera o processo de consciência para novas contradições e formas de interpretar a realidade concreta. Portanto, “[...] o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos” (IASI, 2011:12).

O processo de consciência é parte integral do processo de formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais, que quando amadurece, gera novas contradições e formas de interpretar a realidade que comporta o cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais mediado pelas expressões da “questão social”. É na formação acadêmico-profissional, que tais profissionais entram em contato com os fundamentos históricos, teóricos, éticos e metodológicos que revelam a autoimagem da profissão. A formação envolve saltos e recuos, que se relacionam com a consciência social que permeia a sociedade, que se constituiu mediada pelos contatos direto ou indireto com as religiões, as ideologias, as culturas, a política e a economia, assim como com os antagonismos e conflitos raciais, que podem ou não entrar em confronto com os fundamentos que pressupõem a formação acadêmico-profissional em Serviço Social e gerar novas formas de interpretar a realidade. Iasi (2011:12) destaca que é importante:

[...] entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como

algo dado. [...] só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações.

As formas de consciência social permitem que o processo de consciência racial se desenvolva na sociedade capitalista. O que isso significa? Que conforme as relações raciais surgiram e se desenvolveram, fundamentalmente e não de forma acidental, produziram uma forma específica de consciência: a racial. Parafraseando Iasi (2011), a consciência racial não “é”, mas “se torna”. Ela é decorrente dos processos socioeconômicos e históricos que conotam a formação social do Brasil, como também faz parte das relações conflituosas e antagônicas que se desenvolvem antes e na atual sociedade capitalista brasileira.

É importante compreender que o racismo se desenvolveu antes da consciência racial (crítica e acrítica), pois essa só conseguiria emergir depois do movimento de racialização do ser social a partir do racismo, e conseqüentemente, depois do estabelecimento das/os trabalhadoras/es racialmente discriminadas/os na transição do trabalho escravista para o trabalho livre. Dessa forma, a consciência racial só existe porque o racismo existe, tornando necessário compreender como essa consciência se torna importante para a compreensão do racismo e a sua forma de mediar e acirrar as expressões da “questão social” no âmbito da formação acadêmico- profissional em Serviço Social e na intervenção profissional das assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

O processo de formação da consciência racial pode resultar em uma consciência crítica ou acrítica. Isso significa que decorrente do processo de amadurecimento e compreensão dos antagonismos e conflitos que constituem as relações raciais, a depender do desenvolvimento da consciência racial crítica, vai possibilitar se aproximar do movimento do real das formas estruturais e conjunturais que determinam as diferenciações raciais; ou pode se desenvolver de forma acrítica, contribuindo com a manutenção e naturalização das desigualdades raciais, como invisibilizando a importância de tal debate no âmbito da formação acadêmico-profissional. Quando a consciência racial assume o aspecto crítico, permite que as/os assistentes sociais possam ter uma compreensão abrangente da estrutura e da dinâmica das relações raciais.

E partindo da compreensão de que o racismo estrutural, nas particularidades da sociedade brasileira, vai se expressar a partir do mercado de trabalho, como por exemplo: da divisão racial do trabalho<sup>7</sup>, da marginalização da classe trabalhadora - tanto do mercado de

<sup>7</sup> É importante destacar que “[...] entender o racismo estrutural no Brasil requer compreender as suas formas de ser e de se materializar na sociedade brasileira, considerando a divisão racial do trabalho como uma delas. Além disso, a divisão racial do trabalho carrega em si uma contradição que é a reatualização e modernização da desumanização

trabalho assalariado formal/regular, como na segregação dos espaços urbanos (na contradição centro e periferia) –; como também da produção do conhecimento. A compreensão dessa realidade, que antecede a consciência racial, no âmbito da formação acadêmico-profissional, mediada por elementos reflexivo-críticos sobre o racismo, podem provocar o processo da consciência racial crítica profissional das/os assistentes sociais brasileiro.

O processo de consciência racial crítica permite que sejam feitos apontamentos acerca da realidade racial brasileira, e considerar que o racismo se constitui como um componente indispensável para compreender a divisão das classes sociais. Nesse sentido, não é novidade – pelo menos para o Serviço Social – que a divisão das classes sociais pode ser observada, através de duas movimentações básicas: compra e venda da força de trabalho. A dicotomia classe burguesa x classe trabalhadora é muitas vezes tratada sem as devidas mediações com a raça e etnia, os gêneros e as sexualidades, o que provoca um distanciamento da realidade concreta no âmbito do processo de formação da consciência profissional, dificultando uma aproximação com o cotidiano de exploração e opressões experimentados pela população usuária dos serviços das/os assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Moura (2021) utiliza-se dos termos classe em si e para si, derivados do conceito de classe social, para explicar as categorias grupos diferenciados e específicos. Diferenciados pela marca visível da cor da pele, o que insere esse grupo, como uma particularidade do racismo estrutural, em uma desigualdade estrutural em relação ao grupo branco. Específicos por tomarem consciência de que essa desigualdade é fruto do racismo, de um peneiramento social que é praticado institucionalmente pelo Estado, e de forma coletiva se organizam para resistir e lutar contra a violência, as desigualdades e exploração oriundas do racismo.

A classe trabalhadora negra ao se perceber dentro do emaranhado das relações sociais e raciais, e que o fato de ser negra é utilizado como justificativa para ser diferenciada dentro das classes sociais e dos demais grupos sociais, pode desencadear dois processos de consciência, que podem ser facilmente descolados para os aspectos psicológicos e comportamentais, porém, essa diferenciação não fica apenas no campo psicológico, se enraíza por todas as esferas que compõem a sociedade. O primeiro processo é consequência da educação, da política, da religião e da cultura vigente na sociedade. Trata-se do auto ódio, a culpabilização ensinada desde a infância de que a situação social é culpa e resultado de um processo individual. O segundo processo é a tomada de consciência de que o tratamento e a situação diferenciada são resultados

---

pautada em determinantes raciais no mercado de trabalho assalariado, inserindo as(os) trabalhadoras(es) negras(os) em uma lógica produtiva desumanizadora e alienante, que impossibilita que esses tenham uma consciência social e racial da sua situação degradante no mercado de trabalho assalariado brasileiro. (ALVES. 2022: 219).

do racismo, e em um processo longo e cotidiano, passam não apenas a denunciar o racismo, mas a construir a luta contra ele em todas as esferas da vida social.

O racismo como uma arma ideológica (MOURA, 1994) interfere na consciência social e provoca uma consciência racial acrítica, gera uma abstração das relações raciais, em uma tentativa equivocada de eliminar os antagonismos e conflitos produzidos pelo próprio racismo, e reduzir tudo em conflitos entre classes sociais.

Entende-se que a raça é “[...] um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2018:24). A raça exerce um papel essencial nas relações sociais, de delimitar as posições nas classes sociais e no acesso às políticas públicas e sociais, assim como nos serviços sociais. Por esse motivo, é importante se afastar da consciência racial acrítica, que se constitui enquanto uma falsa consciência, que é oriunda da ideologia do mito da democracia racial. Sobre esse assunto, Nascimento (2016:94) destaca que:

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado, exatamente por causa de sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro.

O objetivo dessa exposição é demonstrar uma parte da realidade concreta que é invisibilizada, tratada como menos importante, como trivial, como experiência pessoal. A anulação da questão racial tem atrasado o avanço no debate da luta antirracista. E é nesse ponto que o Serviço Social é chamado a intervir, não como responsável único, mas como profissão que se relaciona diretamente com essa população. Por esse motivo, a relação Serviço Social e racismo precisa ser evidenciada.

A formação acadêmico-profissional é um locus de desenvolvimento da consciência profissional, que consiste no conteúdo apreendido no ensino, extensão e pesquisa. No âmbito da formação dos quadros técnicos do Serviço Social, os aspectos e determinantes da raça, do racismo e das relações raciais devem ser centralizados como essenciais para o fortalecimento do projeto ético-político profissional. Portanto, ao levar esses elementos em consideração, o Serviço Social cumpre a missão de propor reflexões sobre a vinculação do projeto profissional, que se relaciona com a opção pela construção de uma nova ordem societária, que visa a eliminação de todas as formas de dominação, exploração e opressão, qual se inscreve o racismo. No âmbito da formação acadêmico-profissional, o desenvolvimento da consciência racial crítica é um direcionamento ético-político.



## O Projeto Ético-Político, valores e antirracista no processo de formação acadêmico-profissional

O Serviço Social brasileiro contemporâneo tem a formação de seus quadros técnicos e o trabalho profissional direcionado pelo Projeto Ético-Político Profissional. As orientações do Projeto Ético-Político visam proporcionar a plena liberdade dos seres humanos, por meio do fim da condição de dominação/exploração da classe trabalhadora (CARDOSO, 2016). Trata-se de uma perspectiva que envolve a disputa de consciência de todo o conjunto de profissionais do Serviço Social.

Para compreender a inscrição do Projeto Ético-Político na perspectiva emancipatória, é importante compreender a emancipação política e a emancipação humana. Marx (2010:52) compreende que a emancipação política “[...] representou concomitantemente a emancipação da sociedade burguesa em relação à política, até em relação à aparência de um teor universal”.

Marx (2010) explica que, no contexto europeu, a sociedade feudal foi dissolvida em seu fundamento, no ser social, mas em um ser social egoísta. O ser social é a base e o pressuposto do Estado político, que o reconhece por meio dos direitos humanos. Porém, a liberdade do ser social egoísta e o reconhecimento dessa liberdade são de tal modo, embasada na propriedade privada que causou uma bifurcação do “[...] ser social entre um homem egoísta e um cidadão (perante o Estado), o que impossibilita a realização da liberdade enquanto emancipação humana” (CARDOSO, 2016:170-171).

Marx (2010:41) afirma que:

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática.

No processo de formação sócio-histórica e racial do Brasil, a emancipação política que supostamente deveria ter ocorrido no país, com o fim do regime escravista, e que de modo geral, deveria ter eliminado a dominação do escravocrata sob o escravizado, não ocorreu de fato. O escravizado passou de ser social escravizado para o ser social livre, mas sob o julgo do racismo que não lhe permitiu ser cidadão ou até mesmo um ser social egoísta, nos ditames da sociedade capitalista.

Marx (2010: 38-39) sinaliza que:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre [Freistaat, república] sem que o homem seja um homem livre.

Nesse sentido, o Estado se emancipou do escravismo moderno, mas o racismo se

apresenta como um grande entrave para a emancipação prática da classe trabalhadora negra, já que nem como cidadã, no que se refere à igualdade jurídico-forma, a população negra é tratada. Para a ampliação da materialização do Projeto Ético-Político, no que envolve uma disputa de consciência social e racial, visando à emancipação humana, o antirracismo deve ser apresentado como um eixo central das lutas, reflexões e embasamento teórico no conjunto das/os profissionais do Serviço Social.

O Projeto Ético-Político passou a ser denominado como tal e ser hegemônico na categoria profissional, a partir dos anos 1990 e início dos anos 2000 (CARDOSO, 2016) – observa-se que no mesmo momento em que, no Brasil, há uma efervescência da luta antirracista e de uma ampliação dos movimentos sociais negros na denúncia do racismo e do mito da democracia racial no país.

As determinações sócio-históricas e raciais, que compõem o passado e o presente do Brasil, não podem passar despercebidas no processo de formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais. Principalmente, por compreender que

[...] a ‘questão social’ como central na formação e no exercício da profissão – do ponto de vista da materialização desse posicionamento –, caberia, no âmbito da formação profissional, investimento na reflexão teórica acerca do entrelaçamento/cruzamento entre questão étnico-racial e questão social. Esse parece ser um ponto de partida para construir uma compreensão acerca do porquê, na realidade brasileira, de os/as negros/as assumirem posição de destaque nas várias expressões da ‘questão social’ (MARTINS, 2013: 15-16)

Guerra (2019) compreende que a formação acadêmico-profissional precisa dar conta da atualidade, pois ao serem contemporâneas/os do seu tempo, as/os assistentes sociais precisam responder aos dilemas da atualidade. Além disso, a autora destaca que esse processo precisa sintetizar as determinações do passado e do presente e apontar tendências para o futuro. E, portando, a formação precisa ser situada nas contradições que marcam a conjuntura atual, que são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental compreender o racismo a partir de bases ontológicas<sup>8</sup> e como esse emerge e se estrutura na realidade, carregada de contradições, e que repercutem diretamente nos fundamentos do Serviço Social. Principalmente na compreensão do ser social no escravismo e na constituição do ser social livre no sistema capitalista.

A formação acadêmico-profissional precisa trazer elementos históricos e teóricos críticos para compreender os determinantes que existiram no escravismo moderno e foram

<sup>8</sup> Martins (2021:34) compreende que “como categorias ontológicas, as expressões do racismo só podem ser apreendidas nas relações sociais de produção no âmbito da sociedade burguesa, na qual ganham materialidade não apenas, mas fundamentalmente, nas expressões da “questão social”. Estas, histórica e contemporaneamente, mostram-se qualitativa e quantitativamente cravadas de determinações raciais”.

modernizados na transição para o capitalismo, buscando compreender como esse processo resultou na constituição da classe trabalhadora negra. Dessa forma, a formação acadêmico-profissional precisa dar conta da compreensão do escravismo, para fundamentar e analisar o racismo e realizar as devidas mediações com o capitalismo. Principalmente na conjuntura atual, que o racismo tem se expressado, não somente, mas fundamentalmente, a partir da violência racial e divisão racial do trabalho.

Em relação às reflexões sobre o racismo, no cerne do Serviço Social brasileiro, observa-se que a ausência de uma reflexão crítica do racismo estrutural gera lacunas no processo de formação da consciência profissional. Ao mesmo tempo, no âmbito do Serviço Social, o Projeto Ético-Político pode ser interpretado como a principal resposta que a categoria pode armar contra o racismo, pois compreende-se como um projeto que visa combater quaisquer tipos de discriminação, dominação, exploração, opressão, preconceitos e violência, o que inclui, de todas as formas, o enfrentamento e combate ao racismo.

O Projeto Ético-Político vem alimentando o debate no cerne do Serviço Social brasileiro, principalmente, no que se refere à fundamentação histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (BRITTES, 2013). Esse debate contribuiu para elencar as mediações existentes entre o projeto profissional e a construção de um novo projeto societário. Essas mediações objetivam construir caminhos para a emancipação prática, ou seja, livrar a sociedade das formas históricas e antagônicas de dominação, exploração, opressão e violência.

Porém, deve-se questionar: como fortalecer valores de liberdade, democracia, justiça social e cidadania em uma sociedade que a maioria da população (negra) é tratada como suspeito número um da PM, como mau cidadão, privado de qualquer justiça social, vivendo em uma cidadania restrita? Quais as estratégias são necessárias para assegurar esses valores para toda a população usuária dos serviços das/os assistentes sociais? Quais são os valores racistas que dificultam o fortalecimento desses valores no atendimento das demandas da população negra que chegam até as/os assistentes sociais?

A partir desses questionamentos, torna-se necessário evidenciar que para o Serviço Social assegurar que haja a implementação dos valores e princípios antirracistas, que possam sedimentar a formação acadêmico-profissional, e que não se limitem ao comportamento individual das/os assistentes sociais, mas que se expresse como um princípio ético-político, tanto no espaço acadêmico-profissional como na intervenção profissional das/os assistentes sociais em contato direto com a classe trabalhadora negra, é necessário que a mudança comece desde o currículo até conseguir se efetivar no exercício profissional das/os assistentes sociais (ALVES, 2019).

É notório que o racismo projeta valores que podem interferir no trabalho da/o assistente social, que são oriundos da própria estrutura social e, que enquanto sujeitos históricos, as/os assistentes sociais estão inseridas/os. Brittes (2013) compreende que os valores, no âmbito da abordagem ontológica, são construções históricas que decorrem da práxis dos sujeitos vivendo em sociedade.

Nesse sentido, portanto, ao levar em consideração que a sociedade brasileira é uma sociedade racista, deve-se indagar como o racismo projetou valores racistas, que inclusive, vão contra os valores do Projeto Ético-Político, e apresentam-se como entraves para a ampliação da objetivação dos valores que norteiam esse projeto no âmbito da formação acadêmico-profissional e dos espaços de trabalho das/os assistentes sociais.

As bases de fundamentação dos valores racistas, que são produzidos pelo racismo, encontram materialidade ideológica no mito da democracia racial. O conceito do mito da democracia racial tornou possível a criação de uma determinada imagem da população negra, que no dinamismo da sociedade brasileira, definiu esta população como a única responsável pela sua situação atual, e gerou a ilusão de que as oportunidades entre negros e brancos são idênticas (MOURA, 1988).

Nesse sentido, o mito da democracia racial, que foi amplamente denunciado no final do século passado, ainda é utilizado e fomenta a consciência racial acrítica. Apresenta-se como um valor, no que se refere ao atendimento das necessidades básicas humanas, para justificar e minimizar as expressões do racismo, alegando que “somos todos iguais”, quando existe uma profunda desigualdade racial no Brasil. O mito da democracia racial, como um produtor de valores racistas, é um desafio para o Projeto Ético-Político, já que no conjunto profissional, é necessário descortinar o que esse mito encobre, o racismo.

Os valores racistas vão contra os valores do Projeto Ético-Político, são elementos opostos, que podem determinar o tipo de consciência profissional. Os valores que norteiam o Projeto Ético-Político proporcionam o desenvolvimento da consciência profissional crítica, e a incorporação de valores antirracistas, principalmente no âmbito da formação acadêmico-profissional, podem fortalecer essa consciência crítica para um passo maior em direção à emancipação prática. Brittes (2013:56), em relação aos valores, propõe uma reflexão necessária:

Embora a consciência crítica sobre o significado social de tais valores seja fundamental, essa realização depende da construção objetiva de respostas profissionais às demandas particulares postas ao trabalho profissional e que resultam de necessidades sociais determinadas pelo campo contraditório dos interesses de classe.

Mas é importante salientar, para além dos valores e princípios racistas, como categorias de determinação da existência do racismo, que o racismo existe independentes da consciência racial crítica ou acrítica. As respostas em relação ao racismo podem ser formuladas, se no âmbito da formação acadêmico-profissional, ocorrer a compreensão de que o racismo é dotado de historicidade e é um processo político e, ao mesmo tempo “[...] um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2018:49).

Portanto, os valores emancipatórios e antirracistas, assim como, os valores racistas, se materializam na complexidade do ser social. Na produção de subjetividades norteadas por tipos de consciência social, mas que para além de meras subjetividades, são construções históricas, que precisam ser confrontadas.

Rocha (2016) destaca que é no que concerne à defesa de direitos que as/os assistentes sociais são convocadas/os para intervir. Compreende que é no campo “[...] arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o/a assistente social se defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes” (ROCHA, 2016:16). É nesse campo, portanto, que são apresentadas as demandas impostas pelo racismo, e a/o assistente social precisa ter conhecimento sobre o fenômeno do racismo e das suas diversas expressões na vida social.

Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (ROCHA, 2016:16).

Martins (2012) compreende que o racismo se apresenta como um debate indispensável para a formação acadêmico-profissional. A autora sinaliza que o racismo não afeta somente a subjetividade da população racialmente discriminada, mas que determina as condições de vida e de trabalho da população negra. O não tratamento do racismo e de suas expressões/manifestações, de acordo com a autora, no processo de formação acadêmico-profissional, impõem limites para o trabalho qualificado. E é preciso lembrar, que as/os usuárias/os dos serviços pelos quais as/os assistentes sociais desenvolvem as suas atividades são fundamentalmente negras/os (MARTINS, 2012).

Portanto, o Projeto Ético-Político aponta para o antirracismo, ao fortalecer a construção de um outro projeto societário, mas os seus valores precisam ser objetivados no trabalho da/o assistente social e, principalmente, no âmbito da formação acadêmico-profissional. O fortalecimento desses princípios e dos valores antirracistas em sala de aula – compreende-se

que a formação acadêmico-profissional não se limita apenas ao espaço sala de aula –, de modo geral, oferecerá aos estudantes reflexões necessárias para que haja, junto com a construção da consciência profissional, elementos que contribuam para centralizar o combate e enfrentamento ao racismo como um princípio ético-político.

A formação acadêmico-profissional, ao refletir criticamente sobre a luta antirracista, mediada pelo Projeto Ético-Político, pode se tornar um espaço com a potencialidade de formar assistentes sociais com condição e capacidade de identificar o racismo e fomentar o seu enfrentamento nos espaços sócio-ocupacionais. Mas para ter efetividade, antes é necessário que cortem as arrestas, que podem gerar lacunas entre o fortalecimento do Projeto Ético-Político e o combate e enfrentamento ao racismo. A presença ou ausência desse debate pode determinar o tipo de assistente social que está sendo formada/o no curso de Serviço Social, e mais do que nunca é necessário direcionar a formação acadêmico-profissional para um caminho profissional sem medo de ir à luta com classe e raça.

### **Considerações finais**

Conclui-se que o racismo é um problema atual que impregna a realidade brasileira. Pressupõem superar a sua aparência gelatinosa, que é orientada por uma ideologia que hora relega o racismo para um problema moral, de formação, psicologizante e comportamental; outrora afirma a sua existência ausente de sujeitos racistas, legalmente reconhece e criminaliza a sua existência, mas ainda tenta respirar os ares do mito da democracia racial nas relações sociais.

É necessário identificar a forma como o racismo se apresenta na sociedade, mas entendê-lo no processo histórico de gênese e desenvolvimento das relações raciais brasileiras, considerando, inclusive, que o próprio racismo não é o mesmo de mais ou menos 500 anos atrás, ele acompanhou o processo de transformação social da sociedade brasileira. E diante dessa complexidade, é importante reafirmar que o desenvolvimento das relações raciais, principalmente do racismo, provocou um processo de consciência racial no país, que tem se apresentado em dois níveis: crítica e acríica (falsa consciência).

Essa é uma demanda que emerge da realidade brasileira e se apresenta para o Serviço Social, que requer identificar e formular respostas, no âmbito do cotidiano de trabalho e da formação acadêmico-profissional. Por um lado, a categoria profissional precisa identificar como o racismo se apresenta para a profissão, que é a partir do cotidiano, que demanda a sua compreensão a partir do processo histórico brasileiro, que requer um nível sofisticado de análise e reflexão para compreender os seus determinantes na sociedade brasileira e como esses se



relacionam com e no Serviço Social. O segundo converge com o primeiro, é como o Serviço Social – nos âmbitos da formação acadêmico-profissional e no cotidiano de trabalho – pode articular as suas respostas em relação ao racismo, que também requer um nível avançado e sofisticado, e que para tal, precisa estabelecer uma mediação com as dimensões teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativo; investigativa; e formativa para responder a efetiva demanda que o racismo expressa para a categoria profissional.

Uma das respostas que o Serviço Social brasileiro pode investir, em relação ao combate e enfrentamento do racismo, é em pesquisas e em pesquisadores que tenham como interesses de pesquisa os fundamentos do Serviço Social e as diversas manifestações do racismo. Além disso, é necessário que nos currículos mínimos, o racismo não seja resumido a uma ou duas disciplinas, mas transversal em todas as disciplinas que compõem o conjunto da formação acadêmico-profissional. Dessa forma, será possível estabelecer no âmbito da formação acadêmico-profissional, as relações raciais e o racismo estrutural como categorias fundamentais para compreender as relações sociais no Brasil. Essas categorias devem ser apropriadas, enquanto matéria que conforma em disciplinas obrigatórias sobre esse debate, mas também deve ser transversal nas disciplinas que configuram a formação acadêmico-profissional em Serviço Social; e aprofundada em estudos e pesquisas, buscando se aproximar das produções teóricas que dedicam-se ao desvelamento, combate e enfrentamento do racismo e como essas podem ser apropriadas e aprimoradas na produção científica do Serviço Social brasileiro. Também é necessário que se invista na educação continuada para fortalecer um processo de intervenção antirracista das/os assistentes sociais, considerando que muitos profissionais podem não ter tido nenhuma aproximação com esse debate na formação acadêmico-profissional.

Portanto, é possível que as/os discentes no processo de formação acadêmico-profissional possam se aproximar do movimento contraditório e antagônico das relações raciais e, indo um pouco mais longe, serem capazes de perceber o racismo como uma estrutura social que impregna o cotidiano de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais. Porém, essa capacidade profissional de reconhecer e formular respostas no sentido do enfrentamento e combate ao racismo no âmbito do Serviço Social, requer uma apropriação da produção científica e acadêmica, política e cultural, que se dedica a desvelar os determinantes e fundamentos das relações raciais no Brasil, na América Latina e no mundo. É nessa seara que as/os assistentes sociais são chamados a intervir e se localizar no processo que envolve as contradições e antagonismos das relações raciais.

O racismo não pode ser naturalizado no âmbito da formação da consciência profissional,

esse processo precisa ser envolvido em reflexões que levem as/os assistentes sociais a questionarem a estrutura social racista, para perceberem que o racismo impregna toda a vida social. O Serviço Social brasileiro avançou muito com o Projeto Ético-Político, o desafio contemporâneo é avançar no fortalecimento desse projeto, e o antirracismo apresenta-se como um meio de fortalecimento desse projeto. Que as próximas gerações de assistentes sociais tenham no seu processo de formação de consciência profissional o antirracismo como um valor ético-político.

No mais, a luta antirracista convoca o Serviço Social, é hora de retirar as vendas do mito da democracia racial no âmbito da formação acadêmico-profissional e no cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais, e assumir uma postura crítica de reconhecer que assistentes sociais, como quaisquer outros profissionais, podem produzir e reproduzir racismo, o que difere essa profissão das demais é compromisso ético-político explícito e hegemônico entre a categoria, que direciona essas/es profissionais para a necessidade de se apropriar e aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno do racismo estrutural como um compromisso ético-político.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In.: Dossiê Marxista e Questão Racial. Margem Esquerda. *Revista da Boitempo*. n.27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ALVES, L. D. O conceito de racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional do serviço social. In: *Cadernos do Lapaarq*, v. XVI, n.31., p. 94-106, Jan-Jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. *SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional*; orientador Reginaldo Ghiraldelli. - Brasília, 2020.
- \_\_\_\_\_. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. In: *R. Katál.*, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago. 2022.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. Direitos humanos ou emancipação humana? In.: *Revista Inscrita*, Brasília, ano 10, n. 14, p. 64-71, dezembro. 2013.
- BRITTES, C. M. Valores, ética, direitos humanos e lutas coletivas: um debate necessário. FORTI, V.; BRITTES, C. M. (org.). *Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.
- CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Campinas: Papel Social, 2013.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. In: *R. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.
- FERNANDES, F. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular coedição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.
- GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. *Revista Libertas*, Juiz de Fora. v.2, n.2, 2003.
- \_\_\_\_\_. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica In.: GUERRA, Y. [et al] (org.). *Serviço Social e seus*

- fundamentos: conhecimento e crítica*. 2.ed. Campinas: Papel Social, 2019.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 111, 2012.
- \_\_\_\_\_. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. In.: *Revista Inscrita*, Brasília, ano 10, n. 14, p. 10-17, dezembro. 2013.
- \_\_\_\_\_. Crise do Capital e Pandemia: a “Questão Social” atravessada por determinações do Racismo. In: EURICO, M. C. [et al] (org.). *Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas: Papel Social, 2021.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista*. Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O negro de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In.: Dossiê Marxista e Questão Racial. Margem Esquerda. *Revista da Boitempo*. n.27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- \_\_\_\_\_. Drogas, opressão social e racismo. In.: *A Luta Contra o Racismo no Brasil*. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017a.
- \_\_\_\_\_. O combate ao racismo é uma luta anticapitalista. In.: *A Luta Contra o Racismo no Brasil*. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017b.
- \_\_\_\_\_. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- ROCHA, R. F. *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios*. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SILVA, A. P. P. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

# Marx sobre a "questão social": itinerário de análise no New-York Daily Tribune

## Marx on "social question": analysis itinerary in the New-York Daily Tribune

Pedro Henrique Antunes da Costa\*  
Kíssila Teixeira Mendes\*\*

**Resumo:** Abordamos a análise de Marx sobre a “questão social” em seus artigos no New-York Daily Tribune (1952-1962). Nele, discutiremos sobre suas tratativas da pobreza, fome, desemprego, formas precárias e degradantes de trabalho, produção de loucura e do suicídio, criminalidade e emigração forçada como expressões ou desdobramentos da “questão social”, produzindo-se dialeticamente na totalidade social capitalista. Argumentamos como, a partir de Marx e do resgate de produções suas não tão conhecidas, podemos qualificar o debate e o enfrentamento da “questão social” no Brasil, de modo a superá-la - junto do modo de produção que a produz compulsoriamente, se manifesta e reproduz nela/por ela -, explicitando a pertinência do método em Marx e de suas análises à nossa realidade..

**Palavras-chaves:** questão social; pauperismo; Marx; marxismo; New-York Daily Tribune..

**Abstract:** We approach Marx's analysis of the “social question” in his articles in the New-York Daily Tribune (1952-1962). We discuss his dealings with poverty, starvation, unemployment, precarious and degrading forms of work, production of madness and suicide, criminality and forced emigration as expressions or outcomes of “social question”, produced dialectically in capitalist social totality. We argue how, based on Marx and the rescue of his not-so-known productions, we can qualify the debate and the confrontation of the “social question” in Brazil to overcome it - together with the mode of production that compulsorily produces it, manifests itself and reproduces it/through it -, making explicit the relevance of the method in Marx and his analysis of our reality.

**Keywords:** social question; pauperism; Marx; Marxism; New-York Daily Tribune.

Recebido em: 24/05/2022

Aprovado em: 17/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Não-Comercial~~ 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\*Professor adjunto do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Psicólogo e doutor em Psicologia.

\*\*Professora da UniAcademia - Centro Universitário. Psicóloga, cientista social e doutoranda em Psicologia.

## Introdução

No presente artigo, abordamos a análise de Marx sobre a “questão social” em seus textos no *New-York Daily Tribune* (NYDT), de 1852 a 1962. É um artigo teórico, em que nos debruçamos sobre a produção jornalística de Marx em tal periódico, com foco nos artigos em que tratou das manifestações e desdobramentos da “questão social” para a classe trabalhadora.

Segundo Barsotti (2005:133), o NYDT era o jornal mais lido nos Estados Unidos, com “linha política que mesclava a defesa de ideias progressistas, abria espaço para o fourierismo norte-americano, defendia a libertação dos escravos e se opunha à pena de morte”. Nos 10 anos, Marx escreveu 487 artigos, sendo 12 em coautoria e 125 de Engels, mas assinados por ele por ser sua principal fonte de renda no período. Mesmo que tenha possibilitado sua sobrevivência, a função também demandou considerável dispêndio de tempo e energia, atrasando seu projeto de elaboração da crítica à economia. Como relatou no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859:

Minha colaboração, iniciada havia oito anos, no New York Tribune, o primeiro jornal anglo-estadunidense, trouxe consigo, já que não me ocupo senão excepcionalmente de jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão de meus estudos. Todavia, os artigos sobre os acontecimentos econômicos marcantes que ocorriam na Inglaterra e no continente constituíam uma parte tão considerável de minhas contribuições, que tive de familiarizar-me com pormenores práticos que não são propriamente do domínio da ciência da Economia Política (MARX, 2008:50)

Contudo, Marx acabou utilizando do NYDT como plataforma para expor aspectos de seus estudos e vocalizar anseios da classe trabalhadora, se debruçando sobre uma série de eventos de suma importância no desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC) no período, como: a colonização inglesa na China e na Índia, os levantes revolucionários e disputas na Europa, a economia política, a situação da classe trabalhadora na Grã-Bretanha etc. (LEDBETTER, 2007). No mais, “Marx também não perdia a oportunidade para desmascarar o segredo da Economia Política ao insistir no caráter definitivo e eterno do capitalismo” (BARSOTTI, 2005:134), criticando economistas, suas mistificações e apologias à ordem.

Especificamente sobre a “questão social”, são marcantes as suas produções e análises no NYDT sobre o pauperismo da classe trabalhadora no Reino Unido, mesmo com a prosperidade econômica da região. No entanto, Marx não se deteve ao pauperismo como se fosse algo *per se*, escrutinando como ele se atrelava a outros fenômenos históricos e sociais, como a fome, o desemprego, condições precárias e degradantes de trabalho, o crescimento do sofrimento e da loucura nos trabalhadores, dentre outros que abordaremos à frente, apreendendo as múltiplas determinações que conformavam o caráter imanentemente desigual e exploratório



do MPC e seus sintomas nas condições de vida da classe trabalhadora. Isso nos permite reforçar que a “questão social” não se reduz ao pauperismo, por mais que o tenha como fenômeno e se vincule a ele em suas origens, sendo o conjunto das expressões que definem as desigualdades da “sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001:46). Nesse ínterim, Marx se debruçou sobre as lutas dos trabalhadores e seus tensionamentos contra a burguesia.

Por mais que, conforme Castelo (2010), Marx abandonou o termo “questão social” no desenvolvimento maduro da crítica da economia política, ele não desconsiderou o que estava “por trás” do termo: a reprodução ampliada e valorização do capital pautadas na apropriação privada dos meios de produção e contradição capital-trabalho. Isso se deu, aliás, por conta de suas críticas à economia política enquanto instrumento de mistificação e naturalização da realidade antagônica capitalista, se utilizando do conceito de “questão social” para isso (CASTELO, 2010; GUERRA; BATISTA, 2021). Segundo Guerra e Batista (2021:173):

a expressão “questão social” é apropriada pelo pensamento conservador para explicar e justificar o alastramento e o aprofundamento das sequelas oriundas da exploração absoluta que tomava conta das famílias proletárias e, ao mesmo tempo, da materialização da classe trabalhadora na condição de classe para-si, dois conteúdos que estremeceram as bases estruturantes do projeto societário burguês a partir de 1830 e que se aprofundaram com a revolução de 1848 no continente europeu.

Reforça-se a necessidade de entendermos como se dá esse processo, com os textos aqui abordados possibilitando um itinerário analítico importante. Eles configuram um rico e pouco explorado material, nos permitindo aprofundar na análise marxiana acerca das determinações da “questão social”, suas manifestações ou desdobramentos, evitando apreendê-las de maneira fragmentada, como se fossem “questões” dissociadas umas das outras ou incorrendo sobre uma “nova questão social”. A “questão social” é um “produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário” (CASTELO, 2010:86), cujos elementos básicos são “capital, trabalho assalariado e lutas operárias” (:87), com sua superação sendo a superação do MPC.

Dessa forma, dividimos por seções as expressões ou desdobramentos da “questão social” (pobreza/pauperismo, fome, desemprego etc.), como analisados por Marx, mas com a divisão servindo a fins puramente didáticos, sendo que, no transcorrer de cada, explicitamos suas relações dialéticas e circunscrição à totalidade. Não buscamos uma análise exaustiva, até porque cada uma das expressões ou desdobramentos da “questão social” necessitaria de tratamentos analíticos específicos, quiçá trabalhos próprios sobre cada uma. Posteriormente, extraímos alguns apontamentos à realidade brasileira, dialogando com reflexões no Serviço Social.

Ressaltamos também que não é nosso intuito abordar a conjuntura brasileira, mas, sim,



explicitar a pertinência de Marx na apreensão de nossa realidade, sem o compromisso com o exame dela, o que precisaria ser desenvolvido e demonstrado por outros meios. Procuramos, assim, ressaltar a relevância de Marx à análise das expressões da “questão social” no país, considerando nossas particularidades e como podemos ir *além dele*, mas *com ele*.

Existem trabalhos recentes de tradução e publicação no país dos escritos de Marx (e Engels) no New-York Daily, como, por exemplo: os referentes à China e sua verve anticolonial (MARX; ENGELS, 2016); sobre a guerra civil estadunidense e seu apoio às lutas antiescravidão (MARX; ENGELS, 2020). Apesar destes esforços, ainda são escassas as iniciativas sobre os textos jornalísticos de Marx no período abordando as condições de vida da classe trabalhadora, mormente no Reino Unido, com as análises sobre tais fenômenos e dinâmica ficando geralmente restrita às suas obras mais conhecidas. Como salientou Ledbetter (2007:xxvi):

E é por isso que os relatórios concretos que Marx apresenta nos jornais diários mantêm tanta relevância: ao contrário das teorias mais desenvolvidas de, digamos, *O Capital*, esses envios contêm uma sensação nova de um escritor lutando no prazo para entender a dinâmica da política e da economia; de indignação com a pobreza e a brutalidade calorosas; e, ocasionalmente, de esperança de energia revolucionária.

Assim, trabalhos como este podem contribuir para a divulgação de textos importantes na trajetória marxiana e permitem apreender o desenvolvimento de seu pensamento, sua dinâmica, mudanças, permanências, melhorias e aprofundamentos, abrangendo intervenções que, caso sejam desconsideradas, podem resultar em constatações caricaturais sobre Marx, como as que, por exemplo, o tratam como economicista, eurocêntrico, alheio a realidade de outros países e continentes e questões como as de raça, gênero, etnia etc., o que não condiz com sua análise totalizante, militância e *práxis* revolucionária (LEDBETTER, 2007). Dialogamos também com algumas das obras mais conhecidas, possibilitando uma visão do todo: Marx como totalidade, cuja continuidade tem superações, melhorias e descontinuidades.

Por fim, algumas observações metodológicas e sobre *forma* são necessárias. Dentre a miríade de temas abordados por Marx – muitas das vezes em um mesmo artigo – enfocamos nos artigos que versavam especificamente sobre a condição de vida da classe trabalhadora, mais especificamente, sobre as manifestações da “questão social”. A busca e a análise do material só foram possíveis por esforços recentes, e em andamento, de publicação das obras de Marx na internet. Os textos do NYDT foram acessados em sítios<sup>1</sup>, cujas fontes foram os *Marx and Engels Collected Works*, volumes 11 a 16. Apenas quatro dos artigos no NYDT analisados tinham sido traduzidos ao português e publicados no país na forma de artigos acadêmicos,

<sup>1</sup> <https://marxengels.public-archive.net/> e <https://www.marxists.org/>.

passando pela avaliação por pares (MARX; 2015; 2017; 2020a; 2020b). Com exceção das citações deles extraídas, todas as outras deveriam ser sucedidas de “s/p.”, que optamos por suprimir, já que os textos nos referidos sítios não possuem paginação. Ademais, todas as citações dos outros artigos de Marx no NYDT foram traduzidas por nós. Por isso e para facilitar a leitura, também suprimimos “tradução nossa”, que deveria vir após as referências das citações.

### Marx e a pobreza (pauperismo)

Das expressões da “questão social”, o pauperismo é a mais abordada por Marx, ao ser sua faceta mais evidente ou como a “questão social” foi inicialmente reconhecida. Porém, antes de abordarmos os escritos no NYDT, é necessário voltar ao Marx de 1844, das *Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano* e dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. No primeiro, Marx (e Engels) se valia da “questão social” para descrever o pauperismo da classe trabalhadora, “a questão da miséria dos operários” (MARX, 2011, p. 152), criticando a mistificação e naturalização do pauperismo por mecanismos que imputavam as causas a má gerência estatal, aos pobres e miseráveis – punindo-os, inclusive – ou relegando à caridade, à “união de todos os corações cristãos” (:142) o trato da pobreza. No segundo, Marx distingue a “pobreza naturalmente existente” (MARX, 2010:156), decorrente da escassez de bens dos tempos pretéritos, da “pobreza produzida artificialmente” (:156), intrínseca ao MPC.

Ao se deparar com o intenso fenômeno de pauperização da classe trabalhadora inglesa, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento econômico sendo capazes de dirimir ou findar a pobreza, Marx constata algo novo na natureza (social) da pobreza: essa não decorria da escassez de bens, mas resultava da apropriação privada dos meios de produção, da contradição capital-trabalho e da exploração via trabalho assalariado (e alienado, estranhado); não só ela se intensificava e se generalizava na classe trabalhadora (na forma da pobreza absoluta), como também aumentava a distância entre a riqueza produzida e apropriada pelos donos dos meios de produção e a pela classe trabalhadora (pobreza relativa). Ademais, acentuava-se um exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, não só de pobres, mas de indigentes (*paupers*). Tal apreensão decorre da apropriação marxiana sobre a economia política e o desenvolvimento por ele da negação (da negação) dela, na forma da crítica da economia política, resultando na lei geral de acumulação capitalista, exposta n’*O Capital*

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva [...] A grandeza proporcional do exército industrial de

reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (MARX, 2013:875).

Grosso modo, há no desenvolvimento do MPC a tendência de se produzir mais riqueza, mas com acumulação privada; quanto mais riqueza produzida, maior a pobreza relativa a tal produção, maior a miséria de quem a produz; quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a socialização da pobreza, acumulação de riqueza por poucos e acumulação de miséria por muitos. Temos, pois, o caráter imanentemente desigual do MPC, expresso de maneira mais saliente no pauperismo, mas que também possui outras expressões e desdobramentos, como veremos à frente, conformando a “questão social”. Independentemente da ação da classe trabalhadora, inclusive, provendo ganhos salariais, melhores condições de trabalho, ou seja, se apropriando de maiores parcelas da riqueza socialmente produzida, mesmo assim há uma tendência de que tais conquistas sejam menores que os ganhos do Capital.

Já em 1852, publica *Pauperismo e Livre Comércio. A Crise Comercial que se Aproxima* (MARX, 2017), abordando o aumento do pauperismo dos trabalhadores britânicos nos marcos de livre-comércio e prosperidade comercial. Assim, se contrapõe às análises dos economistas e principais meios de comunicação que colocavam o aumento da *riqueza nacional* resultante do livre comércio como sinônimo de melhoria de vida. Mobilizando dados ao seu interesse, buscavam demonstrar o sucesso econômico, de modo que “se fosse permitido o completo desenvolvimento do livre-comércio, elas [as *workhouses*] poderiam desaparecer inteiramente do solo britânico” (MARX, 2017, p. 469/470). Ou seja, com o desenvolvimento pleno do livre comércio, teríamos o fim da pobreza na Grã-Bretanha: “as exportações aumentam com o livre-comércio e que a prosperidade aumenta com as exportações, e que diante da prosperidade o pauperismo deve diminuir e finalmente desaparecer” (MARX, 2017, p. 471).

Tais análises - apologias à ordem - desconsideravam que a aclamada prosperidade não era para todos, negando os “indigentes [*paupers*] indissociáveis da prosperidade britânica” (MARX, 1852a). Ao contrário do proclamado, o número de empobrecidos e de indigentes aumentou, mesmo com a prosperidade econômica; ou melhor, como elemento constitutivo do desenvolvimento e prosperidade econômicos. Ao analisar documentos governamentais, Marx constatou que a redução do número total de indigentes de 1848 a 51, caso fosse comparada com a população estimada pelo censo, demonstrava um crescimento. Se entre 1841-48 havia 89 indigentes para cada 1.000 da população, em 1851, tal número passou a ser de 90 em cada

1.000. O que os economistas políticos e seus panfletos ideológicos na forma de jornais não contavam, ao esconder os números relativos, era que “na realidade, o pauperismo tem crescido acima da média de 1841-48, e isso apesar do livre-comércio, da fome, da prosperidade, apesar das pepitas da Austrália e do fluxo migratório” (MARX, 2017, p. 472).

Ao citar reiteradamente a fome, sobretudo na Irlanda, e seus desdobramentos como a emigração praticamente forçada de um quantitativo grande de irlandeses - como veremos a seguir -, Marx também critica sua desconsideração nas análises enquanto fator fundamental para a suposta redução da pobreza, afinal dizimou cerca de um milhão de pessoas. Na verdade, a medida mais *efetiva* de redução ou superação da pobreza era a morte dos pobres.

Não bastando as condições miseráveis, para a burguesia “[u]m indigente não pode ditar condições - ele deve aceitar o que lhe é oferecido”, diz *The Economist*, em um ataque de sinceridade” (MARX, 1853a). Porém, o pauperismo não só era uma manifestação do desenvolvimento capitalista e seu caráter desigual, como se apresentava, dialeticamente, como sua negação, enquanto sinalização da incongruência de tal modo de produção com as vidas que neles se produziam e o produziam; da prosperidade econômica na/pela miséria socializada. E tal negação era negada nas/pelas lutas da classe trabalhadora, com centralidade do operariado, que *tornado pauperizado*, negava a sua própria condição, afirmando-se sujeito coletivo produtor da riqueza e, portanto, seu detentor. Conforme apontou Castelo (2010:90):

o proletariado, então liderad[o] pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos.

Nem o livre-comércio era capaz de reduzir a pobreza, nem as medidas protecionistas. “Qualquer dos lados da política comercial burguesa, Livre-Comércio ou Protecionismo, é com certeza igualmente incapaz de abolir os fatos que são meros resultados naturais e necessários da base econômica da sociedade burguesa” (MARX, 2017, p. 472). Residia, pois, na classe trabalhadora e sua *práxis* revolucionária a superação desta sociedade e a superação da pobreza e das demais expressões e desdobramentos da “questão social”, tal como se produzem no MPC.

Nesse sentido, uma parcela significativa de artigos de Marx no NYDT consiste em relatar, analisar, apoiar - e criticar quando necessário - os movimentos da classe trabalhadora inglesa, desde paralisações, piquetes e greves (p. ex.: MARX, 1853b; 1853c; 1853d; 1853e; 1853f), até às formas organizativas na política institucional, como, a seguir:

algum futuro historiador registrará que existiram, no ano de 1854, dois Parlamentos na Inglaterra, um Parlamento em Londres e um Parlamento em

Manchester, um Parlamento dos ricos e um Parlamento dos pobres, mas que os homens se sentaram apenas no Parlamento dos homens, e não no Parlamento dos senhores (MARX, 1854)

Em um dos artigos sobre greve dos trabalhadores, chegou a ironizar: “[q]uando os trabalhadores pedem mais do que ‘as necessidades básicas da vida’, quando aparentam ‘partilhar’ dos lucros resultantes de sua própria indústria, são acusados de tendências comunistas” (MARX, 1853d). Para ele, desde o início de seus artigos no NYDT, o pauperismo apresentava-se enquanto uma das especificidades da *questão do trabalho (labor question)* (p. ex.: MARX, 1853g; 1853h), da classe trabalhadora e das suas lutas. Nesse sentido, é importante resgatar as análises de Castelo (2010:93) sobre a “questão social” em Marx e Engels:

Já na década de 1850 e início de 1860, em textos escritos para a imprensa, Marx tratou dos temas de crise, pauperismo e situação dos trabalhadores fabris sem referir-se uma única vez à “questão social”, nomeando-a de questão operária. Ao promover a substituição da palavra ‘social’ pela ‘operária’, Marx apontou para um novo tratamento teórico da “questão social”, pois deixou de trabalhar com a hipótese então conservadora de que os problemas sociais atingem a todos os segmentos sociais de forma indiscriminada, e passou a relacioná-los de forma mais estreita ao seu conteúdo de classe.

Em nossas buscas e análises dos textos marxianos no NYDT no período relatado, encontramos, sim, referências a manifestações da “questão social”, como o pauperismo, bem como alguns indivíduos nos/pelos quais ela se materializava (p. ex., os indigentes - *paupers*). Contudo, é correta a constatação de que eram analisados enquanto constitutivos da classe trabalhadora, uma análise desde o seu conteúdo de classe. Não por acaso, Marx utiliza os termos *working class, workingmen, working people, work-people, workers* e variações, inclusive, para se referir àqueles em condições mais pauperizadas.

## Fome

Marx (2017) aponta que um dos motivos para a diminuição do pauperismo na Grã-Bretanha era a fome, que se alastrava sobretudo na Irlanda, dizimando cerca de um milhão de pessoas e levando um número muito próximo a emigrar em busca de sobrevivência - como veremos. Já a visão hegemônica, propagada por periódicos como o *The London Economist* - porta-voz da burguesia e dos ditames da economia política liberal -, tomava a diminuição do número de indigentes (*paupers*) nas casas de trabalho (*workhouses*) como sinônimo da redução do pauperismo ou sua consequência mais evidente, e que tal redução era resultado natural da prosperidade econômica oriunda do livre comércio. Contudo, negavam que tal diminuição numérica nas casas de trabalho se dava pela fome e as mortes consequentes, bem como “a



descoberta de ouro no exterior, o êxodo da Irlanda, a grande demanda por transporte marítimo britânico dela decorrente, etc, etc.” (MARX, 2017, p. 469).

Marx ironiza tais *análises* - mistificações apologéticas - que tomavam a aparência fenomênica como a essência ou consideravam certos fragmentos empíricos que *provavam* seus argumentos, desconsiderando outros e a realidade como totalidade: “[d]evemos confessar que ‘a fome’ é um remédio tão radical contra o Pauperismo quanto o arsênico contra os ratos” (MARX, 2017, p. 469). Ironiza também os economistas burgueses, a quem chama de “fantasistas” e “videntes oficiais da economia inglesa”, em contraposição aos socialistas e comunistas que, supostamente, eram os utopistas: “E esses sóbrios estatísticos burgueses têm a coragem de falar dos ‘utópicos’ – em verdade, não há maiores utópicos na face da Terra do que esses burgueses otimistas” (MARX, 2017, p. 471). Ao discorrer sobre a probabilidade da crise econômica, reitera sua crítica ao otimismo burguês e da economia política: “quando esses burgueses otimistas já anteciparam ou previram a crise?” (MARX, 2017).

A partir do exposto, podemos extrair como não só a produção de pobreza aumentava com o crescimento da riqueza, mas também a fome. Ou seja, isso não se dava *apesar* do desenvolvimento econômico, mas *nele e por ele*, enquanto parte dele. Temos pobreza e fome como expressões da desigualdade imanente do MPC e que se relacionam dialeticamente.

Em *Political prospects, commercial prosperity. Case of starvation (Perspectivas políticas. prosperidade comercial. Caso de fome)*, publicado em janeiro de 1853, Marx dá como exemplo, contrastando um montante de falas e dados sobre a prosperidade comercial britânica, a morte de um “homem robusto e forte, no auge da vida” (MARX, 1853i), que, ao peregrinar em busca de emprego, acabou morrendo de fome. Uma “morte paciente e miserável do homem esgotado” (MARX, 1853i), sem não antes fazer inúmeros apelos por ajuda, por comida, numa busca permanente e fracassada por abrigo em que não passasse frio, sem contar os pedidos por emprego e de ter passado sete dias em jejum. Por fim, ironiza:

Relate este caso de fome em meio à prosperidade a um homem gordo da cidade de Londres, e ele lhe responderá com as palavras do The London Economist, de 8 de janeiro:

“É encantador ver, sob o Livre Comércio, todas as classes florescendo; suas energias são evocadas pela esperança de recompensa; todos melhoram suas produções, e todos e cada um são beneficiados” (MARX, 1853i).

Em outro artigo, *Debates parlamentares. O clero e a luta pela jornada de dez horas. Fome*, escrito pouco mais de um mês depois e publicado em março, Marx (2020a) menciona, dentre os casos mensais de morte por inanição em Londres, o de uma mulher de 43 anos, morta não só pela fome, mas pela exposição ao frio; um caso que se assemelha a muitos de nossa



realidade, no que se refere às condições de vida (e de morte) de pessoas em situação de rua. A partir do relato do médico, menciona: “[a] falecida estava deitada em um monte de palha, sem a menor cobertura. O cômodo era completamente destituído [de] mobiliário, aquecimento ou comida. Cinco crianças pequenas estavam sentadas no chão nu, chorando de fome e frio ao lado do corpo da mãe” (MARX, 2020a:254). Temos só nestes exemplos imbricamentos entre pobreza, desemprego, fome, condições precárias ou falta de moradia, adoecimento e morte.

### **Desemprego, exército industrial de reserva, superpopulação relativa e trabalho precário**

Como podemos observar, o desenvolvimento econômico, mesmo em um período de prosperidade comercial, também não foi capaz de possibilitar emprego a quem necessitava. Mais, se deu com base na utilização de mão-de-obra em condições precárias, degradantes, em jornadas de trabalho extensivas não exclusivas a adultos, mas incorporando, inclusive, crianças. Ou seja, a classe trabalhadora no período e contexto de Marx - cabe ressaltar, o país e economia mais desenvolvidos em termos capitalistas na época - numa encruzilhada, cujas alternativas eram a do desemprego e o conseqüente recrudescimento de uma condição já pauperizada, colocando em xeque sua sobrevivência, ou de trabalharem em condições insuficientes para repor sua força de trabalho, sua energia vital, colocando em xeque sua sobrevivência.

No decorrer da produção marxiana, temos inúmeros relatos, na forma de denúncias, acerca da situação da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho. Aliado a isso, é bastante analisado como o desemprego no MPC é estrutural, não havendo capitalismo sem parcelas significativas alijadas do mercado de trabalho, constituindo montantes expressivos do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, como explicitou Marx posteriormente. Por fim, toda essa dinâmica se mostra como a dinâmica do desenvolvimento capitalista, constitutiva do mesmo e necessária à sua reprodução, com tais *massas sobrantes* exercendo uma funcionalidade de redução ou manutenção rebaixada das condições e direitos trabalhistas, bem como dos patamares salariais - uma alavanca de acumulação capitalista (MARX, 2013) - e, também, como mecanismo de fragmentação e controle da própria classe trabalhadora, fomentando a competição no seio dela.

Com relação à utilidade do exército industrial de reserva enquanto mecanismo de fracionamento na classe trabalhadora, gerando, inclusive, tensões e lutas nela, é relevante a posição de Marx em *Persian Expedition in Afghanistan and Russian Expedition in Central Asia. Denmark. The Fighting on The Danube and in Asia. Wigan Colliers (Expedição Persa no Afeganistão e Expedição Russa na Ásia Central. Dinamarca. A Luta no Danúbio e na Ásia. Os*

*Mineiros de Wigan*), publicado em 18 de novembro de 1853. Ao final do artigo, em que Marx aborda vários temas, ele analisa o ocorrido em um protesto de mineiros em greve em Wigan que acabaram atacando outros mineiros trazidos pelo patrão do país de Gales para substituí-los. Na ocasião, segundo relato de Marx, sete mineiros morreram. Marx, “longe de defender os atos de violência sem sentido praticados pelo mineiro de Wigan” contra seus colegas-trabalhadores, entende que “há uma grande dificuldade [...] em proceder ‘pacífica, ordeira e silenciosamente’, quando são levados a atos de frenesi pela miséria absoluta e pela insolência fria de seus patrões” (MARX, 1853j). Ademais, “quando vemos os patrões se comprometendo com pesadas multas, com o objetivo de impor seu lock-out, podemos nos surpreender com a maneira mais rude e menos hipócrita com que os trabalhadores tentam impor sua greve [turn-out]?” (MARX, 1853j).

Tudo isso também nos mostra a própria luta de classes no cerne da “questão social”; a luta em decorrência das manifestações e desdobramentos da “questão social” e para transformá-las. No artigo *Condition of Factory Laborers (Condições dos Trabalhadores das Fábricas)*, Marx crítica as leis de aumento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho, com vias a aumentar a exploração. “Trabalho em excesso nos termos dessa lei significa empregar jovens por mais tempo por dia do que o permitido legalmente” (MARX, 1857a). Ao se inteirar do relatório de inspetores da fábrica, Marx cita que, como resultado dessa dinâmica, o

número de acidentes decorrentes de máquinas, como morte, amputações de mãos, braços, pernas ou pés, fratura de membros e ossos, de cabeça e face, lacerações, contusões etc., durante os seis meses que terminaram no dia 31 outubro de 1856, chegaram ao terrível número de 1.919. Vinte casos de morte, afetados por máquinas, são registrados no boletim industrial por meio ano – cerca de dez vezes o número perdido pela Marinha britânica durante seu glorioso massacre de Cantão [*Canton massacre*] (MARX, 1857a).

Até a morte, referente à classe trabalhadora, por mais natural que seja, deve ser analisada em termos de como é determinada, isto é, o seu caráter social e histórico. Nessa “batalha entre trabalho e capital, entre salários e lucros” (MARX, 1853g), em que os segundos são “vampiros, engordando com o sangue vital da geração jovem trabalhadora de seu próprio país” (MARX, 1857a), tanto no artigo supracitado quanto no seguinte, *The English Factory System (O Sistema Fabril Inglês)* (MARX, 1857b) e em *The Labor Question (A Questão do Trabalho)*, de 28 de novembro de 1853, Marx destrincha um dos principais movimentos do capital para alavancar a acumulação e aumentar a exploração: a utilização de força de trabalho infantil e de mulheres por menores salários. “O comércio vigoroso era sinônimo de fábricas ampliadas, com maior aplicação de máquinas, com mais trabalhadores adultos sendo substituídos por mulheres e crianças, com horas de trabalho prolongadas” (MARX, 1853g). No artigo seguinte, *Prosperidade. A Questão do Trabalho (Prosperity. The Labor Question)*, denuncia as

condições de trabalho de 19 jovens em uma fábrica, com idades que iam de 9 a 22 anos - sendo que 12 eram menores de idade que, durante setembro de 1852, trabalharam “*sessenta horas consecutivas, com exceção de três horas para descanso!*” (MARX, 1853h). Ainda segundo ele, uma delas, “de apenas 9 anos de idade caiu no chão adormecida de exaustão, durante as 60 horas; ela *foi despertada e chorou, mas foi forçada a retomar o trabalho!*” (MARX, 1853h).

### **Loucura e sofrimento psíquico<sup>2</sup>**

A análise sobre as manifestações da “questão social” até aqui postas relacionam-se diretamente com a deterioração da saúde dos(a) trabalhadores(as). Falar sobre a pobreza, a fome, o desemprego ou condições degradantes de trabalho é falar sobre uma saúde mental precária, adoecida, sofrida; uma degradação objetivo-subjetiva, físico-mental, do indivíduo como totalidade, circunscrito à totalidade social.

“Não há, talvez, fato mais bem estabelecido na sociedade britânica do que o correspondente crescimento da riqueza moderna e do pauperismo. Curiosamente, a mesma lei parece valer com respeito à loucura [*lunacy*]” (MARX, 1858a). A mesma dinâmica de prosperidade para uns poucos, enquanto aumentava a pobreza (pauperismo) e a fome para a maioria se dava também na produção da loucura. A análise marxiana sobre o crescimento da loucura abordou os anos de 1852 a 1857, “um período de prosperidade comercial sem precedentes” (MARX, 1858a). Não era de se esperar que, num período de prosperidade comercial sem precedentes, o sofrimento da população - que produz objetivamente tal prosperidade, tal riqueza - não diminuísse em face da própria prosperidade econômica? Que as condições de vida melhorassem e o número de pessoas que enlouqueciam, dadas as condições de vida supostamente já não tão enlouquecedoras, diminuísse? Ou que aqueles em sofrimento psíquico tivessem melhoras, em decorrência da própria melhoria das/nas condições de vida?

Não era isso que acontecia. O número de pessoas consideradas loucas e colocadas em instituições asilares-manicomiais na Grã-Bretanha aumentou de 21.158 para 27.693 entre 1852 e 1857. Em termos proporcionais também: no início de 1852, a proporção era de 1 louco para cada 847 pessoas “normais”; em 1857, de 1 em 701. Temos uma amálgama da loucura com a pobreza. A loucura, o sofrimento psíquico como expressões da “questão social” ou desdobramentos, já que não é só a classe trabalhadora que sofre. Em publicação sobre o suicídio de 1846, a partir de relatos de Jacques Peuchet, Marx já explicitava: “[e]mbora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como

<sup>2</sup> Utilizamos o termo “loucura” e correlatos não de maneira preconceituosa, mas para disputá-lo e ressignificá-lo, continuando as lutas na saúde mental brasileira que têm o “louco” como sujeito de ação, agente de transformação.

entre os artistas e os políticos” (MARX, 2006:24). Tudo isso diz do caráter de desumanização generalizado do MPC que afeta todos(as), de acordo com suas condições concretas: “como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos (:22)

Já em *Rise in the Price of Corn. Cholera. Strikes. Sailors' Movement (Aumento do preço do milho. Cólera. Greves. Movimento dos Marinheiros)*, Marx (1853c) sinalizou como a “questão da subsistência” é central ao grosso da classe trabalhadora, que tem de se preocupar diuturnamente se sobreviverá ou não ao dia seguinte, mesmo em período próspero economicamente. Logo, pode-se dizer da condição de vida enquanto situação de preocupação, angústia, sofrimento constantes. Quanto mais se precariza, mais se produz sofrimento e se normaliza o sofrimento; uma miséria objetiva e subjetiva.

Os preços do milho subiram em Königsberg, Stettin, Dantzig, Rostock, Colônia, Hamburgo, Roterdã e Antuérpia e, claro, em todos os mercados importadores. Nos principais mercados provinciais da Inglaterra, o trigo avançou de 4 para 6s. por qr. Os preços constantemente crescentes do trigo e do centeio na Bélgica e na França, e a conseqüente escassez do pão, criam muita ansiedade (MARX, 1853c).

Ademais, o tratamento ofertado não só era insuficiente em termos numéricos e carecia de estrutura e profissionais, mas “mesmo quando os meios de acomodação nessas casas licenciadas são grandes e amplos, a acomodação real oferecida é uma mera farsa e o tratamento dado aos internos uma vergonha” (MARX, 1858a). Muitos foram *depositados* nas *workhouses*, transformando-as “não apenas em asilos para loucos [*lunatic asylums*], como em asilos com carências no atendimento, no tratamento e na fiscalização, constituindo a principal salvaguarda dos pacientes internados em asilos regularmente em funcionamento” (MARX, 1858a).

Marx passa a criticar não só as deficiências quantitativas e estruturais, reunindo várias denúncias contra o Estado e iniciativas privadas, mas a própria lógica que rege tal assistência.

existem poucos estábulos ingleses que, ao lado das enfermarias dos loucos [*lunatic wards*] nos asilos, não apareceriam *boudoirs*<sup>3</sup>, e onde o tratamento recebido pelos quadrúpedes não pode ser chamado de afetuoso quando comparado ao dos pobres loucos [*poor insane*] (MARX, 1858a).

Não contente em produzir sofrimento, em enlouquecer os indivíduos, era necessário controlá-los e aliená-los ainda mais por mecanismos coercitivos, aprisionantes sob roupagens de tratamento. “Tratamentos”, que, na verdade, produziam mais sofrimento, mais adoecimento; instituições que não eram de tratamento ou de cura, mas de segregação, controle. No caso das *workhouses*, forjou-se uma dinâmica corretiva, disciplinar e de trabalho forçado, extraindo o

---

<sup>3</sup> Cômodos luxuosos, geralmente usados pelas mulheres burguesas da época.

máximo de tais indivíduos; uma perspectiva asilar-manicomial e mercantil, em que, quanto mais internos, mais lucro: um comércio e indústria da loucura, como denunciado por Marx:

[É] um resultado natural que a detenção em *workhouses* não apenas piore os casos não tão agudos de loucura para os quais foi originalmente planejada, mas tem a tendência de cronificar e tornar permanentes os casos que deveriam ter sido tratados por cuidados precoces. O princípio decisivo para os Conselhos de Guardiães é a economia (MARX, 1858a).

Colocando em diálogo a crítica de Marx em *The Increase of Lunacy in Great Britain* com suas análises posteriores sobre a *lei geral de acumulação capitalista* e a *assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 2013), podemos apreender que tais instituições asilares-manicomiais são respostas à necessidade de gerência e controle da superpopulação relativa que foi expropriada dos meios de produção e forçada a migrar aos centros urbanos, onde não havia trabalho para todos, resultando em condições mais pauperizadas e tornando-os mais suscetíveis ao sofrimento, à loucura. Mesmo quem enlouquecia, recebia “tratamento” semelhante enquanto rebotalho a ser ajustado à normalidade produtiva capitalista ou penalizado por sua pobreza, como já sinalizava nas *Glosas críticas...* (MARX, 2011). Com o desenvolvimento do MPC, temos o desenvolvimento da “questão social” nas suas variadas expressões ou desdobramentos e das formas de gerência e controle daqueles e daquelas que a encarnam; não à toa, o grosso das instituições asilares-manicomiais se voltava aos *loucos e pobres* e aos *loucos pobres*.

Antes de *The Increase of Lunacy in Great Britain*, Marx publicou *Imprisonment of Lady Bulwer-Lytton*. Nele, denunciava o sequestro e a prisão de Rosina Bulwer-Lytton, que foi *diagnosticada* como louca por ter ido às tribunas da Câmara Municipal de Hertford denunciar seu ex-marido Edward Bulwer-Lytton, renomado escritor e político conservador. A trama foi operada por Edward e seu filho - também filho de Rosina -, com a loucura forjada, junto do respectivo “tratamento” (a “prisão”), como forma de silenciar e oprimir uma mulher e proteger seu ex-marido: “A circunstância mais importante é essa: Enquanto Sir Edward falou, Lady Bulwer manteve silêncio” (MARX, 1858b). Rosina enquanto “alvo” do tratamento, ou seja, a pessoa a ser cuidada, foi alvo de violência, com o cuidado sendo orientado ao ex-marido.

Dialogando com *Sobre o Suicídio*, de 1846, em que Marx publica quatro casos de suicídio extraídos dos arquivos de Jacques Peuchet, sendo três de mulheres que se suicidaram em face de violências e opressões diversas, e duas da burguesia francesa, temos uma ferrenha crítica da opressão patriarcal expressa no/pelo modelo de família burguesa. Segundo Michael Löwy, “o destino delas fora selado mais pelo seu gênero do que por sua classe social” (LÖWY, 2006:18). Ademais, “[a] reificação capitalista e a dominação patriarcal são associadas por Marx [numa] acusação radical contra as modernas relações da família burguesa, fundadas sobre o



poder masculino” (LÖWY, 2006:19). No caso das mulheres, não só a loucura expressa uma condição de vida oprimida, a dominação reificada delas como propriedade do homem, da família e da sociedade capitalista patriarcal, como as formas tradicionais de se abordar a loucura também se configuram historicamente como mecanismos de (mais) opressão.

Ainda sobre o suicídio como desdobramento da “questão social”, é importante resgatarmos Engels e sua análise da situação da classe trabalhadora inglesa:

A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar. Não espanta o fato de a maioria preferir o furto ao suicídio ou à morte por fome. Sem dúvida, há entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, não roubar; esses morrem de fome ou se suicidam. O suicídio, que no passado foi um invejável privilégio das classes altas, está atualmente na moda na Inglaterra até entre os proletários e muitos pobres diabos se matam na única alternativa que lhes resta para escapar à miséria (ENGELS, 2010:155)

## Criminalidade

Já nas *Glosas críticas...* Marx (2011:145) atenta para as imbricações da criminalidade com o pauperismo, dentre outras manifestações ou desdobramentos da “questão social:

Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força!

Debruçando-se sobre os documentos publicados pelo Conselho da Lei dos Pobres sobre os anos de 1848 a 1851, Marx nota que “o número de criminosos também cresceu” (MARX, 2017), a despeito da dita prosperidade econômica supostamente propiciada pelo livre comércio. Ora, se tal prosperidade se solidifica e se alastra com o desenvolvimento das políticas econômicas de livre comércio, não era de se esperar uma redução da criminalidade?

A constatação acerca do crescimento da criminalidade é reforçada anos depois, no artigo *População, crime e pauperismo*, publicado em 23 de agosto de 1859. Marx compila dados do “Resumo estatístico para o Reino Unido em cada um dos últimos 15 anos de 1844 a 1858”, produção estatística produzida pelo parlamento britânico, sobre a população os índices de criminalidade e de pauperismo, concluindo que, entre 1844 e 1854

a criminalidade cresceu em nível mais acelerado do que a população, enquanto a pobreza (*pauperism*) permaneceu praticamente inalterada entre 1849 e 1858, apesar das enormes mudanças operadas neste intervalo no estado da sociedade britânica (MARX, 2015:120).

Cabe ressaltar que tais estatísticas desconsideram a Irlanda que, conforme mencionado, foi diretamente afetada pela fome e suas implicações (como a emigração em massa, que



veremos a seguir) com sua população diminuindo drasticamente. Tal “limitação metodológica” é necessária de ser pontuada, pois a Irlanda foi o único país do Reino Unido no período que teve diminuição considerável na criminalidade. Contudo, “tais números nada têm que ver com as ações do governo britânico, são simples consequências da fome, do êxodo e uma combinação geral de circunstâncias favoráveis à demanda por trabalho irlandês” (MARX, 2015:121).

No mais, a queda nos índices de criminalidade a partir de 1855, não representou a queda nos crimes cometidos, mas que uma série de práticas deixaram de ser qualificadas como crime. Alterações “técnicas”, mas no seio das relações econômicas e suas determinações reflexivas com a esfera política. Portanto, o crime e o criminoso como construções sociais, cumprindo funções econômicas, políticas e ideológicas - sobretudo de controle da classe trabalhadora -, ao invés de algo natural, como se existissem por si, e não que são produzidos enquanto tal numa determinada realidade histórica. Vale aqui, de novo, citar Engels (2010:155) e a classe trabalhadora inglesa, havendo “entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, não roubar; esses morrem de fome ou se suicidam”.

Eis a produção de certos atos como crimes para evitar que a classe trabalhadora os faça e como controle, caso venha a cometê-los, sendo punida, encarcerada. Uma dupla punição: de padecer “livre”, caso não os faça, e de padecer “presa”, ao cometê-los. Não à toa, certos crimes deixam de ser crimes, tornados lícitos ou ao menos com punições mais brandas, dependendo de como a alteração contribui à reprodução da ordem. Há uma *economia política da pena*, que pode ser extraída e desenvolvida a partir da breve, mas importante reflexão marxiana.

Violações da lei geralmente emergem como resultado de ações econômicas (*economical agencies*), que se encontram além do alcance dos legisladores; mas, assim como a aplicação (*the working of*) da Lei da Delinquência Juvenil demonstra, depende, em certa medida, da sociedade oficial (*official society*) carimbar (*to stamp*) certas violações como crimes ou como meras transgressões. Tal diferença de nomenclatura, longe de indiferente, decide o destino de milhares de homens, além da postura moral (*moral tone*) da sociedade (MARX, 2015:121).

Assim, “[d]eve haver algo de podre na essência mesma de um sistema social que eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria, e eleva sua criminalidade ainda mais rapidamente” (MARX, 2015:120). Ou, como discorremos: eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria, eleva o desemprego, a fome, a criminalidade, o sofrimento e a loucura ainda mais rapidamente.

### **Emigração como desdobramento da “questão social”**

Trabalhando a partir de dados oficiais do Escritório de Emigração Colonial entre 1º de janeiro de 1847 e 1º de janeiro de 1852, Marx observa que quatro quintos da emigração era da

“população celta da Irlanda e das Terras Altas (Highlands) da Escócia” (MARX, 2020b:256). A razão por trás desse panorama veiculada por um dos principais meios de comunicação ingleses da época, o *The Economist*, era a de que se tratava do colapso do sistema social no qual tais indivíduos se encontravam, baseado na pequena propriedade no cultivo da batata. Sendo assim, o atraso de tais realidades, supostamente evidenciados na grande emigração de irlandeses, não só apontava para a necessidade de “melhoramento”, como a antecipava. “Comece com a pauperização dos habitantes de um país e quando for impossível arrancar mais lucro deles, quando tiverem se transformado em um fardo para a receita, mande-os para fora do país e recalcule seu rendimento líquido”, retrucou Marx (2020b:256), apontando a filiação do panfleto liberal às principais análises da economia política, como as de Ricardo e de Sismondi.

Ferreira (2020), numa análise dos artigos *Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas – fome* (MARX, 2020a) e *Emigração forçada* (MARX, 2020b), destaca como o núcleo comum de ambos é a crítica à mistificação generalista e abstrata da economia política, cujas elaborações “abstraíam os aspectos humanos do problema e concentravam seu interesse no tema da ‘riqueza nacional’” (FERREIRA, 2020:247), a “entidade gramatical chamada ‘riqueza nacional’” (MARX, 2020b:256). O problema da miséria humana, mais especificamente da classe trabalhadora, era apagado pelo crescimento da riqueza geral - concentrada pela burguesia. Ora, se a economia ia de vento em polpa, não haveria pobreza ou esta era justificada como parte do processo, necessária a ele, não havendo por que se preocupar.

Contudo, Marx constatou que a “roda dos ‘melhoramentos’” (MARX, 2020b:256) não só se atinha aos depauperados da Irlanda e das Terras Altas da Escócia, chegando aos pequenos agricultores ingleses, sobretudo aqueles cujas terras não eram tão produtivas. Com isso, eram também praticamente forçados a emigrar para sobreviver, uma “emigração compulsória provocada pelo latifúndio, concentração fundiária, utilização de máquinas agrícolas e introdução do moderno sistema de agricultura em larga escala” (MARX, 2020b:257).

Nesse sentido, temos “a miséria e a fome do proletariado britânico como fatores responsáveis por sua emigração” (FERREIRA, 2020:247) e não um atraso no desenvolvimento das forças produtivas ou na organização social de tais povos. Nas palavras do próprio Marx:

Ao mesmo tempo atua na Inglaterra um déspota invisível, intangível e silencioso, que condena indivíduos, em casos extremos, à mais cruel das mortes, e conduzindo silenciosamente, todos os dias, raças e classes inteiras de homens para fora do solo de seus antepassados, como o anjo que com sua espada de fogo expulsou Adão do Paraíso. Em sua forma derradeira, o trabalho do déspota invisível se chama emigração forçada, em sua forma inicial ele se chama fome (MARX, 2020a:254).

Tudo isso remete à produção destes como proletariados, trabalhadores livres (a vender as forças de trabalho) obrigados a migrar às cidades por conta das expropriações de suas terras e instrumentos de produção. Dialogando com a análise marxiana sobre a *acumulação primitiva*, não apenas são forçados como proletariado, mas um proletariado pauperizado, com o grosso compondo o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa, afinal “[e]xpulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo” (MARX, 2013:805).

“As modernas transformações no processo da produção [...] expropriaram o clã escocês, o arrendatário (cottier and tenant) irlandês, o camponês independente inglês, incontáveis artesãos, toda uma geração de crianças e mulheres empregadas nas fábricas” (MARX, 2020b:258). Uma história “gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013:787). Assim, antes do processo de emigração e junto dele, temos uma ampla migração interna, que remete à “violenta criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguinária que os transforma em assalariados, a sórdida ação do Estado, que, por meios policiais, eleva o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital” (:813).

Tanto a emigração quanto a migração em massa, nas especificidades analisadas por Marx, são desdobramentos da “questão social”; o caráter praticamente forçado de ambas não decorre de *primitivismo* ou reduz-se a condições climáticas, mas diz do desenvolvimento objetivo do MPC que tem nelas um colorário. Emigração e migração atreladas à pobreza e demais manifestações ou desdobramentos da “questão social” que resguardadas as devidas diferenças, dizem do atual panorama migratório global, da crise humanitária vivenciada, plasmadas ao desenvolvimento e recrudescimento de guerras, da destruição da natureza e outras determinações - que, por sua vez, não são arcaicas ou são anomalias, mas expressam o desenvolvimento cada vez mais destrutivo, barbárico do MPC. Contudo, dado seu caráter contraditório, produzindo suas contradições internas, neste caso, os(as) expropriados(as) “expropriarão, no devido tempo, o senhor da terra e o senhor do algodão” (MARX, 2020b:258), denotando a luta de classes como motor da história e, portanto, da “questão social”.

### **Marx e a “questão social”: apontamentos à nossa realidade**

O Reino Unido não é o Brasil e estamos em 2022, e não no século XIX. Porém, as análises de Marx não significam aqui a transposição de um “olhar” supostamente eurocêntrico, nem que se pode construir o passado no futuro. Não é o mais simples, em termos de desenvolvimento que explica o mais complexo (MARX, 2008). Queremos, com o resgate de

trabalhos não tão conhecidos de Marx, explicitar a pertinência de seu método e sua análise à nossa realidade, com as necessárias mediações. Em concomitância a Ferreira (2020:48),

Sem ignorar a irredutibilidade das diferenças entre contextos e processos distantes de si por mais de um século, é possível inspirar-se na maneira radical (no sentido marxiano), original, criativa e não indulgente com que o demiurgo da filosofia da práxis enfrentou estes problemas em seu próprio tempo.

Por exemplo, se “um milhão de pobres nas *workhouses* britânicas é tão inseparável da prosperidade britânica quanto a existência de dezoito a vinte milhões em ouro no Banco da Inglaterra” (MARX, 2017, p. 472), a redução da riqueza de 90% da população brasileira na pandemia é tão inseparável de nossa prosperidade quanto a existência de 55 bilionários e seus US \$176 bilhões (OXFAM, 2022). Ademais, conforme Marx (1854):

De todos os países, a Grã-Bretanha viu desenvolver em maior escala o despotismo do capital e a escravidão do trabalho. Em nenhum outro país, os níveis intermediários entre o milionário, comandando exércitos industriais inteiros, e o escravo-assalariado [*wages-slave*], vivendo apenas da mão à boca, foram tão radicalmente varridos do solo. Não existem mais, como nos países continentais, grandes classes de camponeses e artesãos quase igualmente dependentes de sua própria propriedade e de seu próprio trabalho. Um divórcio completo entre propriedade e trabalho foi efetuado na Grã-Bretanha. Em nenhum outro país, portanto, a guerra entre as duas classes que constitui a sociedade moderna assumiu dimensões e feições tão colossais e atributos tão distintos e palpáveis.

A preocupação de Marx com a realidade britânica residiu também no fato de se tratar do país com o maior nível de desenvolvimento capitalista da época. O caráter de denúncia de Marx é recrudescido e generalizado: o país capitalista mais avançado gerava miséria a quem sustentava a sua reprodução; ou seja, é da sua natureza impor miséria a quem a produz. Se ele gerava miséria, fome, desemprego, sofrimento, necessidade de emigração etc. para a maioria da sua população, esse é um problema de tal modo de produção da vida, não só dos contextos nos quais ele se entificou particularmente ou de determinados períodos históricos de seu desenvolvimento. O problema é o MPC, seu caráter imanentemente desigual independente de seu estágio de desenvolvimento, tal como expresso na/pela “questão social” enquanto “expressão fenomênica de uma dinâmica cuja lógica é dada pelas relações sociais capitalistas na direção da valorização/acumulação de capital” (GUERRA; BATISTA, 2021:184).

As próprias manifestações ou desdobramentos da “questão social” devem ser analisadas “enquanto parte constitutiva das relações capitalistas” (IAMAMOTO, 2001:10), com suas expressões contemporâneas, por mais que tenham elementos novos ou novas formas, dizendo da “velha” “questão social”, da “velha” contradição capital-trabalho, da “velha” propriedade privada, da “velha” dinâmica expressa na lei geral de acumulação capitalista. É o “velho” capitalismo, em seu atual estágio de desenvolvimento, cujas particularidades e forma histórica

presente não o negam enquanto totalidade social. Deve-se ter cuidado para não analisar a “questão social” pelo prisma “da dinâmica imediata da sociedade, ou seja, da expressão dos seus aspectos fenomênicos, sem penetrar na essência do problema e de suas determinações” (PIMENTEL, 2012:140), caracterizando como “novo”, uma “nova questão social”, o que é uma “velha forma reinventada para enfrentar um velho problema com traços renovados” (:152).

Como afirmou Netto (2001:45) “diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’”, havendo “para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’” (:48). E as novas expressões da “questão social” não suprimem as “velhas” ou “tradicionais”. Em que sentido a pobreza, a fome, o desemprego ou as condições cada vez mais precárias e degradantes de trabalho, a loucura, a criminalidade e a emigração forçada pela miséria, tal como discorremos a partir de Marx, deixaram de existir, mesmo que não se deem exatamente como no século XIX? Dessa forma, em consonância a Pereira (2021:32), a “questão social”

traduz os conceitos universais (ou categorias) de movimento (de transformação), historicidade (transitoriedade/mudança) e contradição (unidade dialética dos contrários), indicando, implicitamente, que a realidade [...] é um todo sinuoso, dinâmico e relacional. Ademais, questão social sugere coexistência imbricada de instâncias estruturais e históricas, requerente de abordagem que conjugue o sistema de produção e reprodução econômicas com o sistema de poder político; e associe, organicamente, economia e política na análise da relação dialética entre estruturas de apropriação (econômica) e de dominação (política) versus luta de classes

Como também demonstramos, trata-se de uma questão *una*, a “questão social” que, por sua vez, é a questão da classe trabalhadora nessa sociabilidade antagônica. Por mais que a “questão social” se manifeste por tais expressões ou desdobramentos, elas não são *questões sociais*, como se fossem questões em si, apartadas umas das outras. A separação delas em seções no artigo teve intuito didático, ilustrando a tratativa marxiana sobre cada uma delas e demonstrando que é possível e desejado se aprofundar em suas especificidades sem fragmentá-las. Não fazendo isso, descaracteriza-se os objetos que se analisa, afinal, a forma como se produzem na realidade deve ser expressa idealmente pelo pensamento, a abstração.

Muito menos são *variáveis*, *recortes* que, na melhor das hipóteses, se correlacionam - o que já pressupõe que estão separadas -, tomadas de maneira estanque e não como movimento (contraditório). Novamente, isso não significa que não devam ser analisadas em suas especificidades. Porém, se retiradas da totalidade a qual compõem e conformam, se fazendo na relação umas com as outras (e umas nas outras), deixam de ser as manifestações ou desdobramentos da “questão social”, mas abstrações incondizentes com a realidade.



É também comum que algumas das expressões sejam tratadas como *questões* individuais, privativas. Por mais que atravessem e encarnem em indivíduos singulares, que se fazem objetivamente e subjetivamente, ao mesmo tempo que são desenvolvidas na e pela ação destes indivíduos, estes não existem enquanto entidades abstratas ou autônomas, expressando singularmente a totalidade social e seu antagonismo de classes, que é racializado e racista, machista, sexista, LGBTfóbico etc. Em consonância a Souza e Teles (2021:57),

entender a história do trabalho subordinado à lei do valor requer considerar sua divisão social, sexual e racial, a qual: por um lado, determina o potencial de extração de mais-valia; por outro lado, desdobra-se em contradições que se apresentam no cotidiano e no nível da aparência, como processos desvinculados da estrutura produtiva.

Com isso, alertamos contra as leituras essencialistas, liberais e apologéticas da ordem burguesa, que mistificam a “questão social”, dissociando-a do MPC. Como mencionado, Marx percebeu isso e, mais ao fim da vida, passou a desdenhar da expressão, “deixando claro que ela se refere a muitas coisas sem dizer nada” (CASTELO, 2010:92). Tal crítica não significou uma desconsideração do que representava a “questão social e já estava presente nos textos ao NYDT, ao confrontar-se com veículos midiáticos liberais, folhetins da burguesia, bem como as doutrinas que os sustentavam - a economia política e teóricos como Ricardo, Sismondi e Malthus - que colocavam a culpa no inverno, no frio, nas pestes, na natureza ou, no máximo, bradavam reclamações genéricas sobre “a sociedade” igualmente abstrata, “uma comunidade imunda, pestilenta, imoral, ignorante, cruel, desajeitada, descontente e incomumente difícil” (MARX, 1853a). Nisso, recorriam a uma suposta natureza egoísta e individualista do ser humano - e, de novo, um ser genérico, abstrato - que atentava contra a vida em coletividade, tendo como cura uma “filantropia hipocondríaca” (MARX, 2020b:257).

Transversalmente, temos a “questão social” reduzida a *desvios*, problemas morais, comportamentais, estilos de vida, falta de educação etc. Culpabilizava-se a classe trabalhadora pela sua condição, ainda mais nos períodos de prosperidade econômica. Marx, desde sua juventude, pôs-se a combater tais mistificações na/pela economia política, para quem “a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida” (MARX, 2011:146). Não à toa, mesmo as parcas críticas à sociedade se voltavam aos trabalhadores, incapazes de fornecer a “melhor educação possível para eles e seus filhos, de modo a se prepararem para a melhoria de suas circunstâncias e aprenderem como aproveitá-la da melhor maneira”, sendo que “as escolas nunca foram tão mal atendidas, ou as taxas escolares tão mal pagas” - trecho do *The Economist* citado por Marx (1853g). Assim, desconsideravam que “[q]uanto mais o moinho era frequentado pela mãe e pela criança, menos esta frequentava a escola” (MARX, 1853g) e, como



ironizou, “não era de se admirar que as classes trabalhadoras não tivessem usado o período de prosperidade para educar seus filhos e a si mesmos” (MARX, 1853h). Em outra ironia:

Se resumirmos, então, as oportunidades de ouro que foram assim jogadas fora pelas classes trabalhadoras, elas consistem na oportunidade de ouro de: não se casarem, da oportunidade de viverem com menos luxo, de não pedirem salários mais altos, de se tornarem capitalistas a 15 xelins por semana, e de aprenderem a manter o corpo são com piores alimentos, e como degradar a alma com as doutrinas pestilentas de Malthus (MARX, 1853g).

Em nossa realidade, tais mistificações da/pela “questão social” e culpabilização da classe trabalhadora também expressaram (e conformaram) particularidades de um capitalismo dependente de gênese e via colonial, como: o dito *jeitinho brasileiro*; a culpa de negros(as) e sua “indolência” e/ou da mestiçagem; o clima tropical etc. E “[q]uando os trabalhadores pedem mais do que ‘as necessidades básicas da vida’, quando aparentam ‘partilhar’ dos lucros resultantes de sua própria indústria, são acusados de tendências comunistas” (MARX, 1853d). Somam-se a isso, tautologias gerencialistas, tecnocratas e politicistas. Todas construções ideológicas a mistificar e justificar a “violência como potência econômica nas origens [e desenvolvimento] da ‘questão social’ no Brasil” (CASTELO, 2021:106).

E quando afirmamos a “questão social” como questão da classe trabalhadora, não desconsideramos as mediações e determinações que dizem da concretude desta classe em nossa realidade particular, como as de raça, etnia, gênero e sexualidades. Até porque o “concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade no diverso” (MARX, 2008:258). Analisar como a “questão social” se materializa, mediada pelas particularidades do MPC e das formações sociais particulares nas quais ele se realiza, suas respectivas estruturas e dinâmicas (SANTOS, 2012; SOUZA; TELES, 2021), bem como a ação humana e sua capacidade transformadora, é apreender sua concretude na/pela concretude da classe trabalhadora; uma classe trabalhadora que não é genérica, abstrata, feita de indivíduos racializados, gendrados etc. Um processo “pleno de determinações complexas, em que se entrelaçam questões étnico-/raciais, de gênero, nacionais, regionais, geracionais, se produzem novas e se reforçam antigas refrações” (GUERRA; BATISTA, 2021:185).

Marx, em seu intuito revolucionário de explicar o funcionamento do MPC para superá-lo, acabou operando em níveis de abstração mais elevados, de modo a dissecar sua anatomia, extraindo desse exercício, suas leis gerais (e tendenciais). Cabe a nós darmos continuidade, indo dos níveis de abstração mais elevados aos mais concretos, e vice-versa, apreendendo o que nos constitui como indivíduos singulares nas particularidades da formação social brasileira, um capitalismo dependente, de gênese e via colonial, abruptamente desigual, racista, machista, sexista, LGBTfóbico. Por exemplo, para Souza e Teles (2021) uma análise histórico-estrutural

da “questão social” na formação social brasileira, deve abordar as disputas pela terra e o latifúndio, trabalho, Estado, luta de classes, racismo estrutural e sexismo. Parafraseando Marx (2020b:258): as modernas transformações no processo da produção expropriaram em nosso país os povos originários, roubaram e escravizaram negros(as), camponeses, toda uma geração de homens, mulheres e crianças empregadas nas fábricas, em carvoarias, dentro de suas casas. Estes também expropriarão, no devido tempo, todos os senhores.

Além disso, definir a “questão social” por suas expressões fenomênicas é desconsiderar seu núcleo central, que consiste não só do capital, do trabalho assalariado (alienado, estranhado), mas também das lutas da classe trabalhadora (CASTELO, 2010; PEREIRA, 2021). A “questão social” não só como fato objetivo, mas também apropriada por quem a expressa, de modo a negá-la e negar a sua própria condição negada pela “questão social”; a “consciência política de que a ‘questão social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (NETTO, 2001:44/45), e como isso se forja na/pela luta. Não à toa, a utilização tradicional da “questão social” enquanto mistificação e freio da consciência da classe trabalhadora enquanto classe para si (GUERRA; BATISTA, 2021).

Por fim, temos nas análises marxianas no NYDT germens que serão desenvolvidos no O Capital e sua análise da *lei geral de acumulação capitalista*, na *assim chamada acumulação primitiva*, bem como outros aspectos de sua crítica da economia política que não trabalhamos, dizendo do escopo e limitações do trabalho. Devem ser, portanto, circunscritos à dissecação marxiana da anatomia capitalista atrelados à sua teoria do valor, à natureza expansiva do capital (pautada na criação e ampliação de mercados e processos de expropriação), à lei tendencial da queda da taxa de lucro associada à ampliação das forças produtivas e processos necessários de concentração e centralização do capital etc. Sem estas categorias e leis, a análise sobre a “questão social” também fica lacunar, com o risco de se reduzir a complexidade do real (e da análise) à dimensão empírica. Provemos um itinerário analítico a ser continuado e aprimorado. Debruçar-se sobre este processo nos lega Marx como totalidade e movimento; seus fluxos, reflexos, descontinuidades na própria continuidade.

## Referências

- BARSOTTI, P. O jornalista Karl Marx e o II Império nas páginas do New York Daily Tribune. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 133-146, 2005.
- CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.
- CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 94-109, 2021.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FERREIRA, M. Marx no New York Daily Tribune: Apresentação. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 245-248, 2020.
- GUERRA, Y.; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 173-187, 2021.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, v. 2, n. 3, p. 9-32, 2001.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. C. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo; Lima: Cortez; CELATS, 2006.
- LEDBETTER, J. Introduction. In: LEDBETTER, J. (Org.). *Dispatches for the New York Tribune: selected journalism of Karl Marx*. Londo: Penguin Book, 2007. p. xvii-xxvii.
- MARX, K. Political Consequences of the Commercial Excitement. *New-York Daily Tribune*, n. 3602, 2 nov., 1852a. Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0694en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. The Turkish War. Industrial Distress. *New-York Daily Tribune*, n. 3952, 16 dez., 1853a. Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0782en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. English Prosperity. Strikes. The Turkish Question. India. *New-York Daily Tribune*, n. 3809, 1 jul., 1853b. Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0738en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Rise in the Price of Corn. Cholera. Strikes. Sailors' Movement. *New-York Daily Tribune*, n. 3873, 15 set., 1853c. Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0757en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Panic on the London Stock Exchange. Strikes. *New-York Daily Tribune*, n. 3900, 17 out., 1853d. Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0763en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. The War Question. Financial Matters. Strikes. *New-York Daily Tribune*, n. 3904, 21 out. 1853e. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/10/21.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. War. Strikes. Dearth. *New-York Daily Tribune*, n. 3904, 21 out. 1853f. Disponível em: Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/11/15.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. War. The Labor Question. *New-York Daily Tribune*, n. 3936, 28 nov. 1853g. Disponível em: Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0775en.html#N323>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. War. Prosperity. The Labor Question. *New-York Daily Tribune*, n. 3904, 30 nov. 1853h. Disponível em: Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0776en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Political Prospects Commercial Prosperity Case of Starvation Karl Marx. *New-York Daily Tribune*, n. 3681, 2 fev. 1853i. Disponível em: Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0707en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Persian Expedition in Afghanistan and Russian Expedition in Central Asia. Denmark. The Fighting on The Danube and in Asia. Wigan Colliers. *New-York Daily Tribune*, n. 3928, 18 nov. 1853j. Disponível em: Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0772en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. The Labor Parliament. *New-York Daily Tribune*, n. 4039, 29 mar. 1854. Disponível em: Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME1874en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Condition of Factory Laborers. *New-York Daily Tribune*, 22 abr. 1857a. Disponível em <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME1006en.html>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. Condition of Factory Laborers. *New-York Daily Tribune*, 28 abr. 1857b. Disponível em <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME1007en.html>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

- \_\_\_\_\_. The Increase of Lunacy in Great Britain. *New-York Daily Tribune*, 20 ago. 1858a. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/08/20.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Imprisonment of Lady Bulwer-Lytton. *New-York Daily Tribune*, n. 5393, 4 ago. 1858b. Disponível em <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME1074en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 3, n. 1, p. 142–155, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. População, crime e pauperismo. *Verinotio*, Belo Horizonte, n. 20, p. 119-123, 2015.
- \_\_\_\_\_. Pauperismo e livre-comércio - A crise comercial que se aproxima. *Revice - Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 469-477, 2017.
- \_\_\_\_\_. Debates parlamentares - o clero e a luta pela jornada de dez horas - fome. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 255-258, 2020b.
- \_\_\_\_\_. Emigração forçada. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 249-254, 2020b.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre a China*. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*. São Paulo: Aetia, 2020.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001.
- OXFAM. *A desigualdade mata*. A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da COVID-19. Oxford: OXFAM, 2022.
- PEREIRA, P. A. P. Questão social, serviço social e a proeminência das desigualdades antagonizadas. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 31-43, 2021.
- PIMENTEL, E. *Uma “nova questão social”?* Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- SANTOS, J. S. *“Questão Social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 44-61, 2021.

# Trabalho alienado na era das tecnologias digitais no contexto da Covid-19

**Alienation work in the age of digital technologies in the context of Covid-19**

Angélica Luiza Silva Bezerra\*

Milena Gomes de Medeiros\*\*

**Resumo:** O artigo versa sobre os aspectos contemporâneos do trabalho alienado na era das tecnologias digitais no contexto da Covid-19. Como procedimento metodológico, utilizou-se uma revisão bibliográfica, com o auxílio de alguns dados estatísticos, para evidenciar a problematização das contradições advindas da desestruturação do trabalho no Brasil. A pandemia de Covid-19 tem demonstrado um processo prolongado das contrarreformas, que desnudou o drama da classe trabalhadora destituída de proteção. Assim, a precariedade que se estende e se universaliza, visivelmente percebida no trabalho alienado, na era das tecnologias digitais, não se deve apenas à pandemia, mas ao movimento dos processos de reestruturação do mundo do trabalho desde a década de 1970, com a ativação da crise estrutural do capital. Deste modo, o contexto pandêmico apenas antecipa o que já era uma tendência: a ampliação do trabalho alienado sob a gestão das tecnologias digitais.

**Palavras-chaves:** trabalho; alienação; tecnologias digitais; Covid-19.

**Abstract:** The article deals with contemporary aspects of alienated work in the era of digital technologies in the context of Covid-19. From the point of view of methodological procedure, a bibliographic review on the subject was used, with the help of some statistical data to problematize the contradictions and expressions posed by the capital vs. work relationship. It can be concluded that the destruction and violation in the field of labor and rights in Brazil, before and after the Covid-19 pandemic, has demonstrated a prolonged process of counter-reforms, which has exposed the drama of the unprotected working class. Precariousness extends and becomes universal in the era of digital technologies; although they are not due to the pandemic, but to the movement of the restructuring processes in the world of work since the 1970s, with the activation of the structural crisis of capital. In this way, the pandemic context only anticipates what was already a trend: the expansion of alienated work under the management of digital technologies.

**Keywords:** work; alienation; digital technologies; Covid-19.

Recebido em: 23/02/2022

Aprovado em: 29/06/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~NãoComercial~~ 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social Campus Arapiraca/Unidade Palmeira dos Índios da Universidade Federal de Alagoas. (UFAL, Palmeira dos Índios, Brasil).

\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. (UFAL, Maceió, Brasil).



## Introdução

O artigo aborda alguns aspectos contemporâneos do trabalho alienado<sup>1</sup> na era das tecnologias digitais, intensificado diante da crise estrutural do capital no contexto da Covid-19, trazendo implicações deletérias para os/as trabalhadores/as, com a intensificação da exploração. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, utilizou-se uma revisão bibliográfica de natureza quali-quantitativa sobre a temática, recorrendo-se a alguns dados estatísticos para demonstrar a problematização das contradições e expressões postas pela relação capital  $x$  trabalho na atualidade pandêmica. As implicações deste processo devem ser apreendidas sob uma perspectiva crítica, aliada ao compromisso teórico-metodológico e ético-político, na direção do desvelamento sócio-histórico da realidade social. Nessa direção, buscou-se exemplificar os discursos e ações que fortalecem a exploração e a precarização do trabalho alienado na era das tecnologias digitais.

Sobre o trabalho alienado, retomamos a teoria social de Marx ao trazer para a discussão os fundamentos deste tipo de trabalho, que torna a relação do trabalhador de forma externa com a natureza e consigo mesmo. Retomando o pensamento de Marx, Mészáros destaca: “O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interna*, ativa, do homem, se torna *exterior* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser [...]” (MÉSZÁROS, 2006:146). Nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, Marx (2006) indaga em que consiste a alienação do trabalho:

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalho, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. [...] finalmente, a exteriorização do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. (MARX, 2006:114)

Particular ao modo de produção capitalista, o trabalho alienado, sob as determinações da imanente divisão do trabalho e da propriedade privada, evidencia a reificação humana ao tornar a força de trabalho mercadoria e mecanizada conforme as necessidades do sistema do capital, em que toda a produção torna-se estranha ao trabalhador e que o domina. Como exemplifica Marx (2006), “[...] a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas

<sup>1</sup> A alienação é um fenômeno social que traz uma deformação da vida humana. Para Lukács (1981): “Em um certo sentido se poderia dizer que toda a história da humanidade, a partir de um determinado nível da divisão do trabalho (talvez já daquela da escravidão), é também a história da alienação humana. Assim, esta última tem objetivamente uma continuidade histórica” (1981:11).



condições que a existência de qualquer outra mercadoria” (MARX, 2006:66). Esta realidade só aprofundou os antagonismos do sistema e impôs para o conjunto da humanidade uma das expressões mais evidentes da contradição capitalista, que é a robotização da vida humana, proliferada inclusive na era das tecnologias digitais mediante a intensificação da exploração do trabalho humano, com o acirramento da concorrência e competitividade.

Assim, a escolha pela discussão é proveniente da apreensão do conhecimento no campo da objetividade e subjetividade das repercussões deletérias, que o trabalho, na sua forma alienada, tem se expressado pela via das tecnologias digitais, num contexto em que a pandemia causada pelo novo Coronavírus Sars-CoV-2 intensificou no mundo do trabalho transformações sem precedentes, atingindo toda a classe trabalhadora de formas diferenciadas, com o acirramento das expressões da questão social sobre o desemprego, a pobreza, a fome, o trabalho informal e a precarização das condições de vida e de trabalho.

No Brasil, a crise sanitária provocada pela atual pandemia, agravou as principais características da crise estrutural do capital, sobretudo no aumento do desemprego, com alterações profundas na regulação pública de proteção ao trabalho e dos direitos em todos os níveis.

A partir da análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o mercado de trabalho no período pré e durante pandemia, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN)/2020, da pesquisa sobre a realidade do acesso as tecnologias digitais/2020, além do estudo da literatura pertinente, este artigo aborda três dimensões: a primeira, implícita na introdução, contempla o objetivo das discussões, os procedimentos metodológicos e a exposição do artigo; a segunda apresenta um breve panorama sobre o contexto de crise sanitária e os rebatimentos sobre o trabalho alienado; e a terceira trata do teletrabalho e das novas determinações do trabalho no contexto da pandemia, sinalizando a intensificação da agenda ultra neoliberal nas últimas décadas.

Cabe considerar que a crise sanitária que potencializou, ainda mais, a frágil estrutura do trabalho no Brasil, intensificando a alienação sob formas objetivas e subjetivas postas pelas tecnologias digitais; atingiu, de forma diversa, a classe trabalhadora, quando se pensa nos níveis de ocupação/desocupação e informalidade, como veremos no artigo.

### **Os termos da questão**

O mundo foi surpreendido, em 2020, pela pandemia da Covid-19, que já dizimou mais de 2.917.316 de pessoas. No Brasil, já se somam mais de 391.936 mortes. Há que ressaltar-se que a pandemia, acirrada pela crise estrutural do capital num contexto de hegemonia do ultra

neoliberalismo e do capitalismo financeirizado, trouxe, como consequência, uma profunda recessão econômica e o aumento do desemprego e da desigualdade social. Ademais, esse contexto pandêmico tem desafiado a sociedade, de um modo geral, e os trabalhadores, de forma particular, quando se observam as acirradas mudanças nas suas condições de vida e de trabalho. Por isso, pensar essa realidade num momento em que se exacerba a crise estrutural do capital em suas expressões políticas, cultural, ética e sanitária, que cresce em seu caráter ultraliberal, ultraconservador e desumano, significa dar-se conta de que se vivencia um ciclo em que se perdem direitos e crescem vertiginosamente desproteções e as ameaças à vida, representadas pelo coronavírus e pela fome, escancarando a desigualdade da sociedade brasileira, fruto das contradições de um capitalismo em processo permanente de reestruturação produtiva, dirigido sob a lógica das finanças sob a perspectiva do controle do capital sobre o trabalho.

Cabe explicitar que a reestruturação produtiva do capital não se restringe meramente às inovações tecnológico-organizativas, mas se estende às inovações sociometabólicas: a reestruturação da produção, acompanhada por mudanças legais, regulatórias e políticas regressivas, transformou os padrões de emprego na maioria dos países e facilitou a imposição de restrições aos salários, subsídios, benefícios, direitos sociais e outras proteções extramercado, induzidas sob os sistemas de acumulação anteriores. Essas transformações tecnológicas, econômicas, legais e políticas reduziram drasticamente o espaço para a resistência contra o capitalismo ultra neoliberal. Esses elementos sinalizam mudanças, tanto no âmbito da produção como na organização e gestão da força de trabalho, além das (re)funcionalizações do papel do Estado e de suas estratégias de resposta à reprodução da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a crise passa a ser enfrentada com a retração da intervenção do Estado na regulação da economia, com o incentivo à iniciativa privada, além da redução no campo das políticas sociais. Assim, cabe ao Estado: implementar a disciplina fiscal; a reforma tributária; a redução dos gastos públicos e a abertura do mercado. Nesta direção, uma das funções do Estado é manter a sua estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico, atuando, na maioria das vezes, como pré-condição para o funcionamento do sistema do capital. De acordo com Mézáros: “Marx compara ‘a força pública organizada, o poder do Estado’ da sociedade burguesa a uma ‘*maquina* política que ‘perpetua pela força a escravidão social dos produtores de riqueza pelos seus apropriadores, a *dominação econômica do capital sobre o trabalho*’” (MÉSZÁROS, 2002:576. Grifos do autor). Hoje, sua presença está condicionada aos processos de privatização e liberalização comercial. Assim, é direcionado a reorganizar suas funções sob os influxos macroeconômicos ultra neoliberais, anunciando uma nova fase do imperialismo/oligárquico, sob a regência do capital

financeiro internacional, em que novas maneiras de acumulação são articuladas (HARVEY, 2007) às antigas formas de trabalho e sofisticadas tecnologias, com o auxílio de uma mão de obra cada vez mais barata, precária e baseada em regimes de trabalhos mais flexíveis, encontrados na maioria dos periféricos de economia dependente.

Mészáros (2002), em suas produções, já vinha explicitando que o capitalismo contemporâneo é globalizante e seu sociometabolismo evidencia formas mais bárbaras de produção e reprodução social. Nesse contexto, a pandemia de Covid-19 trouxe a intensificação da exploração do trabalho, acirrando as expressões da questão social com o crescimento do desemprego, da informalização, da precarização do trabalho e da regressão dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Assim,

[...] no início de 2020, a pandemia encontrou o país em meio a uma profunda crise, caminhando para o retorno ao mapa da fome, com gastos públicos congelados e, conseqüentemente, mais precarização das políticas sociais e privatização de serviços, com uma reforma da Previdência que aniquila direitos do trabalho. (YAZBEK, BRAVO, et al, 2021:07)

Se considerarmos que cerca 8,13 milhões foi o total de vagas de trabalho fechadas no Brasil nos primeiros nove meses de pandemia, e que os mais afetados num primeiro momento foram os trabalhadores informais – como vendedores ambulantes, entregadores e motoristas de aplicativos –, esse movimento expôs à maior vulnerabilidade uma categoria que vinha crescendo no Brasil desde a recessão de 2014 a 2016. Pois, das mais de 8 milhões de vagas perdidas nos nove primeiros meses de pandemia, 4,6 milhões (56,5%) eram informais. A taxa de informalidade antes da crise era de cerca de 40%<sup>2</sup>.

Se observada a tabela 01 abaixo, que apresenta a taxa de desocupação no Brasil de 2012 a 2020, é possível ver um crescimento pujante em que o processo de desproteção se amplia em larga escala. Esse cenário do mercado de trabalho cujos indicadores sinalizam para a degradação, nos últimos anos, é, em grande parte decorrente de um intenso processo vinculado aos problemas econômicos advindos da nova dinâmica instaurada após 2016 com o governo de Michel Temer e as contrarreformas, dentre elas: a Lei da Terceirização (n.13.429/2017) e, em 2017, a Lei da Reforma Trabalhista (n.13.467/2017), que representou um dos maiores retrocessos do sistema de proteção do trabalho.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/01/28/O-emprego-no-Brasil-durante-a-pandemia-em-3-pontos>. Acesso em 27/04/2021.

**Tabela 1-** Taxas de desocupação nos trimestres selecionados no período 2012 - 2019 (em %)

Trimestre	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1º trimestre	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7	12,1
4º trimestre	6,9	6,2	6,5	8,9	12,0	11,8	11,6	11,0	13,3*

*Fonte:* BRIDI, 2020/IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua.

\* Segundo semestre de 2020.

Cabe considerar, ainda, que a ampliação da desproteção em larga escala ocorre em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de classe, raça/etnia e gênero. Assim sendo, supostamente, fica claro que a crise sanitária não vem atingindo a todos da mesma proporção e forma, pois os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora estão sendo os mais impactados; os que, invariavelmente, pagarão com a própria vida, ou pela fome e/ou violência ou devido à contaminação pelo vírus.

Por isso, é factível dizer que,

[..] o avanço da pandemia do novo coronavírus, a covid-19, denuncia a superficialidade e o mito do argumento “todos estamos juntos, pois o vírus é democrático e atinge todas as classes sociais” ao evidenciar as condições objetivas de vida na sociedade brasileira, desvelando facetas da violência estrutural. (YAZBEK e BRAVO, et al, 2021, p. 08)

Para constar a deterioração de vida dos brasileiros no contexto pandêmico, a pesquisa, realizada em 2.180 domicílios das áreas urbanas e rurais nas cinco regiões do país, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN), no período de 5 a 24 de dezembro de 2020, mostra que quase 116,8 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, com qualidade e em quantidade suficiente. Segundo a pesquisa, a insegurança alimentar cresceu em todo país no ano de 2020, e as desigualdades regionais seguem acentuadas.

Nessa contextualização, em uma realidade marcada pelo comando de um governo de extrema direita, uma política de austeridade fiscal e de contrarreformas do Estado, em que os efeitos da Covid-19 foram ignorados e acabaram agravados pelas medidas de ajuste fiscal, a disputa pelo fundo público passou a ocupar lugar central. No campo dessas medidas, vê-se que desde 2016 já estava em curso um Novo Regime Fiscal (NRF), determinado pela Emenda Constitucional (EC) 95, que, entre outras retrações, limita por 20 anos os gastos correntes do governo com as políticas sociais; no ajuste fiscal, desde 1993, têm sido utilizados instrumentos de desvinculações para retirar recursos exclusivos da seguridade social; e no eixo da Desvinculação de Recursos da União (DRU), que passou a vigorar a partir do ano 2000, a EC 93 prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2023 e amplia de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que podem ser livremente utilizadas (SALVADOR, 2020).

Ressalte-se que a captura de recursos para o pagamento de juros e amortização da dívida pública está diretamente relacionado à financeirização da riqueza e às mudanças na proteção social no capitalismo contemporâneo, que, por sua vez, passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público. Para tanto,

[...] a EC 95 conseguiu viabilizar o congelamento das despesas primárias e priorizar o pagamento das despesas financeiras com juros, encargos e amortização da dívida pública com primazia no orçamento público. Enquanto isso, o orçamento fiscal e da seguridade social apresentou um crescimento real de somente 2,6% acima do IPCA. No período de 2016 a 2019, as despesas com juros e encargos da dívida pública cresceram 8,5 vezes mais. (SALVADOR, 2020:06)

Em meio às prioridades dadas ao capital, cabe lembrar que o governo editou 35 Medidas Provisórias (MP) que tratam de ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública, em que a MP 929 permitia o governo ampliar os recursos para o Programa Bolsa Família (PBF) com “autorização de gastos de até R\$ 3,04 bilhões” com objetivo de “garantir a segurança alimentar das famílias em condições de pobreza e extrema pobreza de forma mais rápida e eficaz. Contudo, o nível de execução dos recursos foi de apenas R\$ 369,29 milhões, ou seja, 12,16%” (SALVADOR, 2020:10-13).

Em contraposição aos questionamentos desses valores, deve-se lembrar do valor destinado pelo fundo público aos rentistas, que foi 40,22% superior ao montante do orçamento destinado ao combate da pandemia do Covid-19 (R\$ 165,89 bilhões), revelando as prioridades no orçamento público brasileiro.

Se considerarmos que o trabalho constitui um dos eixos estruturais da sociabilidade, e que este foi atingido duramente pela crise do capital; e que nessa conjuntura, o mesmo tem se expressado ainda mais alienado — com a captura das determinações de um sistema perverso que torna a força de trabalho humana em mercadoria cada vez mais barata —, o que se coloca para o destino da humanidade é um aumento incontrolável da exploração do homem pelo homem sob a regência e domínio do sistema do capital. Sob tais circunstâncias, os antagonismos de classes se agravam, pois as relações de trabalho tornam o homem cada vez mais alienado do produto do seu trabalho pela valorização do capital em detrimento das reais necessidades da humanidade. Esta realidade condiciona a subordinação do trabalho ao capital em que: “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade” (MARX, 2006:67).

Atualmente, essas possibilidades e os meios para realizar a sua atividade são alterados pela necessidade de readaptação do sistema do capital. Mediante a isso, a competitividade dos

trabalhadores é ainda mais acelerada e com isso baixa o preço dos salários, ocorrendo ainda mais o ajustamento do trabalho às determinações do sistema. O trabalhador neste processo vende sua própria humanidade num cenário em que vida e trabalho se confundem na luta pela sobrevivência. Assim, o trabalhador é aperfeiçoado pelo progresso tecnológico, enquanto que o homem é degradado e esvaziado de sua condição humana para servir a sua vida privada ao processo produtivo ou de serviços. Entre o trabalho e a vida privada, o tempo para o seu trabalho torna-se ininterrupto mediante as necessidades de valorização do sistema do capital.

Deste modo, só reafirmamos as indicações de Marx: “Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (MARX, 2006:111). Se para Marx o trabalho na época da primeira revolução industrial é um martírio, imagine com os novos modelos de trabalho, como é o caso do *home office*. Para Marx, o trabalhador “[...] não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si” (MARX, 2006:114).

Nesta perspectiva, as tecnologias digitais vêm ao longo dos anos se destacando em todo o mundo como umas das formas de diminuir custos no setor produtivo e dos serviços. Este tipo de modalidade de trabalho ganhou destaque no contexto pandêmico do século XXI, mediante as necessidades prementes em manter as atividades laborais e, ao mesmo tempo, manter o isolamento e o distanciamento social para o controle da disseminação do novo Coronavírus SARS-CoV-2. Assim, o trabalho remoto passou a ser uma das formas de trabalho que potencializou uma maior interseção de forma digital na produtividade, além de diminuir tempo e reduzir custo. Conforme a Agência Brasil<sup>3</sup>, em novembro de 2020 houve uma diminuição nesta modalidade de trabalho. Apesar disso, o Brasil contabiliza cerca de 8,25 milhões de pessoas que trabalham de forma remota. O setor formal continua predominando no teletrabalho, contabilizando 6,2 milhões de pessoas, e o setor informal cerca de 1,1 milhão de pessoas.

As diferentes modalidades de trabalho inseridas na divisão social e técnica do trabalho demonstram a intensificação da subordinação do trabalhador. Surgem parecendo ser algo benéfico ao trabalhador por ter uma maior flexibilidade na jornada de trabalho e ter uma maior interação entre empregado e empregador.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/numero-de-trabalhadores-em-home-office-diminuiu-em-novembro-de-020#:~:text=Ao%20todo%2C%207%2C%20mil%3%B5es%20trabalhavam%20remotamente%20no%20per%20%3ADodo&text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em,em%20rela%3%A7%3%A3o%20ao%20m%3AAs%20anterior>. Acesso: 01. Maio. 2021.



Dentre os novos modelos para o trabalho, o que mais está em evidência na atualidade é o que chamamos de *Home Office* ou teletrabalho, previsto na lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que adequa a legislação as novas relações de trabalho. Este novo modelo possibilita ao trabalhador executar suas atividades fora do ambiente de trabalho, mas é diferente do trabalho externo e precisa constar em contrato tal modalidade. Essa informação deve conter quem terá a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado.

O teletrabalho, por se tratar de um trabalho flexível, pode permitir uma maior comodidade ao trabalhador e está sendo bem aceito por uma maior parte dos profissionais. A nosso ver, isso só reafirma a intensificação do caráter místico da mercadoria, em que o produto daquela mercadoria, seja na produção ou nos serviços, exige uma maior capacidade de desenvolvimento intelectual e manejo de tecnologias cada vez mais sofisticadas e adequadas às necessidades do mercado. Muitas vezes não aparece na forma social desta modalidade de trabalho a intensa exploração com um dispêndio da força de trabalho ainda maior. Toda atividade humana sob as condições do trabalho alienado é também “[...] dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos” (MARX, 1983:70). Portanto, este trabalho também adquire uma forma social, em que homens e mulheres trabalham uns para os outros por meio da tecnologia, mas no qual não é eliminada a exploração originária do capitalismo, que agora se apresenta redimensionada sob novas condicionalidades e normas.

Destarte, a alienação a que nos referimos atinge todas as formas de consciência, o que passa a forjar uma cultura que se espraia na população. É nesse contexto que as políticas sociais, o trabalho e os direitos experimentam uma maior intensificação da mercantilização, desestruturação e privatização, que têm se expressado nos sucessivos cortes orçamentários. Assim,

A política alienante do capital quer impor uma nova cultura, naturalizando um “novo normal” que não encontra sentido nem mais na qualificação da força de trabalho. Afinal, em um mercado de trabalho cada vez mais desestruturado, com cerca de 27 milhões de pessoas, que, segundo o IBGE, não estão trabalhando nem procuraram emprego no último período, com crescente número de desempregados e subempregados, com mais de 50% da força de trabalho inserida no mercado informal, “uberizados”, terceirizados ou lançados à própria sorte no mercado do empreendedorismo liberal, parece não ter sentido investir em formação. (FARAGE, 2021:49-50)

Sob tais problematizações, iremos desenvolver a temática da alienação do trabalho sob o teletrabalho influenciado pelas tecnologias digitais dessa nova modalidade. Com isso, nosso interesse é refletir sobre as mudanças no chamado mundo do trabalho, que recoloca em

evidência o fetiche cada vez maior na produção e nos serviços com uma roupagem de vantagem para alguns trabalhadores.

### **O teletrabalho e as novas determinações do trabalho**

Até os anos 1990, o trabalho flexibilizado, temporário e a domicílio eram vistos como algo inadequado para o emprego, entendido como informal e vulnerável. Todavia, com o desenvolvimento das próprias forças produtivas do trabalho no contexto tecnológico e a nova fase do desemprego, novas modalidades de ocupação começam a surgir e deixam de ser modalidades desusadas e ocupam o centro da intervenção dos Organismos Internacionais, como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que passa a investir em convenções e produções que buscam estrategicamente minorar os efeitos do desemprego com normatizações para a terceirização, o trabalho por conta própria e eliminar qualquer tipo de discriminação entre emprego e ocupação. Neste sentido, o trabalho fora das dependências da empresa ou da instituição começa a ganhar expressividade no século XXI.

O ano de 2020 foi o período em que foi intensificado o avanço das tecnologias de comunicação, sobretudo pelo investimento no trabalho remoto ou teletrabalho. A Lei de nº 07/2009, que aprova a revisão do código de trabalho, destaca no seu artigo 165º que o teletrabalho é considerado “[...] prestação laboral realizada com subordinação jurídica, habitualmente fora da empresa e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação” (BRASIL, 2009:56). Por se tratar de um trabalho fora das dependências da empresa, a mesma lei também garante no seu artigo 170º a privacidade do trabalhador sob o regime do teletrabalho, no qual o empregador deve respeitar a hora de descanso e o repouso da família, bem como proporcionar boas condições de trabalho tanto fisicamente quanto psicologicamente.

A ampliação do trabalho remoto é uma tendência, pois muitos brasileiros ainda não possuem uma estrutura adequada para a sua inserção nesta nova modalidade de trabalho. Segundo a pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Domicílios de 2018, o país tem cerca de 4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga; a maior parte das famílias pobres, das classes D (famílias que possuem os rendimentos entre dois e quatro salários mínimos) e E (famílias com rendimentos de no máximo dois salários mínimos), cerca de 85%, quando acessam a internet, o fazem pelo celular. De modo que 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet. Além disso, 38% das casas não possuem acesso à internet; 58% das casas não têm computador no Brasil e 59% das pessoas das chamadas classes D e E não navegam na internet. Portanto, a nova era das tecnologias digitais só reafirma a

contradição da sociedade capitalista, na qual nem todos conseguirão ser absorvidos pela realidade tecnológica das transformações do mundo do trabalho, agravando ainda mais os números do desemprego. Só no contexto pandêmico, cerca de 12,9 milhões de pessoas estão desempregadas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, além de 29 milhões de trabalhadores informais.

Enquanto alguns trabalhadores se adaptam às tecnologias digitais, o trabalho remoto está em potencial no Brasil naquelas ocupações que são permitidas e compatíveis com a atividade desempenhada. A discussão sobre o trabalho remoto foi mais evidente no contexto pandêmico, que trouxe uma série de mudanças em todos os setores da sociedade. Como bem afirma Antunes (2020, p. 19): “não faltam evidências, então, sobre a direção que o capital e seus gestores vêm indicando, inclusive nos setores em que o trabalho digital, on-line, se desenvolve”. Algumas práticas se convertem em verdadeiros laboratórios de experimentação, de que são exemplos o *home office*, o teletrabalho e, no universo educacional, o EAD (Ensino à Distância).

De acordo com Antunes (2018), o período da indústria 4.0 inaugura uma fase do “privilegio da servidão” que, combinando o arcaico e o moderno, tem impulsionado o período da “uberização” do trabalho no mundo das plataformas digitais.

As denominadas indústrias 4.0 tratam-se de uma exponencial expansão das tecnologias digitais, com suas consequências no espaço do trabalho. A denominada indústria 4.0 nasce na Alemanha em 2011, e se extrai pelo mundo, em que as novas tecnologias de informação e comunicação se desenvolvem rapidamente, provocando a intensificação de processos produtivos automatizados em toda a cadeia produtiva controlada digitalmente. A principal consequência para o mundo do trabalho será a ampliação do chamado trabalho morto, tendo no aspecto digital o dominante e condutor de todo o processo produtivo, havendo uma redução do trabalho vivo, que será substituído por ferramentas automatizadas e robotizadas sob o comando informacional digital. Teremos mais robôs e máquinas digitais que invadirão a produção numa nova fase de subsunção real do trabalho ao capital, inclusive no setor de serviços. Assim, um novo quadro na divisão internacional do trabalho se fomentará, anunciando uma tragédia em termos de desemprego, subempregos, condições desumanas de trabalho, nessa lógica destrutiva, flexibilizada, desregulamentada, sem as devidas proteções ao trabalho.

Esta realidade só reafirma o que Farage já evidenciou:

[...] aliando-se as contrarreformas à perspectiva anticiedade, fundamentalista, miliciana e militarizada, impulsiona-se uma verdadeira onda regressiva que impõe um retrocesso civilizatório pautado na perseguição, em *fake news* e no autoritarismo, que recuperam elementos da particularidade social brasileira,

como o colonialismo, a escravização, a europeização cultural, o machismo, o sexismo e as opressões, de diferentes tipos. (FARAGE, 2021:53)

Cabe considerar que essa reconfiguração do mundo do trabalho, que tem por base as inovações tecnológicas, abre um período de trabalho digital, teletrabalho, de expansão do mundo dos autônomos, do processo de “pjotização”, de horistas através do trabalho intermitente, criando-se, nos termos de Antunes (2018), o escravo digital.

Assim, a crise de saúde pública mundial provocada pela pandemia do novo coronavírus antecipou o que já era uma tendência nas adaptações das empresas para o trabalho remoto, mediante a necessidade de cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), com o distanciamento e isolamento social a fim de minorar a proliferação da doença. Com isso, houve um empenho para um novo ajustamento do trabalho nos setores que não puderam parar. Empresas e setores produtivos e dos serviços adaptaram suas atividades presenciais e as transformaram em atividades digitais com o uso da tecnologia, criando condições para uma maior experiência neste ramo ascendente. Na Carta de Conjuntura N° 47 do IPEA, os autores Góes, Martins e Nascimento evidenciam que, conforme as particularidades do mercado de trabalho: “[...] O Brasil [...] possui, na média, um percentual de pessoas em potencial de teletrabalho de cerca de 22,7%, que corresponde a 20,8 milhões de pessoas” (GÓES, et al, 2020:1).

Cabe considerar que,

Entre oito e nove milhões de trabalhadores, tanto do setor público quanto do privado, passaram a trabalhar na modalidade do teletrabalho (remoto/*home office*) em suas residências. A pesquisa PNAD-Covid-19 revelou que, em julho de 2020, em torno de 10% da população ocupada estava trabalhando remotamente, e os indicadores variavam semana a semana, com o menor patamar de 8,184 milhões na terceira semana de julho e o maior na primeira semana de junho com quase nove milhões de pessoas trabalhando remotamente, distribuídos desigualmente entre as diferentes regiões brasileiras. A maior fração foi concentrada no Sudeste, com 13% da população ocupada, e a menor fração (em torno de 4%), na Região Norte do país. (BRIDI 2020:151)

A propósito, o quadro 01, traz alguns dados sobre os afastamentos por ocupação,

**Quadro 01 - Afastados do trabalho: por ocupação**

Afastados do trabalho/ocupações	%
Empregados do setor público sem carteira assinada	17,4 %
Trabalhadores domésticos sem carteira assinada	14,2 %
Militares e servidores estatutários	13,9 %
Empregados do setor público com carteira assinada	11 %
Trabalhadores domésticos com carteira assinada	10 %
Empregados do setor privado sem carteira assinada	8,8 %
Conta-própria	7,5 %

Afastados do trabalho/ocupações	%
Empregados do setor privado com carteira assinada	6,6 %
Empregadores	3,8 %
Trabalhadores familiares auxiliares	2,3 %

*Fonte:* BRIDI, 2020/PNAD-COVID-19/IBGE.

Cabe sinalizar que as pessoas que continuaram ocupadas também foram impactadas com a queda da renda. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) Covid-19 revelam “que os rendimentos médios habitualmente recebidos foram no valor de R\$ 2.320,24, enquanto os rendimentos médios efetivamente recebidos foram de R\$ 1.898,86, ou seja, somente 82% dos rendimentos habituais” (BRIDI, 2020:155). Desse modo, as maiores quedas têm relação com o tipo de vínculo de trabalho, dado que as maiores perdas foram registradas para os trabalhadores por conta própria e informais.

Mediante o momento de calamidade pública provocado pela crise sanitária do novo coronavírus, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para monitorar as transformações ocorridas no chamado mundo do trabalho, evidencia os dados experimentais da PNAD Covid-19. Neste sentido, em recente pesquisa, o IBGE divulgou microdados sobre a desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho. No que se refere à taxa de ocupação, o mês de setembro de 2020 chegou a 14 milhões de pessoas em atividade laboral e 15,3 milhões de pessoas que desistiram de procurar trabalho, mediante a pandemia ou por falta de trabalho em sua localidade.

Devido ao distanciamento social, já são 2,7 milhões de pessoas afastadas do trabalho, entre os trabalhadores por conta-própria e empregados do setor privado com carteira assinada. A maior proporção de pessoas afastadas são os militares e os servidores estatutários. Em novembro de 2020, a contagem dos trabalhadores que deixaram de receber remuneração somou cerca de 879 mil pessoas. Para reduzir os níveis de desemprego, o investimento no trabalho remoto foi incontestável, conforme a PNAD Covid-19 do IBGE, apontando que os números já chegaram a 7,9 milhões. E destes dados, o nível de instrução de maior porcentagem em trabalho remoto foi o nível superior completo e pós-graduação com 27,1 %; o de pessoas com curso superior incompleto compatibilizou 4,4%, enquanto o das pessoas com fundamental completo ao Médio incompleto foi de 0,9 %, seguido de 0,3 das pessoas sem instrução fundamental completa. Tal panorama leva-nos a crer que o trabalho remoto, apesar de sua disseminação, foi restrito a atividades específicas.

O levantamento "Juventudes e a Pandemia do Coronavírus"<sup>4</sup>, que entrevistou jovens de todo o país, entre 15 e 31 de maio/2020, revelou que 28% dos jovens de 15 a 29 anos pensam em deixar os estudos quando as escolas e universidades reabrirem, o que leva-nos a crer que, mesmo antes da pandemia, a juventude já enfrentava grandes desafios. Neste contexto, a taxa média de desemprego entre a população de 18 a 24 anos de idade era de 27,1%, o que significa mais que o dobro da taxa média de desemprego da população em geral, que era de 12,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A mesma pesquisa mostra que: o acesso à internet em computador durante o isolamento é menor entre os jovens negros (54%) do que entre os brancos (78%); os mais jovens dependem financeiramente da família — 72% na faixa dos 15 aos 17 anos de idade; os mais velhos, por sua vez, são mais independentes financeiramente — 34% entre 18 e 24 anos de idade e 27% entre 25 e 29 anos; 50% trabalhavam antes da pandemia, sendo 40% com trabalho remunerado e carteira assinada; que a renda pessoal diminuiu com a pandemia para 33% dos jovens; e, por fim, que a renda familiar caiu para 49%.

Assim, o teletrabalho tem se mostrado como uma alternativa para diversas empresas e setores para não terem suas portas totalmente fechadas. Todavia, como diz a Lei Geral de Acumulação Capitalista de Karl Marx, quanto mais avançam os meios para produzir e gerar riquezas, mais ampliará a superpopulação relativa. Contudo, a modalidade de trabalho de forma remota não pôde garantir que todos os trabalhadores ativos continuassem na produtividade. Houve uma redução massiva de força de trabalho ativa.

O trabalho remoto na modalidade do teletrabalho confunde o ambiente da empresa e o ambiente doméstico, fazendo prolongar o tempo do trabalho. Se na época de Marx a maquinaria foi considerada o mais poderoso meio de elevar a produtividade do trabalho no setor da produção, o que diremos da robótica e dos meios da tecnologia digitais nos setores em que são possíveis de realização?

Para os trabalhadores que ainda permaneceram inseridos no campo da produção lhes restou o sobretabalho, sob condições ainda mais intensas, devido à articulação orgânica entre a vida privada e o trabalho. Desse modo, a sobrecarga de tarefas condensadas em uma atividade que somente o trabalho remoto foi capaz de intensificar, em alguns ramos da produção e dos serviços, impulsionou novas habilidades e construiu novos nichos de produtividade, enquanto

<sup>4</sup> [...] O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), em parceria com Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Em Movimento, Visão Mundial, Mapa Educação e Porvir, lança a pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, com o objetivo de produzir evidências para pautar e influenciar o debate público e a ação dos tomadores de decisão, públicos e privados, na construção de políticas voltadas para a juventude.



grandes massas de trabalhadores são desempregadas ou têm seus contratos de trabalhos suspensos. Enquanto isso, a pandemia do novo coronavírus acelerou o processo de digitalização e virtualização do mundo do trabalho, e, junto com os grandes conglomerados tecnológicos, todo o serviço de mediação para o trabalho.

Destarte, a sutileza dos possíveis benefícios do teletrabalho oportuniza o agravamento da exploração do trabalho, pois há uma impossibilidade no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, tendo em vista que os dois aspectos se confundem no processo de trabalho, em que o tempo dos homens e das mulheres enquanto seres genéricos os priva de suas potencialidades, porque seu tempo é destinado a aprimorar suas habilidades enquanto trabalhadores e conseqüentemente para a valorização do sistema do capital. O trabalhador é, portanto, nada mais que força de trabalho, e todo o seu tempo pertence à valorização do capital. O capital usurpa o tempo necessário para o crescimento e desenvolvimento do homem e impulsiona o trabalhador como mero meio de produção, na sua ânsia desmedida por lucro. Estes antagonismos geradores de alienações se intensificam na proporção em que esta sociedade se desenvolve.

Ademais, na pandemia, apesar da crise estrutural do capital, o sistema continua acumulando, pois vários setores da produção não pararam. Enquanto isso, milhares de pessoas sucumbem na pobreza e na fome, no cumprimento das bases que legitimam a Lei Geral da Acumulação Capitalista. A manutenção do trabalho supérfluo, ou superpopulação relativa, e da pobreza é mantida pela respectiva Lei que ocasiona uma acumulação de miséria correspondente a acumulação de capital (MARX, 1984). Uma das tendências da valorização do capital é o agravamento da questão social evidenciado no acirramento da pobreza, em especial da fome.

Deste modo, a nova modalidade de trabalho materializada no teletrabalho aprofunda o esvaziamento do homem de si mesmo; porque ele é valorizado pela produção e o que desempenha fora desta função fica à mercê da “caridade pública”. Resgatando um trecho da Maquinaria e Grande Indústria de Marx (1984), podemos citar duas grandes repercussões sobre o material humano com o advento do desenvolvimento da maquinaria, para ilustrar que a nova estrutura de produção que temos hoje não eliminou tais características, mas as intensificou. A saber: o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho.

Na atualidade, após a reforma trabalhista, uma das modalidades atenienses que indicam esse prolongamento e intensificação do trabalho dá-se pela introdução do contrato de trabalho intermitente, que consiste: na prestação de serviços de forma não contínua; na terceirização ampla e irrestrita, na medida em que a estende para todas as atividades da empresa; e na figura do trabalhador autônomo exclusivo, que passou a permitir a contratação de trabalhadores

autônomos de forma exclusiva e contínua, condições vedadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) antes da reforma (BRIDI, 2020). De modo que, “[...] a participação do trabalho parcial e intermitente nesse resultado alcança 26,7% até maio de 2019. Contudo, as vagas formais mantidas com tais contratos são ínfimas face à variação de arranjos semelhantes na informalidade” (FILGUEIRA, 2019:38).

À vista disso, as desigualdades, em suas expressões, têm se estabelecido de várias formas e intensidades. Com a pandemia de Covid-19, vemos o quão necessário e urgente são as políticas de emprego e renda para se amenizar o fenômeno do pauperismo, que tem na sua versão desumana, a fome, a mais expressiva e dura contradição do sistema capitalista, além de parcelas de trabalhadores subempregados, terceirizados e informais que se avolumam.

Além disso, as dificuldades da população, no que se refere ao acesso à renda, aos benefícios alimentares e aos serviços básicos, demonstram a necessidade da permanência e da ampliação dos programas, projetos e benefícios sociais que confirmam e assegurem uma ampla proteção social. Nesta perspectiva, há a necessidade de se reafirmar a luta de classes, de forma mais intensa, para que o trabalho, as políticas sociais e os direitos, ainda que permeados por contradições, possam minorar as assimetrias sociais, preservando a vida e o trabalho em detrimento dos lucros.

### **Considerações finais**

Pelo exposto, é presumível que toda a desestruturação somada à violação dos direitos no Brasil, antes e depois da pandemia de Covid-19, têm demonstrado, aos desavisados, que o processo intenso e prolongado das contrarreformas submeteu o país a uma condição sem saída imediata, na medida em que não apenas constrange, mas impede o Estado de adotar políticas que possam construir alternativas para dinamizar a economia e criar políticas de emprego e renda, o que permite antever-se o caos social.

Desse modo, fica claro que a pandemia antecipou o desnudo do drama da classe trabalhadora destituída dos direitos sociais e do trabalho. Além de que as formas de trabalho desprotegido, do ponto de vista do direito, se globalizaram; a precariedade se entendeu e se universalizou; as formas de trabalho mercantilizadas tiveram um desnudamento, embora este não se deva tão somente à pandemia, mas também ao movimento dos processos de reestruturação do mundo do trabalho, ativados desde a crise estrutural do capital na década de 1970. Portanto, a necessidade imperiosa de fortalecer a regulação pública do trabalho é central para minimizar as desigualdades e a precariedade das condições de vida e de trabalho na era das tecnologias digitais.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Coronavírus: o trabalho sobre fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. *Lei n.º 7/2009*, de 12 de Fevereiro. Aprova a revisão do Código do Trabalho. Disponível em: [http://cite.gov.pt/pt/legis/Lei007\\_2009.html](http://cite.gov.pt/pt/legis/Lei007_2009.html). Acesso: 12/04/2021.
- BRASIL. *Lei n.º 13.467*, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.ºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13467-13-julho-2017-785204-norma-pl.html> Acesso: 04/05/2021.
- BRIDI, M. Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. In: *Revista Estudos Avançados*, vol.34, São Paulo, 2020, p. 141- 165.
- FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Cortez, 2021. p.48-65.
- FILGUEIRAS, V. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J. D.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FILGUEIRAS, V. (Org.). In: *Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Editora Curt Nimeundajú, 2019.
- GOES, G. S. Et al. Nota técnica Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo. In: *Carta de Conjuntura*. Nº 47. 2º trimestre, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/06/potencial-de-teletrabalho-na-pandemia-um-retrato-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso: 10/04/2021.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2007.
- IBGE. *Resultados Pesquisa PNAD Covid19 – Indicadores mensais – setembro de 2020 – mercado de trabalho*. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso: 10/04/2021.
- LUKÁCS, G. *L'estranniaziazione*. Capítulo IV do volume II de *Per l'ontologia dell'essere sociale*, versão italiana de Alberto Scarponi. Tradução: Maria Norma A. Buarque de Holanda (mimeo). Roma: Editori Riuniti, 1981.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril cultural, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*, trad. Alex Martins, São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo. 2006.
- YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, M. Inês; SILVA, M. Liduína de Oliveira, et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*: Cortez, 2021. p. 05-12.
- SALVADOR, Evilasio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. In: *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, jul.-dez, 2020, p. 1-15.

# A superexploração da força de trabalho dos imigrantes têxteis de São Paulo

## The super-exploitation of the workforce of immigrant textile in São Paulo

Rodrigo Fernandes Ribeiro\*  
Valéria Regina da Fonseca\*\*

**Resumo:** O presente artigo trata-se de uma análise de reportagens publicadas pelo sítio da Organização Não-Governamental (Ong) Repórter Brasil sobre os casos de denúncias de trabalho análogo à escravidão de imigrantes sul-americanos nas indústrias têxteis do estado de São Paulo, entre 2009 e 2020. Em um primeiro momento, a teoria do valor-trabalho e a particularidade do capitalismo dependente fundamentam este objeto, identificando a funcionalidade da superexploração da força de trabalho e do exército industrial de reserva no processo de acumulação capitalista. Na segunda parte, foi sintetizado o histórico e as condições de trabalho que estes imigrantes são submetidos nesta indústria por monopólios. Por fim, foi identificado que a oferta de força de trabalho em nível mundial, o pagamento de irrisórios salários e o oferecimento de condições de trabalho degradantes, são elementos que caracterizam o uso da força de trabalho imigrante neste setor de produção de vestuário.

**Palavras-chaves:** trabalho; migração; superexploração da força de trabalho.

**Abstract:** This article is an analysis of reports published by the website of the Non-Governmental Organization (NGO) Repórter Brasil on cases of complaints of work analogous to slavery by South American immigrants in the textile industries of the state of São Paulo, between 2009 and 2020. At first, the labor theory of value and the particularity of dependent capitalism underlie this object, identifying the functionality of the overexploitation of the workforce and the industrial reserve army in the process of capitalist accumulation. In the second part, the history and working conditions that these immigrants are subjected to in this industry by monopolies were summarized. Finally, it was identified that the supply of labor force worldwide, the payment of derisory wages and the provision of degrading working conditions, are elements that characterize the use of immigrant labor in this sector of clothing production.

**Keywords:** work; migration; overexploitation of the workforce.

Recebido em: 20/06/2022  
Aprovado em: 03/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Assistente social e professor do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

\*\* Assistente social; Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## Introdução

Os constrangimentos ao uso indiscriminado da força de trabalho, para além dos limites físicos e sociais, não partem de qualquer direcionamento humanitário e/ou ideológico do capital. Esses são resultado do amplo processo da luta de classes, principalmente na disputa pela maior ou menor taxa de exploração da mais-valia.

Os trabalhadores em questão, imigrantes da indústria têxtil de São Paulo, são recorrentemente resgatados e suas condições de *trabalho análogo à escravidão* são denunciadas por organizações de defesa dos direitos humanos. Tal categoria jurídica é constituída por características que a compreendem como coerções extraeconômicas que submetam ao trabalho forçado, jornada excessiva, condições degradantes ou servidão por dívida (REPÓRTER BRASIL, 2021). Contudo, para além dessa definição jurídica, é preciso analisar essa condição que se encontra no polo mais precarizado da totalidade do movimento do capital e do mercado de trabalho mundial, já que em essência há assalariamento e o que prevalece é a coerção econômica.

Este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno do uso intensivo desta força de trabalho em um determinado ramo da produção têxtil, utilizando, para isso, a análise de um conjunto de reportagens que a Organização Não-Governamental (ONG) Repórter Brasil produziu em relação as intervenções do Ministério Público do Trabalho sobre as situações denunciadas e os resgates dos trabalhadores. Para tanto, este artigo selecionou as reportagens que identificam este processo no estado de São Paulo durante a década de 2010<sup>1</sup>.

Como base de fundamentação da análise deste fenômeno, resgataremos a teoria do valor-trabalho e sua particularidade no contexto do capitalismo dependente brasileiro. Além disso, enfatizaremos a análise substancial que Marx faz do processo de acumulação capitalista e o componente de equilíbrio para o desenvolvimento ampliado deste processo com a existência e uso do chamado exército industrial de reserva. A totalidade deste movimento está na dimensão de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em que a exploração da força de trabalho adquire magnitude mundial e os imigrantes são elementos fundamentais para a manutenção das taxas de lucros mundiais.

Posteriormente, serão analisados o fenômeno da imigração na indústria do setor têxtil do estado de São Paulo e as condições degradantes pelo qual estes trabalhadores foram resgatados nas confecções. Aqui, os registros das matérias jornalísticas serão utilizados para

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa foi realizada em monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada Imigração subsidiada pelo trabalho nos países de capitalismo dependente: inserção no setor têxtil (de confecções) da Selva de Pedra paulistana (FONSECA, 2021).



ilustrar a situação e demonstrar que a substância de produção de riqueza é, inexoravelmente, a exploração da força de trabalho em uso.

Por fim, indicaremos nas considerações finais algumas sínteses destes processos, no entendimento do uso dessa exploração intensiva e a luta pelo qual os trabalhadores necessitam realizar, compreendendo-se enquanto uma classe em sua totalidade.

### **A lei do valor-trabalho e a força de trabalho imigrante**

O objetivo central da produção das mercadorias na sociedade capitalista é a exploração da força de trabalho, a apropriação do trabalho excedente que a teoria do valor em Karl Marx (2013) denomina como mais-valia. A substância deste processo é parte inerente de todas as formas de exploração da força de trabalho, seja na contratação de força de trabalho assalariada e com direitos formais consolidados, seja na informalidade sem os direitos e/ou com direitos reduzidos, seja na condição de desemprego ou subemprego.

Quando Marx analisou o processo de acumulação capitalista, este identificou a existência de uma superpopulação relativa<sup>2</sup>, destacando aqui a qualidade desta ser um *exército industrial de reserva*. Este contingente de trabalhadores subempregados ou desempregados provoca uma pressão sobre a população ocupada. A necessidade deste contingente de "população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista", sendo que essa se converte "em *alavanca* da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista" (MARX, 2013: 707 – *grifo nosso*).

Com a expansão do capitalismo desde o século XIX, tais fundamentos marxianos corroboram com as tendências de formação de um mercado mundial cada vez mais interligado e conectado, assim como as tendências de intensificação da queda das taxas de lucro devido à busca de distintos capitais pela maximização dos lucros, a incessante concorrência capitalista e o aumento da composição orgânica do capital. Aqui, o mercado mundial de força de trabalho é capturado em um processo pelo qual a exportação de capital busca aproveitar todas as vantagens relativas da produção em determinados setores e ramos econômicos, assim como em

<sup>2</sup> As três formas são a superpopulação relativa flutuante, que está em torno das grandes fábricas e constantemente se desgasta pelo trabalho excessivo, a latente, composta pela população rural que pode ser convocada para a cidade, e a estagnada, com ocupações totalmente irregulares e que sempre se encontram no pauperismo (MARX, 2013). O contingente de imigrantes aqui estudados, trabalhadores do setor têxtil do estado de São Paulo, encontra-se imersa nessas últimas condições, haja visto que a relação contratual é frágil, inexistindo acesso à legislação protetiva do trabalho, recebendo apenas o mínimo para a sobrevivência física imediata. Contudo, é necessário maior aprofundamento analítico dessa relação, para que não se permita transposição mecânica da realidade inglesa no século XIX para à que será apresentada na próxima seção.



determinadas regiões na qual o valor da força de trabalho seja um atrativo para a apropriação de maiores parcelas de sobretrabalho. A deslocalização da produção foi um resultado necessário deste processo, constituindo as frações excedentes da classe trabalhadora em um “exército industrial de reserva em âmbito global”, em que este “não se limita mais às fronteiras de um país, mas tem a dimensão da oferta mundial de mão-de-obra” (FORTES, 2018: 272).

Com a formação deste mercado mundial da força de trabalho ganha relevo e intensidade a formação de um exército industrial de reserva imigrante, que busca as melhores condições para a venda desta força de trabalho. Os primórdios e as origens da formação dessa população sobrando são descritos ainda no processo de acumulação primitiva, quando os capitais e o Estado burguês expropriam violentamente os trabalhadores rurais, pequenos proprietários de suas terras, e os relegam à única condição possível de reprodução de sua existência: a migração para regiões em que a emergência das indústrias permite com que estes possam vender apenas a única propriedade que lhes resta, a força de trabalho (VENDRAMINI, 2018)<sup>3</sup>.

No que tange à formação social brasileira, inscritas em uma particularidade social diretamente vinculada à totalidade do movimento do capital, este processo não poderia deixar de ser um grande mercado atrativo para a força de trabalho mundial em diversos momentos históricos, assim como o é parte de fluxo que se direciona para os países de capitalismo central. Aqui, a força de trabalho predominante foi empreendida geneticamente sob o açoitado dos proprietários de trabalhadores/as escravizados/as indígenas e negros, capturada dos povos originários deste território ou do continente africano. Esse primeiro mecanismo de formação do mercado interno de força de trabalho se deu sob este regime do escravismo mercantil, sendo funcional e em constituições dos móveis capitalistas que em seguida iriam traçar a população *livre* em direção ao assalariamento. O *capitalismo dependente* fora constituído assim, delimitando a transformação capitalista e recorrendo-se à exploração intensiva da força de trabalho e dos recursos naturais destes territórios (FERNANDES, 2005). Neste sentido, a revolução burguesa, neste território, se constituiu de acordo com essa relação heteronômica com os países de capitalismo central, constituindo-se em um processo de drenagem de excedentes e imposição da dominação burguesa sobre a classe trabalhadora emergente, como afirma Florestan Fernandes (2005, p. 247):

Também foi ela que definiu o inimigo comum: no passado, o escravo (e, em

<sup>3</sup> Vendramini (2018: 247) assim caracteriza estes trabalhadores migrantes: “Com relação ao sujeito migrante, antes de tudo ele é um sujeito da classe trabalhadora que busca reproduzir-se enquanto tal, em formas cada vez mais precárias, inseguras e vulneráveis. Vive em zonas periféricas, muitas vezes em guetos, sujeito ao preconceito e discriminação, bem como à violência. É um sujeito com família, sexo, raça, etnia, idade e escolaridade. Enfim, constitui uma massa de trabalhadores completamente disponível para a exploração, tendo que se mover entre diferentes ocupações e regiões”.

sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semiassalariado do campo e da cidade. Com essa definição, ela protegia tanto as fontes da acumulação pré-capitalista, que continuaram a dinamizar o persistente esquema neocolonial de exportação-importação, que deu lastro ao crescimento interno do capitalismo competitivo, quando o modelo de acumulação propriamente capitalista, que possibilitaram a revolução urbano-comercial e a transição concomitante para o industrialismo, ainda sob a égide do capitalismo competitivo.

O colonialismo não foi superado em seus traços arcaicos, o subdesenvolvimento e, principalmente, a dependência. Na transição neocolonial, a gênese do açoite, expropriações e intensa exploração da força de trabalho apenas foi reconfigurada. Os trabalhadores negros escravizados ainda se mantiveram em condições de cativo e foram relegados a trabalhos assalariados sub-remunerados, assim como uma leva de imigrantes europeus e asiáticos que foram convocados para alimentarem o emergente mercado de trabalho de assalariados livres (FERNANDES, 2017). Ainda que estes tivessem maiores vantagens frente à classe trabalhadora negra anteriormente esfolada pelo trabalho escravo e sem a reparação necessária, a utilização dos *coolies*<sup>4</sup> asiáticos em condições precaríssimas de trabalho e remuneração inundou o mercado de trabalho de maiores contingentes de superpopulação relativa migrante (VILLEN, 2015).

Neste sentido, o recurso ao trabalho intensivo, ao prolongamento das jornadas de trabalho e ao rebaixamento do valor dos salários, com a extração de parte do fundo de consumo dos trabalhadores, transforma-se em elemento essencial no desenvolvimento daquilo que Ruy Mauro Marini (2005) denominou de *superexploração da força de trabalho*. Negar as condições mínimas para a reposição do desgaste da força de trabalho e até mesmo pagar essa abaixo de seu valor, são condições necessárias para a relação de subordinação que as nações latino-americanas, formalmente independentes, realizam sob os preceitos da troca desigual e do recurso à exploração da mais-valia absoluta nestes países<sup>5</sup>.

Contudo, em linhas gerais, a constituição da proteção social do trabalho sempre foi relativamente menor do que nos países de capitalismo central, assim como as frações protegidas sempre foram em menor proporção. A demarcação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, ainda que tenha valorizado um contingente de trabalhadores com a extensão dos direitos trabalhistas, com remunerações indiretas, direito ao descanso, fiscalização do trabalho,

<sup>4</sup> Categoria que denomina o trabalho servil migrante utilizado pelos países capitalistas em regime sazonal, principalmente chinês e indiano (VILLEN, 2015).

<sup>5</sup> Florestan Fernandes (2005) insere este processo em uma análise de fatores que também evidenciam a exploração dual de excedentes – pelas burguesias e oligarquias internas e pela burguesia externa dos países imperialistas -, assim como por outros fatores que condicionam a heteronomia em complexos da vida social culturais, educacionais, tecnológicos, políticos, dentre outros.

dentre outros, esbarrou em uma condição ainda contingente, já que foi promovida em primeiro lugar para os trabalhadores urbanos e só posteriormente estendida para os rurais. Com a Constituição Federal de 1988 estes direitos se estendem para a maior parte da classe trabalhadora com vínculo formal, assim como se estende o sistema de proteção social. Contudo, o alto grau de informalidade ainda se manteve alto e nem mesmo os anos 2000 conseguiram produzir uma situação pela qual a formalização fosse um processo predominante. Este processo, como um todo, foi mediado por encarniçada luta e negociação sindical (RIBEIRO, 2022).

A demanda por trabalho dos imigrantes dos demais países latino-americanos e centro-americanos, celeiros de força de trabalho que aqui pudessem ser utilizadas em funções ainda mais degradantes e com os piores salários, foi recorrente. A seguir, é realizada análise da utilização dessa força de trabalho imigrante no setor têxtil de São Paulo.

### **História e registros da superexploração da força de trabalho dos imigrantes têxteis de São Paulo**

*“[...] É um absurdo essa diferença entre o que a gente ganha e o preço que eles cobram pela peça, a gente sabe, mas a gente não pode fazer nada. Se eu costurar a mesma peça e tirar a etiqueta, ninguém paga esse valor”, afirma um dos costureiros resgatados. “Para o dono de uma fábrica, é fácil falar: ‘essa peça é fácil de costurar’. Mas não é um trabalho qualquer. Eu tenho orgulho do que eu faço, cada pessoa nasce com um talento e deveria ser valorizada por isso” (SANTINI, 2013b).*

O processo de trabalho empregado no setor de vestuário do estado de São Paulo, focado especialmente aos imigrantes, tem enquanto principal determinação o modo de produção capitalista e a condição estrutural de dependência dos países latino-americanos, no qual, para o presente estudo, também se torna intrínseco o fenômeno de uma imigração induzida pelo trabalho.

Numa breve contextualização histórica, diferentes grupos de imigrantes foram determinantes para formação e consolidação da indústria têxtil de São Paulo, principalmente nas regiões centrais da cidade, como os bairros Brás e Bom Retiro. Inicialmente, a partir de 1930, foram relegados pelos árabes (sírios e libaneses), na década de 1960 pelos judeus, com maior evidência os coreanos no decênio de 1970, assim como a presença dos nordestinos (KONTIC, 2007) e o surgimento da força de trabalho sul-americana<sup>6</sup>, sobretudo boliviana, da qual tornou-se gradativamente expressiva a partir de 1980 (AZEVEDO; CACCIAMALI, 2005;

<sup>6</sup> Mesmo que em menor volume, também foi citado por Patrícia Villen (2015) fluxos migratórios advindos do Paraguai e Peru, que assim como os bolivianos ao adentrarem o setor no final da década de 1970 já assumiram um formato de trabalho informal e precarizado.

CÔRTEZ; SILVA, 2014; FREITAS, 2011; FREIRE DA SILVA, 2008; VILLEN, 2015).

As primeiras formas de trabalho instauradas no setor de confecções já apresentavam relações laborais precárias caracterizadas pelo emprego informal de conterrâneos, familiares e grupos imigrantes, juntamente a longas jornadas de trabalho potencializadas pela condição laboral domiciliar<sup>7</sup> (KONTIC, 2007). Em vista disto, o setor produtivo têxtil do estado de São Paulo demonstrou ser caracteristicamente forte receptor de força de trabalho migrante apoiado em condições de subemprego.

A exploração dos imigrantes operadores de máquina de costura pode ser explicada sob diversos ângulos. Em primeiro lugar, as leis que restringiam a entrada de imigrantes no Brasil, implementadas durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985), contribuíram para entrada indocumentada de uma gama destes, na qual conseqüentemente por sua condição de ilegalidade, país e língua estrangeira, assumem os postos de trabalho com condições laborais degradantes da qual a força de trabalho local não se disponibiliza a exercer. Isso ocorreu com coreanos e sul-americanos que adentraram a indústria têxtil nesse período (VILLEN, 2015).

Uma segunda determinação é explicada pelo fato de que as relações de emprego também passaram a estar baseadas em agenciamentos de força de trabalho imigrante de forma clandestina. A problemática gira em torno das dívidas contraídas, que se iniciam no financiamento dos gastos do seu país de origem até a chegada em São Paulo e se estendem no formato de trabalho domiciliar proposto. Nesse sentido, a relação entre oficinairo e costureiro pode se agravar a partir da “retenção de documentos, coações e restrição de liberdade” (CÔRTEZ, FREIRE DA SILVA, 2014: 41) e ser compreendido como tráfico de pessoas para fins de exploração da força de trabalho vinculadas a um setor, local e função laboral específica.

Hipoteticamente estamos falando da existência de redes de tráfico humano que assolam todo o planeta atuando num setor específico da economia brasileira, o ramo das confecções, no qual proprietários de confecções aqui estabelecidos, [...] contratam recrutadores para incitar e motivar a vinda de trabalhadores com promessas de emprego, moradia, alimentação e bons salários (AZEVEDO; CACCIAMALI, 2005: 8).

Por sua vez, a terceira determinação se dá pelo fato de que as modificações na indústria têxtil concebidas no processo de reestruturação produtiva na década de 1990, em especial no setor de confecções de vestuário, é peça central na intensificação da exploração da força de trabalho. Carlos Freire da Silva (2008) expõe que as mudanças ocorreram no gerenciamento da

<sup>7</sup> O trabalho à domicílio proporciona uma atenuação da capacidade em diferenciar o tempo e o espaço funcional do trabalho e do doméstico, sendo que “[...] neste contexto as marcações que distinguem o que é trabalho e o que não é, se tornam menos nítidas, o que implica frequentemente em uma intensificação do trabalho” (FREIRE DA SILVA, 2008: 40).

força de trabalho empregada e na organização produtiva, em prol de estabelecer uma produção flexibilizada em escala reduzida que atenda a demanda temporária das estações do ano e as tendências do mundo da moda. Este fenômeno corresponde, como delinea Branislav Kotic (2007), a ampliação concorrencial do mercado, além do fechamento das fábricas, demissões em massa, diminuição dos grupos étnicos existentes no setor e, conforme Angela Maria Araujo e Elaine Regina Amorim (2002), no aumento significativo da informalidade<sup>8</sup> pelo uso expressivo da terceirização<sup>9</sup>.

E, por fim, como mencionado, a baixa ou inexistente remuneração pode ter sido um dos pilares para manutenção deste formato salarial presente nas oficinas informais, mas que de fato atende a dinâmica presente no setor, sobretudo na “espoliação” da força de trabalho imigrante. Carlos Freire da Silva (2008) reforça que além das péssimas condições de remuneração, quando não endividados, tornou-se característico do setor o salário mensal estar condicionado a produtividade do costureiro, mais especificadamente, o pagamento por peça.

Sendo assim, o trabalho subcontratado e precarizado assumiu novos contornos no setor. A necessidade de trabalho vivo para operacionalizar as máquinas de costura, já que as implementações tecnológicas na década de 1990 no setor foram insuficientes para substituir o trabalho exercido pelos costureiros (ARAÚJO; AMORIM, 2002), tornaram “os imigrantes [...] *peça fundamental e indispensável* dessa indústria” (VILLEN, 2015: 80 – *grifos da autora*). Não somente em razão desta, mas particularmente porque serão estes a atender as novas demandas do mercado varejista e atacadista de vestuário sob condições degradantes e por vezes desumanas de trabalho, contribuindo, desta forma, na desvalorização do ofício de costura das/os costureiras/os locais (FREIRE DA SILVA, 2008). Nesse sentido, corporações de produção e comercialização de vestuário poderão escorar-se em diferentes formas de explorar esta força de trabalho, sobretudo imigrante, enquanto resolução do auferimento nos lucros, corte de gastos, aumento da produtividade condizentes a lógica *fast-fashion*, terceirização, dentre outros, promovendo vantagens no mercado competitivo, reconhecida como *dumping social*. Por base nesta perspectiva,

<sup>8</sup> O aumento significativo das oficinas informais nos anos 1980 e 1990 é respondido pela perda de emprego das operárias das indústrias, que passaram a realizar o mesmo trabalho em seus domicílios. Este processo se deu em periferias da cidade de São Paulo, especialmente na Zona Leste, sendo essencial para as modificações empregadas no setor e para o crescimento do consumo popular, podendo atender, portanto, seu próprio negócio, o mercado popular e marcas e grifes de renome no ramo da comercialização de vestuário (ARAÚJO; AMORIM, 2002; CÔRTEZ; FREIRE DA SILVA, 2014; FREIRE DA SILVA, 2008).

<sup>9</sup> “Característica central deste movimento de reestruturação dos anos 90, a terceirização difunde-se e ganha novos contornos em meio às inovações gerenciais e tecnológicas empregadas. A subcontratação de oficinas de costura e o uso do trabalho a domicílio se intensificam, na medida em que se tornam a principal estratégia utilizada pelas confecções, independente do seu tamanho e posição no mercado, com o objetivo de reduzir custos e aumentar sua capacidade produtiva” (ARAÚJO; AMORIM, 2002: 279).



[...] as condições de trabalho, as violações e as situações a que são submetidos (e às quais se submetem) os trabalhadores não são características ligadas à origem nacional desses migrantes, mas decorrem da maneira como se associa a migração e a organização do trabalho na cadeia produtiva da indústria de confecções. Destaca-se especialmente a posição de poder e controle das grandes empresas varejistas e atacadistas, que auferem os maiores ganhos na cadeia, responsáveis por ditar o ritmo da produção, definir os estilos e tipos de vestimentas, em um modelo de gestão produtiva em que não são responsabilizadas pelos contratos de trabalho dos operadores das máquinas de costura (CÔRTEZ; FREIRE DA SILVA, 2014: 38).

Contudo, o estudo<sup>10</sup> realizado nesta pesquisa demonstra diversos aspectos lineares que condizem a características específicas do setor informal de confecções de vestuário de São Paulo que foram identificadas no período contemporâneo (2009-2020). Como veremos a seguir, essa pesquisa identifica a permanência das relações pautadas na superexploração da força de trabalho, do qual estes, enquanto agentes de uma superpopulação relativa excedente, recorrem a informalidade, mesmo que seja necessário deslocar-se a um país estrangeiro.

A imigração laboral vinculada ao setor, importadora de exército industrial reserva estrangeiro, mesmo que de forma indireta, permanece sendo receptora majoritária de força de trabalho latino-americana (boliviana, paraguaia e peruana)<sup>11</sup>, com a presença ainda não identificada dos haitianos<sup>12</sup> e população indígena Quechua e Aymara. Com relação a estes grupos étnicos, os níveis de exploração são maximizados, como explicado por auditores fiscais em uma fiscalização do trabalho:

Observa-se com nitidez a atitude empresarial de discriminação. [...] Os trabalhadores imigrantes indígenas encontram-se em situação de trabalho deplorável e indigno, em absoluta informalidade, jornadas extenuantes e meio ambiente de trabalho degradante (HASHIZUME; PYL, 2011).

Ademais, os brasileiros representam 1% do total dos trabalhadores resgatados, o que demonstra a preponderância contínua dos imigrantes nesta situação informal do setor. No entanto, também foi passível de observação que em momentos de crise os brasileiros também

<sup>10</sup> A presente pesquisa concentrou-se inicialmente em apurar todas as reportagens pela ONG Repórter Brasil que refletissem as condições de trabalho da indústria têxtil de São Paulo. Ao todo foram identificadas e utilizadas 39 reportagens, que resultaram no agrupamento de dados e posterior análise de 37 casos, dos quais 31 ocorreram na capital paulista e os outros 6 casos restantes em outras cidades do Estado.

<sup>11</sup> No total recolhido pelas reportagens entre 2009 e 2020, foram identificados 470 trabalhadores resgatados das oficinas informais de São Paulo. Destes, 95% representam os imigrantes (448 trabalhadores), 4% referem-se a trabalhadores que não tiveram a nacionalidade mencionada (17 trabalhadores), enquanto apenas 1% retrata os brasileiros (5 trabalhadores). Já do total de imigrantes no setor, 87% discrimina mão de obra boliviana (390 trabalhadores), 5% denotam as nacionalidades boliviana, paraguaia e peruana (24 trabalhadores), da qual não foram especificadas isoladamente por costureiro, outros 5% que representam os peruanos (22 trabalhadores) e por último 3% em referencial aos haitianos (12 trabalhadores), em um caso isolado.

<sup>12</sup> “Apesar de imigrantes haitianos já terem sido resgatados da escravidão no Brasil, até então, nenhum havia sido libertado nem no Estado de São Paulo, nem no setor têxtil. [...] As vítimas trabalhavam no local há dois meses produzindo peças para a confecção As Marias, mas nunca receberam salários e passavam fome” (WROBLESKI, 2014).



são convocados para ofícios informais em tais condições degradantes, que assim como os imigrantes, assumirão condições de subemprego. No contexto atual de crise sanitária do coronavírus, Thais Lazzeri (2020) dimensiona que,

[...] a combinação entre maior demanda por máscaras, crise e falta de trabalho acelerou a precarização do trabalho entre os informais. [...] Agora, além de camisas, costumam máscaras a R\$ 0,10 ou R\$ 0,20 a unidade — que depois são vendidas a R\$ 10. [...] “O desemprego levou todo mundo para a frente de uma máquina de costura, trabalhar horas e horas e receber quase nada, R\$ 0,10 por máscara. É escravidão que chama, não é?” [...] a crise aumentou ainda o desemprego entre empregadas domésticas migrantes e brasileiras, que também passaram a costurar máscaras. Segundo Diana Soliz, diretora do sindicato das Empregadas Domésticas de São Paulo, algumas relatam jornadas de trabalho de até 11 horas.

O trabalho infantil<sup>13</sup> também transparece no setor, mesmo que em menor volume entre os casos identificados, sendo, em suma, composto por adolescentes entre 14 e 17 anos. Em uma fiscalização que ocorreu em 2014 reportado por Stefano Wroblewski (2014), “[...] dentre as vítimas estava uma adolescente de 15 anos grávida de sete meses”. Quando não assumem o ofício da costura estes ficam responsáveis pelos mais novos enquanto os pais trabalham e muitos, assim como as crianças, frequentam a escola com regularidade. No entanto, residem em imóveis sob condições extremamente precarizadas, tendo por vezes seus direitos negligenciados e sendo expostos a situações de vulnerabilidade.

A adolescente de 14 anos tomava conta das duas crianças enquanto as mães trabalhavam. Ela ajudava também na limpeza da casa e no preparo das refeições. No Brasil desde 2010, não está estudando. Seu irmão juntou dinheiro e foi buscá-la na capital boliviana de La Paz (HASHIZUME; PYL, 2011).

As principais formas de como estes imigrantes adentram o setor, foram compreendidas sob três ângulos: a) a imigração pode ser induzida por aliciadores, assumindo condições ilegais, que por vezes embarca características que adentram o tráfico de pessoas; b) pelo incentivo<sup>14</sup> de familiares, amigos e conterrâneos de imigrantes já instalados no ramo; c) pela “popularidade”<sup>15</sup> atribuída ao setor de empregar mão-de-obra imigrante.

O tráfico de pessoas não aparenta mais ser um dos principais mecanismos de empregabilidade precarizada utilizados no setor. Menos da metade dos casos foram caracterizados sob este formato, e os que foram manifestam situações de servidão por dívida

<sup>13</sup> “O trabalho com instrumentos perfurantes, como a máquina de costura, está entre as piores formas de trabalho infantil no qual o Brasil compactuou extinguir até 2016” (LOCATELLI, 2016).

<sup>14</sup> “Agora vou ver se minha irmã vem pra cá. Ela já está na idade de trabalhar”. [...] declarou Jonas, que manifestou estar satisfeito com o trabalho na oficina” (PYL, 2011a).

<sup>15</sup> “Todo mundo na minha terra que vinha para o Brasil dizia que aqui era bom. E eu vim”, declarou uma vítima identificada na cadeia produtiva da Zara (HASHIZUME; PYL, 2011).

(trabalho sem remuneração até sanar as dívidas contraídas ou descontos relevantes nos salários mensais) e cerceamento de liberdade (através da retenção de documentos, controle ou proibição de saída do imóvel, vigia, coações, tratamento desumano e ameaças psicológicas e físicas).

Foram apreendidos ainda sete cadernos com anotações de dívidas dos empregados com o dono da oficina. Há desde marcações referentes à compra de shampoo até o desconto do custo da passagem da Bolívia ao Brasil. Uma das vítimas chegou a receber R\$ 238 por um mês inteiro de trabalho. Um dos cadernos também mostra outro tipo de redução no salário em virtude de peças com defeitos devolvidas pela empresa. Além disso, foram encontrados documentos pessoais com descontos de valores ligados à hospedagem, à alimentação e a outros gastos (PYL, 2011b).

Para sair da oficina, era preciso pedir autorização ao dono, que nem sempre permitia. "A gente tem que avisar bem antes. E se tiver muito trabalho ele não deixa não" (PYL, 2012).

Outros dois casos chamam a atenção no que diz respeito ao nível de posse e objetificação do oficineiro sobre o costureiro imigrante, do qual, na reportagem de Igor Ojeda (2014a), houve flagrante de tentativa de venda de dois costureiros bolivianos no bairro do Brás. Em depoimento, uma das vítimas expõe:

Se não acontecesse o que aconteceu, nós continuaríamos dependentes do dono da oficina. Não teríamos feito nada por iniciativa própria. Não conhecemos nenhuma rua da cidade e não falamos português. Você acha que nós fugiríamos para onde? (HASHIZUME, 2014).

O outro caso reportado refere-se a dois irmãos bolivianos (um deles menor de idade) que resolveram fugir da oficina que trabalhavam. O adolescente foi encontrado após ter sido sequestrado e mantido sob cerceamento de liberdade, sendo que "[...] a exigência dos R\$ 5 mil para liberar o rapaz foi feita para a irmã" (REPORTER BRASIL, 2009).

As condições degradantes de trabalho e moradia se mesclam à medida que o trabalho domiciliar<sup>16</sup> permanece como uma das principais características das oficinas informais de costura de São Paulo, da qual compete com a longas jornadas de trabalho e os valores irrisórios recebidos por peças confeccionadas. No trabalho domiciliar é característico pelo dono da oficina oferecer moradia e habitualmente alimentação como escambo de produtividade ou valor descontado<sup>17</sup> do salário final. As jornadas de trabalho se davam por um mínimo 11 horas e no máximo 18 horas - realizado "mesmo com os olhos fechando" (PYL, 2012) -, com escassas

<sup>16</sup> "[...] o fato de morarem e trabalharem no mesmo lugar, às vezes dividindo o mesmo espaço com as máquinas de costura, é um dos fatores mais problemáticos desta relação. Os patrões oferecem hospedagem, o que, por um lado, facilita bastante a acolhida na cidade, afinal como não documentados não conseguem alugar um imóvel, mas, por outro lado, amplia as relações de exploração" (FREIRE DA SILVA, 2008: 97).

<sup>17</sup> "O custeio dessa moradia e alimentação é acordada pelo sistema chamado de *terça parte*, em que a terça parte dos valores auferidos pelos intermediadores de mão de obra e que em tese, deveriam ser convertidos em salários pagos aos trabalhadores, são retidos pelo empregador como uma taxa para custear essas despesas" (OJEDA, 2014b – *grifo nosso*).

pausas para descanso ou refeições e apenas domingos reservados para folga e limpeza do imóvel<sup>18</sup>.

O carrinho de bebê colocado ao lado da máquina de costura era uma forma de "facilitar" a continuidade do trabalho de uma mãe que não parava de trabalhar sequer para embalar ou amamentar a criança, assim como fizera durante toda a gravidez (PYL, 2012).

A ilusão que muitos comungam é que quanto mais se produz, maiores serão as possibilidades destes imigrantes obterem sua própria oficina, retornar para o país de origem, juntar dinheiro para aplicar posteriormente ou ajudar familiares, sanar dívidas, dentre outras motivações apresentadas - “quanto mais peças costurarmos, mais dinheiro ganhamos, então preferimos não parar”, afirmou um dos resgatados durante a operação” (SANTINI, 2013a) -, visto que estes iriam receber em média por peça confeccionada de R\$ 0,05 até R\$ 7,00. Em depoimento, uma,

[...] jovem costureira chorou ao contar que pediu aumento de R\$ 0,20 ao dono da oficina. O pedido foi recusado. A situação demonstra a dependência e a impossibilidade de abandonar o local, já que não tinham sequer recursos suficientes para isso. Eles não saíam da casa, pois não tinham dinheiro para a passagem do ônibus e "para comprar o que as crianças pedem" (PYL, 2012).

As peças acima de R\$ 4,00 estão relacionadas ao nível de complexidade de costura agregado, predominantemente com recomendações específicas orientadas pela empresa contratante, que em diversos casos, também aciona o estabelecimento de “multas aos donos de oficinas, seja por não costurar as etiquetas (R\$ 0,10 por peça) ou por problemas na costura (20% no valor da peça)” (PYL, 2012). Em ponderação às redes que este setor informal abastece, são estas grandes corporações que mais se beneficiam.

Dentre as 22 grifes, marcas e redes de vestuário<sup>19</sup> identificadas nesta pesquisa, boa parte não se responsabiliza pelos flagrantes e/ou não se retratou pelas infrações que abrangem o uso transgressor da força de trabalho imigrante, compreendida pela ONG Repórter Brasil, como 99% dos casos estudados<sup>20</sup>, sob parâmetros análogos a escravidão.

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: *condições degradantes de trabalho* (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais colocam em risco a saúde e a vida do

<sup>18</sup> “A limpeza dos dormitórios, das instalações sanitárias e demais dependências era feita pelos próprios trabalhadores, conforme escala fixada na porta de um dos banheiros” (PYL, 2011b).

<sup>19</sup> A. Brand, Animale, Amissima, As Marias, BourgeoisBohême (Bo. Bô), Brokesfild Donna, Emme, Fenomenal, Gangster Surf and Skate Wear, Gregory, Le Lis Blanc, Lojas Americanas, Luigi Bertolli, M. Officer, Marisa, Moda Collins, Pernambucanas, Renner, Unique Chic, Vismar, Zara e 775 são as 22 marcas identificadas neste estudo. Algumas destas ainda estiveram envolvidas em mais de um caso e mantinham oficinas informais de imigrantes em sua cadeia produtiva, demonstrando não se tratar de situações isoladas.

<sup>20</sup> Dentre os 37 casos, apenas um não foi identificado por empregar o uso de trabalho análogo a escravidão. As irregularidades trabalhistas e do imóvel eram passíveis de menores adequações reguladoras.

trabalhador), *jornada exaustiva* (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), *trabalho forçado* (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e *servidão por dívida* (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). *Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.* [...] A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, através de sua relatora para formas contemporâneas de escravidão, apoiam o conceito utilizado no Brasil” (REPÓRTER BRASIL, 2021 – *grifos nosso*).

Um último atenuante característico das oficinas informais de São Paulo no período contemporâneo, se refletem nas condições precárias do imóvel e de higiene que estes imigrantes dividem entre moradia e trabalho. O cenário que se repete demonstra sempre um número excedente de costureiros - por vezes, juntos a famílias inteiras, incluindo crianças e adolescentes – em relação ao que a casa/ “ateliê de costura” suporta, como o número insuficiente de banheiros do qual encontram-se sempre em estado insalubre. Diversos cômodos são improvisados (principalmente quartos) e em grande número não há um espaço destinado para refeições. As portas e janelas são mantidas fechadas, sem iluminação adequada para ofício e pouca ventilação, tornando o espaço abafado. Também havia ausência de manutenção nos espaços, mediante presença de mofo, infiltrações e rachaduras, assim como fiações expostas, que demonstra se tratar de instalações elétricas irregulares. Além destes, alimentos<sup>21</sup> e botijões de gás são armazenados de forma irregular e mesmo diante de todos os riscos de incêndio, tecidos e peças de roupas ficam espalhadas por toda a parte. Não há saída de emergências, treinamentos para esse tipo de incidente e muito menos extintores de incêndio, que quando existem, estão fora da validade. Os assentos destinados para o ofício são cadeiras improvisadas, muitas vezes com espuma – “até mesmo uma caixa de papelão” (PYL, 2011b) - e os maquinários de costura não possuem proteção correta - “a correia pega velocidade com o acionamento das máquinas e pode até decepar um dedo” (PYL, 2011b) -, o que coloca em risco não só a integridade física do trabalhador, como também das crianças que circulam entre as máquinas. Por conseguinte, todos estes elementos reunidos enfatizam os riscos de vida e saúde que estes trabalhadores enfrentam diariamente. Em um dos casos ligados à empresa Marisa, reportados por Maurício Hashizume (2010), a avaliação médica realizada nos costureiros constatou que “estavam expostos a distúrbios respiratórios, problemas ergonômicos, e justamente a enfermidades

<sup>21</sup> Segundo o exposto por Igor Ojeda (2014b) em oficina informal vinculada a Renner, “[...] os alimentos são armazenados de forma precária: no chão ou sobre móveis, sem vedação, e, inclusive, no interior de dormitórios. Foram encontrados também produtos vencidos ou à temperatura ambiente quando deveriam ser refrigerados. Para piorar, estavam expostos à contaminação, por conta da grande quantidade de baratas existentes, inclusive, dentro de geladeiras”.

dermatológicas, além das condições psicossociais indesejáveis, por causa do medo constante”.

Ademais, os banhos eram gelados para economizar energia ou prevenir sobrecargas, e em casos mais graves, como destaca Bianca Pyl e Maurício Hashizume (2010 – *grifos nossos*),

[...] até o tempo e a forma do banho dos empregados, que era com água fria, seguiam as regras estabelecidas pelo dono da oficina. *Obrigatoriamente, o banho era tomado em duplas* (junto com outra colega de trabalho), *durante contados 5min*, para poupar água e energia.

Em outro caso, uma costureira declarou “[...] que tinha autorização para tomar banho somente uma vez por semana” (Wroblewski, 2014). E em geral, as refeições quando fornecidas eram escassas e de baixo valor nutricional, e em situações mais agravantes “os armários da casa eram trancados com correntes e cadeados para que os trabalhadores e as crianças não comessem “fora de hora”” (PYL, 2012).

Num breve panorama geral, os casos reportados pela ONG Repórter Brasil diminuíram drasticamente a partir de 2015<sup>22</sup>. Deste modo, supõe-se que no decorrer do período estudado neste capítulo, diversas ações de organismos governamentais e não governamentais, de entes sociais, do corpo legislativo e fiscalizador, sindical, midiático e acadêmico teriam exercido pressão para a regulamentação e fiscalização das relações de trabalho neste setor produtivo, assim como, o aumento das denúncias que constrangeram marcas reconhecidas mundialmente.

Outros fatores, foram os retrocessos trabalhistas do período, como as contrarreformas trabalhistas de 2017 (Leis 13.429 e 13.467) e a extinção do Ministério do Trabalho em 2019 (recriado em julho de 2021), que possivelmente contribuíram para atenuação das fiscalizações nestas oficinas.

Além disso, o aumento do desemprego e da taxa de informalização do trabalho após 2016 são fatores que potencializam o aumento do exército industrial de reserva local, em que a população nativa se dispõe com maior facilidade à tais condições precárias de trabalho e salários irrisórios. E essa situação já se apresentava antes dos efeitos da pandemia do coronavírus<sup>23</sup>.

Levantemos também a hipótese da diminuição do emprego de mão de obra imigrante no setor em razão da atual crise pandêmica do coronavírus, da qual aprofunda diretamente no alto índice de desemprego e subemprego.

<sup>22</sup> Não houve nenhum caso reportado pela ONG Repórter Brasil nos anos de 2015 e 2019. Em 2016, 2017, 2018 e 2020, houveram apenas um caso em cada respectivo ano.

<sup>23</sup> O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2019: 5), em Boletim de Conjuntura número 20 de dezembro de 2019, identificava: “O número de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado chegou a 11,9 milhões, novo recorde na série histórica, iniciada em 2012. Outro recorde foi a quantidade de trabalhadores por conta própria, que atingiu 24,4 milhões de pessoas”.

## Considerações finais

Os registros das matérias jornalísticas são essenciais para ilustrar as condições degradantes de trabalho e o irrisório salário pago para este contingente da classe trabalhadora, que se submetem à tal condição pelo simples fato de não conseguirem vender a sua força de trabalho em melhores condições. A coerção extraeconômica, ainda que existente no contexto do trabalho imigrante, não é a principal determinação para que estes trabalhadores migrem e se submetam à tal condição.

Conjunturalmente, é na primeira metade da década de 2010 que este chamado para imigração de trabalhadores sul-americanos para o setor de vestuário do estado de São Paulo foi mais consistente. As menores taxas de desemprego reduziram o exército industrial de reserva local e implicaram na convocação do exército industrial de reserva continental, do qual tornou-se imprescindível e necessário, em correspondência às demandas do mercado da moda e da lógica laboral informal e volumosamente degradante empregada. Esse processo intensificou-se no decorrer dos anos analisados, o que permite-se compreender a manutenção e permanência majoritária da superexploração da força de trabalho latino-americana vinculada à uma cadeia de produção específica.

O fato das constantes denúncias e resgates de trabalhadores ter possibilitado o recuo do uso indiscriminado dessa força de trabalho, não exclui a impunidade e, muitas vezes, o descaso das grandes corporações de vestuário ao responsabilizar-se, retratar-se ou posicionar-se mediante flagrante em sua cadeia produtiva. O que demonstra a fragilidade legislativa em defesa do trabalhador, principalmente migrante, e implica em uma espécie de “passe livre” que burla e torna ausente a responsabilização dos reais beneficiários do uso excessivo da terceirização e das condições expressivas de subemprego, assumindo na maior parte dos casos proporções que ferem explicitamente os direitos humanos fundamentais e a própria dignidade destes trabalhadores, na qual se expressa também nas particularidades presentes do chamado trabalho análogo à escravidão.

Contudo, a ofensiva burguesa com as contrarreformas trabalhistas e ataques explícitos do governo federal eleito em 2019 fragilizaram ainda mais a condição de trabalho de toda a classe e atingiram a política pública de fiscalização do trabalho, este último, todavia, foi levantando também como uma possibilidade da razão das diminuições de casos notificados. Neste sentido, são impreteríveis a atenção fiscalizadora, a análise crítica e o fomento da pesquisa continuada direcionadas a este setor. O fator da diminuição exponencial de casos reportados pela Repórter Brasil, a partir de 2015, não traduz a extinção da utilização do exército industrial reserva global neste setor, nem a melhoria das condições de trabalho superexploradas



que este produz.

O exemplo da remuneração pela unidade de máscara costurada, no ano de 2020, demonstra avidamente a funcionalidade da superexploração da força de trabalho, exponenciada pela crise econômica, sanitária e social, que se aprofundou com a pandemia de COVID-19 no Brasil e no Mundo. Quando determinado setor não se extingue, e neste caso é dependente de capital variável sob condições precárias de trabalho, se reinventa de acordo com as demandas temporais e permanece como polo atrativo de força de trabalho nacional e migrante.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 267-310, 2002.
- AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes de; CACCIAMALI, Maria Cristina. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. *Cadernos PROLAM*, p. 129-143, 2005.
- CÔRTEZ, Tiago; FREIRE DA SILVA, Carlos. Migrantes na costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecções. *Travessia–Revista do Migrante*, v. 74, p. 37-56, 2014.
- DIEESE. *Boletim de Conjuntura*. Número 20, dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2019/boletimConjuntura020.pdf> Acesso em: 11 jan. 2022.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Globo Livros, 2005.
- FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2017.
- FONSECA, Valéria Regina da. Imigração subsidiada pelo trabalho nos países de capitalismo dependente: inserção no setor têxtil (de confecções) da Selva de Pedra paulistana. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 256-273, jul./dez. 2018.
- FREIRE DA SILVA, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- HASHIZUME, Maurício. Escravidão é flagrada em oficina de costura ligada à Marisa. *Repórter Brasil*. São Paulo, 17 mar. 2010. Jornalismo. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/03/escravidao-e-flagrada-em-oficina-de-costura-ligada-a-marisa/>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. ‘Se não conhecíamos nada da cidade e da língua, fugiríamos para onde?’, diz imigrante vítima de tráfico de pessoas. *Repórter Brasil*. São Paulo, 27 fev. 2014. Jornalismo. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2014/02/se-nao-conheciamos-nada-da-cidade-e-da-lingua-fugiriamos-para-onde-diz-imigrante-vitima-de-traffic-de-pessoas/>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- HASHIZUME, Maurício; PYL, Bianca. Costureiras são resgatadas de escravidão em ação inédita. *Repórter Brasil*. São Paulo, 17 nov. 2010. Jornalismo. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/11/costureiras-sao-resgatadas-de-escravidao-em-acao>

inedita/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava. *Repórter Brasil*. São Paulo, 16 ago. 2011. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

KONTIC, Branislav. *Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

LAZZERI, Thais. Trabalho escravo, despejos e máscaras a R\$ 0,10: pandemia agrava exploração de migrantes bolivianos em SP. *Repórter Brasil*. São Paulo, 1 jun. 2020. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/06/trabalho-escravo-despejos-e-mascaras-a-r-010-pandemia-agrava-exploracao-de-migrantes-bolivianos-em-sp/>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

LOCATELLI, Piero. Brookfield Donna, marca da Via Veneto, é flagrada com trabalho escravo. *Repórter Brasil*. São Paulo, 20 jun. 2016. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2016/06/brookfield-donna-marca-da-via-veneto-e-flagrada-com-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2ª edição; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2013.

OJEDA, Igor. Fiscalização localiza dono de confecção que tentou vender imigrantes como escravos. *Repórter Brasil*. São Paulo, 17 fev. 2014a. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/02/fiscalizacao-localiza-dono-de-confeccao-que-tentou-vender-imigrantes-como-escravos/>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. Fiscalização flagra exploração de trabalho escravo na confecção de roupas da Renner. *Repórter Brasil*. São Paulo, 28 nov. 2014b. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/11/fiscalizacao-flagra-exploracao-de-trabalho-escravo-na-confeccao-de-roupas-da-renner/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

PYL, Bianca. DPU ajuíza ação contra a Collins por trabalho escravo. *Repórter Brasil*. São Paulo, 10 mai. 2011a. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2011/05/dpu-ajuiza-acao-contra-a-collins-por-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Trabalho escravo é flagrado na cadeia da Pernambucanas. *Repórter Brasil*. São Paulo, 2 abr. 2011b. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2011/04/trabalho-escravo-e-flagrado-na-cadeia-da-pernambucanas/>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. Fiscalização associa Gregory à exploração de trabalho escravo. *Repórter Brasil*. São Paulo, 18 mai. 2012. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2012/05/fiscalizacao-associa-gregory-a-exploracao-de-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

REPÓRTER BRASIL. O que é trabalho escravo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

REPÓRTER BRASIL. Dono de fábrica de costura é condenado a 23 anos. *Repórter Brasil*. São Paulo, 2 out. 2009. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/10/dono-de-fabrica-de-costura-e-condenado-a-23-anos/>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 1, p. 166-175, 2022.

SANTINI, Daniel. Fiscais flagram escravidão envolvendo grupo que representa a GAP no Brasil. *Repórter Brasil*. São Paulo, 22 mar. 2013a. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2013/03/fiscais-flagram-escravidao-envolvendo-grupo-que-representa-a-gap-no-brasil/>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. Roupas da Le Lis Blanc são fabricadas com escravidão. *Repórter Brasil*. São Paulo, 27

- jul. 2013b. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2013/07/roupas-da-le-lis-blanc-sao-fabricadas-com-escravidao/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018.
- VILLEN, Patricia. *Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2015.
- WROBLESKI, Stefano. Justiça reconhece responsabilidade da grife Collins por trabalho escravo. *Repórter Brasil*. São Paulo, 30 set. 2014. Jornalismo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/09/justica-reconhece-responsabilidade-da-grife-collins-por-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

# Reflexões para o debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social

## Reflections for the debate on training and theoretical-practical teaching in Social Work

Eliane Martins de Souza Guimarães\*

**Resumo:** O projeto profissional crítico do Serviço Social brasileiro tem na formação uma importante estratégia, que frente a conjuntura, representa um grande desafio. O presente artigo apresenta reflexões para o debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social. Para isso, retoma a análise da construção do projeto de formação crítica da profissão e os impactos do contexto neoliberal. Apresenta os dados de pesquisa com o estado da arte do debate sobre o ensino teórico-prático no Serviço Social, com análise da relação de ensino e aprendizagem a partir da formação e suas expressões na: docência, ensino e método; instrumentalidade, instrumentos e a relação teoria e prática; diretrizes curriculares e os fundamentos da profissão. Por fim, apresenta elementos do debate sobre as teorias pedagógicas contra hegemônicas e formação em saúde que trazem contribuições para o Serviço Social.

**Palavras-chaves:** serviço social, ensino, teoria e prática, formação em saúde, pedagogias.

**Abstract:** The critical professional project of the Brazilian Social Work has in training an important strategy, which, given the conjuncture, represents a great challenge. This article presents reflections for the debate on training and theoretical-practical teaching in Social Work. For this, it resumes the analysis of the construction of the project of critical formation of the profession and the impacts of the neoliberal context. It presents research data with the state of the art of the debate on theoretical-practical teaching in Social Work with an analysis of the teaching and learning relationship based on training and its expressions in: teaching, teaching and method; instrumentality, instruments and the relationship between theory and practice; curriculum guidelines and the foundations of the profession. Finally, it presents elements of the debate on anti-hegemonic pedagogical theories and health education that bring contributions to Social Work.

**Keywords:** social work, teaching, theory and practice, health training, pedagogies.

Recebido em: 20/06/2022

Aprovado em: 17/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Assistente social, especialista em Saúde da Família, mestre e doutora em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ, pós-doutora em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ, professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói).

## Introdução

Muitos tem sido os ataques aos espaços de educação. O movimento de crise do capital, tem configurado a lógica ultraneoliberal e forjado no plano econômico, social e político uma moralidade com práticas reorientadas por um exacerbado conservadorismo de direita, que recorre ao fascismo e atinge diretamente a classe trabalhadora (Borges e Matos, 2020). Tais posições tem repercutido no questionamento ao conhecimento, a verdade e a formação crítica.

Ao mesmo passo, a conformação de espaços de resistência tem requisitado a construção de estratégias de aproximação do debate crítico aos espaços formativos, sejam acadêmicos, sociais, populares ou políticos. No cenário de contradições e disputas, o projeto de formação crítica no Serviço Social também é atravessado pelos processos de desmonte e precarização que afetam a formação, o trabalho de assistentes sociais e as condições de vida dos sujeitos.

Assim, a análise da política de educação e dos espaços formativos, retoma a pauta sobre as potencialidades e os desafios do ensino e a relação teoria e prática no Serviço Social. Nessa direção, o presente artigo busca compartilhar reflexões sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social. Para isso, toma como ponto de partida a análise da construção do projeto de formação crítica da profissão e os impactos do contexto neoliberal na proposta. O texto apresenta os dados de pesquisa com o “estado da arte” do debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social e analisa a relação de ensino e aprendizagem a partir da formação e suas expressões na: docência, ensino e método; instrumentalidade e a relação teoria e prática; diretrizes curriculares e fundamentos. Por fim, traz elementos do debate sobre as teorias pedagógicas contra hegemônicas e a formação em saúde que sinalizam importantes contribuições para o Serviço Social.

## O projeto de formação crítica e o ensino teórico-prático no Serviço Social

O Serviço Social, como profissão requisitada para intervenção frente as expressões da questão social<sup>1</sup>, como especialização do trabalho coletivo, atua na produção e reprodução das relações sociais capitalistas em um movimento contraditório no qual “participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora” (Iamamoto e Carvalho, 2011, p. 79-81). A profissão assume um papel no capitalismo monopolista para o controle da

<sup>1</sup> Para Yamamoto (2007), o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho, compreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada” (IAMAMOTO, 2007, p. 27).



vida social por meio da individualização e moralização da questão social<sup>2</sup> (NETTO, 2011, p. 36).

A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil é permeada pelo movimento de rupturas e continuidades, fazendo com que coexistam na atualidade “práticas renovadas ao lado de ‘velhas’” e “linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica” que tendem “a acompanhar a trajetória do pensamento e da atuação profissional” (Yazbek, 2009a, p. 137). Assim sendo, as influências teóricas que percorrem a profissão determinam seu fazer prático, metodológico, ético e político e são marcadas pela incorporação de ideias da doutrina social da igreja católica, do neotomismo e do positivismo; do Movimento de Reconceituação, constituído pela vertente modernizadora caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas (matriz positivista); a vertente inspirada na fenomenologia, que vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos; e a vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes (YAZBEK, 2009b, p.149).

A construção da perspectiva crítica no Serviço Social, referenciada pelo materialismo histórico-dialético, a partir de um projeto ético-político, constituiu sua materialidade nas estruturas da profissão com movimentos de mudanças em seu arcabouço político, jurídico e organizativo, com destaque a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993), o Código de Ética (1993) e a proposta de Diretrizes Curriculares (ABESS, 1996), que trouxeram importantes orientações para o processo de formação. No âmbito da graduação, a ampliação do debate sobre formação vai se dar por meio do estágio supervisionado com a Resolução CFESS/2008 que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio e a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS (2009).

A organização da formação, fruto dos debates do movimento de renovação e das mudanças na organização da educação brasileira<sup>3</sup>, tem nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social de 1996<sup>4</sup> a consolidação da proposta de mudanças no processo

<sup>2</sup> Nas análises de Netto (2011, p. 29), no capitalismo monopolista “o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos”. A medida em que “[...] se implementam medidas públicas para enfrentar as refrações da ‘questão social’, a permanência das suas sequelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam” (Netto, 2011, p. 36). Assim, “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, 2011, p. 73).

<sup>3</sup> No arcabouço da legislação brasileira sobre educação destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9394, 20/12/1996) e a Lei de Estágio (11.788/2008).

<sup>4</sup> O processo de consolidação das diretrizes de 1996 tem como referência os debates do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais se podem pensar os marcos do projeto de



formativo, tendo como referência o currículo de 1982, que reafirmou e acresceu princípios buscando avançar na apropriação da teoria social crítica. Tal proposta vai ser atravessada pelas reduções dos projetos educacionais neoliberais que vão repercutir diretamente no projeto de formação<sup>5</sup>.

No entanto, é preciso considerar que, a medida em que o Serviço Social avança na construção de propostas de formação crítica, a conjuntura sociopolítica coloca a profissão “remando contra a maré” diante do cenário de precarização do ensino superior, das políticas sociais e das condições do trabalho. O cenário de mercantilização da educação, expansão do ensino superior, crescimento de cursos à distância, precariedade das condições de trabalho docente e mudanças no perfil discente, são acompanhados pela requisição de mudanças no perfil pedagógico, a partir de uma lógica voltada para o mercado. Para Koike (2009) o sistema educacional sofre um o processo de adequação às necessidades de resposta do capital à sua crise contemporânea no contexto da contrarreforma do Estado e do ajuste neoliberal<sup>6</sup>.

A proposta formativa construída pelo Serviço Social se referencia na articulação de núcleos de fundamentação (da vida social, da formação sócio-histórica, do trabalho profissional), buscando a transversalidade da análise da questão social. O exercício profissional passa a ser apreendido por meio da articulação entre as dimensões teórico-metodológica (matrizes teóricas que expressam diferentes formas de compreensão da sociedade e da intervenção profissional); ético-política (que expressa a visão de homem e mundo e aponta uma

---

profissão, no que tange à formação profissional. Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58). Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares.

<sup>5</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20/12/1996, formaliza a reforma educacional em curso, e o currículo mínimo recebeu a nomenclatura de Diretrizes Curriculares. Destaca-se o ataque perpetrado pelo MEC na longa tramitação no Conselho Nacional de Educação (de 1997 a 2001), que promoveu a desconfiguração e esvaziamento do conteúdo proposto, com supressão de princípios e conteúdo das matérias indicadas para a formação do assistente social (KOIKE, 2009, p. 213). A Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 traz as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social de forma ainda mais reduzida.

<sup>6</sup> Destaca-se no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) o aprofundamento através da Reforma do Estado, dirigida por Bresser Pereira. Nos governos Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu o processo de ampliação mercantilização da educação sob o discurso de democratização do acesso, com os decretos de n. 5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituindo a educação a distância (EaD) e o de n. 6.096, de 24/04/2007, que estabelece o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), que promoveu expansão sem recursos assegurados. Tal lógica é continuada no Governo no Dilma Rousseff com proliferação acelerada e desordenada de cursos presenciais e à distância com forte expansão do setor privado em detrimento do ensino público. Em um contexto do golpe parlamentar, no governo Temer é instituído a Emenda Constitucional 95 sobre o teto de gastos públicos com repercussões diretas no financiamento das políticas sociais. As repercussões do processo de contrarreforma na educação, conforme aponta Farage (2021), é acrescido ao processo de recrudescimento do conservadorismo, impulsionado pela ascensão da extrema direita em vários países do mundo, como aconteceu no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

direção social e ética para o trabalho no contexto de disputa de projetos societários); técnico-operativa (instrumentos, técnicas e formas de organização do trabalho que expressam visões ético-políticas inspirados por referências teóricas); investigativa (no movimento de pesquisa da realidade); e a formativa (na qual se estabelece relações de ensino-aprendizagem).

No processo de construção da perspectiva crítica no Serviço Social, fica evidenciado que a dimensão técnico-operativa representa um desafio que atravessa a proposta formativa. A análise de Yamamoto (2011), situa que tal debate tem sido “muitas vezes considerado o ‘patinho feito’ do debate acadêmico e encarado como área residual, pouco valorizada”, em decorrência de “estigmas praticistas com quem vem sendo analisado” (Yamamoto, 2011, p.193). A relação de continuidade e ruptura na formação profissional e os impasses na relação teoria e prática são temas que percorrem as publicações da autora.

No debate sobre as dimensões da profissão, Guerra (2017) ao abordar a dimensão técnico-operativa, afirma que a temática “tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria”, em decorrência do “receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social tradicional” (Guerra, 2017, p. 52). A autora sinaliza a necessidade de ampliação do debate, buscando “assegurar a unidade das dimensões da profissão, garantindo a autonomia deles sem, contudo, autonomizá-las, na perspectiva de manter, por meio de múltiplas mediações, a unidade do diverso” (GERRA, 2017, p. 74).

Na elaboração de sua reflexão, Yamamoto (2011) aponta caminhos para o ensino teórico-prático, com articulação entre teorias gerais e universais da sociedade e as manifestações particulares e singulares dos fenômenos sociais, que deve apreender suas “determinações particulares, suas expressões singulares” (IAMAMOTO, 2011, p. 204).

Nessa direção, reafirmamos a apreensão da relação teoria e prática no trabalho de assistentes sociais, considerando que suas dimensões estão intrinsecamente articuladas, em uma relação de unidade na diversidade, expressando uma visão de homem e mundo que aponta uma direção social e ética para as práticas profissionais (SANTOS, 2011).

Assim, para a análise do projeto de formação crítica no Serviço Social brasileiro, tomamos como pressuposto o reconhecimento de que o debate sobre a relação teórica e prática e a dimensão técnico-operativa é marcado pelos limites de elaboração de um momento histórico, com repercussões diretas na forma como a temática foi tratada, nas pesquisas, na formação e no trabalho de assistentes sociais.

No entanto, é possível identificar que a temática das estratégias de ensino esteve presente nas discussões de reformulação do projeto de formação no Serviço Social. O conteúdo do documento da ABESS/CEDEPSS (1996) ao tratar a questão do ensino teórico-prático,

apresenta indicativos sobre as estratégias pedagógicas para articulação dos conteúdos, por meio da organização do currículo e do processo formativo através da transversalidade, e o uso de recursos teórico-práticos como oficinas e atividades extracurriculares. As possibilidades apontadas pelo documento, podem hoje ser reconhecidas como entraves da proposta formativa diante dos limites impostos pela condição de precarização das condições de trabalho e ensino e do debate teórico-prático no Serviço Social.

As mudanças na estrutura curricular, seguidas da organização da política de estágio e a incorporação do debate sobre as residências em saúde, mesmo em uma conjuntura adversa, propiciaram a ampliação do debate sobre a formação profissional e o ensino teórico-prático. Na análise da produção de conhecimento é possível reconhecer o debate sobre a dimensão pedagógica (Abreu, 2011), a instrumentalidade (Guerra, 2011), a relação teoria e prática (Santos, 2011), supervisão de estágio (Lewgoy, 2010), além das reflexões sobre a supervisão no estágio e nas residências. Nesse movimento, observa-se também a ampliação do debate, pesquisas e publicações sobre a dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no trabalho de assistentes sociais.

Assim, consideramos que, à medida em que tais espaços de formação passam a requisitar a análise de questões cotidianas do exercício profissional, sinalizam também a necessidade de ampliação do debate sobre a atribuição e competência formativa e as particularidades pedagógicas do processo ensino-aprendizagem no trabalho de assistentes sociais.

No debate sobre as dimensões do trabalho do assistente social, as dimensões investigativa e formativa tem sido reafirmadas por Guerra (2016), considerando que a “dimensão formativa: a meu ver, é a supervisão de estágio que, enquanto atribuição privativa da profissão, pela sua natureza e particularidades, tem sua centralidade na competência formativa” (GUERRA, 2016, p. 102).

Guerra e Braga (2009) ao abordarem a supervisão e suas diversas modalidades no âmbito das políticas sociais, afirmam a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional, como expressão da unidade entre teoria e prática, que não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, e são mediadas por questões que particularizam as políticas sociais e se realizam na unidade entre ensino e aprendizagem.

No âmbito do Serviço Social, o debate sobre a dimensão formativa tem se dado especialmente em relação a supervisão de estágio. As mudanças na política de estágio exigiram movimentos importantes na categoria, tanto nos espaços sociocupacionais como na academia, sendo estabelecido limites de alunos sob supervisão, a figura do supervisor de campo e

acadêmico, normativas para os convênios, a articulação entre os campos e a universidade, a organização de fóruns participativos, capacitação, cursos de supervisão de estágio, entre outras.

A análise de Lewgoy (2010) sobre supervisão, aponta que o processo de ensino teórico-prático é constituído no Serviço Social sob influência de diferentes perspectivas teóricas. A crítica ao pragmatismo também trouxe questionamentos ao processo de supervisão, que na perspectiva do projeto de formação crítica, se referenciou nas legislações e mudanças da política de estágio.

Guerra (2016) argumenta que o estágio supervisionado “tem um potencial riquíssimo como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil profissional crítico” (GUERRA, 2016, p. 101).

No entanto, é preciso considerar a dimensão formativa, para além do estágio supervisionado. Como exemplo, podemos citar os espaços formativos no campo da política de saúde que tem apresentado demandas sobre o ensino no exercício profissional, especialmente os espaços de educação permanente e de preceptoria nas residências em saúde. Na pós-graduação em Serviço Social, o crescimento dos programas *stricto sensu* como mestrado e doutorado, não foi acompanhado pelo investimento em cursos de especialização *latu sensu*. No entanto, a modalidade de Residência Multiprofissional<sup>7</sup> foi se configurando como um importante espaço de formação pós-graduada, na modalidade de formação em serviço.

No debate sobre formação no Serviço Social, é possível identificar que o campo da educação tem sido alvo de análises e pesquisas, com ampla produção sobre os rebatimentos da precarização da política de educação no processo formativo, as condições de trabalho dos assistentes sociais e suas determinações nos espaços de estágio e residência. Contudo, as análises não alcançam as singularidades do processo formativo como a relação ensino-aprendizagem, as estratégias pedagógicas e o ensino teórico-prático. Tal mediação, segue sendo o grande desafio no debate sobre formação na perspectiva crítica no Serviço Social.

---

<sup>7</sup> A Legislação – Lei 11.129 de junho 2005, em seu artigo 13, que a destaca “como modalidade de ensino de pós-graduação *latu sensu*, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a médica”. As pós-graduações *latu sensu* são caracterizadas enquanto especializações e devem ter duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas. No caso das Residências, a legislação estabelece que esta, sendo caracterizada como ensino em serviço, deve ter uma carga horária de 60 horas semanais com duração mínima de 2 (dois) anos, o que equivale a uma carga horária mínima total de 5760 (cinco mil setecentos e sessenta) horas, em regime de dedicação exclusiva. Nestes dois anos, os programas se organizam entre eixos teóricos e teórico-práticos (20% da carga horária) e em atividades práticas (80% da carga horária), acompanhadas por profissionais designados como tutores acadêmicos e preceptores de serviço (CASTRO, DORNELAS, ZSCHABER, 2009, p. 463).

Assim, considerando os elementos apresentados, sinalizamos que o debate sobre a dimensão formativa precisa ser ampliado nas análises do trabalho de assistentes sociais, reconhecendo-a como atribuição, competência e parte intrínseca do exercício profissional. É preciso considerar a ampliação da requisição de assistentes sociais como agentes de formação nos diferentes espaços de trabalho, para atuação direta no planejamento, execução e participação em atividades de ensino, na qual estabelecem relações de ensino-aprendizagem. Tal dimensão não está restrita aos espaços formativos da universidade, ao contrário, é parte articulada das dimensões do exercício profissional e se expressa na relação direta com o trabalho, em um movimento de problematização, apreensão e articulação das demandas advindas do cotidiano, o que traz como exigência a devida problematização da temática.

Nesse movimento, é preciso reconhecer os limites e potencialidades do processo de elaboração da perspectiva crítica e os desafios que atravessam hoje o projeto formativo. Referenciada no materialismo histórico-dialético, o debate sobre a relação teórica e prática, vem sendo ampliado e propiciado a construção de importantes mediações, como aponta a pesquisa que apresentamos a seguir.

### **O “estado da arte” do debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social**

A partir dos elementos oferecidos pela revisão do debate sobre fundamentos do Serviço Social, buscamos reconhecer como o questionamento sobre o ensino teórico prático vem sendo realizado pela categoria. Para realizar o levantamento do “estado da arte” sobre a temática, buscamos identificar, inicialmente, as teses e dissertações que abordam os temas que circundam o debate. Tomamos como ponto de partida os dados iniciais de busca que indicaram dificuldades no encontro de produções com abordagem direta a questão do ensino teórico-prático, o que nos orientou a ampliar a busca em temas correlatos.

O levantamento foi realizado nas plataformas de busca do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). É preciso considerar, que ambas as bases de dados possuem limites de busca e registro, já que na CAPES não estão disponíveis as produções de todos os anos, e a BDTD mantém disponível o material com divulgação autorizada. A partir dessa constatação, realizamos a busca nas duas plataformas, tendo como base as teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2020, a partir dos descritores “formação, ensino, prática, estágio, pedagógico, estratégias, aprendizagem, serviço social”.

O resultado da busca apresentou uma diversidade de produções que apontam que o debate vem sendo realizado a partir dos eixos: “Formação, Ensino, Docência, Método”; “Formação, Teoria e Prática, Instrumentalidade, Instrumentos”; “Formação, Diretrizes, Fundamentos”.

Quadro 1 – Análise do levantamento de dissertações e teses sobre formação e ensino teórico-prático no Serviço Social entre os anos 2010 e 2020.

TEMÁTICAS	DISSERTAÇÕES	TESES
<b>Formação, Docência, Ensino, Método</b>	Dantas (2012); França (2012); Querino (2014)	Paschoal (2010), Souza (2012), Silva (2018), Silva (2019), Carmo (2020)
<b>Formação, Teoria e Prática, Instrumentalidade, Instrumentos</b>	Silva (2012); Silva (2013); Cortes (2013); Ferreira (2015); Lima (2017a); Araújo (2018)	Sales (2019)
<b>Formação, Diretrizes, Fundamentos</b>	Guelli (2013); Lima (2017b)	Portes (2016), Faquin (2016); Sakurada (2018); Teixeira (2019)

Fonte: Autoral

A aproximação ao debate sobre **formação, docência, ensino e método no Serviço Social**, sinaliza que a temática sobre as relações de ensino e aprendizagem tem sido campo de inquietação para a categoria, ainda que sua produção seja reduzida. Sobre as relações de ensino, incidem os questionamentos sobre como os assistentes sociais ensinam e apreendem o método e as repercussões na relação teórica e prática (Paschoal, 2010); indicações de que apesar dos docentes expressarem valores educativos e políticos de uma perspectiva crítica em educação, há limites dos processos formativos do docente na dimensão do ensino (Souza, 2012); a afirmação de que as experiências docentes se dão no âmbito das micro resistências (Silva, 2018); o reconhecimento da necessidade da formação com relação a uma pedagogia e didática associadas à perspectivas críticas-transformadoras (Silva, 2019); a necessidade de revitalização das formas de ensinar, desenvolvendo teorizações sobre os saberes pedagógicos docentes e a ruptura com uma formação intuitiva replicadora (Carmo, 2020); que docência está relacionada a experiência na condição de educador (Dantas, 2012); com destaque as condições de trabalho dos assistentes sociais docentes (França, 2012); e neste contexto a impossibilidade do corpo docente reverter ordem limitadora do processo formal, funcional da lógica de mercado e perspectiva conservadora (Querino, 2014).

Mesmo considerando as diferentes perspectivas teóricas pelas quais os trabalhos são orientados, seus questionamentos são direcionados a entender como o ensino também pode ser constituído em uma perspectiva crítica no Serviço Social. Para além do já problematizado questionamento “se o marxismo instrumentaliza para a prática”, é preciso pensar como estão se dando as relações de ensino que se propõem a uma direção contra hegemônica de análise da



realidade social.

Nesse debate, retomamos a afirmação da dimensão pedagógica apresentada por Abreu (2011), que se estabelece também nas relações de ensino, e expressa o sincretismo e a coexistência entre as diferentes perspectivas que forjam o Serviço Social em sua função pedagógica. Tal análise pode ser tomada como premissa para analisar o processo de formação e a dimensão teórico-prática do ensino.

A análise dos trabalhos sobre **formação, instrumentalidade, instrumentos e a relação teoria e prática**, aponta que a dimensão técnico-operativa permanece sendo um campo que requer ampliação da sua problematização. As reflexões apontam: os dilemas à transversalidade do ensino teórico-prático na formação profissional em Serviço Social sendo a apreensão da dimensão técnico-operativa uma lacuna (Sales, 2019); a necessidade de ruptura com a fragilidade de discussão, problematização e conceituação caráter interventivo (Silva, 2012); a necessidade de maior clareza sobre o referencial capaz de promover a mediação entre a teoria e prática (Silva, 2013); a importância de superar os dois vieses que abordam os instrumentos técnico-operativos, um de forma meramente instrumental e outro que recusa a primeira concepção com ausência do debate dessa temática (Cortes, 2013); a expansão da formação superior privada e as dificuldades de qualificação do corpo docente que reforçam a fragilidade no estabelecimento das mediações (Ferreira, 2015); a fragilidade de definição no projeto pedagógico faz com que o ensino teórico-prático dependa da subjetividade dos sujeitos envolvidos (Lima, 2017a); sendo um desafio para os docentes trabalharem a temática diante de um cotidiano marcado pela racionalidade formal-abstrata (Araújo, 2018).

As fragilidades da mediação teórico-prática no processo formativo sinalizada pelos trabalhos, referendam as afirmações de Guerra (2011, p. 170) de que o “pensamento racionalista formal, predominante no capitalismo monopolista, mantém-se irredutível em aceitar a unidade teoria/prática”. Para a autora, as racionalidades no Serviço Social repercutem no seu fazer por meio de instrumentos técnicos, políticos e teóricos, na direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional. Dessa forma define que “a instrumentalidade, é a categoria ontológica pela qual a produção e reprodução da existência humana se realiza” (GUERRA, 2011, p. 203-205).

As análises sobre a relação teoria e prática são exploradas por Santos (2011, p. 97), que a partir do materialismo histórico-dialético reafirma a relação entre as dimensões da prática profissional. A autora também afirma que cabe à universidade contribuir para a qualificação dos profissionais, apontando que o ensino dos instrumentos e técnicas no Serviço Social como

uma questão que deve ser abatida pelo coletivo dos profissionais de campo, supervisores de estágio, pesquisadores e envolver todas as instituições e órgãos responsáveis pela formação.

No debate sobre **formação, diretrizes curriculares e fundamentos**, é possível reconhecer os desafios ainda presentes na construção da estrutura e do processo de formação crítica. As produções indicam que: o processo formativo tem possibilidades de desenvolver uma capacitação teórico-crítica, com capacitação técnico-instrumental e reflexão ética e política (Portes, 2016); os projetos pedagógicos são permeados por desafios e mesmo o perfil alinhado parcialmente às diretrizes curriculares, apresentaram uma tendência à formação orientada para o mercado de trabalho e não envolve a totalidade dos sujeitos (Faquin, 2016); a necessidade de aprofundamento das discussões sobre os Fundamentos do Trabalho Profissional, buscando construir estratégias pedagógicas para apoiar e fortalecer a unidade dos três núcleos de fundamentos (Sakurada, 2018); a articulação entre os núcleos de fundamentos fica comprometida diante das condições concretas da realidade, da precarização do trabalho e da formação (Teixeira, 2019); há dificuldade em relacionar disciplinas de ciências sociais com o núcleo de fundamentos da vida social (Guelli, 2012); o instrumental teórico metodológico deve ser analisado e aplicado organicamente articulado ao projeto ético-político da profissão, e a dimensão ético-política e técnico-operativa (Lima, 2017b).

Os apontamentos desse eixo indicam que os desafios apresentados para o processo de formação são contínuos e se colocam como tema sempre presente para a categoria. Na construção dos currículos, Iamamoto (2011, p. 204) destaca que “o ensino da prática passa necessariamente pela consideração da particularidade das estratégias pedagógicas voltadas para a análise e efetivação da prática profissional”. Nesse sentido, o ensino não se reduz a tarefa, informação teórica, nem treinamento executivo.

[...] o desafio pedagógico central está em articular elementos teórico-metodológicos e históricos, transmitidos e aprofundados no correr de várias disciplinas do curso, resgatando-os seletivamente, atualizando-os e aprofundando-os em função da explicação e do encaminhamento prático de situações particulares e singulares, capazes de elucidá-las e sugerir criativamente de seu enfrentamento no campo profissional [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 204).

Dentre as questões postas sobre a formação profissional, a análise aponta para um movimento de ampliação do debate, evidenciando que as relações de ensino e aprendizagem tem sido tema de inquietação, com questionamentos sobre como os assistentes sociais ensinam e aprendem o método. O debate sobre a relação teórica e prática e a dimensão técnico-operativa permanece sendo um campo com fragilidades e requer ampliação de sua problematização, bem

como a construção de estratégias de articulação e transversalidade do conteúdo nos projetos de formação.

### **Sinalizações do debate sobre teorias pedagógicas e formação em saúde para o Serviço Social**

As contradições sociais da sociabilidade burguesa foram evidenciadas e intensificadas no contexto da pandemia de COVID-19, e os desafios postos a formação crítica ampliados. Eurico, Gonçalves, Fornazier (2021, p. 85) afirmam que nesse período “instaurou-se um cenário de barbárie nos diversos âmbitos da vida social”.

No processo de contrarreformas na educação, Farage (2021) aponta o recrudescimento do conservadorismo e no contexto da pandemia de Covid-19, a necessidade do ensino remoto emergencial, somando-se a ampliação da “perspectiva anticiência, fundamentalista, miliciana e militarizada, impulsiona-se uma verdadeira onda regressiva que impõe um retrocesso civilizatório pautado na perseguição, em *fake news* e no autoritarismo”, e das mais diferentes opressões (FARAGE, 2021, p. 53).

Os impactos conjunturais na política de educação e nos processos formativos atualizam as requisições sobre as estratégias pedagógicas, que tendem cada vez mais a reafirmar a lógica pragmática e produtivista, que mediadas pela tecnologia, ampliam ainda mais os desafios para a construção de uma formação crítica.

Nossa vivência como assistente social, docente e pesquisadora vinculada ao debate sobre a política de saúde, aos processos formativos em disciplinas teórico-práticas, a supervisão acadêmica, e a preceptoria e tutoria nas residências em saúde, tem direcionado nossas inquietações de pesquisa para o reconhecimento dos caminhos percorridos para a construção de estratégias de ensino articuladas a perspectiva crítica profissional. No entanto, sabemos que tais questionamentos não são exclusivos do Serviço Social. Ao ampliarmos tais perguntas na pesquisa, foi possível identificar importantes análises no debate sobre as teorias pedagógicas e a formação em saúde.

Na aproximação ao debate sobre as teorias pedagógicas e a formação em saúde, reconhecemos a tendência do uso pragmático dos recursos pedagógicos, o que coloca a necessidade de questionamento sobre o lugar do conhecimento, das lutas societárias e da articulação das dimensões do trabalho nos processos formativos e suas racionalidades educativas.

O debate sobre as teorias pedagógicas também é um espaço permeado por disputas, contradições e influência de diferentes perspectivas teóricas, que direcionam a análise sobre a

política educacional, os processos formativos e didático-pedagógicos. No campo contra hegemônico, identificamos, ainda que de forma inicial, o acúmulo do debate sobre a concepção pedagógica libertadora formulada por Paulo Freire e a concepção pedagógica histórico-crítica, elaborada por Dermeval Saviani, que tentam avançar nas formulações metodológicas e didáticas.

Ao apresentar as concepções pedagógicas na história da educação brasileira, Saviani (2005)<sup>8</sup>, aponta que as diferentes concepções de educação podem ser agrupadas em duas grandes tendências: as modalidades de pedagogia tradicional, situadas na vertente religiosa ou na leiga que tem como tendência a pergunta “como ensinar”, “cuja resposta consistia na tentativa de se formular métodos de ensino” e cuja preocupação está centrada nas “teorias do ensino; e as diferentes modalidades da pedagogia nova, com ênfase posta nas “teorias da aprendizagem” e “tem problema fundamental se traduz pela pergunta “como aprender”, o que levou à generalização do lema “aprender a aprender” (SAVIANI, 2005, p. 01).

Sobre as concepções pedagógicas contra hegemônicas, Saviani (2005, p. 23) apresenta algumas concepções libertárias e aponta como uma das experiências de renovação pedagógica, sob a égide da concepção humanista moderna, nos anos 1960, a concepção pedagógica libertadora formulada por Paulo Freire<sup>9</sup>. Também apresenta a formulação da proposta contra hegemônica à concepção pedagógica histórico-crítica, elaborada nos anos 1980, com um método no qual “a educação é entendida como uma mediação no interior da prática social, que se constitui ao mesmo tempo como o “ponto de partida e o ponto de chegada da educação” (SAVIANI, 2005, p. 26).

Tendo como referência as pedagogias contra hegemônicas, reconhecemos as análises realizadas por autores que sinalizam importantes elementos sobre o uso pragmático das estratégias pedagógicas.

Duarte (2003), aborda o debate contemporâneo sobre as teorias pedagógicas e analisa o que chama de “pedagógicas negativas”, definidas pela negação das formas clássicas de

<sup>8</sup> Em seu texto Saviani (2005) apresenta o movimento e disputa dessas tendências e aponta a concepção pedagógica tradicional religiosa (1549-1759), a coexistência entre as concepções pedagógicas tradicionais religiosa e leiga (1759-1932), a emergência e predominância da concepção pedagógica renovadora (1932-1969), e a emergência e predominância da concepção pedagógica produtivista (1969-2001) e as concepções pedagógicas contra hegemônicas. Saviani (2005, p. 22) destaca ainda a manutenção da concepção produtivista como dominante ao longo das últimas quatro décadas, sob a lógica da produtividade, e a tendência de refuncionalização, como neoconstrutivismo, pós-estruturalismo, neo-escolanovismo, neotecnicismo, pós-construtivismo, e novas expressões do tipo pedagogia da qualidade total, teoria do professor reflexivo e pedagogia das competências.

<sup>9</sup> A partir do método pedagógico que “tem como ponto de partida a vivência da situação popular (1º passo), de modo a identificar seus principais problemas e operar a escolha dos “temas geradores” (2º passo), cuja problematização (3º passo) levaria à conscientização (4º passo) que, por sua vez, redundaria na ação social e política (5º passo)” (SAVIANI, 2005, p. 25).

educação escolar, a hegemonia das pedagogias do “aprender a aprender” com destaque ao construtivismo, a pedagogia do professor reflexivo, a pedagogia das competências, e a pedagogia dos projetos e multiculturalista. Em suas reflexões, Duarte (2010) aponta como ideias comuns às pedagogias hegemônicas a ausência de perspectivas de superação da sociedade capitalista, o idealismo, a falta de totalidade, o relativismo cultural e do conhecimento, e a centralidade no cotidiano do aluno, com tendência utilitarista e pragmática na qual “o conhecimento tem valor quando pode ser empregado para resolução de problemas da prática cotidiana” (p. 36-37), com repercussão na formação de professores e de profissionais em geral.

Assim, tem sido reafirmado a importância das apreensões de mediações que permitam a ultrapassagem do cotidiano, referenciada na ontologia do ser social, sendo “necessário superar a educação escolar em suas formas burguesas sem negar a importância da transmissão, pela escola, dos conhecimentos mais desenvolvidos que já tenham sido produzidos pela humanidade” (DUARTE, 2010, p. 49). As análises de Ramos (2003), sobre formação profissional e a crítica a pedagogia das competências, recupera a importância do resgate do trabalho como princípio educativo soba perspectiva histórico-crítica das relações sociais que “muito além de possibilitar a realização de ações técnicas, possibilitaria ações políticas e a construção de novos conhecimentos” (RAMOS, 2003, p. 98).

As reflexões de autores que analisam as teorias pedagógicas, apontam, portanto, que a requisição de estratégias pedagógicas nos processos formativos também tem sido capturada pela lógica pragmática, com a tendência a serem reduzidas a passos, etapas ou procedimentos de aplicação de técnicas, desvinculadas das determinações e contradições societárias. Tal constatação, no entanto, não deve se constituir como obstáculo para a elaboração de estratégias nos processos formativos, e sim, como ponto de mobilização para ampliação de pesquisas e práticas, em especial no âmbito da docência no ensino superior. Observa-se que este é um campo de inquietação, com ampliação de publicações sobre a temática, e relatos de experiência que buscam reafirmar a importância do debate sobre a formação docente e a construção de experiências metodológicas em uma perspectiva crítica (SAVIANI, 2008).

No debate sobre formação em saúde e as estratégias pedagógicas, torna-se importante situar a disputa entre diferentes concepções e projetos de saúde e seu significado no processo no conjunto de contradições das políticas (Bravo; Pelaez; Pinheiro, 2018). Nessa perspectiva, a referência a concepção da saúde ampliada tem propiciado proposições importantes, sendo também permeada por lógicas individualizantes sem articulação com as condições estruturais societárias.

A partir da constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), as mudanças propostas no sistema de saúde trouxeram como exigência alteração nos processos de formação<sup>10</sup>. A mobilização para tais mudanças vai ocorrer em relação a estruturas nos currículos dos cursos da área da saúde, envolvendo as graduações, cursos técnicos, especializações, pós-graduação, residências, espaços de educação permanente e formação continuada. Para além das mudanças nas estruturas curriculares, surge como pauta a necessidade de mudanças no processo de ensino-aprendizagem. Assim, têm se proposto de forma ampla, o debate sobre formação docente e o uso de recursos didático-pedagógicos como as estratégias dialógica, educação popular, metodologia baseada em problema, metodologias ativas entre outras.

Nessa direção, considerando a constatação dos limites da compreensão dos fenômenos sem desvelar suas contradições, pesquisas tem se dedicado ao questionamento dos métodos que direcionam tais metodologias. No campo da formação em saúde, Rodrigues e Caldeira (2008, p. 634), apontam que os direcionamentos pedagógicos nos textos legais indicam a utilização de metodologias ativas em que “o aluno é o centro do processo, o professor é o facilitador da aprendizagem, a metodologia adequada é a problematização”, referenciadas no “aprender a aprender” como princípio pedagógico.

No processo de mudanças curriculares na formação em saúde, Pereira e Leher (2020, p. 114)<sup>11</sup> afirmam que “passou-se muito rapidamente da tendência tradicional à incorporação de novas abordagens que anunciavam a modernização do ensino embasada em metodologias ativas e, frequentemente, pela reconstituição do pragmatismo e do tecnicismo”. Destacam a incorporação da pedagogia das competências em uma tendência pragmática e metodologias problematizadoras e sinalizam que estas “não assumem, necessariamente, compromissos com a transformação da realidade” (PEREIRA e LEHER, 2020, p. 114).

Assim, reconhecemos que não basta a mudança no instrumento pedagógico, se este não

---

<sup>10</sup> As mudanças nos processos de formação em saúde se deram com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, em 2003, que intensificou o movimento de formulação de uma política de educação permanente para o SUS, que foi aprovada em 2004. Em 2006, a educação permanente passou a ser parte integrante do Pacto pela Saúde, na tentativa de fortalecimento da formação voltada para o SUS e o debate sobre a formação das residências no modelo multiprofissional. Tais mudanças ocorreram nos governos Lula (2003-2006 e 2007-2010), no processo de expansão do ensino superior em um contexto de políticas neoliberais. Nesse período foram organizados o Programa Aprender SUS, a Política Nacional de Educação Permanente e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde, que buscava modificar a orientação pedagógica para a graduação na área da saúde, como enfoque no desenvolvimento de estratégias para transformações curriculares na graduação das profissões de saúde, por meio do desenvolvimento de currículos integrados, a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e metodologias inovadoras de avaliação, incentivo ao trabalho em equipe multiprofissional e transdisciplinar. Apesar da adesão de vários cursos, o programa não contemplou a todos com seus investimentos e também foi alvo de análises críticas (RODRIGUES e CALDEIRA, 2008).

<sup>11</sup> As autoras realizam um importante debate sobre as diferentes classificações das tendências pedagógicas, com destaque as liberais (tradicional; renovada progressivista; renovada não diretiva e tecnicista) e progressistas (libertadora; libertária e crítico-social dos conteúdos) ((PEREIRA E LEHER, 2020).



estiver direcionado por uma leitura de realidade que reconheça suas contradições. A adoção de metodologias que tomam o caso, a situação problema e constroem passos para a intervenção, também podem reforçar uma análise e ação conservadora na vida dos sujeitos. Dessa forma, a formação em saúde, como espaço de ensino teórico-prático, exige o aprofundamento do debate sobre a formação docente para além do uso de recursos didático-pedagógicos. É preciso uma formação que propicie a análise crítica da realidade social.

Nessa direção, o debate sobre formação em saúde no Serviço Social tem contribuído para o reconhecimento da categoria como integrante das profissões de saúde, com expressiva demanda como campo de atuação profissional e de pesquisa, e importante acúmulo na análise da política de saúde, do trabalho e formação em saúde, educação permanente, estágio e residências. As reflexões sobre as estratégias pedagógicas no processo formativo trazem importantes provocações e sinalizações para ao Serviço Social e sua formação, em especial ao ensino teórico-prático.

Os elementos evidenciados até o momento, reafirmam a necessidade de ampliação do investimento na análise e pesquisa sobre os espaços formativos, em busca da construção coletiva de estratégias pedagógicas que propiciem a apreensão crítica da realidade. Ao identificar os limites, avanços e possibilidades das propostas de ruptura com as tendências tradicionais e a construção de perspectivas críticas, seja no campo da educação, da formação em saúde e nas demandas específicas do Serviço Social, reconhecemos que ainda é preciso insistir nos movimentos para que o conhecimento crítico possa ser de acesso de todos.

### **Considerações finais**

No conjunto de contradições sociais, o processo de formação profissional aponta a necessidade de vinculação dessa intervenção ao cenário de disputa hegemônica que se configura a política social. É nesse movimento que a relação de ensino e aprendizagem adquire sentido, não sendo uma prática neutra no contexto das relações sociais, pois reproduz perspectivas que imprimem uma direção social às suas ações.

A partir desses elementos, buscamos compartilhar a análise sobre as bases que conformam o processo formativo no Serviço Social e como tem se dado as relações de ensino e aprendizagem. Sendo este um tema posto como um desafio para a profissão, esta pesquisa se apresenta como uma aproximação inicial, como um movimento de reconhecimento do estado da arte em relação das diversas temáticas que envolvem o processo formativo.

Ainda que os dados se apresentem de forma inicial e caminham para uma problematização ampliada, trazem apontamentos para a análise do processo formativo no

Serviço Social. Reafirma-se que a ampliação do debate sobre as relações de ensino e aprendizagem pode contribuir para o enfrentamento das fragilidades no ensino teórico-prático e a construção de estratégias de articulação e transversalidade do conteúdo nos projetos de formação.

Ao reconhecer que as estratégias pedagógicas não podem ser reduzidas a técnicas, o desafio é ampliado, e nos chama a percorrer caminhos coletivos na busca do fazer e ensinar a profissão direcionada por uma leitura de realidade a partir das determinações sociais, com articulação de resistências e ampliação do debate crítico nos espaços formativos, sejam acadêmicos, sociais, populares ou políticos.

## Referências

- ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. *Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios*. São Paulo, Cortez, 1996.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, Ana Lúcia Alcindo Silva. *O ensino da instrumentalidade do serviço social no Rio Grande do Norte*. 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN\\_4d998b95d7571bbbf9fa1047e5a977f6](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_4d998b95d7571bbbf9fa1047e5a977f6). Acesso em: 16/11/2020.
- BORGES, Maria Elizabeth S; MATOS, Maurilio Castro de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: Políticas Sociais e ultraneoliberalismo. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>. Acesso em: 22/09/2021.
- BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes PINHEIRO. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. *Argum*, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2018.
- CARMO, Perla Cristina da Costa Santos do. *A sala de aula no contexto da formação em Serviço Social*. 2020. 169 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP\\_1\\_538f0738d4a77809ea50a251f341b7ff](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP_1_538f0738d4a77809ea50a251f341b7ff). Acesso em: 16/11/2020.
- CASTRO, Marina Monteiro de Castro; DORNELAS, Carina Bárbara de Carvalho; ZSCHABER, Flávia Fernandez. Residência multiprofissional em saúde e Serviço Social: concepções, tendências e perspectivas. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 460-481, ago. / dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27114/19920>. Acesso em 21/01/2021.
- CORTES, Sarah Tavares. *A articulação da instrumentalidade no exercício profissional do assistente social em Natal/RN*. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em:

- [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN\\_16fea5dc262b1de0759603db46d0b237](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_16fea5dc262b1de0759603db46d0b237). Acesso em: 16/11/2020.
- DANTAS, Maria Conceição Borges. *A prática pedagógica do assistente social docente: contradições e possibilidades*. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_d9c8c9bdebaf1f78a058b638aa419bb8](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_d9c8c9bdebaf1f78a058b638aa419bb8). Acesso em: 16/11/2020.
- DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: Martins, L. M & Duarte, N. *Formação de Professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010, p. 33-49. Disponível em: [http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=113](http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=113).
- EURICO, Márcia, GONÇALVES, Renata e FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2021, n. 140 [Acessado 20 setembro 2021], pp. 84-100. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.239>>. Epub 22 Fev 2021. ISSN 2317-6318.
- FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 48-65, abr. 2021. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282021000100048&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100048&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 mar. 2021. Epub 22-Fev-2021. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.237>.
- FAQUIN, Evelyn Secco. *A formação profissional em Serviço Social: um estudo da dimensão político-pedagógica dos cursos de graduação públicos estaduais do Paraná*. 2016. 164. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3944399](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3944399). Acesso em: 16/11/2020.
- FERREIRA, Luciana Azevedo Souza. *A dimensão técnico-operativa na formação profissional em Serviço Social em instituições presenciais do Maranhão*. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE\\_08f681a9c746ec42e7392797b83ab5b6](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_08f681a9c746ec42e7392797b83ab5b6). Acesso em: 16/11/2020.
- FRANÇA, Luciane Silva Nascimento. *Ser docente: a experiência em uma Faculdade de Serviço Social privada*. 2012. 131 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, 2012. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_872e78a29909289e31ef4376d9f0b95a](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_872e78a29909289e31ef4376d9f0b95a). Acesso em: 16/11/2020.
- GUELLI, Fernanda Cristina Favero. *As diretrizes curriculares: o verso e o averso da formação profissional em Serviço Social*. 2013. 199 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_3b564db035cf028b2c4495c14a955534](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_3b564db035cf028b2c4495c14a955534). Acesso em: 18/11/2020.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa no exercício profissional. In: SANTOS, C.M., BACKX, S., GERRA, Y. (orgs). *A dimensão técnico-operativa do exercício profissional: desafios contemporâneos*. São Paulo, Cortez, 3ª edição, 2017.
- \_\_\_\_\_. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil profissional em disputa. In: Santos, Claudia Monica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (orgs); FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda

(coordenadoras da série) *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 34ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 13ª edição. São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *Supervisão de estágio e Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Etyanne Uhlmann de. O ensino teórico-prático em Serviço Social na cidade de Manaus: a formação profissional em questão. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017a. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM\\_5b14413d7c78a91aa3093a283aacbca9](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM_5b14413d7c78a91aa3093a283aacbca9) . Acesso em: 18/11/2020.

LIMA, Naiara Gaspar de Holanda. *Formação profissional em debate: um estudo dos projetos pedagógicos do curso de Serviço Social em Manaus a partir das novas diretrizes curriculares de 1996*. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017b. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM\\_3e6b8c8f27c2821fb609bc9ac271afc3](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM_3e6b8c8f27c2821fb609bc9ac271afc3) . Acesso em: 18/11/2020.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8ª edição. São Paulo, Cortez, 2011.

PACHOAL, Amália Madureira. *A questão do método no ensino do serviço social: um estudo na perspectiva marxista*. São Paulo: 2010. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_1f8cf8c9dc0484cb1f535efc60cebc75](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_1f8cf8c9dc0484cb1f535efc60cebc75). Acesso em: 18/11/2020.

PEREIRA, Ingrid D'avilla Freire; LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. As tendências pedagógicas e a formação docente na área da saúde. In: *Formação crítica de professores da área da saúde: uma experiência de cooperação entre Brasil e Uruguai* / organizado por Elizabeth Menezes Teixeira Leher e Helifrançis Condé Groppo Ruela. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

PORTES, Lorena Ferreira. *Os Fundamentos Ideo-políticos da Direção Social que orienta a Formação Profissional em Serviço Social no Brasil: a apreensão de assistentes sociais que atuam em escolas paranaenses*. 2016. 366 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3947086](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3947086) . Acesso em: 18/11/2020.

QUERINO, Anmaina Andriola. *A formação em serviço social: superação ou reprodução do conservadorismo?* 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA-2\\_52b8cfc3e8b8abac0bd8ab3cc627e41d](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA-2_52b8cfc3e8b8abac0bd8ab3cc627e41d) . Acesso em: 18/11/2020.



- RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(1):93-114, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/08.pdf>.
- RODRIGUES, Rosa Maria; CALDEIRA, Sebastião. Movimentos na educação superior, no ensino em saúde e na enfermagem. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v. 61, n. 5, p. 629-636, Oct. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672008000500016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000500016&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Apr. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672008000500016>.
- SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. *Serviço social e formação profissional: um estudo sobre o ensino dos fundamentos do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil*. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6379942](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6379942). Acesso em: 18/11/2020.
- SALES, Leidiane Torres. “O devir e o vir a ser”: os dilemas à transversalidade do ensino teórico-prático na formação profissional em Serviço Social. 2019. 182f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.
- SANTOS, Claudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. 2 ed. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Campinas, UNICAMP, Projeto “20 anos do HISTEDBR”, 2005. Disponível: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_036.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html)
- SAVIANI, Dermerval. *Teorias pedagógicas contra - hegemônicas no Brasil*. Revista Ideação. UNIOESTE Campus, Foz do Iguaçu v. 10 - nº 2 - p. 11-28 2º sem. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465>. Acesso em 10/08/2021
- SILVA, Elaine Cristina da. *A polêmica e dialética relação entre teoria e prática [dissertação]* / Elaine Cristina da Silva; orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmento – Florianópolis, SC, 2012. 309 p.; 21cm. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_116b63f1f0d3e624eaccad7bd442bae7](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_116b63f1f0d3e624eaccad7bd442bae7). Acesso em: 18/11/2020.
- SILVA, Ivonete da. *Microrresistência no cotidiano da prática pedagógica docente no curso de graduação em Serviço Social*. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_d010780641a4af57ae2e3b6cfe6b540d](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_d010780641a4af57ae2e3b6cfe6b540d). Acesso em: 18/11/2020.
- SILVA, Paula Ravagnani. *Para além dos contornos de “Abaporu” às Flores da Resistência: Serviço Social e formação profissional na perspectiva de Práxis*. 2019. 317f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181278/Silva\\_PR\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181278/Silva_PR_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 13/06/2022.
- SILVA, Tatiana Freire da. *Teoria e prática no serviço social: subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social*. 2013. 85 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_c96726a03e6aedfc05b9542273275c07](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_c96726a03e6aedfc05b9542273275c07). Acesso em: 18/11/2020.
- SILVA, Letícia Batista da; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. *Serviço Social e residência em saúde: trabalho e formação profissional*. Campinas: Papel Social, 2020.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. *Docência universitária: representações sociais das constituições subjetivas*. 2012. 117 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106120>>.

TEIXEIRA, Rodrigo José. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. 2019. 325 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=7846813](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7846813). Acesso em: 18/11/2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos-teóricos-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.



# Voluntariado e nova direita: reflexões sobre as estratégias de proteção social em tempos de pandemia

## Volunteering and the new right: reflections about social protection strategies in times of pandemic

Thaís Kristosch Imperatori<sup>\*</sup>  
Melina Sampaio de Ramos Barros<sup>\*\*</sup>  
Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar o voluntariado como estratégia de proteção social no contexto de pandemia de COVID-19 no Brasil à luz da ideologia da Nova Direita. Parte-se da compreensão de que existem diferentes formas de proteção social, que recebem significados político-ideológico distintos. O percurso metodológico escolhido utilizou a pesquisa documental, com base em documentos oficiais, reportagens e pesquisas públicas que versam sobre o tema. Os resultados apontam para a histórica institucionalização de programas de incentivo ao voluntariado no Brasil, que no atual momento, fortalecem de maneira distinta a redução da responsabilidade do Estado. Aponta-se também que no atual contexto, ao ser apresentado como principal estratégia de proteção social do governo Bolsonaro, o voluntariado se orienta pela privatização da assistência social e pela moralização do trabalho e da pobreza.

**Palavras-chaves:** Voluntariado. Nova Direita. Proteção Social. Pandemia.

**Abstract:** This article aims to analyze volunteering as a social protection strategy in the context of the COVID-19 pandemic in Brazil based in ideology of the New Right. There are different forms of social protection, which receive distinct political-ideological meanings. The chosen methodological path used documentary research, based on official documents, reports and public research on the theme. The results point to the historical institutionalization of incentive programs for volunteer work in Brazil, which now, distinctly strengthen the reduction of the State's responsibility. It is also pointed in the current context, when presented as main social protection strategy of the Bolsonaro government, volunteering is guided by privatization of social assistance and the moralization of work and poverty.

**Keywords:** Volunteering. New Right. Social Protection. Pandemic.

Recebido em: 07/06/2022  
Aprovado em: 26/09/2022

---

\* Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS). Graduada em Serviço Social e Ciências Sociais e doutora em Política Social pela UnB.

\*\* Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS). Graduada em Serviço Social e doutoranda em Política Social pela UnB.

\*\*\* Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS). Graduada em Serviço Social pela UnB.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial, 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

## Introdução

Em 2019, após a criação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, conhecido como Pátria Voluntária, a primeira-dama Michelle Bolsonaro declarou: “Lutaremos incansavelmente para que o voluntariado seja uma marca do governo” (PEDUZZI, 2019). Instituído pelo Decreto n.º 9.906/2019, o Programa estabelece as seguintes finalidades: promoção ao voluntariado de forma articulada entre o governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado; o incentivo ao engajamento social e à participação dos cidadãos em ações voluntárias, compreendidas no decreto como transformadoras da sociedade; a promoção de parcerias entre o setor público e o setor privado, assim como a cooperação nacional e internacional; o fomento de pesquisas e de formação de uma base de dados sobre o voluntariado no país. Embora se apresente como um programa inovador e que convoca a sociedade para o enfrentamento dos problemas sociais, não se trata da primeira experiência que o Estado brasileiro institucionaliza o voluntariado como recurso de proteção social.

A análise dos programas governamentais de incentivo ao voluntariado exige uma reflexão sobre como eles se interlaçam com as formas de proteção social. Isso se dá, especialmente, pela relação construída, no campo político e ideológico, entre diretrizes dissociadas da dimensão dos direitos e da responsabilidade pública com argumentos de defesa da cidadania e do protagonismo da sociedade. Nos termos de Mestriner (2001, p. 285), o avanço do desenvolvimento das políticas sociais públicas, após a Constituição de 1988, não foi suficiente para a superação da filantropia, que mantém com a assistência social uma “relação duradoura e permanente, consagrada pelo Estado brasileiro por meio de múltiplos mecanismos reguladores”.

Pode-se afirmar, especialmente a partir dos anos 1990, que essa prática assume um papel central frente ao esvaziamento da atuação do Estado em decorrência do ideário neoliberal, direcionado à privatização daquilo que conta como público, principalmente na área social, com políticas de austeridade e ajuste fiscal. Atesta-se ainda que, como ideologia, o caráter antissocial do neoliberalismo<sup>1</sup> é dissimulado pela disputa do sentido de conceitos básicos para o avanço

<sup>1</sup> O neoliberalismo é uma ideologia reativa que resultou do processo de crise dos anos 1970, ao solidificar ideias-força na recomposição hegemônica do capital e construir consensos ativos para se firmar no plano do senso comum. As premissas básicas do neoliberalismo para reestabelecer o poder econômico são “a privatização e a

das políticas sociais como participação, solidariedade, sociedade civil, cidadania, proteção social, entre outros (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006).

Na mesma direção, desenvolve-se a ideologia da Nova Direita, resultado da fusão entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo<sup>2</sup> (PEREIRA-PEREIRA, 2003; 2020; PEREIRA, 2016; 2020) que expressa e conserva a face mais antidemocrática e antissocial de ambos, direcionando-se pelo apelo à moral cristã, à família tradicional, à pátria, ao individualismo e ao mercado. Embora esta ideologia possa ser identificada no âmbito da sociedade civil brasileira há pelo menos três décadas (CASIMIRO, 2018), entende-se que o seu ingresso no poder governamental se apresente apenas recentemente.

Neste trabalho, considera-se que o voluntariado, entendido como principal estratégia de proteção social no governo Bolsonaro, é uma expressão da nova direita ao se orientar pela privatização da política assistencial e pela moralização do trabalho e da pobreza. Traçou-se como objetivo, desse modo, analisar o voluntariado como estratégia de proteção social no contexto de pandemia de COVID-19 no Brasil à luz da ideologia neodireitista. Para tanto, reconhece-se a existência de diferentes formas de proteção social na sociedade moderna, que partem desde a inspiração piedosa, como a caridade, fundamentada na virtude cristã; a beneficência, a filantropia e a assistência privada, relacionadas aos deveres morais de ajuda; até o Estado social, orientado pelo atendimento às necessidades sociais a partir do reconhecimento de direitos de cidadania e da implementação de serviços públicos (PEREIRA, 2016).

Tem-se como pressuposto teórico que a proteção social é fruto de disputas políticas, ideológicas e econômicas, de modo que o termo pode ser associado a diferentes significados, a depender da direção que se dá a ele e do contexto em que reside. Por isso, o termo deve ser “sucedido por predicados que [o] classifiquem e o situem no contexto de discursos e ações carregados de juízos de valor” (PEREIRA, 2016, p. 338). Para essa adjetivação ser realizada de forma fidedigna, conforme o objetivo do trabalho, é mister compreender a dinâmica das políticas sociais nesse governo, com referência ao voluntariado e ao período pandêmico.

O percurso metodológico adotado utilizou a pesquisa documental, com documentos oficiais, reportagens e pesquisas públicas sobre o tema. O artigo está organizado em três partes

---

desregulação [que] combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos” (HARVEY, 2008, p. 76).

<sup>2</sup> Assim como o neoliberalismo, a ideologia neoconservadora ganhou maior dimensão em reação à crise dos anos 1970, ao procurar restabelecer o consenso político e moral da sociedade. Contra a “permissividade moral”, que se expressava no momento, essa ideologia procurou restaurar a ordem e o poder do corpo político dominante, para tanto, apoiou-se em valores “centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais” (HARVEY, 2008, p. 94).

textuais: a primeira trata sobre o histórico de institucionalização da prática do voluntariado como estratégia de ação do Estado capitalista brasileiro; o segundo eixo explicativo aborda a associação entre a ideologia da nova direita com o governo atual, que defende o voluntariado como uma marca no âmbito da proteção social; por fim, a última parte deste trabalho apresenta a conjuntura de crise sanitária, social e econômica aprofundada pelo contexto pandêmico, bem como explicita as saídas governamentais que confirmam o seu caráter neodireitista.

### **Voluntariado como estratégia de ação do estado brasileiro**

O termo voluntariado é permeado por contradições e imprecisões conceituais, uma vez que, conforme o cenário político, econômico e cultural, são atribuídos diferentes significados e formas de ação a essa prática. No Brasil, as origens do voluntariado remetem ao período colonial, com as Santas Casas de Misericórdia fundadas em 1539 e 1543, respectivamente em Olinda e Santos, que tinham o objetivo de oferecer assistência a enfermos, presos pobres e suas famílias, jovens órfãos, além do acolhimento a crianças abandonadas. Identifica-se, desde esse período, uma associação entre o trabalho voluntário e a caridade, especialmente por sua difusão em instituições e preceitos religiosos (FIGUEIREDO, 2005; LOBO, 2015).

No período republicano, o voluntariado brasileiro foi historicamente reconfigurado e apoiado em outras bases ideológicas, para além dos apelos religiosos e caritativos. Com a emergência da regulamentação da proteção social pública, que teve como marco a Lei Eloy Chaves em 1923, o voluntariado também passou a ser incorporado pelo Estado por meio de programas governamentais. Nesse sentido, resgata-se a análise de Araujo (2008) acerca de três estratégias promovidas pelo Estado: o Programa de Voluntários, de 1942; o Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV/LBA), de 1979; e, o Programa Comunidade Solidária (PCS), de 1995.

O primeiro Programa, de 1942, se situa no contexto histórico da II Guerra Mundial e da emergência de movimentos reivindicatórios. O Programa tinha como proposta criar uma forma de controle social capaz de diminuir as tensões causadas pelos efeitos das desigualdades sociais. Nos parâmetros do Programa, “o voluntariado deveria estar atento às reais necessidades sociais apresentadas pelos pobres, partindo do princípio de um *rigor seletivo*, de “justeza”, na prestação da assistência social, *pois não havia recursos para todos que os precisarem*” (ARAUJO, 2008, p. 196, grifos nossos). Ao Estado, cabia estimular àqueles que eram financeiramente mais providos para atuarem como voluntários e ajudarem aos menos favorecidos sob a premissa do dever pátrio e cívico. Assim, tem-se como fundamento do Programa a “solidariedade social

doadora” (ARAÚJO, 2008, p. 200), que deixava as populações precarizadas à mercê da boa vontade dos voluntários.

A então primeira-dama, Darcy Vargas, mobilizou o voluntariado nacionalmente na execução do Programa de Voluntários, com a colaboração das primeiras-damas estaduais e municipais, firmando o ciclo de atuação destas mulheres em práticas socioassistenciais relacionadas ao compromisso político de atenção aos considerados excluídos. Em consequência, firmava-se “o entrelaçamento do social ao primeiro-damismo” (MESTRINER, 2001, p. 71), que se apresenta como uma prática enraizada na cultura política brasileira, de base patriarcal e clientelista, opondo-se a uma perspectiva de direitos.

Culturalmente, a primeira-dama seria a mais indicada para cumprir o papel de gestora dessa política, uma vez que personifica a bondade do governante como importante mediadora entre este e governados. Pela sua condição de mulher, a primeira-dama “naturalmente” estaria vocacionada para estar à frente de ações, programas e projetos da assistência social, o que demonstra o claro traço patriarcal na reprodução da cultura do primeiro-damismo e a equiparação equivocada da assistência social à ajuda (MEDEIROS, 2019, p. 314)

O PRONAV, no que lhe concerne, foi implantado em 1979 com a participação de voluntários no desenvolvimento de ações assistenciais voltadas para a população que estava à margem dos benefícios previdenciários, como exemplo, desempregados, trabalhadores informais, trabalhadores domésticos, trabalhadores rurais e suas famílias. O voluntariado destinava-se a atender pessoas com deficiência, idosos, maternidade e infância, além de efetuar o cadastro de entidades assistenciais e serviços por meio de convênios (ARAÚJO, 2008).

Segundo Araujo (2008), o PRONAV tinha diferenças de metodologia de ação, frente ao programa anterior, ao privilegiar uma abordagem comunitária com promoção da participação local e da interiorização de suas ações no país. Além disso, ele buscava recursos humanos e materiais nas próprias comunidades, baseando-se na ideia da “vocação comunitária” da sociedade brasileira. O envolvimento da comunidade ancorava-se na proposta de “ajustamento social dos excluídos” (ARAÚJO, 2008, p. 216) e enfatizava o apelo sentimentalista e o clamor à solidariedade do “povo brasileiro”. Em comum ao primeiro, a gestão também era realizada pela primeira-dama do país, Dulce Figueiredo, a partir de uma estrutura centralizada, com a participação das primeiras-damas dos estados e municípios nas coordenações estaduais e municipais, respectivamente.

Aponta-se o uso do PRONAV/LBA para mascarar a realidade, uma vez que atendia aos interesses políticos com vistas a diminuir as tensões sociais decorrentes do processo de crescimento econômico e de marginalização, além de promover o apoio ao governo autoritário



no período ditatorial. Nos termos de Araujo (2008, p. 212), “os militares se aperceberam do potencial significativo de organização do voluntariado e do seu poder junto às comunidades”.

Por último, o PCS situa-se em um momento histórico diferenciado dos programas anteriores. Se, de um lado, tem-se a promulgação da Constituição Federal em 1988 com o reconhecimento de direitos sociais e a instituição da Seguridade Social; de outro, inicia-se o avanço do neoliberalismo, orientado pela redução da responsabilidade social do Estado. Isso impôs um novo perfil para a ação do voluntariado. Segundo Landim e Scalon (2000), foi na década de 1990 que o debate sobre práticas de trabalho voluntário e doação de bens ou dinheiro por indivíduos para alguma causa social “entrou na moda”.

Uma de suas frentes de ação foi o Programa Voluntários, que teve início com a implementação de Centros de Voluntariado em sete cidades brasileiras para, entre outros objetivos, capacitar, construir bases de dados e fazer a mediação entre instituições e candidatos a voluntários (ALMEIDA, 2006). A metodologia de ação do PCS baseava-se em parcerias do governo com a sociedade para atuação em programas emergenciais e de combate à pobreza. Ocorre que a ideia de parceria é desvirtuada de seu sentido participativo, uma vez que não envolve a participação paritária quanto ao poder de decisão na formulação e na implementação das propostas, mas sim “uma ideia de participação moldada e repassada por meio da constituição de fóruns não deliberativos, de caráter apenas consultivos” (SOUSA, 2001, p. 103).

A sociedade tornava-se responsável pela provisão social, enquanto o Estado se afastava desta dimensão sob um discurso de “engajamento ético, social e político em nome da cidadania” (ARAUJO, 2008, p. 232). O momento caracterizou-se como uma “forte expressão dos princípios que orientaram a implementação das políticas de ajuste” (ALMEIDA, 2006, p. 29), amparados na solidariedade e no voluntariado cidadão, que desconfigurava a participação democrática e reivindicatória. Isso significou uma forma de implantação da “subalternização da participação popular à medida que a descaracteriza pelo apelo à solidariedade, destituindo os sujeitos sociais da possibilidade de interlocução política” (SOUSA, 2001, p. 103).

Ao legitimar um “novo referencial para a ação social” (ALMEIDA, 2006, p. 96), o PCS estruturou uma rede de ações fora do sistema de proteção social amparado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que instituiu a política de assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, com caráter democrático e não discriminatório. Com isso, concordava com Behring (2003), ao defender que o PCS, também coordenado pela primeira-dama, estava fora da política de assistência social e ignorava a legislação vigente, contribuindo para a desintegração do padrão de seguridade social. Tal crítica ao PCS apareceu, inclusive, nas deliberações da I Conferência Nacional de Assistência realizada em 1995, que aprovou pela

extinção do Programa e pela transferência de seus recursos para o Fundo Nacional de Assistência Social (CUNHA, 2010).

Foi nos anos 1990, sob a hegemonia neoliberal e o acirramento das disputas políticas, que se construiu a “cultura do voluntariado” no Brasil (BONFIM, 2010), com um aparato ideológico que o definiu como “novo” padrão de enfrentamento da questão social a partir da solidariedade entre os grupos sociais. Disso nasceu a ideia do “novo voluntariado”, identificado como parte de um revigoramento da sociedade civil na forma do chamado “terceiro setor” (CUNHA, 2010). Se, na tradição histórica do país, o voluntariado baseava-se na caridade, na compaixão e nos preceitos religiosos, nos anos 1990, ele recebia o estímulo político e ideológico para alcançar uma nova expressão pública, agora representada pela cidadania, pela participação, pela responsabilidade e pela “emancipação” das pessoas (ARAÚJO, 2008).

Com a promoção das ideias-força que sustentam esse giro ideológico, tentou-se que o voluntariado se desassociasse das práticas de fundo moral e valorativo para “constituir um passaporte para o exercício da cidadania, tanto que este conceito está agora sempre atrelado à prestação da ajuda voluntária” (PEREIRA-PEREIRA, 2004, p. 155). No entanto, de acordo com Pereira-Pereira (2003, p. 79), “é o destamentamento destes [direitos sociais] que está na raiz da valorização do voluntariado pelo ideário neoliberal”. Isso porque o neoliberalismo retira a responsabilidade do Estado no atendimento às demandas sociais e passa para setores específicos da sociedade civil, com o falso discurso de dever cívico em nome da justiça social.

A lógica neoliberal tanto identifica os problemas sociais como responsabilidade dos indivíduos, como sugere que eles sejam resolvidos no âmbito privado (seja através de seus próprios esforços ou, quando isso não é possível, através de instituições privadas da “sociedade civil” e, atreladas a elas, as práticas de doações e do trabalho voluntário (BONFIM, 2010, p. 55)

Portanto, não é possível considerar o voluntariado sem relacioná-lo ao contexto político, econômico e cultural, que atribui significados para tal prática e propõe novas formas de atuação. Além disso, é necessário contextualizá-lo historicamente e articulá-lo com as diretrizes ideológicas que o impulsionam, a exemplo do neoliberalismo na década de 1990. Pode-se afirmar que o contexto ideológico atual no Brasil não é mais o mesmo. A fusão neoliberal e neoconservadora constitui especificidades para o voluntariado e para a proteção social, em simultâneo, reforça aspectos tradicionais da cultura política do país.

### **Nova direita e o voluntariado como marca do governo bolsonaro**

A nova direita é uma ideologia de origem estadunidense que emergiu após o período de crise dos anos 1970, como resultado da fusão dos empreendimentos neoliberais e

neoconservadores para garantir a regulação econômica e moral da sociedade que estava, supostamente, ameaçada, segundo o discurso de seus ideólogos (PEREIRA, 2016; 2020). Assim, pode ser definida como uma ideologia que falsifica a realidade a partir de “um conjunto de princípios, ideias e práticas morais, resultante da fusão do neoliberalismo econômico com o neoconservadorismo político, social e cultural, o qual configura um feroz ataque capitalista ao Estado Social e à democracia” (PEREIRA-PEREIRA, 2020, p. 9).

Segundo Pereira-Pereira (2003) não existe uma linha unívoca e homogênea dentro da nova direita no que se refere às críticas e à construção de alternativas ao Estado Social. Entretanto, ainda conforme a autora, essa ideologia parte do pressuposto de que o Estado Social é perdulário, improdutivo, ineficiente, inefetivo, despótico, que nega as liberdades individuais e está suscetível à corrupção. Como contraponto, o Estado neodireitista materializa-se na cooptação e na descaracterização dos movimentos sociais; na defesa do individualismo em detrimento das mobilizações coletivas e no antagonismo à proteção social pública e universal (PEREIRA, 2020). Trata-se de um Estado autoritário, controlador e socialmente ineficiente.

No âmbito da proteção social, esse Estado se expressa como “provedor de políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes” (PEREIRA, 2016, p. 120). Em linhas gerais, a análise de Pereira (2016) apresenta que a proteção social defendida e implementada por uma direção neodireitista organiza-se em redes da sociedade civil, como redes comunitárias, familiares, filantrópicas e do mercado, para o planejamento e execução de ações sociais; enfatiza a responsabilização individual; promove apenas a gestão dos problemas sociais sem considerar a sua possível superação; adota uma gramática própria, com as ideias de riscos sociais e vulnerabilidade social, os quais devem ser tratados de forma focalizada, com a exigência de contrapartidas e pelo exercício da parceria entre os setores público e privado.

Considera-se, portanto, que a nova direita sequestra o sentido e o conteúdo tanto dos problemas sociais, como das “soluções” que lhes foram destinadas (CASIMIRO, 2018), as quais são pensadas para garantir a promoção do setor privado em detrimento do setor público, bem como para controlar e restringir o público-alvo dessas políticas por meio da responsabilização individual e da sua moralização. Nessa linha de pensamento, pode-se afirmar que a nova direita utiliza estrategicamente o campo das políticas sociais para usurpar o seu conteúdo público e social, e instituir novas formas de materialização por meio da utilização indevida do fundo público e de instrumentos de legitimação que renovam consensos e disputam a mentalidade dos grupos e classes sociais com prerrogativas moralistas.

É sob esse manto ideológico que atua o governo federal regido pela presidência de Jair Bolsonaro. Em que pese o curto tempo de mandato, é válido suscitar que o governo atual não

só contribuiu, como é distintivamente marcado pelo dismantelamento, descaracterização, desdemocratização e desfinanciamento das políticas sociais, com o corte de recursos, o fim de programas e serviços sociais, o aprofundamento das contrarreformas e a extinção e a anulação dos espaços de controle democrático.

A exemplo do que foi mencionado algumas medidas podem ser citadas, como: a contrarreforma previdenciária aprofundada em 2019 com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, que implica nas novas regras para regimes públicos de previdência; a Portaria n.º 2.362/2019, que coloca em risco o cofinanciamento da política pública de assistência social; o fim do Programa Bolsa Família, com o objetivo eleitoreiro de criar o Auxílio Brasil com prazo até 2022, colocando em risco a continuidade do programa de transferência de renda no país; o fim do Programa Mais Médicos; o aprofundamento do desfinanciamento da política de saúde, já iniciado com a Emenda Constitucional n.º 95/2016 de congelamento de gastos, especialmente nas áreas de atenção primária (IPEA, 2021); o Decreto n.º 9.759/2019, que extingue inúmeros órgãos colegiados do governo com a sociedade civil, limitando a gestão democrática das políticas públicas; o desfinanciamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher; e a perda de recursos orçamentários, financeiros e humanos na agenda de direitos humanos, especialmente, na área racial, em que houve a tentativa “de desqualificação da desigualdade racial enquanto um problema público estrutural a ser enfrentado com políticas públicas” (IPEA, 2021, p. 354).

Em contrapartida, o cenário socioeconômico no início do governo já apresentava o aumento das desigualdades sociais, com a estagnação econômica, o aumento da pobreza e do desemprego. A resposta política de maior relevância para a esfera social foi a institucionalização do voluntariado. Por meio do Decreto n.º 9.906, de 2019, o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado destina-se, prioritariamente, para “pessoas em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação ou da fragilização de vínculos afetivos e de deficiência” (BRASIL, 2019). Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República<sup>3</sup> e conduzido por um Conselho propositivo formado por representantes do governo federal e da sociedade civil (BRASIL, 2019), a presidente do Conselho é a primeira-dama Michelle Bolsonaro.

O Programa Pátria Voluntária, como é conhecido, sobrevive de doações privadas de personalidades jurídica e/ou física. As doações vão para uma conta gerida pela Fundação do Banco do Brasil. A utilização e destinação do dinheiro é decidida pelo Conselho do Programa.

<sup>3</sup> Na primeira versão do Decreto, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado era vinculado ao Ministério da Cidadania, bem como a designação dos membros de seu conselho. Isso foi alterado pelo Decreto n.º 10.194/2019, que passou a gestão do programa para a Casa Civil da Presidência da República.

Não é demais afirmar que o programa dá continuidade para aspectos já mencionados da cultura política tradicional, como o primeiro-damismo e o clientelismo. Isso ocorre em oposição à noção de direitos e à proteção social pública e universal, alinhando-se à ideologia neodireitista.

O Pátria Voluntária busca ampliar e fortalecer o voluntariado com diferentes estratégias de engajamento da sociedade, como o Prêmio Nacional do Voluntariado e o projeto Amigos do Pátria sob comando das primeiras-damas dos estados. Defendido como aquilo que irá definir a marca do governo, Michelle Bolsonaro (2020) deixa claro que o objetivo é “construir um legado para o voluntariado no Brasil, criar políticas públicas que valorizem cada vez mais os voluntários”. Na mesma direção, a secretária executiva do Programa afirmou que o intuito do Pátria é multiplicar “de forma exponencial a cultura do voluntariado” (PINHEIRO, 2020). Com apelo ao papel cívico da sociedade, da moral cristã e da solidariedade, o programa busca alcançar cada vez mais capilaridade no país. Diante disso, cabe destacar os princípios do Programa elencados no Decreto de sua criação, a saber: cidadania, fraternidade, solidariedade, dignidade da pessoa humana, complementaridade e transparência (BRASIL, 2019).

Para fomentar a opinião pública a seu favor, o governo federal investiu em diferentes formatos de publicidade sobre o Pátria, com materiais digitais, mídias sociais, televisivas, entre outros. Segundo matéria publicada no Estadão (SHALDERS, 2021), até março de 2021, o governo destinou mais de nove milhões de reais do orçamento público com propaganda para o Programa. De modo contraditório, o Programa executou quase metade desse valor (R\$ 5,89 milhões), ainda que tenha recebido mais de dez milhões em doações privadas para repassar às entidades que desenvolvem o voluntariado. Além dessa situação, é curioso perceber algumas manobras para custear o Programa. Em março de 2020, o Ministério de Saúde recebeu uma doação, de R\$ 7,5 milhões, destinada para a compra de testes rápidos do coronavírus, no entanto, o recurso foi repassado ao projeto Arrecadação Voluntária<sup>4</sup> pelo presidente Jair Bolsonaro (REZENDE, 2020a).

Pode-se apontar, também, uma tendência existente na destinação dos recursos do Programa. Conforme denúncia em reportagem da *Folha de São Paulo* (REZENDE, 2020b) houve o repasse de recurso financeiro para instituições missionárias evangélicas que não passaram pelo crivo de editais e chamadas públicas, embora o Programa já tenha lançado esses mecanismos de elegibilidade. Outro aspecto questionável, que demarca um caráter mercantil do Programa, é a divulgação das principais corporações nacionais e multinacionais que são doadoras do Pátria em documentos oficiais, tal como o boletim de monitoramento de 2020 que

<sup>4</sup> Ação vinculada ao Pátria Voluntária.



destina duas páginas para expor as logomarcas dessas empresas, como propaganda pública de empresas privadas.

As contradições do Programa foram elencadas não como denúncia jornalística, mas como afirmação do desmonte das políticas sociais, em especial, das políticas socioassistenciais em um contexto de agravamento das condições de vida das classes subalternas no país. Percebe-se que prevalece o compromisso com a ideologia neodireitista, com a proteção social restrita, descontínua e privada. Mesmo sendo apresentadas como “solução” aos efeitos das desigualdades, entende-se que estas ações são “variadas, flexíveis, acessíveis, inovadoras e, de certo modo, menos onerosas que as políticas públicas. Entretanto, contraditoriamente, também são imprevisíveis, instáveis, incompletas, sem condições de garantir direitos e, em várias situações, opressoras e excludentes” (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 97). Assim, resta aos grupos e classes que demandam por políticas sociais contarem com a boa vontade dos setores privados custearem os programas e executarem as ações mediadas pelo Estado. O voluntariado, dessa forma, não tem se apresentado como ação paralela às políticas sociais, mas como concorrente e ameaça a estas. Em contexto de pandemia, essa premissa estatal gera ainda mais efeitos deletérios.

### **Proteção social e o contexto de pandemia**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como uma pandemia. O momento coincidiu com o início da proliferação do vírus no Brasil, que teve o primeiro caso confirmado no final de fevereiro do mesmo ano. Desde o início, o governo federal manteve uma postura de negação da gravidade do contexto pandêmico, além de resistir à implementação das medidas de segurança, como o isolamento social e o uso de máscaras; promover medidas de tratamento comprovadas cientificamente como ineficazes e tentar deslegitimar as vacinas.

Ao mesmo tempo, a realidade já deflagrava uma conjuntura de crise sanitária, econômica, política e social no país, o que contribuiu para desnudar e intensificar as desigualdades sociais, consideradas estruturais e historicamente determinadas. Pode-se afirmar que o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo (PNUD, 2019). Na pandemia, os índices de desigualdade se deram de forma extremada, com aumento do coeficiente de Gini (NERI, 2021) e da distância hierárquica nas condições de saneamento, alimentação, habitação e renda. Segundo o DIEESE (2020a), no primeiro ano de pandemia, 10,5 milhões de pessoas ficaram fora do mercado de trabalho, com maior expressão para os trabalhadores domésticos, do setor

privado e autônomos. Percebe-se aqui o maior número de desocupação entre aqueles que não têm vínculo obrigatório com os serviços previdenciários, comprometendo o acesso ao seguro desemprego. Além disso, dentre os que permaneceram ocupando os postos de trabalho, 30 milhões tiveram redução na renda mensal, principalmente os trabalhadores considerados informais (DIEESE, 2020b).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), quando o coronavírus chegou ao Brasil, cerca de 12,6 milhões de pessoas foram atingidas pelo desemprego, montante que, com o avanço da pandemia, alcançou cerca de 14,4 milhões, maior número desde 2012. Durante o período, a taxa de desemprego subiu de 26,55% para 35,98% entre a população mais empobrecida (NERI, 2021). Em pesquisa promovida pela Fundação Getúlio Vargas, Neri (2021) mostra que a renda individual média do brasileiro abaixou 9,4%, especialmente, entre os trabalhadores informais, desempregados e inativos. O pesquisador ainda demonstra que o primeiro semestre de 2021 alcançou um cenário desolador, com o aumento da população em situação de pobreza multiplicado por 3,5 vezes, alcançando 25 milhões de novas pessoas em situação de pobreza em comparação ao semestre anterior.

O aumento da pobreza e dos níveis de desigualdade também impactaram o cenário de insegurança alimentar entre os brasileiros. São 116,8 milhões que vivem algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave), destes, 19 milhões estão em situação grave convivendo com a fome (REDE PENSSAN, 2021). Este último montante quase duplicou comparado a 2018, que contava com 10,3 milhões de pessoas, desse modo, o período registra o aumento de 9 milhões de brasileiros em contexto de fome. A situação de desemprego e insegurança alimentar é ultradimensionada quando combinada à carestia dos preços resultantes do aumento da inflação para a população mais pobre, em que as condições de existência ficam mais difíceis ao diminuir consideravelmente o poder aquisitivo desses grupos. Conforme Lameiras (2021), os setores mais atingidos pela inflação foram os de habitação, alimentos e bebidas, ou seja, de elementos básicos que garantem a dignidade humana; ao passo que os três segmentos de menor renda (média baixa, baixa e muito baixa) foram aqueles que sofreram as maiores altas inflacionárias, com taxas que ultrapassam até 11%.

Em consequência, o cenário apresentado resultou no aumento do número de famílias em situação de extrema pobreza. Segundo o Ministério da Cidadania (2021), em setembro de 2021, a quantidade de famílias com baixa renda, situação de pobreza e extrema pobreza inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais excedeu a marca de 24 milhões. No caminho contrário ao aumento das demandas sociais, o governo federal reduziu o papel dos serviços socioassistenciais na agenda política e instituiu ações restritas e focalizadas, com

ênfase para o Auxílio Emergencial e o incentivo ao voluntariado.

O Auxílio Emergencial, criado pelo Poder Legislativo e instituído pela Lei n.º 13.982, de abril de 2020, pode ser considerado a medida assistencial de maior abrangência em resposta à Covid-19 no Brasil. A proposta do auxílio, no entanto, não adveio como alternativa do governo federal, e sim resultou da mobilização de movimentos sociais e de parcelas do poder legislativo. No primeiro momento, o governo, ainda resistente, apresentou a proposta de criação do auxílio no valor de R\$ 200,00, durante o período de três meses, destinado às pessoas em situação de baixa renda. Entretanto, a proposta foi rejeitada pelo Congresso Nacional e gerou efeitos na opinião pública, com pressão de setores da sociedade civil. Após muito embate político e divulgação na mídia, foi garantido o valor da parcela de R\$ 600,00 com a ampliação do seu público-alvo. Em setembro de 2020, com o prolongamento do contexto pandêmico e, sob pressão política, foi instituído o Auxílio Emergencial Residual no valor de R\$ 300,00 pago subsequente à quinta parcela do Auxílio Emergencial.

Em agosto de 2020 – mês da quinta e última parcela para quem começou a receber o Auxílio Emergencial desde abril de 2020 –, dos 108 milhões de trabalhadores que solicitaram o auxílio emergencial, somente 68 milhões foram atendidos, cerca de 43,9% de domicílios brasileiros alcançados pelo Auxílio Emergencial no valor médio de R\$ 908,00, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 (IBGE, 2021). Nos meses seguintes, com a continuação do Auxílio Emergencial Residual, a taxa de alcance caiu para 41% e com um valor médio do benefício bem inferior, de R\$ 558,00 (IBGE, 2021).

O Auxílio foi implementado no modelo de afastamento e negação da estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possui uma rede socioassistencial que historicamente desempenha um importante papel de apoio ao acesso a benefícios e programas sociais. Ao invés dos equipamentos do SUAS executarem o programa, o governo passou a operacionalização do Auxílio para a Caixa Econômica Federal, o que atribui forte conotação bancária de financeirização e desvincula o programa do arcabouço legal protetivo brasileiro, caracterizando-se, desta forma, apenas como socorro emergencial.

A decisão do governo de ofertar o Auxílio Emergencial em mecanismos paralelos e alheios à estrutura do SUAS elucida as prerrogativas neodireitistas que estão postas na gestão das políticas sociais no Brasil, e enseja indícios de desconstrução de um modelo protetivo estruturante na garantia de direito à renda. Ressalta-se o desmonte do SUAS pela descontinuidade do financiamento, de apoio técnico e da gestão, tratando-se de uma medida divergente da segurança de renda, afiançada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. A oferta, à margem do modelo protetivo, desconsiderou a contribuição da

rede SUAS, que obtém recurso humano especializado e obtém mais de 11.000 Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que já promovem o acesso às seguranças socioassistenciais (BRASIL, 2021).

Nota-se que o projeto político do atual governo é de fragilização da assistência social como política pública e de instituição do assistencialismo em sua contraposição, por meio do investimento e do estímulo ao voluntariado. Com o fomento de ações voluntárias e caritativas de bens e serviços houve, com o Pátria Voluntária, o crescimento dos números de voluntários e pessoas beneficiadas, aproximadamente 38,5% em relação a 2020. São cerca de 900.000 beneficiados indiretos e mais de 17.000 voluntários cadastrados que trabalham juntos às 2.229 instituições (PÁTRIA VOLUNTÁRIA, 2021). Não chega nem perto dos 24 milhões de pessoas que entraram na lista do CadÚnico na pandemia e daqueles milhões que já estavam.

De acordo com o IBGE (2021), em 2019, 6,9 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade no país realizaram algum tipo de trabalho voluntário, o que correspondia a uma taxa de realização de 4,0% menor que a de 2018. Apesar da redução da proporção de pessoas que realizaram trabalho voluntário, entre 2018 e 2019, ocorreu um aumento no tempo dedicado ao voluntariado, 6,6 horas semanais. Entretanto, por meio da política de incentivo ao voluntariado desenvolvida no governo federal e do sentimento de solidariedade aprofundado pela conjuntura pandêmica, nos três primeiros meses da pandemia, o número de inscritos para trabalho voluntário cresceu 43%, se comparado ao mesmo período de 2019 (ATADOS, 2020)

Durante a pandemia, além de se tornar notório o trabalho das organizações do voluntariado, apresentaram-se mudanças no perfil das causas que mobilizam mais a população doadora (IDIS, 2020). Em 2015, os temas de saúde e infância ocupavam os principais postos de causas para doação, ao passo que em 2020 registra-se o aumento de doações para o combate à fome, citado por 43% da população como a causa mais sensibilizadora. Com efeito, essa mudança corresponde ao aprofundamento das desigualdades na pandemia, especialmente em relação à insegurança alimentar dos brasileiros, que praticamente duplicou entre 2018 e 2020.

Percebe-se que a escalada da fome e do agravamento das condições socioeconômicas durante a pandemia não é de responsabilidade do vírus, mas corresponde à estrutura política e econômica, à direção ideológica neodireitista do governo e à posição de negação de medidas efetivas de garantia de direitos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sob a lógica da transferência da responsabilidade de proteção social para a sociedade civil por meio do voluntariado, em uma fala feita em junho deste ano durante sua intervenção no Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, sugeriu que as sobras de restaurantes fossem destinadas às

populações pobres e vulneráveis como forma de combate à crise social e aos crescentes índices de insegurança alimentar do país. Trata-se, portanto, de ações que desprezam e desumanizam as classes subalternizadas, com práticas limitadas, opostas à noção de direitos garantidas pela proteção social pública, e orientadas por uma intencionalidade de manutenção da assistência social como uma política de gentileza (MORAES, 2020).

Apela-se para o sentimento de solidariedade, gentileza, dever cívico e filantrópico dos diferentes setores da sociedade civil brasileira, mercantil e não-mercantil, como direção da proteção social mediada pelo Estado. Com ações descontínuas e personalistas, que reforçam aspectos da cultura política tradicional, essa direção endossa o caráter antissocial e antidemocrático da atual gestão governamental. Para tal alcance, nega-se a construção histórica dos direitos sociais como dever do Estado ao desfinanciar os programas já existentes e descaracterizar os equipamentos de atuação do sistema público.

### **À guisa de conclusão**

O voluntariado é uma antiga estratégia de ação do Estado brasileiro, que remonta os tempos de Getúlio Vargas. Ocorre que, a partir dos anos 1990, o voluntariado modernizou-se ao apresentar-se como uma alternativa e um recurso gerencial desenvolvido em paralelo ao sistema público de proteção social instituído pela Constituição Federal de 1988. No governo atual, com orientação neodireitista, o voluntariado ganhou força ao ser estimulado e mediado pelo Estado como uma marca do governo, em que nega a responsabilidade social do Estado no enfrentamento da questão social, e a desloca para a esfera das doações, da filantropia e da benesse da sociedade civil.

A nova direita endossa essa estratégia com aspectos modernos, resultantes da fusão neoliberal e neoconservadora, para desmontar o Estado Social brasileiro, aprofundando as contradições da proteção social no país e a destituindo do caráter público. Considera-se que a proteção social no Estado neodireitista brasileiro segue as diretrizes privatistas, restritas, antissociais e antidemocráticas, como apontado por Pereira (2016). Sob esses impasses, percebe-se que o voluntariado recupera e reforça aspectos tradicionais da cultura política de despolitização, como o primeiro-damismo e o personalismo nas políticas assistenciais. O cenário foi agravado pela pandemia de COVID-19, que teve como consequência o aumento das desigualdades sociais, com elevação do desemprego, da redução da renda das famílias e da insegurança alimentar.



## Referências

- ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. *O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90*. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2006.
- ARAÚJO, Jairo Melo. *Voluntariado: na contramão dos direitos sociais*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ATADOS. *O impacto da pandemia na rede de voluntariado*. Disponível em: <https://blog.atados.com.br/como-nos-adaptamos-durante-a-pandemia/> Acesso em: 28 nov. 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. *Serviço Social e Sociedade*, v. 73, a. XXIV, 2003.
- \_\_\_\_\_. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete [et al] (org). *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018
- BOLSONARO, Michelle. Fala retirada de entrevista concedida ao portal de notícias R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/patria-voluntaria-faz-um-ano-de-conquistas-diz-michelle-bolsonaro-23082021#/foto/1>. Acesso em 01 dez. 2021.
- BONFIM, Paula. *A “cultura do voluntariado” no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. *Iniciativa Brasil Fraterno*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/brasil-fraterno>. Acesso em 29 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. *Portaria n.º 1.290, de 9 de julho de 2019*. Composição do Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-1-290-de-9-de-julho-de-2019/>. Acesso em 02 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. *Relatório de Programas e Ações*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#bolsafamilia>. Acesso em: 29 nov. 2021
- BRASIL. Pátria voluntária. *Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/patriavoluntaria/dynamic-page/31>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018
- CUNHA, Márcia Pereira. *Os andaimes do novo voluntariado*. São Paulo: Cortez, 2010.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Boletim de Conjuntura* “Que Brasil emergirá da crise do coronavírus?”, número 24, 2020a.
- DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Boletim Emprego em pauta* “Primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho”, número 15, 2020b.
- FIGUEIREDO, Nara Cristina Macedo de. *Interfaces do trabalho voluntário na aposentadoria*. 2005. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD Covid-19*. Outras formas de trabalho. Brasília, 2021.

- Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_apresentacao.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_apresentacao.pdf) Acesso em: 28 nov. 2021.
- IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. *Relatório de atividades 2020*. Disponível em: [https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/RELATORIO\\_IDIS\\_2020.pdf](https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/RELATORIO_IDIS_2020.pdf). Acesso em: 28 nov. 2021
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Vol. 28. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/210826\\_boletim\\_bps\\_28.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/210826_boletim_bps_28.pdf). Acesso em 02 dez. 2021.
- LAMEIRAS, Maria Andreia Prente. Carta de Conjuntura “Inflação por faixa de renda – Outubro/2121”. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211111\\_cc\\_53\\_nota\\_13\\_ifr\\_out\\_21.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211111_cc_53_nota_13_ifr_out_21.pdf). Acesso em 02 dez. 2021.
- LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. *Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- LOBO; Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 29. N. 1 (especial), p. 311-338, 2019
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORAES, Fabiana Vicente de. Entes federativos e o Suas: responsabilidade na pandemia. In: SPOSATI, Aldaíza (org). *SUAS e proteção social na pandemia COVID-19 – Nota técnica do NEPSAS*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020
- NERI, Marcelo. *Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia: sumário executivo*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.
- PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Proteção Social no Capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. *Serviço Social e Sociedade*, v. 73, a. XXIV, 2003.
- \_\_\_\_\_. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB, 2004.
- \_\_\_\_\_. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do *ethos* solidário à moral egoísta. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez, 2020.
- PINHEIRO, Adriana. *Fala concedida em evento público do Pátria Voluntária*. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/novembro/programa-patria-voluntaria-estimula-a-cultura-do-voluntariado-no-brasil>. Acesso em 01 dez. 2021.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIAS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSANSAN. *Insegurança alimentar e Covid 19 no Brasil*. [Brasília: Rede PENSSAN, DF], 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.
- PEDUZZI, Pedro. Governo lança programa de incentivo ao voluntariado. *Agência Brasil*:

Brasília, 2019. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/governo-lanca-programa-de-incentivo-ao-voluntariado>

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2019*

REZENDE, Constança. Governo Bolsonaro repassou a programa de Michelle R\$7,5 milhões doados para testes de Covid. *Folha de São Paulo*, 30 de setembro de 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/governo-bolsonaro-repassou-a-programa-de-michelle-r-75-milhoes-doados-para-testes-de-covid.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2021.

REZENDE, Constança. Programa liderado por Michelle Bolsonaro repassa doações a ONGs ligadas a Damares. *Folha de São Paulo*, 30 de setembro de 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/programa-liderado-por-michelle-bolsonaro-repassa-doacoes-a-ongs-aliadas-de-damares.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SHALDERS, André. Pátria Voluntária, de Michelle Bolsonaro, gasta mais com publicidade do que destinou em doações. *Estadão*, 24 de abril de 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,patria-voluntaria-de-michelle-bolsonaro-gasta-mais-com-publicidade-do-que-com-doacoes,70003691703>. Acesso em 01 dez. 2021.

SOUSA, Maria do Socorro Alves de. A representação da questão social no programa comunidade solidária. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). *O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

# Reassentados do projeto urbanístico da Bacia do Una (Belém/PA): uma avaliação da variação da qualidade de vida dos moradores do Conjunto Paraíso dos Pássaros após 22 anos

**Resettled from the urban project of Bacia do Una (Belém/PA): an evaluation of the variation in the quality of life of the residents of the Conjunto Paraíso dos Pássaros after 22 years**

Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira Filho\*  
Raquel Carvalho Paiva\*\*

**Resumo:** Os projetos urbanísticos que envolvem processo de remoção de moradores causam impactos socioeconômicos e culturais em famílias, assim como no meio ambiente, no entanto, esses impactos são minimizados quando a intervenção urbanística possui uma orientação que preza pela participação efetiva dos beneficiados. A pesquisa buscou avaliar, segundo os critérios de eficácia societal, a vida das famílias do Conjunto Paraíso dos Pássaros após 22 anos do processo de reassentamento realizado pelo Projeto Una (Belém/PA), a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo (2021 e 2022), com aplicação de questionários, entrevistas e análise de dissertações e teses acerca da temática. Os resultados da pesquisa demonstram que o processo de reassentamento de famílias à área CDP causou melhora na qualidade de vida, satisfação na maioria dos moradores investigados, impacto na renda, implementação de infraestrutura e serviços coletivos na área, acesso a boas condições de moradia, dentre outras mudanças.

**Palavras-chaves:** avaliação da eficácia societal; famílias reassentadas; Projeto Una; área CDP; Conjunto Paraíso dos Pássaros.

**Abstract:** Urban projects that involve the removal process of residents cause socioeconomic and cultural impacts on families, as well as on the environment, however, these impacts are minimized when urban intervention has a orientation that values the effective participation of beneficiaries. The research aimed to evaluate, according to the criteria of societal effectiveness, the life of the families of the Conjunto Paraíso dos Pássaros after 22 years of the resettlement process carried out by the Una Project (Belém/PA), from bibliographic, documentary and field research (2021 and 2022), with the application of questionnaires, interviews and analysis of dissertations and theses on the subject. The results of the research show that the process of resettlement of families to the CDP area caused improvement in quality of life, satisfaction in most of the residents investigated, impact on income, implementation of infrastructure and collective services in the area, access to good housing conditions, among other changes.

**Keywords:** evaluation of societal effectiveness; resettled families; Una Project; CDP area; Conjunto Paraíso dos Pássaros.

\* Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, PPGSS-UFPa, Belém/PA.

\*\* Doutora em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. Assistente social na Vara da Infância e Juventude do TJSP - Comarca de São Bernardo do Campo/SP.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non-Comercial~~ 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

## Introdução

A ocupação desigual do espaço urbano é decorrente das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que segmenta a organização espacial transformando a sociedade completamente urbanizada segundo os interesses das frações da classe dominante (LEFEBVRE, 2008), e da fragilidade das políticas públicas e políticas sociais que não conseguem atender a demanda populacional (LOJKINE, 1997). Segundo Lefebvre (2008), a divisão do espaço em cidades se deu acompanhada de variados conflitos, pois ocorreu a fragmentação da sociedade em dois lados que, embora fragmentados, possuem uma forte interligação: um lado é constituído pelos centros de poder e núcleos de decisões da classe dominante e do Estado, vinculados às determinações de expansão do capital; e o outro é composto por espaços segregados destinados à reprodução da classe trabalhadora. Sendo esta a contradição do espaço urbano.

A tendência da produção de moradias sem infraestrutura, por parte da classe trabalhadora, existe devido ao não acesso à habitação em áreas infraestruturadas, bem como pela ausência do Estado, no que se refere a não garantia de moradias em condições dignas. Assim, a classe trabalhadora, especificamente a fração das famílias que têm renda familiar até dois salários-mínimos, como forma de sobrevivência e resistência, ocupa os espaços inadequados que podem atender suas necessidades imediatas (LOJKINE, 1997; MARICATO, 2011; ABELÉM, 1988).

Devido à particularidade<sup>1</sup> existente em Belém, onde as condições naturais e o processo histórico de ocupação da região amazônica a aproximavam de uma configuração predominantemente ribeirinha, a expansão da cidade e o recebimento de seus primeiros equipamentos urbanos encontrou alguns acidentes hídricos que foram contornados em vez de saneados. As ocupações feitas por frações da classe trabalhadora, que não possuíam terras e

<sup>1</sup> Conforme Trindade Jr. (1997), a tendência de uma urbanização predominantemente ribeirinha em Belém foi rompida pela padronização espacial, haja vista que as condições naturais, bem como o processo histórico da região belenense, aproximavam a cidade para esta configuração. Assim, entende-se que o fortalecimento do espaço metropolitano provocou tanto as instalações físicas da cidade, quanto redefiniu hábitos tradicionais de uma Belém não moderna.



moradias para residir, aconteceram preferencialmente em terrenos desocupados e assentamentos precários, formadas por terrenos alagados, ou alagáveis, e de cotas baixas<sup>2</sup>, precedendo, assim, um perfil irregular da cidade (ABELÉM, 1988).

Nesse sentido, pode-se dizer que a produção da cidade feita pela classe trabalhadora também compõe a estruturação do espaço urbano, que advém da exploração de sua força de trabalho e vulnerabilidade do Estado, ao aplicar leis pontuais e parciais ao território. Dessa forma, com a permissão estatal para os trabalhadores ocuparem, muitas vezes de forma ilegal, áreas sem saneamento básico e em condições precárias, ou seja, sem condições dignas de moradia, acaba por se atender a uma lógica da produção capitalista, onde grande parcela da população passa a morar em áreas sem infraestrutura básica, enquanto uma minoria habita em terrenos supervalorizados e em perfeitas condições (MARICATO, 2011).

O Estado faz uso do discurso que pretende melhorar as condições de vida da população, diminuir a pobreza dos moradores e sanear as áreas com problemas de saneamento básico, para viabilizar as intervenções de projetos urbanísticos em assentamentos precários<sup>3</sup>. Esses projetos realizam a infraestrutura de áreas alagadas ou alagáveis, havendo a necessidade de remoção<sup>4</sup> dos moradores dessas áreas mediante processos de reassentamento ou remanejamento de famílias; tornando o local sujeito à especulação imobiliária, ocasionando, muitas vezes, a não permanência das famílias no local do projeto (SOUZA, 2011; OLIVEIRA, 2017).

Dessa forma, verificou-se, a partir das produções bibliográficas que se voltam a estudar projetos de intervenção urbanística, em especial sobre a questão do reassentamento de famílias, que há uma tendência em relação aos impactos causados nos moradores, no que diz respeito a não permanência das famílias na área para onde foram reassentadas. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una apresentou como função principal sanar uma antiga dívida social para com a população residente em áreas alagadas ou alagáveis, e por isso possuiu um amplo projeto de saneamento com abrangência de 3.664 hectares, envolvendo direta ou

<sup>2</sup> São terrenos baixos que constantemente sofrem inundações.

<sup>3</sup> Define-se assentamentos precários como áreas que possuem uma, ou mais, das características: “irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência de infraestrutura; perigo a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações; precariedade construtiva das moradias; enormes distâncias entre a moradia e o local de trabalho; sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; inexistência ou deficiência dos serviços públicos (saneamento, educação e saúde); conjunto de problemas sociais que configuram situações de extrema vulnerabilidade; domínio por uma ‘ordem’ baseada em violência” (DENALDI, 2009, p. 112, grifo do autor).

<sup>4</sup> Segundo Denaldi (2009), se compreende por reassentamento, ou realocação, a remoção de pessoas para outra localidade, distante do perímetro da área que está recebendo a intervenção urbanística, onde foram produzidas novas moradias (sejam apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados), destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários. Enquanto o remanejamento, ou relocação, é a reconstrução das moradias no mesmo perímetro da área que está sendo objeto de urbanização; a população remanejada é mantida no local após a substituição das moradias e do tecido urbano (DENALDI, 2009, p. 116).

indiretamente cerca de 550 mil habitantes, seja por processo de indenização, reassentamento ou remanejamento (PERDIGÃO; SANTANA, 2018). O Projeto de Macrodrenagem previa somente o processo de remanejamento de 4.824 famílias, e a partir de 1997 decidiu realizar o reassentamento dos moradores para a área Companhia Docas do Pará (CDP) (GARCIA, 2001 apud PORTELA, 2005).

Após aproximação com as pesquisas realizadas acerca do Projeto Una (através de dissertações e teses), e visto que foi amplamente estudado, ao longo dos 28 anos após sua implementação, observou-se que não foi realizada uma avaliação conforme os critérios da eficácia societal<sup>5</sup>. Ramos e Sá (2003) definem alguns elementos para que se realize esse tipo de avaliação, a saber: a presença, ausência ou deficiência de infraestrutura e equipamentos de serviços coletivos; o impacto na reversão do quadro de pobreza e miséria urbana, e na melhora da qualidade de vida da população em geral; nível de intervenção e controle social do conjunto da população; a melhora das condições de habitabilidade; e os efeitos observados nas condições de vida da população beneficiada, a partir também do seu próprio ponto de vista.

Com isso, este artigo apresenta resultados da pesquisa que teve como objetivo *avaliar, segundo os critérios de eficácia societal, a qualidade de vida das famílias do Conjunto Paraíso dos Pássaros após 22 anos do processo de reassentamento realizado pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém – PA)*. A pesquisa buscou investigar a satisfação das famílias com o Projeto, infraestrutura e serviços coletivos implantados, situação socioeconômica dos moradores, condições de moradia da nova casa e impactos causados ao meio ambiente.

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira trata sobre a fundamentação teórica acerca do desenvolvimento desigual das cidades. Na segunda são apresentados elementos históricos do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. A terceira abordará sobre o Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros, mostrando a importância da orientação técnica desenvolvida no Barracão de Projetos no processo de reassentamento das famílias. A quarta discorre sobre os resultados da pesquisa de campo realizada na área CDP.

Diante dos resultados obtidos com esse estudo, tem-se a expectativa de que o artigo possa contribuir com os estudos acerca da questão habitacional que envolve o processo de reassentamento de famílias e, posteriormente, auxiliar gestores da política habitacional em

---

<sup>5</sup> Avaliação da eficácia societal é uma metodologia inovadora proposta pelas assistentes sociais e professoras Maria Helena Rauta Ramos e Maria Elvira Rocha de Sá, em 2003, no Capítulo 07 intitulado “Avaliação de política de habitação popular segundo critérios da eficácia societal”, no livro “Metamorfozes sociais e políticas urbanas”, organizado por Maria Helena Rauta Ramos, editora DP&A, no ano de 2003.

relação aos principais problemas e desafios que envolveram a intervenção urbanística, haja vista que se passou um longo período desde que o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una foi implementado.

### **Capitalismo e o desenvolvimento desigual das cidades**

A separação entre o campo e a cidade é articulada ao processo de acumulação do capital e responsável pelo antagonismo existente, pois os espaços urbano e rural passam a se rivalizar para produzir espaços no estabelecimento da nova ordem. A principal manifestação dessa rivalidade é demonstrada através da separação entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial, a qual expressa a oposição entre espaço campestre e citadino, sendo o primeiro visto como área de isolamento e o segundo como área de forte concentração dos meios de produção e capital, consecutivamente (MARX; ENGELS, 2009).

A oposição entre campo e cidade teve início quando ocorreu a passagem da barbárie social para a civilização e vem transitando por toda a história da sociedade, permanecendo até os dias atuais (MARX; ENGELS, 2009). De acordo com Lefebvre (2001), na sociedade visa-se construir rede de cidades com uma divisão do trabalho em vários níveis, seja tecnicamente, socialmente e/ou politicamente, formada entre as cidades que são interligadas via estradas e via fluviais, bem como através de relações bancárias e comerciais.

Os diversos estágios no desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas diversas formas de propriedade; quer dizer, cada novo estágio da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si com referência ao material, instrumento e produto do trabalho (MARX; ENGELS, 2009, p. 188).

Lojkin (1997) aponta que a divisão do trabalho perpassa os muros das relações de produção e se faz presente na divisão social dos indivíduos dentro da cidade, o que incorpora a segregação do trabalho à produção do espaço em geral. Assim, com esta divisão social do trabalho, a relação entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora foi a responsável pelo crescimento demográfico e a questão urbana e habitacional, já que os grandes centros urbanos industriais atraíram muitos migrantes que buscavam vender a sua força de trabalho (SANTOS, 2003).

Na Região Norte o processo de urbanização se intensificou com o Golpe Militar de 1964, a partir do fortalecimento dos processos de exploração de recursos naturais, corroborando para as alterações físico-territoriais das capitais Belém e Manaus. Assim, as cidades tornaram-se grandes expressões territoriais para o crescimento econômico, pois o modelo de desenvolvimento urbano que se iniciou na Amazônia é explicado pela dimensão que o urbano

tomou no processo de acumulação do capital. Por exemplo, desencadeou-se a política de incentivos fiscais, que viabilizou a pecuária extensiva, exploração do minério, instalação de órgãos e agências de financiamento, dentre outros (CRUZ, 2012).

Segundo Cruz (2012), a partir das grandes modificações que ocorreram na cidade belenense, a capital passou a receber muitas migrações internas e externas, fazendo com que se atingisse de forma rápida níveis de adensamento demográfico e de urbanização. Com o movimento decorrente das migrações os conflitos em torno da posse da terra ocasionaram situações de expropriação violenta por parte de posseiros, e diversas cidades amazônicas passaram a sofrer pressão social dos grandes projetos econômicos, a saber: o Grande Carajás, Albrás Alunorte, e os outros projetos que envolvem hidrelétricas. E todo o processo de urbanização foi responsável pela criação de efeitos segregativos, nos quais muitos da classe trabalhadora se instalaram em Belém e passaram a constituir a periferia da cidade.

Por isso, entende-se que o processo de industrialização foi o início para a questão urbana, pois há um século e meio tem sido o motor das transformações sociais, assim como o responsável pelo processo de urbanização e problemas relacionados à rápida expansão das cidades (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, existindo relação direta entre o campo industrial e o campo urbano<sup>6</sup>, a tendência do capital é a urbanização do território global a fim de atender os fluxos da acumulação do sistema vigente, conforme aponta Lojkine (1997, p. 159) ao afirmar que não se pode desvincular a cidade da “tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial”.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma nação estará sempre associado às suas forças produtivas, e as relações sociais se darão conforme o tipo de trabalho realizado, seja ele industrial ou artesanal. O desenvolvimento desigual das cidades, que possui relação direta com o processo de industrialização e a especulação imobiliária, fez com que aparecessem diversos conflitos na sociedade, pois a classe trabalhadora que migrou aos centros urbanos precisa suprir suas condições materiais, como comer, beber, vestir, comprar a terra urbana e morar. Porém, no espaço citadino nem todos conseguem prover estas necessidades, haja vista que as mercadorias são designadas aos consumidores que possuem os melhores espaços, de médio e alto poder aquisitivo (LEFEBVRE, 1999).

<sup>6</sup> Segundo Cardoso (2012, p. 32), “Pode-se iniciar a definição do urbano, em Lefebvre, a partir da ideia de “campos” – também denominada de “esferas” ou “eras históricas” – e de sua diferenciação espaço temporal através dos campos rural, industrial e urbano. Portanto, os denominados campos rural, industrial e urbano são representativos “não apenas de fenômenos sociais, mas de sensações e de percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais”.”

Os estudos de Sposito (2014), acerca dos espaços citadinos, nos ajudam a refletir que os investimentos do capital sempre foram direcionados aos lugares da cidade onde estão as pessoas com maior poder aquisitivo, haja vista que possuem a intenção de valorizar a determinada área. No entanto, outras áreas da cidade, que se encontram significativamente afastadas do centro, ficam abandonadas, até o momento em que a lógica capitalista ver nelas alguma importância para se reproduzir.

A nível intraurbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares de cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono [...] (SPOSITO, 2014, p. 74).

Tendo em vista que a eficácia das ações está diretamente articulada com a localização do território, o espaço geográfico recebeu novas definições e características na atual fase do modo de produção capitalista, passando a ser compartimentado e redefinido conforme as necessidades do poder estatal e de empresas, que passaram a atuar nesses espaços por meio da ação direta e pelo viés político nos núcleos de decisão do planejamento urbano (SANTOS, 2008).

Para Santana (2012), o investimento do poder público em pequenas cidades do território amazônico possui relação direta com a divisão socioterritorial do trabalho capitalista, na qual o espaço<sup>7</sup> é produzido e recebe investimentos na medida em que o mesmo pode gerar lucro e produtividade capitalista. Segundo a autora, esse pensamento explica o porquê de haver diferenciação de investimentos acerca de infraestrutura física e social, seja em escala nacional, regional ou local, afinal, uma determinada região somente receberá grande infraestrutura e serviços se estiver alinhada à lógica de acumulação do capital.

Entretanto, devido à distribuição desigual entre os espaços citadinos, dos benefícios adquiridos com a globalização, ocorreu em muitos territórios brasileiros a precarização da vida social, causando o aprofundamento da questão social e aparecimento de vários aspectos da segregação socioespacial nos aglomerados urbanos, configurando, assim, a urbanização do Brasil. Desse modo, estudiosos da questão urbana e habitacional consideram que as periferias das metrópoles cresceram mais do que os núcleos centrais, causando o aumento rápido de regiões pobres em “áreas ilegais”<sup>8</sup>, como aconteceu em Belém, onde o município central

<sup>7</sup> É por meio dos modos de apropriação do espaço que se revelam os modos de reprodução da vida, pois é através da análise das formas de morar, das formas de trabalhar, dos tipos de transportes utilizados habitualmente para se deslocar, das formas de acesso aos equipamentos públicos, dentre outros, que se pode avaliar a verdadeira dinâmica de produção e reprodução das cidades (CARDOSO, 2012).

<sup>8</sup> De acordo com Maricato (2011), a cidade ilegal é composta por construções de “áreas ilegais”, onde acontece



apresentou crescimento negativo em contraposição ao enorme crescimento de municípios periféricos, por meio, muitas vezes, de moradias em áreas alagadas<sup>9</sup> (MARICATO, 2011; CRUZ, 2012).

Todavia, no momento em que o sistema capitalista percebeu que alguns bairros construídos pela classe trabalhadora poderiam gerar lucros e embelezar as cidades, por meio do poder estatal passou a ser colocado em prática o plano do urbanismo moderno “à moda” da periferia, onde eram realizadas:

[...] obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 2011, p. 17).

O que foi tratado no parágrafo e citação acima se relaciona com o objeto de estudo deste trabalho, pois famílias que residiam em cima de áreas alagadas, ou alagáveis, em bairros próximos ao centro da cidade, construídos pela classe trabalhadora, precisaram ser removidas para uma área distante devido à implementação de um grande projeto urbanístico chamado Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

### **Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una: Uma cronologia**

No período da idealização do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, em meados da década de 1980, variados setores progressistas do Brasil uniram forças para derrubar o regime militar e democratizar a sociedade brasileira, afinal, a população encontrava-se indignada com os altos índices de inflação, desrespeito aos direitos humanos e coerção de direitos políticos. Diante deste cenário, se desenvolveu o Movimento de Reforma Urbana através da articulação de moradores com os movimentos sociais, intelectuais, sindicatos e partidos políticos de esquerda, com o intuito de mudar o quadro das desigualdades enfrentadas pela classe trabalhadora e efetivar o tema “direito à cidade ou cidade para todos” (PERDIGÃO; SANTANA, 2018, p. 215).

Em 1980, durante o período em que Jader Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), estava em seu primeiro mandato como governador do Estado do Pará, e Almir Gabriel, também do PMDB, estava como prefeito da capital paraense, os

---

“[...] uma gigantesca construção de cidades, parte dela feita de forma ilegal, sem participação dos governos, sem recursos técnicos e financeiros significativos” (p. 37). Enquanto “[...] o controle urbanístico (a fiscalização sobre o uso e a ocupação do solo), de competência municipal, se dá somente na cidade legal. Para os assentamentos precários ilegais, em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, a fiscalização é precária.” (p. 41).

<sup>9</sup> Essas moradias construídas em cima do alagado possuem baixa qualidade das condições de moradia.

moradores das baixadas de Belém estavam vivendo mais uma situação precária devido à falta de saneamento básico e os efeitos de uma alta temporada de chuva<sup>10</sup>. Segundo Portela (2005), a população tinha acesso às vias da cidade (não alagadas) somente através de estivas<sup>11</sup>, o que ocasionou, muitas vezes, quedas de mulheres gestantes e crianças nas águas estagnadas por não ter drenagem, resultando em alto índice de infecções e doenças de veiculação hídrica.

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una<sup>12</sup> constitui-se em um projeto de intervenção urbanística sob a responsabilidade do Governo do Estado do Pará<sup>13</sup> em convênio com a Prefeitura Municipal de Belém<sup>14</sup> e contou com o apoio financeiro<sup>15</sup> do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, implementado em 1993, para atender uma demanda populacional, e tinha como objetivo principal: intervir na área alagada ocasionada pela Bacia do Una, organizar a ocupação racional do espaço urbano, melhorar as condições de saúde da população moradora dos bairros que seriam abrangidos pelo Projeto, elevar o nível de renda dessa camada populacional, estimular investimentos dessas áreas, reduzir as distâncias de deslocamentos a pé, bem como implementar os serviços de transporte coletivo na área interna à bacia (BRASIL, 2004; SANTANA, 2013).

Conforme Portela (2005), o Projeto Una ocupa um espaço de 3.664 hectares, sendo este equivalente a 60% (sessenta por cento) do município de Belém, com um quantitativo populacional de 543.543 habitantes, ou seja, em torno de 550 mil pessoas. Esses moradores habitam em mais de 100 mil moradias, sendo estas em zonas centrais da cidade, ou em zonas periféricas, já que o Projeto Una abrange cerca de 20 (vinte bairros), a saber: Nazaré, São Brás, Fátima, Umarizal, Marco, Pedreira, Telégrafo, Souza, Sacramento, Barreiro, Miramar, Maracangalha, Marambaia, Castanheira, Val-de-Cans, Mangueirão, Benguí, Parque Verde, Cabanagem e Una (SOARES, 2016).

<sup>10</sup> Na cidade de Belém não se tem uma definição quanto as quatro estações do ano, já que ao longo do ano inteiro chove. Dessa forma, acontece na cidade os períodos menos chuvosos e os mais chuvosos (inverno amazônico).

<sup>11</sup> Pontes feitas de madeira.

<sup>12</sup> Podendo ser chamado também como Projeto de Recuperação das Baixadas do Una (PORTELA, 2005), ou Projeto de Macrodrenagem, ou como Projeto Una, ou ainda pelas suas iniciais “PMBU”.

<sup>13</sup> O Governo gerenciou o Projeto de Macrodrenagem através de duas secretarias, sendo elas: Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Regional (SEURB) e a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA).

<sup>14</sup> A Prefeitura foi sub-gerenciadora do Projeto por meio da Secretaria de Saneamento Básico (SESAN).

<sup>15</sup> O custo total do Projeto foi estimado em quantia equivalente a US\$ 312.437.727, sendo que o financiamento do BID representa o equivalente a US\$ 142.942.660 e US\$ 169.495.067 financiado pelo Governo do Estado (COSANPA, 2006 apud SOARES, 2016).

**Figura 01:** Bairros beneficiados pelo Projeto Una.

Fonte: Paranaguá (2003 apud SOARES, 2016).

O Projeto Una priorizou executar as obras nos espaços localizados em áreas permanentemente alagadas, que não possuíam nenhum traço de urbanização, destaca-se que na área com mais moradores houve a necessidade de realizar o processo de remoção da população para se efetivar o Projeto. As desapropriações poderiam ser de forma total ou parcial, através do processo de indenização das famílias que tinham seus imóveis localizados nas áreas das obras e processo de reassentamento<sup>16</sup> para outros espaços distantes de onde moravam anteriormente (PORTELA, 2005).

O processo de remoção resultou em indenização, remanejamento e reassentamento, porém, inicialmente previa somente o processo de remanejamento de 4.824 famílias que se daria sob duas formas, sendo elas: a primeira caracterizada pelo remanejamento total, na qual as famílias de 2.780 imóveis localizados na faixa do canal (área onde aconteceriam as obras) seriam realocadas para outros espaços com distância máxima de 1.5 km da moradia anterior; a segunda é caracterizada pelo remanejamento parcial, na qual as famílias de 2.044 imóveis localizados próximos ao local da obra precisariam se deslocar dentro de sua própria moradia, onde poderia acontecer o recuo das casas envolvidas nesse processo (PORTELA, 2005).

Assim, o Plano de Reassentamento elaborado para os moradores que estavam envolvidos com o Projeto de Macro drenagem, operacionalmente passou a ser “[...] sujeito aos princípios do Projeto de Qualificação Ambiental, utilizando-se, na prática, de uma definição do

<sup>16</sup> O Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una possuía 25 áreas destinadas às famílias que fossem envolvidas pelo processo de reassentamento, sendo uma delas a área CDP, hoje conhecida como Conjunto Paraíso dos Pássaros.

Plano Nacional de Habitação publicado em 1996 [...]” (PINHEIRO *et al.*, 2007, p. 176-177). Se assumiu a forma auto-construtiva, no que se refere ao provimento habitacional, como uma maneira de desprezar os padrões que foram disseminados nos conjuntos habitacionais. Com isso, os técnicos do Projeto Una realizavam orientação individual com a planta baixa de cada família, ou morador, que seria remanejada para alguma das 25 áreas destinadas ao assentamento. Porém, no decorrer desse processo, surgiram algumas dificuldades na operacionalização, em especial pelas várias áreas de reassentamento (PINHEIRO *et al.*, 2007).

Conforme apontam Pinheiro *et al.* (2007), devido às dificuldades de operacionalização e a grande necessidade de se delimitar somente uma área que conseguisse demonstrar todo o empenho do governo do Pará em relação às obras que estavam sendo realizadas, surgiu o interesse por uma das áreas destinadas ao assentamento, chamada área CDP (Conjunto Paraíso dos Pássaros). A partir de 1997, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una decidiu realizar o processo de remanejamento dos moradores, independente da subárea que fizessem parte, para a área CDP, e com o decorrer do Projeto se completaria a determinada área com instalação de infraestrutura e equipamentos coletivos que estavam faltando, bem como construção de escolas, área de lazer, serviço de saúde etc. (GARCIA, 2001 apud PORTELA, 2005).

### **De Companhia das Docas do Pará (CDP) a Conjunto Paraíso dos Pássaros**

Entre os anos 1997 e 2001 aconteceu o processo de reassentamento de 2.057 famílias para a área CDP, que atualmente é chamada de Conjunto Paraíso dos Pássaros. Esta área está localizada nos limites da 1ª Légua Patrimonial da cidade de Belém, no bairro de Val-de-Cans, Distrito Administrativo da Sacramenta (Dasac), limitado ao norte pelos conjuntos Promorar e Providência, ao sul por uma área de ocupação, ao oeste por um território com vegetação originária que pertence às empresas Paragás e Tropigás e ao leste por uma ocupação chamada de Santos Dumont (PERDIGÃO; SANTANA, 2018).

Perdigão e Santana (2018) pontuam que para a realização do reassentamento colocou-se em prática o projeto de intervenção urbanística “Participação comunitária em projeto e auto-construção habitacional de baixa renda em área de expansão urbana – CDP/Belém (PA)”, por meio de uma parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), intermediada pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa (FADESP), que firmou o convênio Cohab/FADESP/UFPA. Assim, através deste convênio entre Cohab, UFPA e FADESP, formou-se uma equipe interdisciplinar de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Serviço Social que trabalhava

no escritório “Barracão de Projetos” ou “Barracão CDP” (COSTA *et al.*, 2006).

A instalação da equipe profissional teve por objetivo:

Orientar, dentro de uma perspectiva técnica e acadêmica, a forma e a organização de espaços residenciais e de equipamentos comunitários visando à melhoria da qualidade de vida em áreas de expansão urbana tendo em vista o desenvolvimento e o aprimoramento dos indivíduos e da comunidade em termos sociais, culturais, físicos e ambientais (CONVÊNIO COHAB, FADESP, UFPA-PARU, 1998, p. 03 apud COSTA *et al.*, 2006, p. 33).

A participação da família no desenho da planta baixa, para saber como futuramente seria sua casa, fazia com que esses moradores se identificassem com o novo espaço habitacional, onde se valorizava as vivências espaciais anteriores. Era muito mais que produção de moradias, pois com o Programa de Necessidades acontecia “[...] a “escuta” direta pelo projetista sobre as necessidades e expectativas dos moradores, incluindo o registro de informações sobre as respectivas residências anteriores” (PERDIGÃO; SANTANA, 2018, p. 222).

A pesquisa<sup>17</sup> avaliativa realizada 02 anos após a ocupação na área CDP se deu devido à preocupação de monitorar políticas urbanas financiadas por bancos multilaterais. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), por meio de seu Núcleo de Cidadania e Políticas de Reforma Urbana, se propôs a identificar quais impactos surgiram com a implementação do projeto de reassentamento. Assim, com o propósito de desenvolver um Projeto de Pesquisa para investigar os impactos ocasionados em homens e mulheres que foram envolvidos no processo de reassentamento para a área CDP, bem como verificar os rebatimentos diferenciados nos mesmos por meio do enfoque na dimensão gênero, firmou-se uma parceria entre a FASE e o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), que é vinculado à UFPA (COSTA *et al.*, 2006).

A pesquisa de avaliação, realizada 10 anos após o processo de reassentamento para a área do Conjunto Paraíso dos Pássaros, buscou analisar, dentre outros aspectos, as práticas do governo do Estado relacionadas a reassentamento de famílias, onde verificou-se em que medida a orientação técnica fornecida no Barracão de Projetos (entre 1998 e 2000) impactou na vida dos moradores. Assim como buscou investigar se as famílias atendidas pela equipe interdisciplinar do Projeto Una ainda moravam na área, bem como a implicação entre a participação das famílias na construção do projeto de suas moradias e a permanência das mesmas na área devido à satisfação com a sua residência (PERDIGÃO; SANTANA, 2018).

Este trabalho, após estudar as duas pesquisas supracitadas realizadas no Conjunto

<sup>17</sup> Esta pesquisa foi publicada em 2006 no livro intitulado “Impactos Socioeconômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres”.



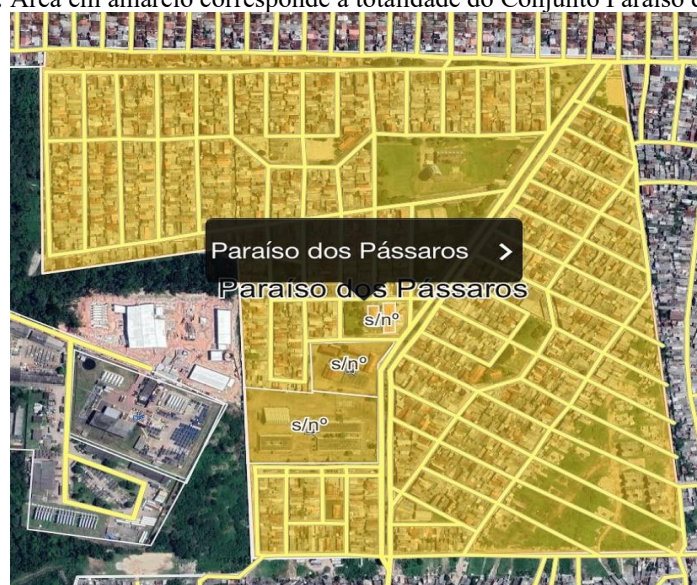
Paraíso dos Pássaros, apresenta uma avaliação, também do processo de reassentamento das famílias para a área CDP, após 22 anos, conforme os critérios da metodologia de avaliação da eficácia societal.

### **Resultados da pesquisa – Aplicação da metodologia de avaliação de impacto: área CDP ou Conjunto Paraíso dos Pássaros?**

Diante do longo período de tempo que se passou desde o último estudo avaliativo realizado com as pessoas que foram reassentadas para o Conjunto Paraíso dos Pássaros, e pela tendência de impactos socioeconômicos evidenciados nas pesquisas que tratam de projetos urbanísticos que adotaram processo de reassentamento, esta seção tratará sobre os resultados da pesquisa desenvolvida no *Conjunto Paraíso dos Pássaros após 22 anos do processo de reassentamento realizado pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém – PA)*.

A metodologia de avaliação segundo critérios de eficácia societal, que norteou este estudo, utilizada por Ramos e Sá (2003), aponta dimensões e variáveis para avaliação de uma política de habitação popular. Através da associação com “variáveis” responsáveis pela caracterização da estrutura de um território municipal (em específico a área onde o conjunto habitacional está localizado), pode-se mensurar o grau de eficácia social de uma determinada política urbana, por isso os resultados que se espera, com a implementação de uma determinada política urbana, são efeitos estruturais, e não somente compensatórios, da nova moradia, seja com a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas e/ou impactos positivos no que se refere à redução da segregação socioespacial (RAMOS; SÁ, 2003).

**Figura 02:** Área em amarelo corresponde à totalidade do Conjunto Paraíso dos Pássaros.



Fonte: Aplicativo Wikimapia (2022).

Os resultados da pesquisa foram alcançados após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFPA<sup>18</sup>, através do levantamento de campo (período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022), por meio da observação, aplicação de questionários<sup>19</sup> a 15 moradores reassentados para a área CDP e realização de entrevistas, por meios de roteiros<sup>20</sup>, a 03 técnicos que trabalharam no processo de reassentamento, e, também, a 01 liderança comunitária. Os dados dos questionários foram tabulados no Excel, para melhor compreensão dos resultados, e as entrevistas realizadas foram transcritas, para delinear a realidade vivenciada, na tentativa de aproximar o leitor dos fatos pesquisados. Importante destacar que as questões abertas, dos questionários, foram categorizadas por frequência e agrupadas conforme a afinidade entre elas.

Levando em consideração que a amostra é de 15 famílias de um universo de 2.057 famílias reassentadas, a presente pesquisa se propôs alcançar 100% da amostra (15 famílias), com o propósito de pesquisar 01 morador por família, tendo como critérios de inclusão: ter sido reassentado pelo Projeto Una; e, ser o responsável pela negociação do processo de reassentamento, ou seu familiar mais próximo (cônjuge ou filho, por exemplo), que seja maior de 18 anos. E como critério de exclusão: não ter sido reassentado pelo Projeto Una; não ser o responsável pela negociação do processo de reassentamento, ou não ser o familiar mais próximo (cônjuge ou filho, por exemplo) que seja menor de 18 anos; e, não aceitar assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostra é de caráter intencional, pois foi constituída de um grupo específico: moradores que foram reassentados pelo Projeto.

Os dados da pesquisa foram sistematizados em indicadores para serem analisados, sendo eles: identificação dos participantes da pesquisa; ocupação/trabalho e renda; condições de moradia; presença ou deficiência de infraestrutura; presença ou deficiência de serviços coletivos; impacto ao meio ambiente; participação social no processo de reassentamento; satisfação e “sentimento de segurança” dos moradores. Este artigo priorizou a apresentação de alguns resultados da pesquisa realizada.

No que se refere à identificação dos participantes da pesquisa, a maioria dos moradores, representando cerca de 66,7% das pessoas que participaram, foi responsável pela negociação do processo de reassentamento, no caso, os beneficiários, como mostra o Gráfico 01. Participaram, também, cônjuge, correspondente a 20% dos pesquisados, e filhos, que

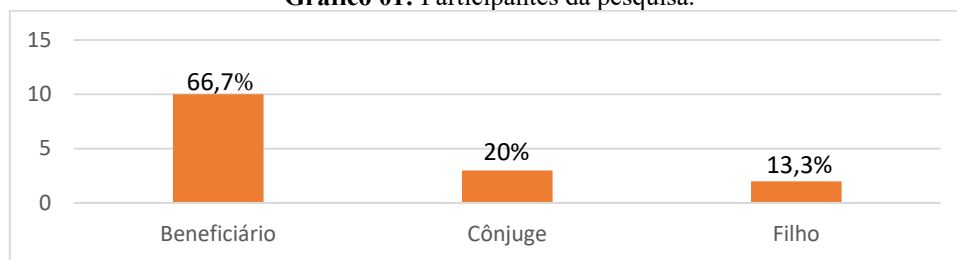
<sup>18</sup> O projeto de pesquisa obteve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob protocolo 5.248.080/2021.

<sup>19</sup> Questionário composto por 40 questões que tratam sobre as variáveis e dimensões que possibilitam realizar uma avaliação da eficácia societal.

<sup>20</sup> O roteiro de entrevista destinado aos técnicos é composto por 12 questões, enquanto o roteiro destinado à liderança comunitária possui 14 questões.

correspondem a 13,3% do total.

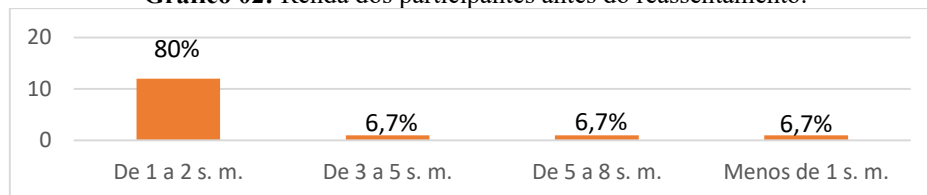
**Gráfico 01:** Participantes da pesquisa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Quanto à renda dos participantes antes do reassentamento, era predominante moradores na faixa salarial de 1 a 2 salários-mínimos (s. m.), representado por 80% das pessoas que participaram da pesquisa, como mostra o Gráfico 02.

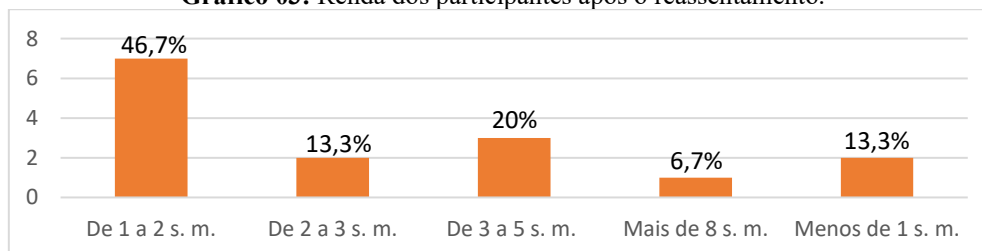
**Gráfico 02:** Renda dos participantes antes do reassentamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Embora a faixa salarial de 1 a 2 salários-mínimos ainda prevaleça (46,7%) após o processo de reassentamento, percebe-se que os participantes tiveram um certo aumento em suas rendas, como demonstra o Gráfico 03. Contudo, alguns dos moradores que passaram a ter renda de 3 a 5 salários (20%), referiram que devido ao aumento do custo de vida, não percebiam grande diferença em sua vida financeira se comparassem a renda atual com a de anteriormente. Brasil (2004) refere que um dos objetivos principais do Projeto Una, que estava relacionado à renda dos beneficiados, foi alcançado, porque apesar de alguns participantes da pesquisa terem dito que não perceberam grande diferença em sua situação econômica, o gráfico demonstra que houve aumento de renda no que diz respeito ao aumento de salário-mínimo.

**Gráfico 03:** Renda dos participantes após o reassentamento.

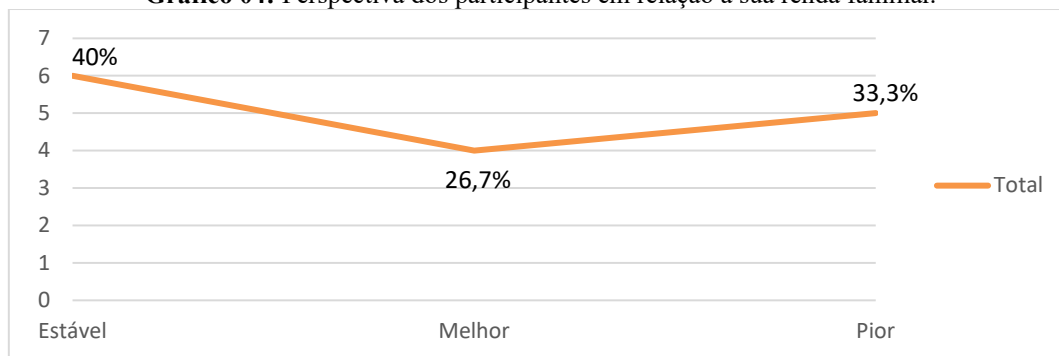


Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Sobre a perspectiva dos moradores em relação à sua renda familiar após o

reassentamento, conforme demonstra o Gráfico 04, 33,3% dos participantes acreditam que piorou. De acordo com os estudos acadêmicos, muitas famílias que tiveram suas rendas impactadas, devido à implementação do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, passaram a utilizar as suas moradias para fazer pequenos comércios e, através da economia informal, buscaram estratégias de sobrevivência para contribuir com a geração de renda familiar. Dessa forma, evidencia-se que houve desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias no local do projeto (SANTANA *et al.*, 2020).

**Gráfico 04:** Perspectiva dos participantes em relação à sua renda familiar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Abelém (1988) refere que o processo de remoção de famílias prejudica diversas instâncias da vida dos moradores e, certamente, causa impacto nos trabalhadores informais, que muitas vezes possuíam serviços próximos das suas antigas residências, ou até mesmo nelas, e, devido à mudança de localidade, perderam clientes e tiveram suas estratégias de sobrevivência desarticuladas. Ao entrevistar os técnicos que trabalharam no Barracão de Projetos, no período do processo de reassentamento das famílias, e perguntar se eles acreditavam que a renda dos moradores reassentados havia melhorado, obteve-se as seguintes respostas:

Todo processo de reassentamento tem uma metodologia, e no projeto da área CDP foi uma metodologia extremamente avançada, tanto é que ganhou um prêmio nacional, como melhores práticas na área do trabalho com habitabilidade. Mas todo processo de remoção que não é, digamos assim, uma opção, onde é algo forçado, não só retira os laços de sentimentos de moradia, vizinhança, de ajuda, solidariedade, que é muito presente na Amazônia, mas também dificulta e restringe a parte socioeconômica na medida em que, por exemplo, a manicure perdeu seus clientes, porque ela tinha ali por perto da sua antiga casa as suas comadres... as vizinhas que ela fazia as unhas durante a semana, ou no final de semana. Então no primeiro momento não houve melhora na renda. [...] Mas eu gostaria que fosse considerado que o Serviço Social tinha uma reativa, porque a gente buscava a partir desses desafios, dentro da comunidade e com a comunidade, a articulação de postos de trabalho para que não fosse algo tão impactado nos moradores, mas certamente teve impacto pesado sim, nesse primeiro momento (Participante 16, técnico Assistente Social).

Nos moradores que ainda estão hoje lá, com certeza tiveram melhorias. Digo

isso porque conheço algumas pessoas que ainda moram lá e certamente elas estão bem melhor de vida, do que como era antes (do reassentamento) (Participante 17, técnico Engenheiro Civil).

No que diz respeito ao indicador condições de moradia, ao questionar os moradores pesquisados se tinham satisfação com a sua nova casa e se possuíam “sentimento de segurança” com a mesma, identificou-se que todos os participantes (100%) referiram que “sim”. Esse dado dialoga com os estudos de Perdigão e Santana (2018), que realizaram pesquisa com os moradores reassentados para a área CDP, 10 anos após o reassentamento, e constataram que os moradores investigados possuíam satisfação com a nova casa e tinham um sentimento de paz associado à sua moradia. As autoras apontam que esses sentimentos de paz e satisfação provavelmente estariam relacionados com a oportunidade que os moradores tiveram de decidir sobre o projeto de sua casa (PERDIGÃO; SANTANA, 2018; PERDIGÃO, 2006).

O Gráfico 05 trata sobre quantos participantes receberam orientação no Barracão de Projetos, onde constata-se que 73,3% dos moradores foram orientados pela equipe de técnicos que trabalhavam no processo de reassentamento. Pinheiro *et al.* (2007) demonstram em seus estudos que a orientação disponibilizada pela equipe do Barracão estava alinhada ao que previa o Programa Lote Urbanizado, implementado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará à época, e aos objetivos gerais declarados pelo Banco Nacional de Habitação em 1996, os quais enxergavam a importância da participação da população no processo de reassentamento, bem como gestão descentralizada dos assentamentos humanos.

**Gráfico 05:** Participantes que receberam orientação no Barracão de Projetos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

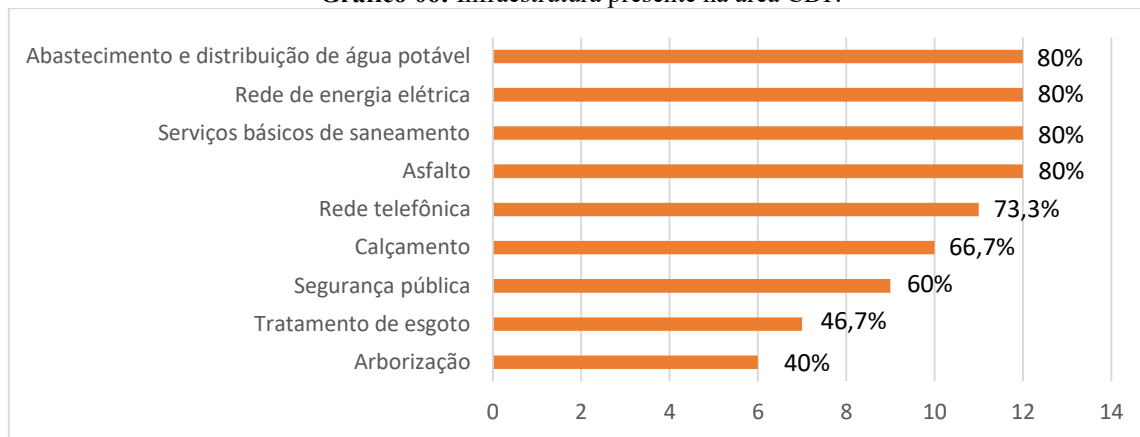
Sobre o indicador infraestrutura da área CDP, o Gráfico 06 demonstra que a maioria dos moradores (80%) falou que atualmente<sup>21</sup> na área há presença, principalmente, de abastecimento e distribuição de água potável, rede de energia elétrica, serviços básicos de saneamento e asfalto. Assim, por entender que o direito à cidade é mais do que morar em uma casa com condições básicas, pois acessar o espaço cidadão é ser provido de abastecimento de água

<sup>21</sup> Utilizou-se a palavra “atualmente” porque alguns moradores inferiram que por muito tempo tiveram problemas relacionados à questão do abastecimento e distribuição de água potável no Conjunto, mas há uns meses o problema foi solucionado e hoje em dia não existe mais insatisfação quanto a esse serviço.



potável, energia elétrica, saneamento básico, espaços de lazer etc. (CARDOSO, 2012; PERDIGÃO; SANTANA, 2018), a pesquisa buscou investigar o que existe na área CDP relacionado à infraestrutura.

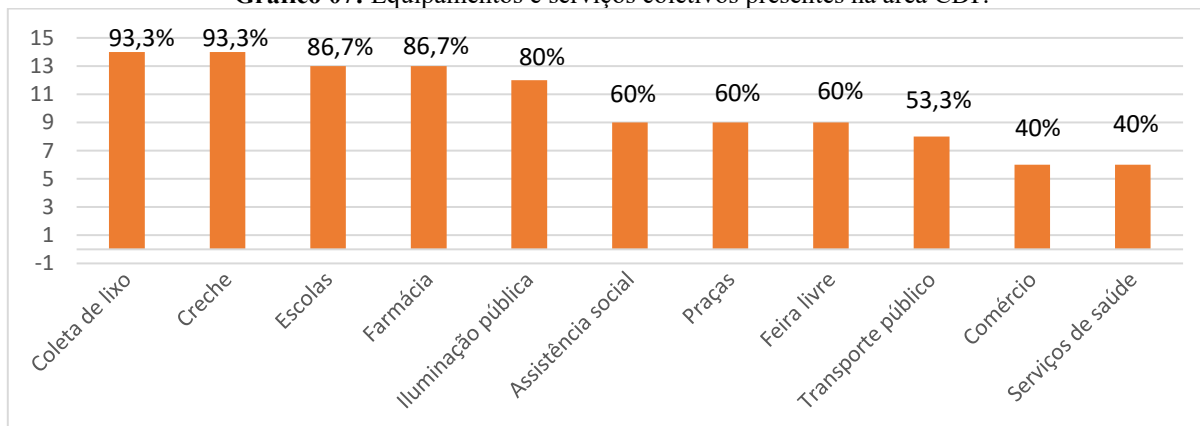
**Gráfico 06:** Infraestrutura presente na área CDP.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Em relação ao indicador que trata da presença ou ausência dos equipamentos e serviços coletivos no Conjunto Paraíso dos Pássaros, a partir dos dados do Gráfico 07, pode-se verificar que 93,3% dos moradores participantes informaram que os equipamentos e serviços coletivos mais presentes no Conjunto Paraíso dos Pássaros estão relacionados à coleta de lixo, que acontece durante três vezes na semana, e com a instalação de creches. Assim, evidencia-se que o Projeto Una foi eficaz ao instalar tais equipamentos e serviços coletivos na área CDP, afinal, o direito à moradia está além de ter acesso aos direitos sociais básicos (COSTA *et al.*, 2006).

**Gráfico 07:** Equipamentos e serviços coletivos presentes na área CDP.

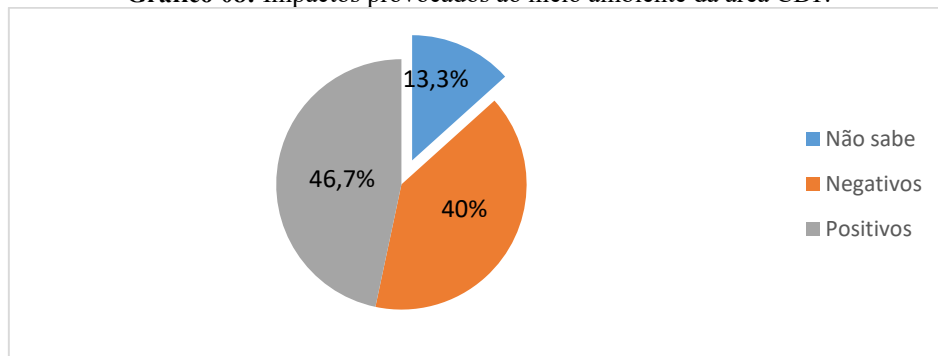


Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Sendo o impacto provocado ao meio ambiente mais uma das características avaliadas pela metodologia da eficácia societal (RAMOS; SÁ, 2003), esta pesquisa buscou investigar com os participantes moradores reassentados se o processo de reassentamento para o Conjunto Paraíso dos Pássaros provocou impactos positivos ou negativos ao meio ambiente. O Gráfico

08 demonstra que 46,7% dos moradores investigados acreditam que o reassentamento para a área CDP provocou impactos positivos ao meio ambiente, pois antigamente a área era um terreno baldio, uma grande área sem utilização alguma, e, com a construção do Conjunto Paraíso dos Pássaros, muitas famílias saíram de lugares insalubres para morar em casas com boas condições de moradia. E 40% dos participantes consideram que o processo de removerem as pessoas para o Conjunto provocou impactos negativos, devido ao desmatamento da área.

**Gráfico 08:** Impactos provocados ao meio ambiente da área CDP.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Em relação ao indicador participação social, a partir dos dados do Gráfico 09, a maioria dos participantes da pesquisa (86,7%) referiu ter participado do Plano de Reassentamento do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, evidenciando que havia participação social no Projeto. Essa forte participação foi possível acontecer devido ao contexto histórico, que representava o fim da ditadura militar e a abertura política, fazendo com que o Projeto de Macrodrenagem fosse um marco nas formas democráticas de participação popular, deixando um legado para a cidade de Belém e à democracia no Brasil (SOARES, 2016).

**Gráfico 09:** Moradores que participaram do Plano de Reassentamento do Projeto Una.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Os entrevistados 16 e 18, que trabalharam no Barracão de Projeto durante o processo de reassentamento, afirmaram que os moradores participavam bem efetivamente no que se refere ao projeto das casas e o quanto a conjuntura do Brasil, na época, era favorável para isso.

A participação foi algo muito importante nesse Projeto, porque não era uma coisa já pronta, a gente construía junto com a família. Foi um Projeto muito diferente dos outros, porque antes das famílias serem reassentadas, a gente

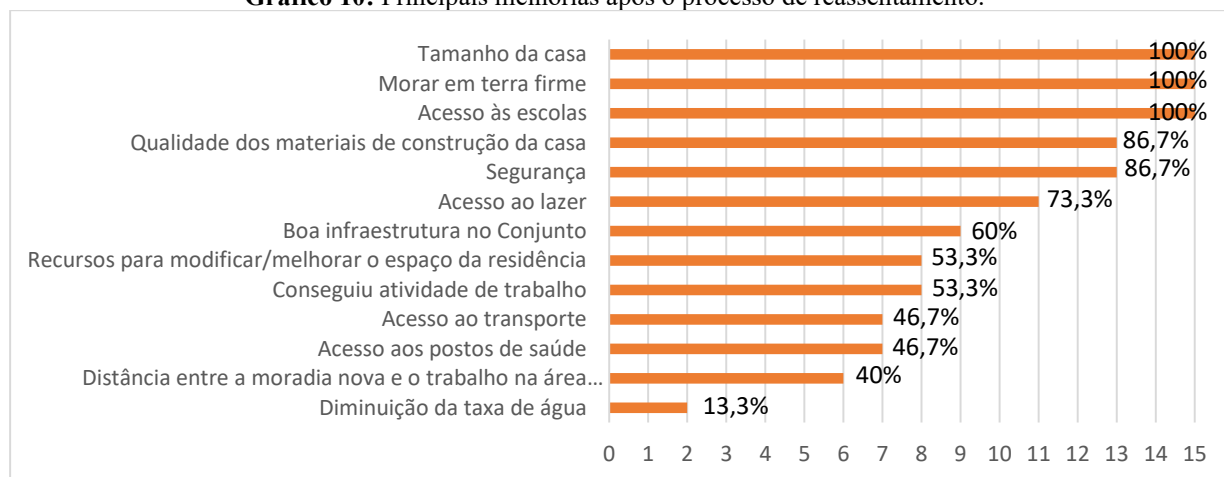
(equipe técnica) ia lá para área onde elas moravam, às vezes a gente ia à noite, porque era o momento em que elas estavam em casa, e dizia “olha, quando vocês chegarem lá (área CDP), vai ter uma equipe que vai receber vocês, que vocês podem solicitar o projeto da casa que vocês vão morar...”, ou seja, a gente dava uma explicação inicial para os moradores (Participante 18, técnico Arquiteto e Urbanista).

Eu preciso falar que nessa época nós estávamos em um contexto extremamente favorável aos avanços democráticos na área da habitação [...] em que pese ao remanejamento... e a Aldebaram, as Professoras Ana Kláudia Perdigão e Joana Valente conversavam com a gente e diziam quem estava à frente da questão da moradia na América Latina e no Brasil. Então, isso é importante trazer como um elemento para analisar as possibilidades que eram colocadas naquela época (Participante 16, técnico Assistente Social).

No que se refere ao indicador satisfação dos moradores reassentados em relação ao Conjunto Paraíso dos Pássaros, todos os moradores investigados (100%) avaliam que houve melhora na qualidade de vida das famílias reassentadas para o Conjunto Paraíso dos Pássaros e sobre a satisfação, é apontado que 86,7% dos pesquisados encontram-se satisfeitos com o Projeto Una. Destaca-se que dos dois participantes moradores que demonstraram insatisfação acerca do Projeto de Macrodrenagem, um investigado relatou não possuir satisfação, porém tem muita gratidão por conta do que o Projeto realizou na vida dele.

Dessa forma, a pesquisa buscou investigar, a partir do próprio ponto de vista dos moradores participantes, quais as principais melhorias após o processo de reassentamento. Conforme aponta o Gráfico 10, todos os participantes da pesquisa (100%) avaliam que as principais melhorias após o processo de reassentamento estão relacionadas ao tamanho da casa, ao morar em terra firme e acesso às escolas. O segundo maior percentual está representado por 86,7% dos moradores que apontaram a qualidade dos materiais de construção da casa e segurança como principais melhorias após o reassentamento.

**Gráfico 10:** Principais melhorias após o processo de reassentamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021/2022.

Em síntese, a pesquisa realizada com os moradores reassentados pelo Projeto Una para a área CDP identificou, com base nos indicadores da metodologia de avaliação de impacto – eficácia societal:

- IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: houve incidência de participantes mulheres (66,7%); próprios beneficiários, no caso, as pessoas responsáveis pela negociação do processo de reassentamento (66,7%); pessoas casadas (66,7%); com faixa etária de 55 a 69 anos (53,3%); e com o Ensino Fundamental Completo (33,3%).

- OCUPAÇÃO/TRABALHO E RENDA: teve maior frequência de investigados que possuíam trabalho autônomo (53,3%); tinham renda na faixa salarial de 1 a 2 salários-mínimos (46,7%); não recebiam nenhum tipo de benefício social (53,3%); moravam distante do local de trabalho (53,3%); avaliaram que a sua renda familiar, após o reassentamento, ficou estável (40%); e referiram que a renda familiar dos moradores reassentados melhorou (53,3%).

- CONDIÇÕES DE MORADIA: Antes do reassentamento, a maioria dos participantes morou de 11 a 20 anos no seu antigo imóvel (46,7%); residiam em casa própria (66,6%); tinham suas casas construídas somente com madeiras (93,3%); moravam em área alagável (53,3%); possuíam banheiro fora de suas moradias (53,3%); tinham de 03 a 05 cômodos em suas casas (60%). Após o processo de reassentamento, os participantes passaram a possuir 06 ou mais cômodos em suas novas residências (80%); receberam orientação no Barracão de Projetos (73,3%); possuem satisfação e “sentimento de segurança” com a sua nova casa (100%); referiram que o padrão das moradias da área CDP é melhor em relação ao padrão das moradias anteriores ao reassentamento (100%); e nunca pensaram em vender a sua nova casa (73,3%).

- INFRAESTRUTURA: teve grande incidência de participantes afirmando que havia presença de abastecimento e distribuição de água potável, rede de energia elétrica, serviços básicos de saneamento e asfalto (80%); e havia ausência de arborização na área CDP (60%).

- SERVIÇOS COLETIVOS: muitos investigados apontaram que havia presença de coleta de lixo no Conjunto e creches (93,3%); havia ausência de serviço de saúde e comércios (60%); e apontaram a boa localização (66,7%) como o principal motivo que os fazem permanecer residindo no Paraíso dos Pássaros.

- IMPACTO AO MEIO AMBIENTE: maior frequência de participantes avaliando que o reassentamento para a área CDP provocou impactos positivos ao meio ambiente (46,7%).

- PARTICIPAÇÃO SOCIAL: a maioria dos investigados referiu ter participado do Plano de Reassentamento do Projeto de Macrodrenagem (86,7%); bem como avaliaram como “Bom” a sua participação no processo de execução do Projeto Una (53,3%); e no período da realização da pesquisa, não estavam envolvidos a nenhuma instância política (93,3%).

- **SATISFAÇÃO DOS MORADORES REASSENTADOS:** todos os participantes avaliaram que houve melhora na qualidade de vida das famílias reassentadas para o Conjunto Paraíso dos Pássaros (100%). No que se refere à satisfação com o Projeto Una, 86,7% dos investigados afirmaram estar satisfeitos.

Nesse sentido, após concluir estas análises, destaca-se a importância da metodologia de avaliação da eficácia societal de Ramos e Sá (2003), que norteou a avaliação de cada indicador e variável deste estudo. Assim como é importante dizer que os moradores reassentados para o Conjunto Paraíso dos Pássaros puderam aproveitar muito o contexto democrático, e, certamente, aproveitaram da melhor forma. A experiência realizada no processo de reassentamento do Projeto de Macrodrenagem foi tão importante que recebeu o prêmio “Programa CAIXA Melhores Práticas/Caixa Econômica Federal” como melhores práticas em habitação no Brasil. Acredita-se que foi uma experiência exitosa na área de habitação na Amazônia.

### **Considerações finais**

Ao levar em consideração o panorama de projetos de intervenção urbanística realizados na Região Metropolitana de Belém, que também praticaram remoção de famílias, evidencia-se uma realidade diferenciada na vida das famílias do Conjunto Paraíso dos Pássaros, que receberam orientação profissional técnica e social. Fica evidente, assim, que mesmo existindo a tendência de impactos socioeconômicos após o processo de reassentamento, o trabalho profissional, especialmente o do Serviço Social, quando alinhado às bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, busca estratégias para superar as desigualdades sociais e efetivar o direito à cidade pela classe trabalhadora.

Embora o processo de reassentamento realizado com os moradores para o Conjunto Paraíso dos Pássaros tenha causado impactos socioeconômicos e culturais, como evidenciou-se através da pesquisa avaliativa, se faz necessário reconhecer o esforço e trabalho diferenciado realizado pelo Projeto de Macrodrenagem, por meio do Barracão de Projetos e a equipe de profissionais comprometidos com a questão urbana e habitacional. Essa experiência urbanística possibilitou a conjugação entre a interdisciplinaridade das equipes técnicas, descentralização através da participação social e a Universidade Federal do Pará, corroborando para que houvesse a satisfação por parte dos moradores envolvidos pelo Projeto Una.

Mediante a isso, conforme foi assinalado por Gomes (2020, p. 404), os projetos de intervenções urbanísticas que praticaram processo de remoção de famílias e realizaram a “[...]”



produção de moradias em larga escala são uma grande conquista, mas mostraram-se pouco efetivo no combate à pobreza urbana e nem de longe tocam nas estruturas que sustentam a abissal desigualdade social”. Dessa forma, mesmo que o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una tenha realizado quase todos os tópicos que estavam instituídos no Plano de Reassentamento, no que se refere a equipamentos sociais e urbanos para propiciar melhor qualidade de vida aos moradores reassentados na área CDP, os dados da pesquisa, realizada por este estudo, evidenciam que não houve grande impacto na reversão do quadro de pobreza e miséria urbana (sendo esse um dos critérios avaliados pela metodologia da eficácia societal).

Sendo assim, devido ao método e à metodologia utilizados neste estudo, percebe-se o quanto é importante realizar avaliações, conforme os critérios da eficácia societal, de projetos urbanísticos, pois geralmente os estudos avaliativos são feitos por instituições e/ou organizações contratadas para cumprir um simples protocolo, onde é produzido o conhecimento, mas não é socializado com os trabalhadores técnicos operacionais e nem com a população beneficiada. Por isso, acredita-se ser de extrema importância que os profissionais atuantes em projetos urbanos, como os técnicos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Serviço Social que trabalharam no Projeto Una, sejam comprometidos com os direitos de cidadania, onde mesmo trabalhando com remoção de pessoas, possam saber lidar com os limites e possibilidades existentes, não perdendo de vista a luta pela democratização das políticas públicas.

### Referências bibliográficas

- ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.
- BRASIL, S. C. *Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e Índice de Qualidade de Vida de seus Moradores*. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, 2004.
- CARDOSO, I. C. C. Cidade capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana? In: SANTANA J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (org.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012.
- COSTA, M. G. F. et al. (org.). *Impactos Sócio-Econômicos do Projeto de Macrodrenagem; o reassentamento CDP e os reatamentos diferenciados em homens e mulheres*. Belém: Editora Graphitte, 2006.
- CRUZ, S. H. R. *Grandes projetos urbanos, segregação social e condições de moradia em Belém e Manaus*. 2012. 317 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2012.
- DENALDI, R. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Curso à distância: planos locais de habitação de interesse social*. Brasília, DF: 2009.

- GOMES, R. P. *Mais que construir casas: interdependência entre provisão de moradias e trabalho social*. 427 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Planejamento do Território, Universidade Federal do ABC, 2020.
- LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Ver: Capítulo II – Da política estatal à política urbana – O papel do Estado na urbanização capitalista.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- OLIVEIRA, A. B. *Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)*. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017.
- PERDIGÃO, A. K. A. V. *A Dimensão Afetiva da Arquitetura de Espaços Habitacionais*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU/USP, 2006.
- PERDIGÃO, A. K. A. V.; SANTANA, J. V. Produção Habitacional e Participação Popular no Reassentamento de Famílias em Belém (PA). In: SANTANA J. V. (org.). *Habitação e serviço social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas*. Campinas: Papel Social, 2018.
- PINHEIRO, A. et al. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, A. L. (org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare).
- PORTELA, R. S. *Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do Projeto de macrodrenagem da Bacia do Una (Belém – PA)*. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2005.
- RAMOS, M. H. R.; SÁ, M. E. R. Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, M. H. R. (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. (Cap. 7).
- SANTANA, J. V. *Gestão de cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento*. São Paulo: Papel Social, 2013.
- \_\_\_\_\_. Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade. In: SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (org.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012.
- SANTANA, J. V. et al. Remoção de famílias e impactos socioeconômicos por projetos urbanísticos em Belém. *Direitos, trabalho e política social*, v. 6, p. 14-48, 2020.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed., 1. reimp. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SOARES, P. P. M. A. *Memória ambiental na Bacia do Una: Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)*. 278 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- SOUZA, A. K. *Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: Análise sobre a (im)permanência dos moradores na área*. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2011.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2014.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1997.

WIKIMAPIA. *Mapa da área do Conjunto Paraíso dos Pássaros*, 2022. Disponível em: <https://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-1.404344&lon=-48.481207&z=17&search=para%C3%ADso%20dos%20P%C3%A1ssaros>. Acesso em: 27 jun. 2022.

----- *Tradução dos Clássicos* -----

## Por que a burguesia precisa se desesperar?<sup>1</sup>

**György Lukács**

Tradução: Alexandre Aranha Arbia<sup>2</sup>

A ideologia tradicional, habitual, de defesa da burguesia é a idealização: sob uma forma ideal e artística, desaparecem as oposições brutais, os horrores criados pela sociedade capitalista. É assim que, após mais de um século, toda a ciência e a arte são baseadas na apologia, a começar pela filosofia acadêmica. Essa orientação atingiu sua forma mais grosseira nos filmes hollywoodianos; mas, muitas vezes, a filosofia professoral nada mais é do que um filme com um happy end, sob uma forma conceitual.

Frente a assustadora realidade das últimas décadas, a idealização pura revelou-se, portanto, muito fraca, ineficaz. Pelo menos nas esferas de reflexão da intelectualidade burguesa, fechar os olhos aos chocantes fatos da vida social, apagando-os por meios simples, tornou-se impossível.

Em tais circunstâncias, então, qual é a dificuldade para a ideologia apologética burguesa? É a expressão dos fatos no pensamento. Este mundo, que a ideologia burguesa ordinária tende a representar como um todo harmonioso, apresenta-se aos homens como um caos assustador e absurdo. Procura fazê-los engolir um mal-estar, neles presente, de sentimentos invasivos, às vezes, como o início de uma contradição, como o início de uma revolta contra o mundo imperialista. Existe então um perigo ameaçador, o da fração pensante da intelectualidade aderir ao socialismo.

---

<sup>1</sup> O ensaio é de 1948 e foi publicado com o título original de “Wozu braucht die Bourgeoisie die Verzweiflung?”, em 1951, na revista Sinn und Form, nº 4, pp. 66-69 e, em 1956, na coleção Schicksalswende, Beiträge zu einer neuen deutschen Ideologie, Berlim, Aufbau Verlag, 1956, pp. 151-154. Para esta tradução, utilizamos a tradução italiana de Antonino Infranca, “Perché la borghesia há bisogno della disperazione?”, contida no volume Dialettica e Irrazionalismo – saggi 1932-1970. Milão, Edizioni Punto Rosso, 2020, pp. 122-126. Disponível também em <https://gyorgylukacs.wordpress.com/>.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Serviço Social da UFJF e prof. colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma instituição.

Uma nova linha de defesa é então necessária. A filosofia de Nietzsche a forneceu no início dos anos noventa do século XIX, a de Spengler e seus acólitos durante a Primeira Guerra Mundial, da mesma forma que o existencialismo moderno, a semântica etc., após a Segunda Guerra Mundial.

Seria superficial pensar que a burguesia produziu essa filosofia para defesa própria. Não; estamos lidando aqui com uma visão de mundo nascida espontaneamente, de uma imagem que reflete diretamente a situação vivida pela intelectualidade na época do imperialismo. Vamos considerar essa situação! O ponto de partida é a insatisfação com relação ao sujeito do mundo circundante e o mal-estar, a indignação, o desespero, o niilismo, a ausência de perspectiva que surge dessa insatisfação. Nesse mundo distorcido, o indivíduo desesperado procura uma brecha individual, mas não a encontra. Ele não pode encontrá-la porque as questões sociais não podem ser resolvidas individualmente. Em consequência, um mundo vazio, sem propósito, desumano e absurdo se reflete nessas ideias. É daqui que ele tira suas conclusões, com cinismo ou desespero honesto.

Essas visões de mundo parecem, portanto, à primeira vista, expressar uma revolta ou, pelo menos, uma rejeição resoluta do mundo existente. Para que servem, então, essas visões de mundo, para a burguesia imperialista? Como ela pode explorá-las para seus objetivos? Como isso pode influenciá-los?

A utilidade manifesta-se, antes de tudo, no fato de que essa indignação, enquanto tateia e tenta, girando em círculos, uma saída individual, não pode se transformar em uma mudança na sociedade. Já o primeiro clássico do pessimismo, Schopenhauer, rejeitou de antemão todas as aspirações – desprezíveis a seus olhos – que se orientassem para uma transformação da sociedade. E, à sombra do princípio superior da filosofia heideggeriana e sartreana, o nada, ao lado da “superioridade” do niilismo que muda o mundo inteiro, toda reforma social “mesquinha”, “mediocre”, é reduzida aos olhos do mais jovem a uma total ausência de significado. Absurdamente, aquele que se volta para o destino é um filisteu passivo e paciente na vida.

Isso também é uma aquisição para a burguesia imperialista. A coisa vai, no entanto, ainda mais longe. O pessimismo torna-se logo autossatisfação. O pessimismo e o desespero aparecem como um comportamento “diferente” em relação ao “banal” otimismo, o mesmo que uma atitude reservada e “ofendida” em relação à ação “superficial”. No coração da crise social, à beira do abismo que ameaça engolir a sociedade burguesa, essa intelectualidade autossatisfeita segue sua vida filisteia sobre a base moral do pessimismo e do desespero. E dado que o imperialismo tolera esse comportamento “revolucionário”, até o apoia, naquilo que desperta



uma forte antipatia pela sociedade democrática ou mesmo socialista nascente, os quais exigem dos homens uma participação ativa. Isso gera a visão de mundo segundo a qual para a “civilização” – isto é, para a atitude pessimista de autossatisfação – esta sociedade, que lhe é subjacente, será mais favorável do que a sociedade progressista que exige participação ativa no trabalho da humanidade.

No entanto, este é apenas um ponto de acesso. O niilismo e a falta de perspectiva não querem e não podem dar à ação humana uma medida concreta, uma orientação resoluto. A visão de mundo que subtrai o comportamento individual das relações com a sociedade considera as resoluções individuais como perfeitamente injustificáveis e busca relações por caminhos errôneos, estradas falsas, onde não as encontra. A busca por relações “cósmicas” é, naturalmente, a estufa onde floresce a credulidade e a superstição. É assim que se tornam moda os novos destinos das novas superstições: o novo misticismo, a yoga, a astrologia. E aí, nessas aspirações modernas em matéria de visão de mundo, a política imperialista está ativamente implicada. E na propaganda do fascismo pode-se ver muito claramente. Isto é dirigido à credulidade, enrijecido na espera do milagre, no desespero pronto para tudo. Se a reivindicação da visão nacional-socialista do mundo conseguiu conquistar uma parte significativa da intelectualidade, é apenas porque Nietzsche e Spengler, Heidegger, Jaspers e Klages prepararam, na intelectualidade, o terreno para essa credulidade, sobre a qual essa ideologia, não obstante sua mediocridade, poderia exercer irresistivelmente sua eficácia, onde a passividade desesperada poderia se transformar em uma atividade fundada na credulidade, em uma cega obediência a todas as ordens do Führer. Hitler foi derrubado, mas as tentativas do imperialismo agressivo de reviver o fascismo estão hoje mais vivas do que nunca. E não é surpreendente que não se tenha feito nada, pela burguesia, para liquidar ideologicamente essas visões de mundo que precederam o fascismo, que o prepararam. Ao contrário, vemos que essas visões de mundo estão se espalhando imperturbavelmente em escala mundial, que gozam de pleno apoio, pode-se dizer, de todos os matizes da burguesia. O sucesso mundial do existencialismo mostra que esse ponto de vista não produziu na sociedade burguesa qualquer alteração essencial. E a política da “terceira via”, que os existencialistas seguiram, no início, contra De Gaulle, mostra claramente que o papel social atribuído ao novo niilismo não se diferencia essencialmente do antigo.

Essa situação, com razão, obriga-nos a travar a luta mais aberta contra essas visões de mundo, mesmo que temporariamente elas não manifestem tendências abertamente reacionárias. Em nossos dias, de fato, iniciou-se uma virada decisiva, mesmo no terreno da visão de mundo. A política do imperialismo conduz cada vez mais a humanidade ao novo abismo da guerra

mundial. Não é por acaso que a reação a essa política, pela intelectualidade pensante, como reação imediata, restrinja-se ao primeiro passo, ao niilismo, à ausência de perspectiva. A política dos trabalhadores, pelo contrário, indica tanto aos povos como aos indivíduos a perspectiva da paz, do trabalho e da libertação. A consequência dessa política da nova ordem social emergente deve, evidentemente, ser, mesmo no seio da intelectualidade, o vínculo saldável entre visão de mundo e realidade. O movimento popular não apela à passividade, à credulidade, ao desespero dos homens; ao contrário, espera que eles esclareçam, sóbria e conscientemente, sua própria situação, seus objetivos e aspirações e os transformem em realidade pela via da ação consciente.

A realidade não é, portanto, para os homens, um caos estranho e hostil, mas uma lareira a ser construída.

As duas visões de mundo encontram-se, uma em relação a outra, em oposição inconciliável. Tanto são úteis, à burguesia imperialista, a ausência de perspectiva, o niilismo e a ideologia do desespero das visões de mundo modernas, que agem de forma nociva na visão de mundo dos povos que se libertam. É, pois, uma tarefa ideológica urgente liquidar radicalmente do plano das ideias as visões de mundo da burguesia. Não apenas para aniquilar a arma de reserva ideológica, a quinta coluna do fascismo, que poderia eventualmente aparecer, mas também para devolver a inteligência, perdida ao imperialismo, ao seu lugar de pertencimento: ao lado da classe trabalhadora e dos partidários que constroem o novo mundo.

----- *Entrevista* -----

*Entrevista con Rita Meoño Molina\**  
*Presidente de la ALAEITS Gestión 2020- 2023*  
**novembro de 2022**

ENTREVISTADORA:

Carina Berta Moljo\*\*

**Carina Moljo:** *Querida Rita: un gusto contar con tu participación en nuestra Revista. Te agradecemos inmensamente por darnos esta entrevista. La primera pregunta que queríamos realizarte es que puedas brevemente presentar la ALAEITS para quien no conoce la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social. ¿Podrías realizar un breve histórico?*

**Rita Meoño Molina:** En primer lugar, en nombre de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS) muchas gracias a la Revista Libertas por la oportunidad brindada en este espacio.

Inicio señalando que la ALAEITS es la legítima heredera de ALAESS y ALAETS.

Recordemos que la primera organización de Escuelas de Trabajo Social que se conformó en la Región Latinoamericana se denominó: Asociación Latinoamericana de Escuelas de Servicio Social (ALAESS) y fue fundada en el año de 1965.

Se conformó con la participación de 25 Escuelas de 12 países de la Región, a saber: Argentina, Bolivia, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguay, Perú y Venezuela.

La ALAESS nace con la finalidad de contribuir al desarrollo y consolidación de la

---

\* Licenciada en Trabajo Social por la Universidad de Costa Rica (1990), posee Maestría en Gerencia Social por la Universidad de Costa Rica y es Doctora en Políticas Públicas para América Latina de la UERJ (Universidad del Estado de Rio de Janeiro, Brasil). Es profesora de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Costa Rica, autora de publicaciones sobre el Trabajo Social y se desempeñó como presidente de la ALAEITS de 2020 a 2022.

\*\* Professora titular da Faculdade de Serviço Social – UFJF. Doutora em Serviço Social; bolsista produtividade CNPQ, Membro do Grupo de Pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, (UFJF).

formación universitaria en el Servicio Social Latinoamericano.

En 1974 en San José de Costa Rica, previo a la Asamblea General de ALAESS se decide crear el Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), mediante un convenio entre ALAESS y la Fundación Alemana Konrad Adenauer; fundación que se comprometió a proporcionar el apoyo económico necesario para llevar a cabo las actividades y alcanzar los objetivos propuestos para este organismo.

Fue sí como el CELATS inició sus labores en 1975, con Sede en Lima, Perú.

Posteriormente, es en el marco de la Asamblea de Santiago de los Caballeros en República Dominicana, en el año de 1977, que se acuerda cambiar el nombre de ALAESS y denominarle Asociación de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS), ello para incorporar el nombre de TRABAJO SOCIAL; por cuanto en la gran mayoría de Escuelas y la propia profesión en muchos países se abandonó el concepto de Servicio Social y se asumió el de Trabajo Social.

Como es bastante conocido, el CELATS impulsó muchísimos proyectos de capacitación e investigación, auspició encuentros, seminarios y una serie de eventos que permitieron que nuestra profesión diera un salto cualitativo en su desarrollo histórico. Las publicaciones sobre Trabajo Social se incrementaron significativamente y con ello el debate latinoamericano fue tomando fuerza.

Hasta 1992 el CELATS contó con financiamiento de la Fundación Konrad Adenauer y después de esta fecha debió autosustentarse.

Debido a la situación de crisis financiera que venía acumulando la ALAETS, en el marco del XVIII Seminario Latinoamericano celebrado en Costa Rica en el año 2004, se reúne la Asamblea General y acuerda la REFUNDACIÓN de ALAETS.

En esta oportunidad se acordó:

- Dar inicio a un proceso de reestructuración de ALAETS, de acuerdo al informe jurídico financiero presentado por el presidente Sr. Carlos Arteaga. Es importante destacar que según registros oficiales, ese acuerdo fue aprobado por unanimidad después de conocer la situación de crisis evaluada con anterioridad.
- Conformar tres comisiones con representación de los países para tratar asuntos concernientes a la reestructuración de ALAETS. Así se conformaron las siguientes Comisiones:
- Aspectos jurídico- estatutarios. Coordinada por la profesora Jussara Mendes, presidenta de ABEPSS de Brasil, en articulación con países de la Región Cono Sur.
- Aspectos doctrinarios orgánicos. A cargo de la profesora María Lorena Molina, de Costa Rica y ex presidenta de ALAETS; quien coordinó el grupo virtual de ex presidentes y directivos de ALAETS/Celats, en articulación con las escuelas de la región México, Centroamérica y el Caribe.

- Aspectos financieros que fue coordinada por el profesor Luis Araneda, de Ecuador, ex-presidente de ALAETS, en articulación preferente con las escuelas de la Región Andina.

Con base en esas importantes decisiones, es que se conforma la Junta Reorganizadora, conformada por representantes de Costa Rica, Brasil y Ecuador, instancia que a su vez asumió la Dirección de ALAETS a partir del 17 de julio del 2004.

Dicha Junta Refundadora tuvo la histórica misión de

- Sistematizar los resultados del trabajo de las tres comisiones.
- Convocar a una Asamblea General para dar a conocer los resultados alcanzados y aprobar una nueva organización de ALETS.
- Realizar las gestiones tendientes a vender la casa del CELATS en Lima.
- Sobre este particular, me gustaría hacer un paréntesis para decir que el CELATS hoy día tiene su sede en Lima, Perú, pero es administrado como una fundación privada, por lo que su direccionalidad y accionar no tienen ninguna conexión con ALAETS como organismo Regional.

Es así como en el año 2006 en Santiago de Chile, que la Junta Refundadora propone la reorganización de ALAETS, mediante la creación de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS).

Nuestra Asociación renace como entidad de naturaleza civil, de duración ilimitada y sin fines lucrativos. Tiene sede administrativa itinerante, la cual se encuentra en el país de origen de su Dirección Ejecutiva Latinoamericana y caribeña.

Como es bien conocido, nuestra Asociación Latinoamericana, celebra Seminarios Latinoamericanos cada tres años y es en el marco de éstos importantes eventos que se elige el país que asumir  la Directiva Ejecutiva que conducirá la Organización los siguientes tres años.

Desde el 2006 hasta hoy, ALAEITS ha estado conducida por los siguientes países:

- Dirección Ejecutiva 2006-2009 / Brasil
- Dirección Ejecutiva 2009-2012 / Costa Rica
- Dirección Ejecutiva 2012-2015 / Argentina
- Dirección Ejecutiva 2015-2018 / Puerto Rico

Y en este último período 2018 – 2022, la Directiva Ejecutiva estuvo nuevamente en Costa Rica.

De 1965 al 2004 se celebraron 18 Seminarios Latinoamericanos. Como legítima heredera de ALAESS y ALAETS, la ALAEITS ha asumido y remozado sus altos objetivos de articulación latinoamericana y, como una de las responsabilidades más importantes de su quehacer, ha dado continuidad a la realización de los Seminarios Latinoamericanos de Escuelas de Trabajo Social, teniendo bajo su responsabilidad los último cinco:

- XIX SLETS, 2006 Niteroi, Brasil
- XX SLETS, 2012 Córdoba, Argentina.
- XXI SLETS, 2015 Mazatlán, México.
- XXII SLETS, 2018 Bogotá, Colombia

Y es así como llegamos al XXIII SLETS que celebramos en Montevideo, Uruguay en noviembre del presente año (2022), como un acto más de resistencia de nuestro colectivo profesional.

**Carina Moljo:** *Rita: ¿Cuál es la importancia estratégica de nuestra Asociación para la construcción del Trabajo Social en América Latina?*

**Rita Meoño Molina:** Me parece que este sucinto recorrido que he intentado compartir sobre la trayectoria de nuestra entidad regional y sus transformaciones a lo largo del tiempo, da cuenta de la importancia estratégica que ha tenido, tiene y tendrá el que, como colectivo profesional podamos reconocernos, encontrarnos y articularnos regionalmente para avanzar académica y políticamente respetando nuestras particularidades nacionales.

La ALAEITS congrega unidades académicas, docentes, investigadoras (es) y estudiantes de grado y post-grado en el ámbito latinoamericano y caribeño y esto no es un asunto menor. Se trata pues, del conjunto del talento humano latinoamericano del Trabajo Social que en cada momento histórico tiene la responsabilidad de reflexionar y generar las condiciones para que la formación académica, la producción de conocimiento desde la profesión y el fortalecimiento de las luchas sociales avancen para mejor responder a los desafíos de nuestra realidad latinoamericana.

En nuestra América Latina, después de largas décadas de gobiernos de corte neoliberal, asistimos a un coyuntura inédita provocada por lo que algunos han denominado un “coctel tóxico pandemia y recesión”, lo que vino a incrementar exponencialmente el proceso de regresión social que ya atormentaba la Región.

Este momento histórico de profunda REGRESIÓN SOCIAL coloca grandes desafíos al Trabajo Social Latinoamericano y en particular a las entidades de articulación.

ALEITS debe continuar con el legado de promover e impulsar la apertura permanente de espacios para el debate, la investigación y la construcción de proyectos nacionales y regionales, que permitan -como en el pasado- la construcción de una agenda latinoamericana con determinada direccionalidad teórica, metodológica, pero también ética y política.

En este sentido, ampliar, fortalecer y socializar las discusiones y comprensiones sobre un TRABAJO SOCIAL LATINOAMERICANO CRÍTICO resulta ser un imperativo que debe



luchar por alcanzar hegemonía en la Región para: formar capacidades críticas para la lectura permanente del contexto mundial, nacional, institucional; fortalecer nuestras capacidades teóricas para la lectura crítica del momento histórico y; para desenmascarar los diferentes dispositivos de opresión y de poder que se interrelacionan para preservar el orden social de sociedades capitalistas, patriarcales, colonialistas, adultocentristas y racistas.

Nuestra profesión debe seguir siendo fortalecida, y para ello -con todo lo difícil que resulta ser- necesitamos apoyarnos y articularnos a través de nuestras entidades a nivel nacional, regional y mundial; reafirmando, hoy más que nunca, un claro posicionamiento en favor de la construcción de sociedades más humanas, más justas, m s equitativas, m s inclusivas y respetuosas de los derechos humanos.

**Carina Moljo:** * Cu les fueron los desafíos de articular nuestra asociación en tiempos de la pandemia?*

**Rita Meoño Molina:** Muchos!!!!

Sin embargo, ante esta pregunta, debo comenzar diciendo que no podemos olvidar que cada momento histórico presenta sus propios desafíos.

Con respecto a la coyuntura reciente, es posible afirmar que vivimos tiempos en los que RESISTIR FUE innovar.

Recordaremos que, antes de la Pandemia por Covid 19, nuestra Región experimentaba situaciones sociales, políticas y econ micas muy difíciles y complejas. Después de largas décadas de gobiernos de corte neoliberal, asistimos a un estallido social en prácticamente todos los países de la región, donde los detonantes comunes fueron la desigualdad y la indignación insoportable.

La mayoría de nuestros países en América Latina fueron sacudidos por protestas y crisis políticas en el 2019. En palabras de Atilio Bor n: “Se pinta un panorama de repudio generalizado al neoliberalismo como nunca se vivió en el mundo”.

Sin embargo, el 2020 asalta al mundo y a la Región con la Pandemia por el COVID-19.

Rápidamente América Latina y el Caribe se convierten en una de las regiones más estremecidas por la pandemia, exacerbada por estructuras de protección social débiles, sistemas de salud frágiles, presupuestos públicos limitados, crecimiento econ mico absolutamente debilitado y sociedades con altos niveles de pobreza, y profundas desigualdades. Las economías se paralizaron, y con particularidades en cada país las sociedades fueron entrando en cuarentenas más o menos severas. Por su parte, los déficits fiscales dejaron pocas municiones

a los gobiernos para hacer frente a la magnitud de esa crisis económica

No se sabía cuánto duraría la crisis, ni como sería su recuperación. La incertidumbre era lo único estable. Las proyecciones eran asustadoras y una a una se fueron cumpliendo.

La crisis del COVID-19 profundizó las desigualdades estructurales entre los países y las subregiones; aceleró algunos cambios estructurales en curso en la última década; las cuarentenas forzosas aumentaron la virtualización de las relaciones económicas y sociales; la digitalización avanzó aún más rápido; el trabajo y la educación pasaron al ámbito digital; el teletrabajo se instaló y prevalecerá en más industrias y regiones; aumentó el desempleo y el subempleo; retrocesos en la calidad del trabajo (reducción de salarios y menor acceso a la protección social) con mayor afectación en los grupos más vulnerables, como los trabajadores en el sector informal.

Después de dos años de aislamiento, el planeta contabiliza más de 600 millones de personas infectadas y más de 6,5 millones de muertes por el Covid-19. Durante el año 2020, la economía mundial se contrajo en un 3%, lo que trajo consigo la mayor crisis económica de los últimos 100 años y un aumento de la pobreza a nivel global por primera vez en una generación.

Y como si esto no fuera suficiente, el contexto se agudiza con las nuevas disputas por la hegemonía mundial atravesadas por conflictos bélicos, donde hoy destaca la actual guerra entre la Federación Rusa y Ucrania con intermediaciones de USA, CHINA y la OTAN.

En otras palabras, en este contexto cada unidad académica, cada docente, cada estudiante de Trabajo Social se encontraba SOBREVIVIENDO.

Por consiguiente, la articulación latinoamericana de unidades académicas soportada desde ALAEITS en este período histórico, se desarrolló en medio de altas complejidades organizacionales, pero también financieras y legales.

Sin embargo, creo importante al momento de responder esta pregunta, el dar mayor énfasis a lo mucho que logramos avanzar en este período, a pesar de las adversidades que no fueron pocas. En ese sentido me permito compartir algunos de los principales resultados que nos fortalecen como colectivo:

Empiezo por destacar como logro que Costa Rica asumió de nuevo el desafío de asumir la Dirección Ejecutiva de ALAEITS para el período 2018-2021, ello a pesar de que su colectivo de base había decidido no proponerse para la Sede del XXIII SLETS, ni aceptar responsabilidades en la Dirección Ejecutiva de la Asociación.

Este cambio de decisión, obedeció a la coyuntura política que amenazó con la posibilidad de que la persona del grupo de Colombia que eventualmente podía asumir la Presidencia Ejecutiva de la Asociación, estaba siendo cuestionada en su propia universidad.

El Trabajo Social Costarricense en la Asamblea del 2018 en Bogotá, Colombia, fue nuevamente honrado por la confianza que el colectivo latinoamericano depositó en sus capacidades de conducción de la Asociación no solo para el período ordinario, sino que un nimente en Asamblea Virtual del año 2020 amplió el período de gestión por un año extraordinario, debido a la Pandemia por Covid la cual impidió la realización del XXIII SLETS en el año 2021 y requirió ser trasladado en razón de la emergencia sanitaria a nivel mundial.

A pesar de la Pandemia, la Dirección Ejecutiva de ALAEITS – Costa Rica, en acuerdo con todo el colegiado representativo y con Uruguay como país anfitrión, mantuvo en firme la realización del XXIII SLETS en formato presencial y se adicionó la opción virtual. Esto, aunque hoy parezca fácil, representó todo un acto de resistencia. Recordemos que algunos eventos de entidades internacionales fueron suspendidos.

Como es conocido, en términos organizacionales, ALAEITS se divide en tres Subregiones.

La Sub- Región Cono Sur conformada por Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. La Sub-Región Andina donde participan Colombia, Bolivia, Ecuador, Perú y Venezuela. Y la Sub-Región México Centroamérica y el Caribe en la que se incluye Costa Rica, Panamá, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Puerto Rico y República Dominicana.

En este sentido quisiera destacar que Dirección Ejecutiva se propuso en su Plan de Trabajo, dar especial atención a la Región México, Centroamérica y El Caribe, pues al momento de asumir la gestión, era la más débil no sólo en número de representaciones, sino también en experiencias de articulación. Así se logra que en este período se integren a la ALAEITS tres países: Nicaragua, Honduras y República Dominicana. Queda aún pendiente la afiliación de Cuba.

Como parte del arduo asumido por la Dirección Ejecutiva de ALAEITS, se registra un total de 40 reuniones y 15 pronunciamientos en diversas situaciones experimentadas por los diferentes países de la Región.

Quisiera destacar que, como actividad relevante en el período más crítico de la Pandemia, la Dirección Ejecutiva decidió desarrollar encuentros acad micos para conocer y debatir sobre las múltiples preocupaciones que azotaban a la profesión a raíz del período inédito ocasionado por el COVID-19.

Así desarrollamos el Ciclo de Debates: PANDEMIA Y TRABAJO SOCIAL, Reflexiones y comprensiones, el cual incluyó un total de 6 sesiones de mesas, con participación de personas expertas de 5 entidades de alcance nacional y 16 Universidades de 13 países

diferentes de la Región Latinoamericana; espacios que nos permitieron reflexionar alrededor de temas tan relevantes como:

- La Pandemia en el marco de la crisis capitalista.
- Tendencias y dilemas de la Política Social en el contexto de Pandemia.
- Alternativas y oportunidades para la investigación y la acción social
- Vulnerabilidades y resistencias sociales asociadas con la Pandemia.
- La emergencia de la docencia virtual: Retos y Alcances.
- Expresiones de la intervención profesional en el contexto de Pandemia

Por otro lado, durante este difícil período de cuatro años, con mucha complacencia poder afirmar que cada Subregión avanzó significativamente en acciones de articulación y trabajo conjunto. Así lo demuestran los informes oficiales que cada Sub- Regional presentó en la pasada Asamblea General de ALAEITS

En este sentido, quisiera destacar que, cada Sub- Región logró llevar a cabo al menos un evento académico preparatorio para el XXIII SLETS.

Por ejemplo: La SubRegión México, Centroamérica y el Caribe, en el año 2019 antes de la llegada de la Pandemia, realizó un primer evento presencial en El Salvador denominado: VIII Congreso Internacional de Trabajo Social: Implicaciones del modelo neoliberal en las Políticas Sociales, Desafíos para la formación Profesional de la Región México Centroamérica y el Caribe.

En el año 2022, esta misma Subregión desarrolló un Ciclo de Encuentros denominado: Debates y recorridos profesionales en el contexto de la pandemia: una lectura desde la Sub Región México, Centroamericana y el Caribe.

Se realizaron un total de 5 encuentros con participación de colegas de todos los países de la Subregión. Los videos de los temas abordados pueden ser accesados en los siguientes enlaces:

1. Sindemia, Estado y políticas sociales en la región.
2. Educación superior en la Región.
3. Tensiones de la formación académica de grado en tiempos de sindemia.
4. Desafíos para la formación académica de posgrado en Trabajo Social
5. Continuidades, inflexiones y desafíos del trabajo profesional en el contexto de la sindemia

Este Ciclo de Debates concluyó con una sexta actividad denominada: Taller de Representantes Nacionales y Directorio de ALAEITS. Construyendo articulaciones académicas del Trabajo Social en la Región, en el que se definió un plan de trabajo articulado para la Subregión que está en proceso de ejecución y en el que destacan actividades como: mapeos

subregionales de Escuela y de Posgrados para construir alianzas estratégicas, así como la publicación de trabajos acad micos de la Región

Por su parte la Subregión Andina, en el año 2022 -previo al XXIII SLETS-, organizó el VI Seminario Regional Andino: Diálogo Intercultural del Trabajo Social Andino: resignificación de la Formación, Práctica y Ejercicio profesional.

Los ejes temáticos versaron alrededor de temas como “La Consolidación y reconfiguración histórica de las Escuelas de Trabajo Social en la Región Andina” y la “Gestión acad mica y procesos formativos en Trabajo Social”.

En este enlace encontrará el Programa del evento:

[https://drive.google.com/file/d/1\\_JBDrEMZAGOkMbeLDbsOfBrwfXCWP5W2/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1_JBDrEMZAGOkMbeLDbsOfBrwfXCWP5W2/view?usp=sharing)

Por su parte la Sub- Región Cono Sur, en este año 2022, realizó en Paraná el XXV Encuentro Nacional de la Federación Argentina de Unidades Acad micas de Trabajo Social (FAUATS) denominado «La formación y la intervención profesional en Trabajo Social: escenarios reconfigurados por el neoliberalismo y la pandemia COVID 19».

En dicho evento presencial la Subregional Cono Sur tuvo su propio espacio para definir desafíos y nuevos planes de articulación.

En este enlace encontrará el Programa del evento:

<http://www.encuentronacional.fauats.org/>

Antes de concluir este apartado, no puedo dejar de mencionar el gran desafío legal y financiero que significó afrontar la tensión que se generó entre la ALAEITS y el Consejo Nacional para la Educación en Trabajo Social de Colombia (CONETS).

Me refiero a la lamentable e inaceptable decisión tomada por la Asamblea del CONETS en marzo del 2019, de no entregar a la ALAEITS la suma de \$20 000 (veinte mil dólares estadounidenses) correspondientes al 50% de los excedentes del *XXII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social* (XXIII SLETS) realizado en Bogotá Colombia, en setiembre del 2018.

Desde la Dirección Ejecutiva tuvimos que afrontar esta situación inédita para defender y resguardar el patrimonio de la ALAEITS mediante muchas estrategias, y ente los logros alcanzados mencionar  sólo los siguientes:

- En un ejercicio de democracia y transparencia organizacional, la Dirección Ejecutiva de ALAEITS mantuvo comunicación regular con el Colegio de Representantes, para desarrollar una estrategia de negociación orientada a recuperar los excedentes econ micos que le pertenecían a ALAEITS.

- Como estrategia de presión política, se decide enviar una carta abierta de denuncia sobre la situación, a la Asamblea del CONETS, a las autoridades universitarias de las universidades representadas en el CONETS, y al colegiado latinoamericano y se solicita “reconsiderar la decisión tomada y entregar a la ALAEITS los excedentes que por derecho le correspondían”.
- Gracias a esa presión política, se logró que en el año 2020 (dos años después del XXII SLETS y por la presión ejercida desde ALAEITS), la Asamblea del CONETS acordara conformar una Mesa de Concertación para dirimir el conflicto con ALAEITS.
- Como resultado de esa respetable y prudente decisión de la Asamblea CONETS, ambos organismos lograron un acercamiento y se logró conformar una Mesa de Concertación conformada por Integrantes de la Dirección Ejecutiva de ALAEITS, y por 6 personas designadas por la Asamblea del CONETS;
- Después de 2 Mesas de Concertación (13 y 27 de noviembre 2020), no se logra un acuerdo satisfactorio para ambas partes, toda vez que el CONETS casi 2 años después del XXII SLETS, presenta un informe económico que dista mucho del Informe que la misma entidad había presentado en el seno de la Asamblea de ALAEITS en setiembre 2018 en Bogotá, Colombia e incorpora gastos a los que no se hizo alusión en aquel momento. De \$20.000.00 reportados como excedentes para ALAEITS en el 2018, se pasa a reportar como excedentes la suma de \$11.728.00 en el 2020.
- Si bien la parte negociadora del CONETS reconocía la importancia de honrar los acuerdos de agosto del 2018; no solo lo hacía por un monto mucho menor al indicado en el informe preliminar, sino que propuso hacerlo en tres tractos, debido a que, según indicaron, ya no se contaba con ese dinero (primer tracto antes del 15 de diciembre 2020, el segundo pago se realizaría en el primer semestre del año 2021 y el tercero en octubre del 2021).
- En este sentido la Delegación ALAEITS al no contar con suficiente y transparente información que respaldara dicha propuesta, no aceptó el monto indicado como nuevos excedentes -inferiores a los preliminares- y consecuentemente tampoco aceptó los tractos propuestos para el reintegro.

Por el contrario, se optó por hacer consultas al Colegiado para definir la ruta a seguir, instancia que decide “dar por concluidas las negociaciones de la Mesa de Concertación CONETS-ALAEITS y, en su lugar contratar los servicios de una persona de nacionalidad colombiana, profesional en Derecho, para que asumiera la representación legal de ALAEITS en Colombia y agotase la vía de conciliación y en caso de no lograrse esa negociación, acudir a la vía legal”.

- Como otros logros importantes de destacar en el manejo de esta complicada situación que se extendió por 3 años, me gustaría destacar:

1) La Dirección Ejecutiva de ALAEITS tuvo claridad -desde un principio- de que, los recursos en disputa, por derecho legítimo eran parte del patrimonio de ALAEITS, y que por mandato de nuestro Estatuto a la Dirección Ejecutiva le corresponde administrar y resguardar el patrimonio que le pertenecen al Trabajo Social Latinoamericano.



2) Desde la ALAEITS se reconoció y defendió públicamente que las poses y decisiones tomadas por una parte de la dirigencia del CONETS, no se podían extrapolar injustamente al colectivo de Trabajo Social Colombiano que cuenta con todo el respeto de nuestra entidad latinoamericana.

3) En la pasada Asamblea celebrada en Uruguay en noviembre 2022, se logró finalmente cerrar este penoso asunto; pues a raíz de una moción presentada por la Dirección Ejecutiva de Costa Rica, el Colegiado Representativo de ALAEITS acordó “que el CONETS pague los \$11728.00 y tenga impedimento para postularse a la Dirección Ejecutiva de ALAEITS por dos períodos electorales”.

Se logra así concluir el conflicto de larga data entre CONETS y ALAEITS sin necesidad de acudir a la vía legal, pero sin dejar impune un acto infundado e improcedente, que violentaba e irrespetaba los ingentes esfuerzos de articulación y debate latinoamericano del Trabajo Social que impulsa la ALAEITS.

**Carina Moljo:** * Cu les serían los principales desafíos que tendremos por la frente?*

**Rita Meoño Molina:** Nuestro suelo histórico nos demanda, hoy más que nunca, un fortalecimiento de nuestra profesión, tanto en el  mbito de la formación como en el ejercicio profesional, para que continuemos al lado de los múltiples esfuerzos que a nivel mundial y regional aspiran y trabajan por un mundo mejor, pero DIFERENTE.

Ello supone infinidad de desafíos ante los que sólo privilegiará algunos:

En materia de formación:

Así como cada país en Latinoamérica tiene particularidades históricas, que le diferencian de los otros países hermanos, el TS no es homogéneo, ni siquiera a lo interno de un mismo país. Por tanto, es claro que a nivel regional no existe un  nico TS; la heterogeneidad y la existencia de varios TS se impone como desafío.

En ese sentido, es posible advertir un elenco de proyectos acad micos y practicas profesionales muy diversas, por lo que resulta ser un desafío para la Región, ampliar, fortalecer y socializar las discusiones y comprensiones sobre el TS Crítico.

Reorientar, adaptar e innovar proyectos de formación profesional es indispensable. Planes de Estudio vigentes antes del 2019, ineludiblemente deben ser revisados, de manera que éstos promuevan capacidades críticas para la lectura permanente del contexto mundial, nacional, institucional y se comprometan con la defensa del Estado Social de Derecho y con la promoción, defensa y exigibilidad de derechos humanos, incluidos los gremiales.

En el marco de los procesos de mercantilización y precarización de la Educación Superior, principalmente a partir de la década de los años 90, nuestros países han experimentado una explosión sin precedentes de ofertas académicas del sector privado. El crecimiento exponencial de estas escuelas privadas y las ofertas de educación a distancia potenciadas con la llegada de la virtualidad en la educación para lo cual existe poca o nula regulación, son tendencias que deben ser revertidas por los estragos que están ocasionando a la formación académica de calidad.

Complementario con lo anterior, en todos nuestros países se profundizan los ataques permanentes a la Educación Pública, a la Institución Universidad, desplazada como pieza angular del desarrollo nacional, a una institución onerosa para el país.

El considerar -de manera obtusa- la educación como un gasto y no como una inversión, FUE Y SERÁ UN GRAVE ERROR.

Esta realidad nos coloca importantes desafíos y luchas que dar en defensa de la educación pública como Derecho, como bien público. Para ello será crucial defender las Universidades Públicas, sus Presupuestos y su Autonomía.

Otra macrotendencia que debe interesarnos como profesión, es la Desvalorización de unas áreas del saber por encima de otras, a efectos de privilegiar los intereses del mercado y de Sectores productivos. Frente a la desvalorización de las Ciencias Sociales, se destaca el poco % de carreras STEM (o sea carreras de área de Ciencias, Tecnología, Ingeniería y Matemáticas) por encima de las carreras relacionadas con las artes, las ciencias sociales, educación, que -según discursos oficiales- poco aportan al desarrollo nacional y poco preparan los cuadros profesionales que se requieren para insertarse con éxito a la sociedad del conocimiento y la cuarta Revolución Industrial.

En cuanto a desafíos para fortalecer la Articulación Latinoamericana:

Bastante hemos discutido a nivel de la Dirección Ejecutiva, sobre la pertinencia de una revisión responsable, pausada y ampliamente participativa del Estatuto de la ALAEITS, para remozarlo a la luz de los nuevos tiempos sin comprometer la trayectoria alcanzada hasta hoy.

Es importante fortalecer las relaciones entre el Colegiado de Representantes y la Dirección Ejecutiva, incentivando mayor participación y compromiso con el trabajo de la Asociación, mediante la elaboración de planes de trabajo por Subregiones que se articulen entre sí y con la planificación de la Dirección Ejecutiva.

Como sugerencia podría integrarse a las reuniones de la Dirección Ejecutiva a las personas representantes regionales, de manera que se faciliten las coordinaciones y trabajo conjunto. La participación estudiantil dentro de la Asociación es otro de los desafíos latentes.

Es necesario diseñar estrategias a nivel nacional, para evitar Representaciones Nacionales que encuentran dificultades de comunicación con sus bases, o bien representaciones Nacionales que no representan al colectivo Nacional, el cual -no pocas veces- está dividido por distintas razones y particularidades de cada país.

Por su parte, las Representaciones Regionales deben contar con una base de representación nacional para evitar personalismos.

En cuanto a la articulación entre la Dirección Ejecutiva y el país Organizador del Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social; se debe prestar atención al trabajo colaborativo, sin perder de vista que la ALAEITS es la instancia que convoca y debe resguardar la direccionalidad acad mica y política del evento.

La firma de un convenio entre las partes debe ser negociada desde el inicio de la relación.

La Sostenibilidad financiera, así como la administración y ejecución de fondos de ALAEITS es otro tema de gran relevancia. El presupuesto deriva de las afiliaciones de cada país o entidades o Asociaciones Nacionales así como de excedentes de los SLETS.

Cambios en el Estatuto serán necesarios para abrir otras posibilidades financieras y, resguardar el patrimonio. En ese sentido es necesario revisar la equidad en el pago entre Escuelas de porte pequeño y Asociaciones conformadas por muchas Escuelas.

Dificultades con la apertura de cuenta bancaria a nombre de ALAEITS en el país que asume la Dirección ejecutiva también compromete la ejecución y administración de las finanzas, ya que no es posible gestionar nuevos financiamiento sin constitución legal.

Finalmente, como sugerencia para fortalecer la estructura organizativa de la ALAEITS se sugiere la conformación de Comisiones de Trabajo para distribuir responsabilidades. En ese sentido entidades como ABEPSS (Brasil), AMEITS (México) y la IASWW tienen estructuras interesantes que pueden ofrecer luces por donde caminar.

**Carina Moljo:** *En noviembre participamos del XXIII Seminario Latinoamericano de Trabajo Social en Uruguay,  podr as realizar un balance?*

**Rita Meoño Molina:** Iniciaría señalando que, contra todos los pronósticos LO LOGRAMOS!

Después de dos años y medio de Pandemia gracias al esfuerzo de muchas personas y al compromiso de nuestro colegiado, logramos concretar el primer encuentro presencial de alcance latinoamericano.

En primer lugar, quisiera destacar que los Ejes de XXIII SLETS, fueron definidos con base en los resultados y actividades preparatorias al mismo, así como con un amplia participación del Colegiado representativo de ALAEITS.

Destaco además como importante logro haber contado con la participación de la Dra. Marilda Iamamoto de Brasil, como Conferencista Central. Y la realización de importantes mesas y conversatorios centrales desarrollados en cada día del evento.

En este SLETS, logramos habilitar un Conversatorio con las Expresidentas de ALEITS, al cual denominamos Articulación del Trabajo Social Latinoamericano: Inflexiones, continuidades, rupturas y desafíos.

Esta actividad permitió hacer un recorrido a la trayectoria de ALAEITS en sus 26 años de existencia.

Así mismo se llevó a cabo otro Conversatorio entre representantes Regionales y Nacionales del Colegiado ALAEITS, al cual se le denominó:

Desafíos para la Articulación Del TS Latinoamericano: construyendo agendas Sub-Regionales.

Con relación a los trabajos académicos, se presentaron 536 ponencias y 36 paneles.

En total tuvimos la participación de 18 países: Brasil, Chile, Argentina, Uruguay, Colombia, Paraguay, México, Perú, Puerto Rico, Bolivia, Costa Rica, Panamá, Ecuador, Portugal, España, El Salvador, Guatemala y República Dominicana.

También tuvimos la presentación de importantes libros, y entre estos quisiera destacar como otro logro, la traducción al español del libro Servicio Social en Tiempo de Capital Fetiche, proyecto que se planificó años atrás para precisamente concretar su lanzamiento en el seno del XXIII SLETS; ello con la certeza de que esta obra de la Dra. Marilda Iamamoto, tenía que estar al alcance de cada estudiante y profesional en Trabajo Social que desee sumarse al debate y construcción de un Trabajo Social crítico en nuestra Región.

Reitero que. la realización y logros de este nuestro evento, representan un verdadero acto de resistencia; por tanto, nada más pertinente que sea además un homenaje a cada persona que por causa del COVID partieron de este mundo; especialmente a colegas, familiares y amigas, amigos y amigas a quienes hoy extrañamos. Sea también un humilde tributo para cada persona que perdió su vida luchando por la defensa y respeto de los derechos humanos en nuestro continente.

**Carina Moljo:** *Rita te agradecemos una vez más por darnos la entrevista, ¿quisieras dejar un mensaje para nuestros alumnos, profesores y profesionales del trabajo social*

*brasileño?*

**Rita Meoño Molina:** Soplan tiempos difciles para nuestros países y para nuestras universidades.

A quienes estamos en la academia, se no exige hoy, un posicionamiento crítico para no someternos al orden tal como es impuesto.

Para tal efecto, será indispensable comprometernos con las luchas sociales que abogan por la Educación como bien social, derecho universal y prioridad en las políticas públicas. Será indispensable articularnos para movilizarnos en defensa de la Autonomía Universitaria y el presupuesto público para que la Universidad pública pueda decidir libremente su orientación y cumplir -sin sometimientos- con las funciones sustantivas que le fueron encomendadas

Como profesionales en Trabajo Social, hoy más que nunca, requerimos articularnos a nivel nacional, regional y mundial de manera que, podamos enfrentar los nuevos desafíos que el actual contexto nos impone, desde un claro posicionamiento teórico y metodológico, y sobre todo con un decidido posicionamiento ético – político en favor de la promoción, defensa y exigibilidad de derechos humanos y la construcción de sociedades más humanas y equitativas.

En el nombre de la Dirección Ejecutiva de ALAEITS - Costa Rica que recién concluye la gestión para el período 2018-2022 y en el mío propio, nos despedimos de ustedes y les agradecemos el apoyo recibido en estos 4 años; augurando nuevas y renovadas fuerzas para seguir fortaleciendo el Trabajo Social Latinoamericano.

Dossiê temático

# Serviço Social e questão social novas e velhas expressões

O Número 22.2 da Revista Libertas traz um dossiê sobre as novas expressões da questão social no Brasil e no mundo, privilegiando os elementos que particularizam a luta entre as classes, a partir das formações sócio-históricas específicas em cada país. Assim, no contexto de crise do capital, reflexões teóricas inovadoras, estudos e pesquisas sobre as distintas expressões da questão social e seus modos de enfrentamento, pelos membros da classe trabalhadora, ganham destaque nesta edição.